



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROFESSOR MILTON SANTOS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E
SOCIEDADE**

HANAYANA BRANDÃO GUIMARÃES FONTES LIMA

**POLÍTICAS CULTURAIS NA BAHIA:
GESTÕES DE PAULO SOUTO (2003-2007) E JAQUES WAGNER (2007-2009)**

**SALVADOR – BAHIA
2011**

HANAYANA BRANDÃO GUIMARÃES FONTES LIMA

**POLÍTICAS CULTURAIS NA BAHIA:
GESTÕES DE PAULO SOUTO (2003-2007) E JAQUES WAGNER (2007-2009)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Albino Canelas Rubim

Salvador
2011

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Lima, Hanayana Brandão Guimarães Fontes.
Políticas culturais na Bahia : gestões de Paulo Souto (2003-2007) e Jacques Wagner (2007-2009) / Hanayana Brandão Guimarães Fontes Lima. - 2015.
239 f.: il.

Inclui apêndice e anexo.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Albino Canelas Rubim.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2011.

1. Bahia - Política cultural. 2. Identidade social. 3. Bahia. Governador (2003-2007: Paulo Souto). 4. Bahia. Governador (2007-2009: Jacques Wagner). I. Rubim, Antônio Albino Canelas. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. III. Título.

CDD - 306.098142
CDU - 316.734(813.8)

HANAYANA BRANDÃO GUIMARÃES FONTES LIMA

**POLÍTICAS CULTURAIS NA BAHIA:
GESTÕES DE PAULO SOUTO (2003-2007) E JAQUES WAGNER (2007-2009)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Banca Examinadora

Adalberto Silva Santos
Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília
Universidade Federal da Bahia

Antônio Albino Canelas Rubim (orientador)
Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo
Universidade Federal da Bahia

Antônio Fernando Guerreiro Moreira de Freitas
Doutor em História pela Université de Paris IV
Universidade Federal da Bahia

À minha mãe,
fonte permanente de amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela presença constante em minha vida.

Aos meus pais pelo amor incondicional, apoio e suporte.

À Maria, minha segunda mãe, pela torcida, carinho e dedicação.

À minha família pelo amor, cumplicidade e encorajamento, em especial aos meus avôs, Dilma e Antônio e aos meus tios Cristiane e Luís Sena.

À família de meu Tio Dinil (in memoriam), que me acolheu e foi uma extensão permanente de minha casa em Salvador, em especial a minha Tia Wilma e a minha prima Lúcia.

Ao meu querido orientador, Albino Rubim, pelo carinho, paciência, compreensão, e por ser um exemplo de profissional, permanente fonte de inspiração.

Ao também querido professor Paulo Miguez, pela oportunidade de aprendizado constante, por suas contribuições na qualificação, pelo incentivo e carinho de sempre.

Ao professor Adalberto Santos por suas preciosas contribuições durante a minha qualificação.

Aos professores Messias Bandeira e Carlos Bomfim, que junto com Albino, Miguez e Adalberto, me ensinaram muito durante o tirocínio docente.

Aos professores do Pós Cultura, em especial a Eneida Cunha Leal, Leandro Colling, Linda Rubim, Paulo Henrique de Almeida e Paulo César Alves.

Ao professor Antônio Guerreiro por ter gentilmente aceito fazer parte da banca examinadora.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de mestrado

Aos colegas do Pós-Cultura pela oportunidade de troca e aprendizagem constante em especial à Alice, Cibele, Jorge, Paula, Emília, Laura, Dênisson, Renatinha e Juciara.

À Delmira e Adriana, pela atenção e cuidado com os alunos do Pós-Cultura

À Taiane Fernandes, Daniele Canedo, Sophia Rocha, Carolina Menezes pela troca de material, informações e idéias sem as quais este trabalho não seria o mesmo.

À Ângela Andrade, Lúcia Carvalho, Norma Viana, pela gentileza com que me cederam às informações e me esclarecem dúvidas.

À Flávia Maciel, pela amizade e pelas contribuições.

À Jaqueline Barreto, amiga e incentivadora.

Às amigas queridas, sempre presentes em minha vida, nos momentos de alegria ou de angústia:
Adana Matos, Aloma Brito, Isamar Andrade, Laise Barros, Karinne Vieira.

Aos meus sobrinhos Kenji, João e Sofia que chegaram trazendo muita alegria durante este percurso.

Aos meus alunos da Universidade do Estado da Bahia, pela oportunidade de aprendizado, torcida e carinho.

A todos de que alguma maneira contribuíram para a realização deste trabalho.

Formular políticas públicas de cultura é também fazer cultura

Gilberto Gil

RESUMO

As políticas culturais desenvolvidas no período compreendido entre 1995-2006 na Bahia conciliaram ações de financiamento da produção a partir de leis de incentivo, intervenções governamentais na preservação dos patrimônios material e imaterial e conceitos como identidade, adquirindo peculiaridades importantes à medida que a orientação da gestão cultural centralizou suas ações na capital do estado. As áreas de Cultura e Turismo foram unidas em uma mesma secretaria, numa iniciativa de transformar a Bahia em um importante destino turístico através de sua cultura, pautada em uma concepção de identidade singular para o estado, a partir dos signos do recôncavo baiano. Em 2007, um novo grupo político assume o governo estadual pretendendo adotar uma política cultural que rompe com a anterior. A princípio as pastas da Cultura e do Turismo são separadas; busca-se reconhecer a diversidade cultural do estado; implementar um modelo de gestão descentralizado capaz de envolver as comunidades beneficiadas, os poderes públicos, a sociedade civil organizada e a iniciativa privada; e, sobretudo pensar a cultura de maneira mais abrangente. Neste cenário, o presente estudo debruça-se sobre o momento de aparente transição, elegendo as políticas culturais desenvolvidas nas gestões de Paulo Souto (2003-2007) e Jaques Wagner (2007-2009), tentando compreender em que medida elas se aproximam ou se afastam. Para tanto, elegem-se quatro categorias (definição de cultura; conjunto de formulações e ações desenvolvidas ou que serão implementadas; objetivos e metas; instrumentos, meios e recursos acionados) dentro do padrão analítico de comparação entre políticas culturais proposto por Rubim (2007c). Pretende-se realizar a análise a partir de levantamento bibliográfico e realização de entrevistas estruturadas.

Palavras-chave: Bahia, baianidade, carlismo, governo Jaques Wagner, governo Paulo Souto, identidade, políticas culturais, território de identidade.

ABSTRACT

Cultural policies developed in the period of 1995-2006 in Bahia, conciliated actions of production financing using incentive laws, government interventions in the preservation of tangible and intangible assets and concepts such as identity, acquiring important peculiarities as the management orientation centralized its cultural activities in the State's capital. Areas of Culture and Tourism were merged into a single administration, as an initiative to transform Bahia in a major tourist destination through its culture, based on a concept of unique identity for the state, from the signs of Bahia's reconcave region. In 2007, a new political group takes over the State government and intends to adopt a cultural policy that breaks with the previous one. Initially, the folders of Culture and Tourism are divided; we seek to recognize the cultural diversity of the State; to implement a decentralized management model able to involve the beneficiary communities, governments, the organized civil society and the private sector; and, especially think culture more broadly. In this scenario, this study focuses on the apparent moment of transition, choosing cultural policies developed during the administrations of Paulo Souto (2003-2007) and Jaques Wagner (2007-2009), trying to understand the extent to which they approach or differ. To do so, four categories were chosen (definition of culture; set of formulations and actions taken or to be implemented; goals and targets; activated instruments, tools and resources) within the analytical standard of comparison between cultural policies proposed by Rubim (2007c). It is intended to conduct the analysis based on a literature review and structured interviews.

Keywords: Bahia, baianidade, Carlismo, Jaques Wagner government, Paulo Souto government, identity, cultural politics, identity territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Quantidade de eventos realizados entre 2003 e 2006 no Complexo TCA	81
Gráfico 2	Quantidade de eventos realizados entre 2003 e 2006 Complexo TCA, Equipamentos da RMS e Equipamentos do Interior.	82
Gráfico 3	Quantidade de eventos realizados de 2003-2006 nos Centros de Cultura e outros equipamentos culturais	83
Gráfico 4	Equipamentos Culturais Bahia	87
Gráfico 5	Evolução do Público de museus entre 2008-2009	157
Figura 1	Estrutura da Secretaria de Cultura e Turismo (1995-2006)	106
Figura 2	Mapa dos territórios de identidade da Bahia.	140
Figura 3	Organograma Secretaria de Cultura da Bahia (2007)	164
Gráfico 6	Credibahia cultural: apoio por área Bahia 2008-2009	175
Gráfico 7	Credibahia cultural: finalidade dos apoios Bahia 2008-2009	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Eventos realizados no Complexo dos Barris entre 2003 e 2006	83
Tabela 2	Teatro do IRDEB- Ações realizadas entre 2003-2006	84
Tabela 3	Projetos Inscritos no Fazcultura (1997-2008)	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Antônio Carlos Magalhães
ADIMCBA	Associação dos Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia
AMACH	Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
AOJIN	Associação Amigos das Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia e do Neojiba
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BTCA	Companhia Balé do Teatro Castro Alves
CAS	Centro Antigo de Salvador
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais
CEC	Conselho Estadual de Cultura
CHS	Centro Histórico de Salvador
CODEC	Coordenação de Desenvolvimento Cultural
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DEPAB	Departamento de Bibliotecas
DEPAM	Departamento de Museus
DEPEC	Departamento de Equipamentos Culturais
DESC	Departamento de Ensino Superior e Cultura
DIAR	Departamento de Intercâmbio e Ações Regionalizadas
DIMUS	Diretoria de Museus
EBAL	Empresa Baiana de Alimentos
EGBA	Empresa Gráfica da Bahia
FAZCULTURA	Programa Estadual de Incentivo à Cultura
FPC	Fundação Pedro Calmon
FUNCEB	Fundação Cultural da Bahia
FUNGETUR	Fundo Geral de Turismo
IAB- BA	Departamento da Bahia do Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAM	Instituto Baiano de Museus
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IRDEB	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
KFW	Kreditanstalt Für Wedraufba
MAM	Museu de Arte Moderna da Bahia
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não-Governamental
OSBA	Orquestra Sinfônica da Bahia
ONU	Organização das Nações Unidas
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PT	Partido dos Trabalhadores
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SAAC	Superintendência de Apoio as Ações Culturais
SCT	Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia
SECULT	Secretaria Estadual de Cultura
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SETRAS	Secretaria do Trabalho, Renda, Emprego e Esporte
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SFC	Sistema Federal de Cultura
SICT	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo
SIC	Sistema de Informações Culturais
SICC	Sistema de Informações e Indicadores em Cultura
SID	Secretaria de Identidade e da Diversidade
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SUDECULT	Superintendência de Cultura
SUDESB	Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia
SUPROCULT	Superintendência de Promoção Cultural
TCA	Teatro Castro Alves
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste Baiano
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

Introdução	15
1. POLÍTICAS CULTURAIS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES	20
1.1 Políticas Culturais, Políticas Públicas	23
1.2 A noção de cultura como uma dificuldade	27
1.3 Dificuldades para realização das pesquisas	30
2. POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL E NA BAHIA	32
2.1 A reinvenção cultural baiana	41
2.2 Cultura e Turismo cada vez mais unidos	43
3. POLÍTICA CULTURAL NO GOVERNO PAULO SOUTO	56
3.1 Definição de cultura	56
3.1.1 Problematizando a identidade	58
3.1.2 Brasileiros e Baianos	59
3.1.3 Cultura e identidade: a marca dos governos carlistas através do texto da baianidade	63
3.1.4 A suave atualização no discurso	67
3.2 Objetivos, metas e formulações	69
3.2.1 Diversidade: o princípio que não extrapola o papel	72
3.2.2 Dinamização de espaços culturais	80
3.2.3 Patrimônio material como um objetivo: O que há por trás desta escolha?	89
3.3 Conjunto de ações desenvolvidas	96
3.4 Instrumentos, meios e recursos acionados	105
3.4.1 Estrutura organizacional	105
3.4.2 Suportes da Política Cultural	108
3.5 Financiamento	111
3.5.1 Fazcultura	111
3.5.2 Fundo de Cultura	116
4. POLÍTICA CULTURAL NO GOVERNO JAQUES WAGNER	123
4.1 Definição de cultura	124
4.2 Objetivos, metas e formulações	131
4.1.2 Territorializar as políticas de cultura: o objetivo estruturante de Wagner	132
4.1.2.1 Território como unidade de desenvolvimento	134
4.1.2.2 Constituição do Território	138
4.3 Gestão da Cultura	142
4.4 Dinamização dos Espaços culturais	149
4.5 Conjunto ações desenvolvidas	159
4.6 Instrumentos, meios e recursos acionados	163
4.6.1 Estrutura Organizacional	163
4.6.2 Lei Orgânica da Cultura	172
4.6.3 Financiamento	173
4.6.3.1 Credibahia Cultural	173
4.6.3.2 Carnaval Ouro Negro e Artistas Independentes	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
REFERÊNCIAS	186
APÊNDICE	195
ANEXO	212

INTRODUÇÃO

Enveredar no processo de reflexão das políticas culturais é um grande desafio, primeiro porque este é um campo de estudo recente tanto no Brasil quanto no mundo, com pesquisas dispersas em muitas áreas de conhecimento, a exemplo da História, Antropologia, Sociologia, Letras, Ciências Políticas, Comunicação, Economia, Administração, entre outros; além de possuir uma característica muito peculiar em que florescem inúmeros estudos acerca de determinados períodos específicos e, em que outros, o número é tão raro, beirando a escassez. Poucos são os esforços empreendidos no sentido de buscar metodologias mais adequadas para as análises das Políticas Culturais ou até mesmo uma delimitação teórica e conceitual mais precisa como já observou Rubim (2007c).

Isaura Botelho (2007, p.68) procurou em um de seus textos mapear o desenvolvimento das pesquisas no campo das políticas culturais, e segundo ela, os estudos realizados pelos centros universitários correspondem a um dos quatro modelos institucionais que orientam as pesquisas nessa área. O modelo mais antigo é o praticado pela divisão de estudos e pesquisas dentro de um organismo central de financiamento com abrangência nacional, e os outros dois, são desenvolvidos por instituições de pesquisa sem fins lucrativos e pelos observatórios culturais, respectivamente. No Brasil, a autora destaca que o campo das políticas culturais ainda não tem fisionomia definida e que a quantidade de pesquisas ainda é muito pequena, além das mesmas estarem dispersas em instituições variadas. No entanto, aponta que algumas iniciativas importantes foram tomadas nos últimos anos, a exemplo do convênio firmado entre o Ministério da Cultura e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em dezembro de 2004 que buscou produzir indicadores e analisar informações no campo cultural brasileiro. Na leitura de Botelho (2007) as iniciativas do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) da Universidade Federal da Bahia e do Observatório Itaú Cultural, que pretendem estimular as pesquisas na área através de premiação e constituir um espaço de reflexão capaz de facilitar a formulação de políticas culturais, também merecem ser destacadas.

Neste trabalho voltamos nossos olhares para Bahia e apesar de reconhecermos a importância de diversos agentes na elaboração das políticas culturais, deteremos nossa atenção às iniciativas empreendidas pelo governo estadual entre os anos de 2003 e 2009. Para tanto, escolhemos como objeto de análise o segundo governo de Paulo Souto (2003-2007) e os dois

primeiros anos do governo de Jaques Wagner¹ (2007-2009). Este momento revela-se significativo na história do Estado, uma vez que estes mandatos antecedem e sucedem respectivamente a ruptura que aconteceu no campo político, quando o grupo carlista² perde o controle do governo estadual após 16 anos de poder.

Analisar a singularidade deste momento, a partir do campo das políticas culturais constitui-se uma oportunidade privilegiada de realizar uma reconstrução histórica deste cenário que tem como intuito contribuir para eliminar gradualmente a lacuna de pesquisas existentes nessa área. Optamos por realizar este recorte pois durante o último mandato de Paulo Souto também iniciou-se uma suave no discurso da Secretaria de Cultura e Turismo como veremos mais adiante.

Levando em consideração que as Políticas Culturais tornam-se objetos de estudo numa perspectiva transdisciplinar, como observou Barbalho (2005) e que para caracterizá-las é necessário levar em conta “el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad.”, conforme assinalou Canclini (2005, p.6), nesta análise nos aproximamos das Políticas Públicas com o intuito de clarear ainda mais nosso objeto de pesquisa. Segundo a pesquisadora da Universidade Federal da Bahia, a professora Celina Souza (2006) dentro do campo da política pública foram desenvolvidos alguns modelos explicativos para facilitar a compreensão de como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na vida dos cidadãos. Aqui optamos por trabalhar como o modelo do equilíbrio interrompido que

permite entender por que um sistema político pode agir tanto de forma incremental, isto é, mantendo o *status quo*, como passar por fases de mudanças mais radicais nas políticas públicas. Fundamental ao modelo é a construção de uma imagem sobre determinada decisão ou política pública (policy image), e a mídia teria papel preponderante nessa construção. (SOUZA, 2006, p. 33)

¹ Jaques Wagner foi deputado federal por três mandatos (1990-1994/1994-1998/1998-2002). Durante o governo Lula ocupou os cargos de Ministro do Trabalho e Emprego, Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República e Ministro das Relações Institucionais. Foi eleito governador da Bahia em 2006 e 2010.

² Carlista ou carlismo é a denominação dada ao grupo de políticos baianos liderados por Antônio Carlos Magalhães (ACM), que ocupou diversos cargos durante sua trajetória política, tornando-se sem dúvida a mais importante personalidade política do estado da Bahia. O grupo carlista que esteve à frente do governo baiano de 1971 a 2006, exceto na gestão de Roberto Santos (1975-1979) e nos governos Waldir Pires e Nilo Coelho (1987- 1991). Seus aliados também estiveram à frente de prefeituras baianas e representaram a maioria como deputados estaduais e federais. Mesmo com a morte de ACM em 2007, o grupo ocupa importantes posições políticas.

ACM foi deputado estadual (1954-1959), deputado federal (1959-1963/1963-1967/1967), prefeito de Salvador (1967-1970), governador (1971-1975/1979-1983/ 1991-1994), senador (1995-2001/2003-2007), presidente de órgãos públicos, Ministro das Comunicações(1985-1990), presidente do Senado e presidente interino da República (15 a 22 de maio de 1998).

Os pesquisadores Baumgartner e Jones (apud SOUZA,2006) foram os criadores desse modelo e buscaram desenvolver um mecanismo que permite a análise tanto em períodos de estabilidade como aqueles em que ocorrem mudanças rápidas no processo de formulação de políticas públicas. A partir desse modelo, longos períodos de estabilidade em que as mudanças se processam de forma lenta, linear e incremental, são interrompidos por momentos de rápida mudança. Quando isso ocorre, algumas idéias se disseminam e popularizam, ocupando o lugar de antigas propostas e abrindo espaço para novos movimentos políticos (CAPELLA, 2005).

Os métodos de análises empregados nessa pesquisa também foram tomados de empréstimo das políticas públicas e combinam análise de processo e análise de metas. Segundo Trevisan e Belle (2008, p.546) podem-se distinguir três modalidades de avaliação das Políticas Públicas: a primeira é a avaliação de metas que tem como objetivo indicar o grau de êxito alcançado por um programa. As metas nesse sentido são entendidas como os resultados mais imediatos, a exemplo o número de pessoas beneficiadas, número de atividades realizadas, entre outros. A segunda é a análise de processo que se realiza concomitantemente ao desenvolvimento do programa. Essa avaliação consiste em detectar problemas na elaboração dos procedimentos, acompanhar e avaliar a execução dos procedimentos destinados a implantação dos programas. A terceira é a avaliação de impacto que se propõe a avaliar os efeitos ou impactos produzidos na sociedade. Os autores lembram que nesse tipo de análise não basta detectar a ocorrência da mudança, mas é necessário estabelecer as relações de causa-efeito entre as ações de um programa e o resultado final obtido.

Associado as análises de metas e processos, optamos por utilizar as categorias desenvolvidas por Rubim (2007c) na tentativa de delimitar aquilo que pode e deve ser designado como políticas culturais. Para tanto, o autor elaborou um roteiro de formulações que se configura como um padrão analítico de comparação entre políticas culturais composto pelas noções de política e de cultura; formulações e ações; objetivos e metas; atores; públicos; instrumentos, meios e recursos humanos, materiais, legais e financeiros; interfaces com áreas afins; diferentes momentos da cultura (criação, invenção e inovação; difusão, divulgação e transmissão; circulação, intercâmbios, trocas e cooperação; análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; fruição e consumo; conservação e preservação; organização, legislação, gestão e produção). Esse estudo toma como base algumas dessas categorias, escolhidas, pois permitem estabelecer uma melhor comparação entre as duas gestões e onde os sinais de mudança são mais significativos. São elas: definição de cultura; conjunto de formulações e ações desenvolvidas ou que serão implementadas; objetivos e metas;

instrumentos, meios e recursos acionados. Para fins didáticos, estas categorias foram agrupadas segundo as etapas de desenvolvimento das políticas públicas: planejamento, execução e análise-esta última consiste na fase final a qual nos propomos realizar nesse trabalho.

É necessário esclarecer que o tempo da gestão e o tempo da pesquisa são distintos, tendo, portanto, os processos de avaliação características diferenciadas. Se para administração pública as análises das políticas públicas possibilitam a elaboração de um diagnóstico com o levantamento de indicadores culturais, a avaliação empreendida pela academia muitas vezes não consegue realizar o levantamento destes indicadores, por uma série de questões, como o custo elevado destas pesquisas. Entretanto, as avaliações realizadas pela academia revelam-se, sobretudo interessantes, porque podem ser realizadas com mais tempo e, as reflexões enriquecidas com entrevistas e outros recursos. Outro aspecto que merece ser destacado é que as pesquisas não sofrem as mesmas pressões políticas das avaliações realizadas pelo próprio governo.

Em termos metodológicos, iniciamos a pesquisa a partir de um levantamento bibliográfico, seguido por uma pesquisa documental no intuito de compreender o contexto histórico e ter conhecimento das versões registradas nos documentos oficiais. A análise de registros estatísticos foi utilizada para mensurar características socioeconômicas da população, quantidade de equipamentos culturais dos territórios, investimentos para promoção de ações do programa; quantidade de capacitações realizadas, dentre outras informações relevantes. Registros institucionais escritos forneceram dados extras para complementar o trabalho e ajudaram a obter dados complementares e materiais provenientes de jornais e Internet - possibilitando apreender aspectos variados do contexto atual e também fatos históricos. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com técnicos e com dirigentes dos principais órgãos de cultura para conhecer detalhes que não conseguiram ser apreendidos apenas com a análise de documentos, a exemplo Paulo Henrique de Almeida- superintendente de Promoção Cultural, Ângela Andrade – Superintendente de Cultura. Utilizamos ainda entrevistas divulgadas em veículos de comunicação e em registros oficiais como a publicação do Conselho Estadual de Cultura (2006) que reúne falas de gestores da política cultura baiana entre 1995-2006.

Em linhas gerais, a dissertação se divide em quatro capítulos. O primeiro se propõe a traçar uma aproximação inicial do tema, apresentando os conceitos que servem como base teórica para o trabalho. Dedicamos-nos a refletir sobre a aproximação entre os temas das políticas culturais e das políticas públicas, a entender a cultura como um direito, esclarecer equívocos comuns como a confusão entre gestão e política cultural, além de revelar as principais dificuldades no desenvolvimento dos estudos das políticas culturais.

No segundo capítulo, a proposta foi traçar uma breve resenha histórica com o objetivo de contextualizar o desenvolvimento das políticas culturais no âmbito federal e estadual, estabelecendo relações com elementos do cenário internacional, objetivando o enriquecimento e o aprofundamento da análise, permitindo a interlocução de perspectivas no cenário "glocalizado" da dinâmica intercultural. Entende-se que este capítulo é especialmente importante, pois a compreensão deste contexto pode trazer subsídios que facilitem a análise e compreensão dos períodos estudados nos capítulos seguintes.

No terceiro capítulo pretende-se identificar e apresentar as questões teóricas e críticas referentes às categorias de análise escolhidas durante o governo Paulo Souto entre 2003-2007. Já o quarto capítulo, assim como o anterior, busca sistematizar as categorias escolhidas para realizar a análise, mas desta vez, tem como foco o governo Jaques Wagner durante os anos de 2007 e 2009. Nas considerações finais, nos dedicamos a confrontar os elementos identificados e sistematizados durante os capítulos III e IV, realizando deste modo a comparação efetiva entre os dois governos como se propõe este trabalho, apresentando em seguida os principais resultados alcançados e destacando os aspectos mais relevantes encontrados no decorrer da pesquisa.

1. POLÍTICAS CULTURAIS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Sabemos que a cultura é um campo de batalha muito peculiar, em que se plantam valores mais duradouros, onde não apenas os conflitos políticos e as lutas sociais se apresentam, mas é também, o espaço em que o pesquisador busca conhecimento, o artista procura desempenhar melhor seu papel, além de se apresentarem outros embates de natureza distinta. No cenário contemporâneo, ela adquire centralidade e estabelece com outros setores da sociedade imbricações cada vez mais complexas. Sua área de atuação tem caráter transversal e alcança campos distintos como a educação, o social, a saúde, o campo jurídico, a política, dentre outros. Mas foi graças a sua aproximação com a economia que a cultura ganhou mais atenção nos últimos anos, principalmente da comunidade internacional.

Caracterizada por uma diversidade que lhe é própria, hoje ela é vista como um setor propício para atrair investimentos, capaz de gerar empregos, promover renda e é também considerada o principal motor da economia criativa³, que têm sua essência centrada na propriedade intelectual. O cinema, a música, a televisão, as revistas, os softwares são exemplos claros que o foco nos dias atuais está na produção de conteúdo e não na infra-estrutura tecnológica. Não é a toa que os Estados Unidos⁴ vêm buscando consolidar seu papel de protagonista diante desta realidade, onde a própria economia também passou por um processo de culturalização.

O reconhecimento desses aspectos permite diluir antigas distinções que tendem a hierarquizar a cultura, não considerando, por exemplo, a cultura de massa ou a cultura popular. A cultura há muito tempo deixou de estar restrita ao campo das belas artes, se ampliou e passou a englobar as práticas cotidianas, a culinária, os costumes, os rituais e as diversas práticas simbólicas. Além disso, a globalização intensificou os processos de contato, troca, negociação e migrações entre povos de diversas origens, alterando inclusive a noção de cidadania que agora passa pelo viés cultural. Ter direito a falar à língua que se deseja ou identificar-se com uma comunidade cultural são alguns dos temas que fazem parte desta nova dimensão de ser cidadão como já destacou Yúdice (2004). A cultura é acionada para inclusive potencializar a participação nas decisões sobre o fazer cultural e, também para equacionar diferenças que longe de ser um processo tranqüilo, muitas vezes tem se mostrado tenso e complexo.

³ Miguez de Oliveira (2007, p.96) define a economia criativa como o setor que “trata de bens e serviços baseados em textos, símbolos e imagens e refere-se ao conjunto distinto de atividades assentadas na criatividade, no talento ou na habilidade individual, cujos produtos incorporam propriedade intelectual e abarcam do artesanato tradicional às complexas cadeias produtivas das indústrias criativas.”

⁴ Para mais detalhes sobre este assunto consultar Yúdice (2004)

O cenário atual é marcado não só pela reformulação da relação entre cultura e economia, mas também pela mudança de outra relação bastante antiga, a estabelecida entre cultura e política. Desde que a religião deixou de ser a estrutura de legitimação para a política, a cultura assumiu este lugar. E como era de se esperar, ela passou a representar um campo de conflitos e disputas permanentes. Passamos por inúmeras mudanças, vivenciamos a mercantilização da cultura, onde os bens simbólicos são pensados enquanto mercadoria desde sua fase de produção e não apenas no processo de circulação, assistimos as alterações implementadas com a midiaticização da cultura, seguida pelo processo em que as novas tecnologias da comunicação alteraram de maneira substantiva as formas de sociabilidade e conseqüentemente a própria cultura. Mais recentemente, a ampliação da política passou a incorporar novos assuntos e novas demandas, todos eles com fortes traços culturais. Segundo Rubim (2007, p.144) temáticas como modos de vida, estilos de sociabilidade, diferenças étnicas, religiosas e nacionais passaram a fazer parte das agendas dos partidos políticos e das “políticas governamentais, sendo, simultaneamente, reivindicados pelos movimentos sociais e pela sociedade civil”.

O estudioso Jesús Martín-Barbero (2003) aponta que na convergência do novo sentido adquirido pelos processos de transnacionalização, com a nova concepção do político, surge na América Latina uma valorização nova do cultural. Assim, o autor sinaliza a necessidade de pensar na renovação da cultura política de forma que esta assuma o que está em jogo hoje nas políticas culturais. Ele também pontua que a reflexão deve caminhar no sentido de perceber a organização da cultura como algo que faz parte do político, do espaço de produção de um sentido de ordem sociedade e dos princípios de reconhecimento mútuo.

Ainda pensando nessa relação entre cultura e política, o pesquisador mostra que passamos na América Latina por um processo em que a visão política só permitia que a cultura fosse levada a sério nos ambientes onde ela estava institucionalizada, tendo portanto muitas vezes gestão burocratizada e enfrentando o monopólio de agentes especializados. Brunner (1985), um dos investigadores que mais tem contribuído para uma nova visão no campo das políticas culturais na América Latina, mostra que uma série de acontecimentos tem motivado a mudança na visão desta relação entre cultura e política. Para ele:

A experiência dos países sob regimes autoritários, de que os modos de resistir e opor-se procederam em boa parte de espaços outros que não os considerados pela análise tradicional, como as comunidades cristãs, os movimentos artísticos, os grupos de direitos humanos; a compreensão de que mesmo o autoritarismo mais brutal nunca se esgota nas medidas de força nem responde somente a interesses do capital, e de que há sempre uma tentativa de mudar o sentido da convivência social transformando o imaginário e os

sistemas de símbolos; e por último, o fato de que, graças à dinâmica da escolarização e à dos meios massivos, a cultura se colocou no centro do cenário político e social. (MARTIN-BARBERO, 2003, p. 299)

Diante desse panorama, o que temos instaurado é uma problemática em que tanto o sentido da cultura como o sentido da política são redefinidos. Nessa perspectiva, Canclini (2006) revela que as políticas culturais também passaram por transformações e, se antes elas eram concebidas como “conservação e administração de patrimônios históricos acumulados em territórios nitidamente definidos: os da nação, da etnia, da região ou da cidade”, hoje elas tem dois grandes desafios pela frente, a dissolução das monoidentidades e o reposicionamento das culturas tradicionais-locais diante do avanço dos meios eletrônicos de comunicação. Logo, ele acrescenta que as políticas culturais mais democráticas são aquelas capazes de afirmarem não uma única identidade legítima, mas a convivência de múltiplas formas. Outra característica que Canclini (2006) atribui às políticas culturais democráticas é oferecer espetáculos e mensagens que levem em conta a variedade de necessidades e demandas da população, ao invés de oferecer eventos que cheguem à maioria.

Nesse trabalho, entendemos a cultura como elemento estratégico de desenvolvimento, e aqui o termo desenvolvimento não se restringe ao aspecto econômico, alcança outras esferas, a exemplo da humana, social e política. Nesse sentido, os estudos que se dedicam às políticas culturais, campo temático ainda pouco explorado em uma realidade marcada pela presença crescente dos meios de comunicação, pelos fluxos “glocais” aliados ao desenvolvimento desigual, a cultura é entendida como fim, e não apenas como meio de atingir os objetivos pretendidos, nos moldes defendidos pelo filósofo Georg Lukács (apud KONDER, 2002). Logo, é essencial refletir sobre as políticas culturais, para que elas alcancem seus objetivos, estando fundamentadas em interesses comuns à sociedade e ao Estado. Portanto, destacamos aqui a definição de políticas culturais elaborada por Canclini:

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social. (CANCLINI, 2005, p.6).

Seguindo esta preocupação de procurar uma definição, Barbalho (2008) pontua o esforço empreendido por Teixeira Coelho, apesar de apresentar algumas ressalvas, como por exemplo, quando assinala que as políticas culturais não constituem uma ciência específica. A

definição elaborada por Teixeira Coelho é muito próxima da elaborada por Canclini (2005) como podemos observar:

programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. (COELHO apud BARBALHO, 2008, p. 22)

Barbalho (2008, p. 21) também se empenha para desfazer um equívoco comum, de tratar os termos gestão e políticas culturais como sinônimos. Segundo ele, a política cultural dedica-se aos princípios, meios e fins responsáveis por nortear as ações, enquanto a gestão está pautada na organização dos “meios disponíveis para execução destes princípios e fins”. Portanto, a gestão faz parte do processo da política cultural. E já que estamos falando em gestão, vale resgatar o trocadilho feito professor Durval Albuquerque (2007) quando ele se questiona se trabalhamos com a gestão ou a gestão cultural e, esclarece que o Estado deve ser capaz de gerir sem dirigir.

Debateremos o papel do Estado com mais profundidade nos capítulos três e quatro, pois antes, acreditamos ser pertinente realizar uma reconstrução histórica das Políticas Culturais na Bahia. Este panorama que será apresentado no capítulo dois fornecerá elementos capazes de subsidiar e enriquecer as discussões as quais nos propomos. Passemos agora a entender as distinções entre as políticas culturais e às políticas públicas.

1.1 Políticas Culturais, Políticas Públicas

Temos em mente que encontrar marcos iniciais para a criação das Políticas Culturais é certamente um desafio. O pesquisador Xan M. Bouzadas Fernandez (2007), por exemplo, destaca três momentos da história: o primeiro são as iniciativas político-culturais da segunda república espanhola nos anos trinta; o segundo, a instituição na década de quarenta na Inglaterra do Arts Council e, por fim a iniciativa apontada como a mais estudada e também de maior densidade, a criação do Ministério dos Assuntos Culturais na França, em 1959.

O fato é que desde que foram criadas as políticas culturais vêm se modificando. Partimos de um modelo de democratização cultural, na época do ministério Francês, tendo a frente à figura emblemática de André Malraux, em que a cultura letrada, voltada para a preservação do patrimônio e das artes, com forte viés elitista, era a única cultura considerada, a dita cultura com C maiúsculo. Essa situação começa a ser alterada quando esse modelo é questionado com os movimentos ocorridos em todo o mundo durante o ano de 1968 e, um novo modelo, baseado

na democracia cultural começa a se configurar. O conceito de cultura é ampliado, a diversidade reconhecida, existe uma preocupação em promover maior integração entre a vida cotidiana e cultura, além da descentralização de intervenções no campo cultural, onde as responsabilidades passam a ser compartilhadas com regiões e municípios.

Já o campo das Políticas Públicas, enquanto campo de conhecimento e área acadêmica nasce nos Estados Unidos, rompendo uma tradição de pesquisas européias centradas na análise sobre o Estado e suas instituições na produção dos governos. Segundo Souza (2006, p. 21) nos Estados Unidos, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas do papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre as ações dos governos. Para a autora, a consolidação dos estudos sobre políticas públicas se baseou na concepção que em democracias estáveis tudo aquilo que o governo optar por realizar ou não, é possível de ser formulado cientificamente e analisados por pesquisadores independentes.

Ainda segundo a autora a introdução da política pública como ferramenta de decisões do governo é resultado da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como ferramenta para enfrentar os problemas daquela época. Para ela, o responsável por sua introdução no governo americano foi Robert McNamara que estimulou a criação das RAND Corporation, organização não-governamental financiada por recursos públicos, considerada a precursora na proposta de aplicar métodos às decisões e formulações do governo sobre problemas públicos.

As políticas públicas, que precedem as políticas culturais, desde que surgiram, também passaram por diversas reformulações. As políticas restritivas de gastos, que substituíram as políticas do pós-guerra, trouxeram à tona novas visões sobre o papel do Estado podem ser apontadas como um dos fatores para essa mudança e, atualmente, o desafio dos governos, principalmente em países em desenvolvimento, em especial os da América Latina, tem sido criar políticas públicas capazes de estimular o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social da população. Souza (2009) ao traçar uma revisão de literatura sobre o tema revela que não existe consenso em torno de sua definição e que, embora seja formalmente um ramo da ciência política não se resume a ela. A pesquisadora sugere que a política pública é, portanto um campo de conhecimento que busca simultaneamente colocar o governo em ação e analisar essa ação, propondo mudanças no rumo dessas ações, quando julgar necessário. Acreditamos que a definição proposta por Seibel e Gelinski (2008) também pode ser útil para esclarecer as confusões existentes entre as políticas públicas e as políticas culturais:

As políticas públicas são ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas. As políticas podem ser sociais (saúde,

assistência, habitação, educação, emprego, renda ou previdência), macroeconômicas (fiscal, monetária, cambial, industrial) ou outras (científica e tecnológica, cultural, agrícola, agrária). Usualmente o ciclo das políticas é concebido como o processo de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. (SEIBEL e GELINSKI, 2008, 228)

Entretanto gostaríamos de esclarecer que apesar da cultura também ser uma das áreas que pode ser contemplada pelas políticas públicas, compartilhamos da mesma opinião dos pesquisadores da rede de pesquisa em políticas culturais durante primeiro encontro de pesquisa em políticas culturais realizado em dezembro de 2009, na cidade de Salvador, quando oportunamente debateram a temática e apontaram algumas especificidades da área. A primeira delas refere-se à utilização dos mesmos indicadores de outros setores como saúde e educação, que por um lado confere a cultura o tratamento estruturante enquanto política pública, mas por outro, reflete a inadequação de alguns indicadores, descartando aspectos relevantes do campo cultural. Silva L. (2007) lembra que a base do planejamento das políticas culturais deve contemplar os modos de vida e as reais necessidades da população, e que este movimento iniciado na França com os estudos de Pierre Bourdieu e Alain Darbe, acabaram evidenciando a ausência de dados estatísticos para auxiliar a elaboração dos projetos. Surgem então os primeiros estudos descritivos, como por exemplo, inventário dos equipamentos e animadores culturais, estatísticas de frequência, custos de investimentos e funcionamento, que segundo a autora são uma forma de estabelecer comparações com o passado e com outros países. A partir dos anos 70, a temática dos indicadores culturais torna-se uma preocupação e é discutida internacionalmente sob o comando da UNESCO.

José Márcio Barros (2007) destaca que a preocupação com o processo de avaliação no setor cultural vem crescendo, o que demonstra segundo ele o reconhecimento da centralidade da cultura na vida contemporânea. Ele aponta, por exemplo, os estudos do IPEA e do IBGE, mas faz algumas ressalvas indicando a necessidade de levar em consideração as especificidades da cultura. Segundo Barros (2007) a produção de informações é uma pré-condição para a realização das avaliações, o que implica na definição de modelos avaliativos que se adéquem as peculiaridades do setor cultural.

Barros (2007) que tem uma visão coerente sobre o processo de avaliação, salienta que este é parte do processo decisório das políticas públicas e caso aconteça de maneira contrária se transforma naquilo que ele considera como “rito auto-referente e inócuo”. O pesquisador enfatiza a necessidade de se elaborar uma base de dados construída com informações objetivas e confiáveis capazes de gerar pesquisas e promover outras formas de usos e apropriações. Além

disso, lembra que o processo de avaliação é permanente, se alimenta continuamente, num fluxo de troca, que deve incorporar os processos democráticos na elaboração desses indicadores.

Considerar a diversidade em processos de avaliação, mais do que pensar em pesos e medidas diferentes, ou de reduzi-la a um mosaico de diferentes opiniões, significaria construir variáveis e indicadores que pudessem dar conta da diversidade de formas e possibilidades de apropriação, uso e significação de bens e serviços culturais. Se admitirmos que são diferentes os sujeitos que acionam nossos projetos e ações culturais e que também são plurais os que deles se apropriam e fazem uso, uma avaliação que respeite e se alimente da diversidade deverá ser, necessariamente, uma avaliação colaborativa. Seus objetivos, para além da mensuração e comparação de resultados, devem ser o de compreensão, aprendizagem, decisão e comprometimento. Aqui variáveis étnicas, de gênero, sociais, políticas, não devem compor apenas um perfil demográfico de entrevistados, mas oferecer diferentes possibilidades de compreensão de uma realidade polissêmica. Neste caso, poderíamos dizer que a avaliação assume o papel de mediação. (BARROS, 2007, p.7)

Para ele, ainda falta um acompanhamento bem definido em relação à avaliação de processo e a avaliação de resultados, seja relacionado aos programas, políticas, ações ou projetos. O pesquisador destaca os avanços que marcaram os últimos cinco anos no setor das avaliações, mas revela que existe um descompasso entre os modelos avaliativos utilizados pelo setor público, o privado e o não governamental. Nestes dois últimos as experiências são escassas e avaliação se restringe aos aspectos quantitativos e ao retorno direto assegurado às marcas. Outro ponto abordado por Barros (2007) é a informalidade que caracteriza os processos avaliativos dos setores privados e das ONGS. No setor público governamental, ele destaca que a Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2005, elegeu a avaliação entre uma das trinta prioridades. O pesquisador aponta que avaliação foi pensada como parte do sistema de informação e indicadores. Outra iniciativa destacada pelo autor é o Plano Nacional de Cultura que também reconhece em seu texto a avaliação e destaca seu valor para constituição do Sistema Nacional de Cultura. Dessa forma, entendemos que o setor público percebe a importância do sistema de avaliação das políticas culturais, mas ainda não é capaz de realizá-la de maneira eficaz. Faltam por exemplo metodologias adequadas que possam dar conta dessa realidade, o que acaba sendo, portanto, um grande equívoco já que não permite o acompanhamento efetivo de programas e projetos diante de um setor com inúmeras peculiaridades. O acompanhamento bem feito poderia, por exemplo, evitar desperdício de dinheiro público, possibilitando que fossem realizados investimentos em determinadas áreas de acordo com as demandas detectadas. Além disso, objetivos e metas poderiam ser mais facilmente alcançados.

Barros (2007) salienta que pensar em avaliação significa avaliar o próprio setor da cultura, de maneira a garantir avaliação a sujeitos e objetos. É necessário levar em conta as especificidades locais, estaduais, nacionais e regionais, além de uma preocupação que envolve a transparência do processo. O pesquisador aponta que no Brasil, pensar no processo de avaliação no setor público significa assumir alguns desafios:

- Superar a ausência de sinergia entre a formulação de políticas, desenvolvimento institucional e alocação orçamentária;
- Superar a fragilidade dos indicadores disponíveis e a desarticulação entre as diversas abordagens setoriais;
- Superar a incipiente participação da sociedade civil no processo de acompanhamento e avaliação;
- Superar a ausência de retorno dos resultados da avaliação ao processo de gestão;
- Integrar-se a outras iniciativas de avaliação do setor público (BARROS, 2007,p.3)

Em nosso texto teremos a oportunidade de ver mais de perto como a ausência destes indicadores e a falta de confiabilidade de muitos dados comprometem as análises, dificultam o acompanhamento de projetos e programas, de objetivos e metas. Acreditamos que a inexistência ou a deficiência destes dados prejudicam e comprometem a criação de novos projetos de acordo com as demandas da população, inibem a adequação de programas já existentes e impedem o acompanhamento da sociedade limitando assim, o próprio caráter de público da Política Pública de Cultura, uma vez que a idéia de público não está restrita unicamente a iniciativa de gestão partir do Estado, mas ao vínculo com a população que deve ser estabelecido em todas as etapas da política, sejam elas o planejamento, a execução e análise.

1.2 A noção de cultura como uma dificuldade

A institucionalização da cultura na área pública perpassa também por uma dificuldade de definir a noção de cultura adotada. Basta lembrarmos rapidamente que a noção de cultura em um primeiro momento se restringia apenas ao patrimônio, depois teve as artes incorporadas, e só num momento mais recente é que se amplia e passa a contemplar a dimensão antropológica da cultura.

A questão é tão polêmica que Marilena Chauí (2006) ao relatar sua experiência quando foi secretária de cultura da cidade de São Paulo durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1993) afirma que diversos projetos não conseguiram se viabilizar com o argumento jurídico de que

não eram considerados cultura, pois até aquele momento cultura estava restrita ao campo das belas artes. Mesmo em 1991 tendo sido criado pela então prefeita um decreto com uma concepção mais abrangente de cultura, vários problemas continuaram acontecendo, conforme a autora relata em seu livro *Cidadania Cultural*. Na Bahia, a situação não tem sido diferente. A lei estadual de incentivo ao setor- *Fazcultura*- passará por reformulações buscando inclusive ampliar o sentido de cultura e, incorporar categorias como moda, cultura digital e gastronomia. No âmbito federal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003), reconhecendo a importância da cultura como umas preocupações centrais do Estado, aponta que ela deve ser encarada em todas as suas dimensões, da simbólica à econômica.

A compreensão da cultura como um direito também merece ser destacada. Novamente a experiência de Chauí (2006) nos apresenta aspectos relevantes. A proposta da secretaria de criar uma política de cidadania cultural em que a cultura era entendida como direito dos cidadãos e como trabalho de criação, recusava a política cultural produzida em três conjunturas: a da cultura oficial produzida pelo Estado, a populista e a neoliberal, e entendia o direito cultural como:

- o direito de produzir cultura, seja pela apropriação dos meios culturais existentes, seja pela invenção de novos significados culturais;
- o direito de participar das decisões quanto ao fazer cultural;
- o direito de usufruir dos bens da cultura, criando locais e condições de acesso aos bens culturais para população;
- o direito de estar informando sobre os serviços culturais e sobre a possibilidade de deles participar ou usufruir;
- o direito à formação cultural e artística pública e gratuita nas Escolas e Oficinas de Cultura do município;
- o direito à experimentação e à invenção do novo nas artes e nas humanidades;
- o direito à informação e à comunicação. (CHAUÍ, 2006, p. 70-71)

Sobre essa condição de participar das decisões quanto ao fazer cultural é oportuno lembrar o caráter participativo que a dimensão pública da política cultural assume. Para alguns autores, somente quando acontece a articulação entre o poder público e a sociedade civil através da participação nas diversas etapas da política cultural desenvolvida pelo poder público é que ela pode ser considerada uma política pública de cultura. Na leitura de Barbalho (2008) instituições não-estatais e empresas privadas também promovem políticas públicas de cultura. Cabe aqui ressaltar a visão de Souza (2006) quando explica sobre os segmentos responsáveis pela formulação das políticas públicas e o papel do Estado:

Apesar do reconhecimento de que outros segmentos que não os governos se envolvem na formulação de políticas públicas, tais como os grupos de interesse e os movimentos sociais, cada qual com maior ou menor influência a depender do tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo, e apesar de uma certa literatura argumentar que o papel dos governos tem sido encolhido por fenômenos como a globalização, a diminuição da capacidade dos governos de intervir, formular políticas públicas e de governar não está empiricamente comprovada. (SOUZA, 2006, p.26)

Dialogando nessa perspectiva, Barbalho (2008) assegura que a lógica neoliberal, que caracterizada pela mínima interferência do Estado em diversos setores de atuação, no campo da cultura apresenta dificuldades como, por exemplo, a transferência de responsabilidade das decisões de formulação e execução da política cultural do Estado para o mercado. Outras críticas também são evidentes, a exemplo do financiamento de projetos capazes de promover retorno as empresas, através da divulgação de suas marcas. Como consequência direta deste mecanismo, atividades que não tem apelo de mercado ou visibilidade midiática acabam encontrando dificuldade de captação de recursos. Evelina Dagnino (2005) vai além, analisa os deslocamentos ocorridos nas noções de sociedade civil, participação e cidadania envolvidos nos dois projetos antagônicos que disputam entre si, um democrático e outro neoliberal. Ela sinaliza que a problemática está no vínculo indissolúvel que envolve a cultura e a política, e que a adoção de projetos políticos não se reduzem a “estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam e veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas.” (DAGNINO, 2005,p. 49).

A ausência do Estado no estímulo a uma cultura mais igualitária frente a uma tradição de cultura autoritária e elitista torna-se, portanto, uma questão bastante complexa. Esta relação precisa se adequar as mudanças cotidianas, em processo de atualização permanente, contemplando a diversidade cultural, e observando tanto o universo da produção como o da recepção, criando assim formulações para produtores e para consumidores.

As relações do Estado com a cultura estão crescentemente mediadas pelo que a “redução do Estado”, postulada pela política neoliberal, implica em termos de redução dos recursos econômicos públicos e pela tendência estatal de cortar aqueles destinados à cultura, por não considerá-la prioritária no plano das demandas sociais nem estatisticamente significativa para os interesses eleitorais. Por outro lado, a multiplicação de governos neopopulistas desenha um futuro de políticas culturais implosivas, de retorno ao patrimonialismo e ao paternalismo, ao dedicar os poucos recursos que deveriam ser destinados à cultura a atividades mais “conservadoras”, ou seja, a esperar artificialmente as práticas e as expressões culturais apoiadas pelas mudanças que a sociedade atravessa e condicionar seu apoio à legitimação de um nacionalismo antiquado e excludente para com a heterogeneidade cultural dos nossos países. E,

refugiado em um “patrimonialismo do passado”, o conservantismo cultural populista irresponsavelmente deixa para o mercado tudo o que culturalmente signifique inovação e riscos. (MARTIN-BARBERO, 2009, p.153)

É adoção desta lógica perversa que volta e meia traz a tona exemplos que artistas já consagrados pelo grande público são beneficiados pelas leis de incentivo em detrimento a profissionais em início de carreira ou que compõem o circuito alternativo. Além disso, iniciativas culturais que não tem valor diante da lógica mercantilista que a cultura assumiu na atualidade perdem espaço, ou tem que enfrentar a concorrência junto a outros bens e serviços facilmente comercializáveis ou capazes de fornecer um bom retorno de mídia para as empresas. Em um círculo vicioso, a diversidade de demandas, especialmente às ligadas aos grupos minoritários, são lamentavelmente excluídos do processo, a exemplo do que aconteceu no cenário das políticas culturais baianas durante muitos anos como teremos a oportunidade de ver mais adiante.

1.3 Dificuldades para realização das pesquisas

Acreditamos também que é significativo apontar um dos grandes entraves para a realização das pesquisas sobre as políticas culturais, certamente também enfrentado em outras áreas da política pública: a dificuldade de obtenção de informações junto aos órgãos públicos. Os motivos elencados são os mais diversos, a ausência de registros públicos é um dos principais. Quando os registros existem, na maior parte, não foram elaborados a partir de uma metodologia adequada. Chega a ocorrer em uma mesma gestão à apresentação de relatórios completamente diferenciados de um ano para outro, dificultando, por exemplo, o acompanhamento de programas, além é claro da realização de uma análise comparativa anual. Observe a esse respeito o que diz a pesquisadora Carolina Santos que concluiu recentemente uma pesquisa sobre as políticas culturais na Bahia:

Por vezes, a falta de dados era justificada com a mudança de governo e orientação política ocorridas na Bahia entre os anos de 2006 e 2007. Alguns funcionários chegaram a afirmar que quando assumiram suas posições não encontraram registros das atividades do governo anterior, denunciando inclusive o desaparecimento de computadores, por exemplo. O caso mais exemplar foi o do projeto “Pelourinho Dia e Noite”, hoje chamado de Pelourinho Cultural. (SANTOS, 2009, p.60)

A apresentação de dados de maneira superficial nos registros públicos também é uma situação freqüente. No campo cultural esta situação é ainda mais complexa, pois muitas atividades não podem ser medidas através de números, mas são atividades de um valor imprescindível, a exemplo do registro de um patrimônio imaterial. No encontro de

pesquisadores já mencionado anteriormente, a ex-secretária de cultura do Ceará, Cláudia Leitão, lembrou oportunamente a importância de pensar em uma reforma administrativa no Estado, que contemple a realização de concursos públicos, conseguindo articular uma equipe permanente, alicerce essencial para a implementação de políticas de Estado e não de governo. Guardadas as aproximações iniciais, avancemos pela história das políticas culturais na Bahia no capítulo seguinte.

2. POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL E NA BAHIA

Buscamos neste capítulo encontrar conexões para compreender de que maneira as políticas nacionais e estaduais estiveram interligadas; como as políticas culturais desenvolvidas em nosso estado se delinearam e adquiriram características únicas, e principalmente, a compreensão do cenário cultural baiano nos diferentes períodos estudados. Nesse processo, o texto de Miguez de Oliveira (2000) é precioso, pois traça uma periodização da cultura baiana

durante o século XX. É esta divisão que usaremos para nortear este capítulo, com o intuito de facilitar o difícil processo de reconstrução.

O primeiro momento compreende o início do século XX e se estende até o final dos anos quarenta, é marcado por uma cultura elitista, acadêmica, ornamental, pouco participativa, voltada para “literatura como luxo de espírito” (GOMES, 1979, p.179) e para “oratória como traço de distinção e prestígio” (MIGUEZ DE OLIVEIRA, 2000, p.33). Cabe destacar que este é um período conhecido pela estagnação e paralisia na vida baiana e que os processos de industrialização e urbanização acelerados, característicos da década de 30 no Brasil, não atingem Salvador, que vive nas palavras de Rubim (2000, p.2), em um decadente patamar socioeconômico e uma atmosfera melancólica de boa terra. A exceção para este quadro de estagnação era o sul da Bahia com a lavoura de cacau, entretanto, ela não foi capaz de promover uma movimentação na economia de todo o estado conforme assegurou Miguez de Oliveira (2000, p.140).

É ele quem vai trazer contribuições pertinentes ao observar o cenário cultural baiano, afirmando que nesta fase a Bahia não possui um público consumidor de bens culturais que pudesse garantir a conformação de um mercado cultural, o mesmo se restringia a uma elite letrada e deixava de fora uma grande quantidade de ex-escravos analfabetos, pobres e também a classe média. O circuito cultural estava representado apenas pela Escola de Belas Artes, Faculdade de Medicina, de Direito, Instituto Geográfico Histórico, Academia de Letras da Bahia, e pelos Salões de Ala, dirigidos por Carlos Chiaccio. Segundo o autor, o quadro das instâncias de produção simbólica também era incipiente. Recorrendo a pesquisadora Selma Ludwing ele destaca que existia:

apenas um museu (oriundo da pinacoteca Jonathas Abbott, criada no século XIX), não tinha galeria de arte (as exposições eram realizadas na Biblioteca Pública, no Pálace Hotel, no “hall” do prédio do jornal A Tarde, na Associação Cultural Brasil-Estados Unidos, no bairro das Mercês, e no Instituto Histórico e Geográfico), não existiam tampouco boas casas de espetáculo: teatros, cinemas, não ofereciam boas condições aos espectadores (LUDWIG apud MIGUEZ DE OLIVEIRA, 2002, 183).

Na leitura de Rubim (2000) essa sociedade arcaica vai se opor a modernização e ao modernismo cultural, tanto na esfera das elites brancas quanto nos segmentos populares. As tentativas de modernidade são evitadas ferrenhamente em virtude dos valores instaurados e do peso da cultura tradicional naquele momento. O Modernismo só começa a se consolidar na Bahia quase três décadas depois de já ter se iniciado no Brasil.

Barbosa (2009) salienta que foi pela poesia que o Modernismo chegou ao estado, os primeiros poemas modernos datados de 1927 são atribuídos a Godofredo Filho, posteriormente somam-se a ele nomes como Sosígenes Costa, Hélio Simões, Carvalho Filho, Alves Ribeiro, Eurico Alves e Bráulio de Abreu. Três grupos importantes surgem neste mesmo período e vão promover transformações na literatura baiana: o primeiro é responsável pela revista Arco e Flexa que entre 1928 e 1929 tem cinco edições publicadas, além de livros de seus integrantes. Este grupo reúne nomes como Carlos Chiacchio, Carvalho Filho, Pinto de Aguiar, Hélio Simões, Ramayana de Chevalier, Eurico Alves, Damasceno Filho, entre outros. O segundo grupo vai editar as revistas “Meridiano” e “O Momento”, esta última com nove edições publicadas entre 1931 e 1932. Composto por Pinheiro Viegas, Jorge Amado, Édison Carneiro e Walter da Silveira, Aydano do Couto Ferraz, Sosígenes Costa, Alves Ribeiro, João Cordeiro, Dias da Costa, este grupo ficou conhecido como “Academia dos Rebeldes”. O terceiro originou-se a partir do grupo anterior e era composto por Bráulio de Abreu, Clodoaldo Milton e Elpídio Bastos, responsáveis pela publicação da revista “Samba” (MIGUEZ DE OLIVEIRA, 2000 e BARBOSA, 2009).

No campo das artes plásticas, a resistência também era evidente. A primeira exposição, organizada em 1932 pelo artista José Guimarães enfrenta oposição do público e da Escola de Belas Artes, que como vimos anteriormente era um dos principais redutos no campo cultural. Em 1944 outra exposição é realizada, dessa vez, reunindo obras de artistas como Tarsila do Amaral, Lasar Segall, Portinari e Di Cavalcanti e as críticas são ainda mais severas, é realizada uma contra-exposição para satirizar os artistas e suas obras modernistas. Miguez de Oliveira (2000) revela que só em 1950 é que o Modernismo nas artes plásticas vai ser aceito na Bahia e o marco neste campo é a exposição que reuniu trabalhos de Mário Cravo, Sante Scaldaferrri e Ruben Valentin, artistas vinculados ‘a geração dos “Cadernos da Bahia”’.

Dois aspectos importantes merecem ser destacados nesse primeiro momento cultural baiano. O primeiro é o fato que o modernismo além de ter se consolidado na Bahia muito depois de já ter se espalhado pelo Brasil, e de ter encontrado forte resistência inicialmente, ele chega trazendo a proposta de harmonizar o antigo com o moderno, como observou Gomes (1979). O segundo aspecto parece marcar boa parte da história cultural brasileira: o descaso com as manifestações e práticas populares que na reflexão de Miguez de Oliveira (2000, p. 35) eram “sempre vistas como algo sem dignidade cultural, quando não como ‘caso de polícia’”. Destaque-se, por exemplo, as proibições dos tambores dos candomblés e do carnaval.”

Só no segundo momento cultural é que teremos iniciativas efetivas no campo das políticas culturais. É uma fase importante para a cultura baiana, quando finalmente o ritmo de

estagnação começa a ser deixado de lado. Esta fase começa no final dos anos 40 e vai até o golpe militar de 64. Observemos a leitura de Rubim (2000) sobre este momento:

[...] o que impressiona nesta década e meia em que durou o “renascimento” baiano é, sobretudo, o ritmo, a amplitude, a profundidade e a forma desenvolvida e agitada com que o tardio “modernismo cultural” operou numa “sociedade arraigadamente tradicional” como era a sociedade baiana de então (RUBIM, 2000, p. 75)

Oportuno destacar que nesse período temos as primeiras iniciativas no campo das políticas culturais, realizadas durante o Governo de Otávio Mangabeira (1947-1951), quando o educador Anísio Teixeira foi nomeado como Secretário de Educação e Saúde, criando o Departamento de Cultura, que em pouco tempo tornou-se o grande centro de apoio para as artes plásticas, a música, o teatro, o cinema e a literatura baiana (Tavares, 2001, p. 462). Vale destacar três iniciativas importantes no campo das artes realizadas como apoio da Secretaria. A primeira, a “Exposição de Arte Contemporânea” organizada em 1947 pelo escritor carioca Marques Rebelo e com o importante trabalho de formação do público comandado Odorico Tavares, representante dos Diários Associados na Bahia; a segunda foi o convite a artistas modernistas para pintarem painéis no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, um marco importante no projeto de educação desenvolvido por Anísio Teixeira, e por fim, a criação dos “Salões Baianos de Belas Artes”, realizados a partir de 1949 (BARBOSA, 2009). Anísio criou a Fundação de Desenvolvimento da Ciência, uma das pioneiras no país com sua política de incentivo à cultura e, também foi o responsável pela promoção de um programa de estudos sociais sobre a Bahia comandado por Charles Wagley e Thales de Azevedo em parceria com a Universidade de Columbia, Nova York. (BRANDÃO apud MIGUEZ DE OLIVEIRA, 2002, p. 189).

Rubim (1996) ao observar os fragmentos da cultura na Bahia durante os anos 50 e 60 vai destacar alguns lugares e circuitos culturais importantes. A Universidade da Bahia, tendo a frente Edgar Santos, aparece como o primeiro deles. Ela teve o papel de maior destaque na configuração de um novo ambiente cultural, caracterizado pela vanguarda e o experimentalismo. São desse período as escolas de Música, Dança e Teatro, comandadas por Hans Koellreuter, Yanka Rudza e Martin Gonçalves respectivamente. Outra iniciativa memorável é a criação em 1959 do Centro de Estudos Afro-Orientais, o CEAO.

Na leitura de Rubim (2000) nesse momento constitui-se um complexo cultural peculiar na Bahia, composto por duas vertentes principais: de um lado uma cultura fortemente marcada por tradições conservadoras de uma elite branca, delineada por uma oratória tradicional e uma

cultura academizante. De outro, uma cultura popular baseada em duas tradições- uma ligada a traços culturais nordestinos do sertão e a segunda ligada à matriz africana, a qual era atribuída pouca utilidade política e que parecia inclusive ser recusada como culturalmente significativa. O autor ainda destaca que estas culturas populares na maioria das vezes não realizavam intercâmbio entre si de modo que pudessem configurar uma cultura popular mais ampla e firmada junto a população. Para ele:

Essas culturas populares mantinham relações muito distintas com as outras dinâmicas culturais existentes. Enquanto a cultura do sertão era reivindicada pelos setores desenvolvimentistas de esquerda como o estoque popular na construção de uma cultura nacional-popular, aquela de raiz negra, potente, mas subterrânea, era desconsiderada inclusive por esses jovens intelectuais, quando não difamada / diminuída / subestimada por preconceitos sociais e culturais dominantes, que pretendiam reduzi-la a gueto (RUBIM, 2000, p.7).

Outros circuitos importantes apontados por Rubim (1996) são os meios de produção e difusão culturais, com destaque para os jornais e suplementos culturais, em especial os Cadernos da Bahia e; o Clube de Cinema da Bahia, comandado por Walter da Silveira, que atualizou cinematograficamente a cidade e permitiu o surgimento de uma cinematografia baiana. Vale também destacar a presença de estrangeiros cultos que se fixaram na Bahia e foram importantes interlocutores a exemplo de Carybé, Lina Bo Bardi e Pierre Verger. Toda essa agitação cultural, com traços muitos específicos não floresce imediatamente ou configura um movimento cultural nitidamente delineado, mas como observa Rubim (1996)

certamente aparece como esteio cultural fundamental que irá permitir revisões significativas da cultura brasileira, inclusive daquela nacional-popular, como aquelas ensejadas por Glauber Rocha no cinema (em especial, com o filme Terra em Transe) e Caetano, Gil, Capinam, Tomzé na música, através do movimento Tropicalista (RUBIM, 1996, p. 80).

Nos governos seguintes, são criados dois empreendimentos importantes na área cultural. O primeiro é o Teatro Castro Alves que seria inaugurado em 1958 pelo então governador Antônio Balbino (1955-1959), mas em razão de um incêndio na estrutura eletromecânica só começou a funcionar em 1967, já no governo de Lomanto Júnior (1963-1967). Outra iniciativa foi a abertura do Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM)⁵, em 1960, no governo Juracy

⁵ Só em 1969 é que o Museu de Arte Moderna da Bahia é transferido para sua sede atual no Solar do Unhão. Antes disso ele funciona no foyer do Teatro Castro Alves.

Magalhães (1959-1963), como oportunamente lembrou Canedo (2008) tinha como objetivo inserir Salvador no roteiro da arte moderna nacional e internacional.

Ao final da segunda fase da cultura baiana a partir da periodização proposta por Miguez de Oliveira (2000) começamos a viver um momento de transição. Assistimos a interrupção da renascença baiana, motivada segundo o autor, pela reunião de quatro elementos: o primeiro, o Golpe Militar de 1964, que na Bahia parece ter um impacto inicial maior. Se no eixo Rio de Janeiro e São Paulo o movimento de resistência é capaz também de provocar uma intensa movimentação cultural, quando esse momento é inclusive conhecido como o período de floração tardia da cultura (Schwarz, 1978), onde merecem ser destacados movimentos como a Tropicália, o Cinema Novo, Teatro de Oficina e Teatro de Arena, e este cenário só alterado com o endurecimento do regime em 1968 a partir da promulgação do Ato Institucional nº 5, na Bahia o esvaziamento cultural acontece de maneira precoce, pois boa parte dos intelectuais e artistas responsáveis pelo período da Renascença Baiana deixa o estado, seja em busca de alternativas de mercado para suas produções ou para fugir das perseguições políticas do regime militar.

O segundo elemento apontado por Miguez (2002) como um dos responsáveis por fim da renascença baiana são as mudanças ocorridas na Universidade. Em 1961, o reitor Edgar Santos deixa o cargo, abalando um dos principais circuitos culturais entre os anos de 50 e 60. No momento cultural seguinte, em 1969, o regime militar também promove uma reforma universitária em que a instituição passa a se preocupar com a produção de uma cultura fortemente especializada e cientificista, onde áreas como humanidades, letras e artes não tem espaço. Ainda segundo Miguez (2002, p206) “Perdeu-se, assim, a dimensão de cultura como arte e ciência sem, contudo alcançar-se a (necessária) cultura técnica exigida pela modernização capitalista da Bahia que, entretanto, prosseguia.”

O terceiro elemento observado é o processo de modernização urbana vivenciado na cidade de Salvador, quando são construídas as famosas avenidas de vale. É instalado um novo pólo comercial, a administração pública é deslocada e a cidade passa então a crescer na direção norte, voltando às costas não só para Baía de Todos os Santos, mas também para o velho centro histórico, local símbolo da renascença baiana por conjugar a vida cultural e boêmia da cidade como já lembrou Miguez (2002) em seu texto. Aliás, ele também nos revela o quarto e último aspecto dentro desta fase de transição, quando o campo da indústria cultural, tendo destaque a televisão, se insere no campo cultural brasileiro e baiano, abalando em grande medida a relação com a cultura local não só na Bahia, mas em todo o país como veremos a diante.

O terceiro momento cultural começa com o Golpe Militar de 64 e avança até a década de 70. Passamos a vivenciar aquilo que Rubim (2000) denominou de transição de uma cultura

escolar-universitário para uma cultura midiaticizada. Para ele a inserção da Bahia dentro desta lógica de indústria cultural vai se processar de maneira lenta e as razões que explicam esse fenômeno ultrapassam o êxodo precoce dos talentos baianos e a concentração da produção midiática no eixo Rio Janeiro – São Paulo:

O incipiente desenvolvimento da mídia baiana derivava de sua inscrição em uma sociedade com forte desigualdade e exclusão sociais, vinda de uma recente paralisia econômica, com uma tênue industrialização e uma população majoritariamente rural, e uma modernização circunscrita espacialmente, em um Estado que comportava ainda muitas dimensões arcaicas. Imersa nessas circunstâncias limitadoras, coube à Bahia desenrolar, em papel subordinado, a comunicação e a cultura midiáticas. A vagarosa inauguração de outros canais de televisão no Estado parece um bom indicador dessas limitações (RUBIM, 2000, p. 11)

A primeira emissora do estado, a TV Itapoã, é inaugurada em 1960, dez anos depois da primeira emissora brasileira, a TV Tupi, começar a funcionar em São Paulo. A segunda emissora baiana⁶ - a TV Aratu (1969) é instalada quando o caráter regional da produção televisiva brasileira começa a se alterar com a inauguração do primeiro centro de TV pela Embratel-Empresa Brasileira de Telecomunicações, no Rio de Janeiro, que permitiu a transmissão direta nacional. Até aquele momento, apenas Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte eram interligadas instantaneamente para a transmissão em cadeia. (CAPARELLI E DE LIMA, 2004, p. 74) Era possível então, ligar as estações de TV com o Sistema Nacional de Telecomunicações. As emissoras começavam “a se organizar e estruturar em redes constituídas de poucas estações produtoras e muitas afiliadas não-produtoras”. (JAMBEIRO, 2001, p.90).

A partir de então, assistimos a centralização da produção nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo e, a interação com a cultural local se torna cada vez mais restrita. Durante este momento as empresas de comunicação também se estruturam como oligopólios. É certamente um momento de ruptura nunca antes alcançado, pois os jornais e revistas, e até o mesmo o rádio,

⁶ Em 1974 é instalada a TV Bandeirantes, seguida pela TV Educativa (1985) e TV Bahia (1985), ambas situadas em Salvador. Só a partir de 1987 é que é implantada a primeira emissora no interior do estado, a TV Cabralia com sede em Itabuna. Posteriormente são instaladas a TV Subaé (Feira de Santana), a TV Santa Cruz (Itabuna) e a TV Norte (Juazeiro), todas inauguradas no ano da Constituição de 1988, que trouxe mudanças significativas na regulamentação do setor de comunicações. Em 1990 é a vez da TV Sudoeste (Vitória da Conquista), em 1991 da TV Oeste (Barreiras) e em 1996 da TV Sul Bahia (Teixeira de Freitas).

durante todo o período anterior sempre mantiveram uma forte ligação com a cultura local. A desarticulação das produções locais provocou conseqüências diretas como:

o estreitamento do mercado de trabalho de um conjunto variado de técnicos e artistas, como muitas demissões tanto na televisão quanto nas rádios – onde, por exemplo, orquestras e cast de cantores deixaram de ser necessários [...] e o encerramento da dinâmica que permitira às culturas locais, até então, transitarem, e até mesmo produzirem, nos meios de comunicação eletrônica. (MIGUEZ DE OLIVEIRA, 2002, 235)

Durante esta fase, especificamente no governo de Luis Viana Filho (1967-1971) ocorre uma reforma administrativa na Secretaria de Educação e Cultura. E é criado em 1967, Conselho Estadual de Cultura, influenciado pela criação do Conselho Federal de Cultura. Nesse mesmo ano, outro importante órgão é criado visando promover a preservação do patrimônio cultural na Bahia e já nessa época tem o turismo como foco. É a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural, na época também conhecida como Fundação do Pelourinho. Suas ações iniciais visavam à recuperação social e arquitetônica do centro histórico da cidade transformando-o numa área de turismo cultural como mostram documentos da época. A atuação da Fundação fora da capital se restringiu as cidades de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália e a região do recôncavo baiano, especificamente as cidades de Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré das Farinhas. Em 1978, a Fundação passou a ser responsável pelo tombamento de bens culturais em todo o território baiano. Só em 1980 ocorre a transformação de fundação em autarquia, quando passa a se chamar Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC).

Nesse período, como parte de um projeto do Luis Viana Filho de criar o sistema integrado de bibliotecas é construído em Salvador um prédio para abrigar a Biblioteca Central do Estado. No campo das artes plásticas, acontecem as famosas Bienais de Arte da Bahia. A primeira, em 1966, realizada no Convento do Carmo em Salvador e realizada por Alaor Coutinho, então Secretário de Educação e Cultura. A II Bienal, só acontece dois anos depois, quando o AI-5 já estava em andamento. Marcado pelas garras da censura, o evento teve obras de Lênio Braga, Antônio Manuel, Manuel Henrique e um desenho de Farnese Andrade apreendidas por serem consideradas subversivas. As Bienais foram suspensas por decreto do então governador. Juarez Paraíso, secretário geral das duas Bienais e Luis Henrique Dias Tavares, então diretor do Departamento de Ensino Superior e Cultura (DESC) que havia apoiado oficialmente as Bienais, foram presos e a III Bienal de Artes Plásticas não chegou a acontecer.

Em 1972, durante o primeiro governo de Antônio Carlos Magalhães (1971-1975) foi criada a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), importante órgão dentro das políticas culturais do estado. Entretanto, só começou a funcionar em 1974 depois da conclusão do estatuto que segundo Canedo (2008, p.62) tinha como objetivos: “preservar o acervo cultural constituído; promover a dinamização e criação da cultura; difundir e possibilitar a participação da comunidade no processo de produção cultural”. Neste período, o Museu de Arte da Bahia, o Museu de Arte Moderna e o Teatro Castro Alves foram incorporados à fundação.

Nesse quadriênio as ações da FUNCEB foram restritas e estavam voltadas para cultura erudita, a exemplo da apresentação de diversas óperas como “O Guarani”, “Madame Buterfly”, “Tosca” e “La Traviata”. Foi promovido também o “Projeto Recital”, focado na música erudita, o I Salão de Arte Infanto-Juvenil da Bahia; a reforma na Biblioteca Juracy Magalhães Júnior, além das bibliotecas móveis, seguindo as experiências inventadas durante a gestão de Mário de Andrade a frente do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo.

Já neste período, os relatórios de governo mostram a orientação das atividades para o turismo e para a valorização de uma identidade “tipo exportação”. No governo de Roberto Santos (1975-1977), o regimento interno do Conselho Estadual de Cultura passa por reformulações (1976), criando uma Câmara de Patrimônio separada da Câmara de Artes. A competência do conselho em relação ao plano estadual de cultura também é alterada, e ele deixa de aprovar e passa a emitir parecer, referente a aplicação de recursos, tombamentos, instituição de prêmios de valorização as atividades culturais, dentre outros. Através desta mudança é criada também uma estrutura com cargos comissionados para o Conselho, incorporado naquela época a Secretaria de Educação e Cultura.

A pesquisadora Sara Uchôa (2006, p.12), ao realizar a análise de documentos governamentais do período, revela ainda que a política cultural foi orientada a partir de algumas diretrizes, entre elas a de que o Estado deveria ser visto como patrocinador, gerador e mantenedor da cultura e, que as ações promovidas deveriam contribuir para o surgimento de uma indústria cultural.

A Fundação Cultural desenvolveu durante esta gestão iniciativas como a ampliação dos serviços das bibliotecas itinerantes que atuavam nos bairros da capital baiana, a distribuição de livros de autores baianos no interior do estado, a microfilmagem de jornais. Iniciativas voltadas para o público jovem também podem ser destacadas como os projetos: “Teatro Escola I e II”, “Interiorização do Teatro”, “Teatro nas Fábricas”, “Teatro em Praça Pública” e “Popularização do Teatro” e “A Escola faz Teatro”, este último proporcionava aos alunos das escolas públicas acesso aos ensaios e espetáculo realizados no Teatro Castro Alves. É pertinente destacar a

reforma da Concha Acústica e a construção da Biblioteca Ernesto Simões Filho. Já nesta fase, a política cultural baiana dá sinais claros de instabilidade, uma das marcas da política cultural brasileira como revelou Rubim (2007c). Só durante o Governo Roberto Santos, a Fundação Cultural teve três diretores: Luiz M. Monteiro da Costa (17/06/1974 – 25/11/1975), Fernando da Rocha Peres (25/11/1975 – 19/04/1977) e Valentin Calderón (22/04/1977 – 19/04/1979). (UCHOA, 2006, p. 11)

Todo esse terceiro momento cultural é marcado pelo êxodo de boa parte dos intelectuais e artistas que compuseram o período de renovação cultural ocorrido nos anos 50, além da afirmação e ampliação da lógica de indústria cultural, iniciada no momento anterior, como elemento estruturante do campo cultural do estado. O movimento de resistência ficou por conta de poucas iniciativas, das quais merecem ser destacadas o Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA), dirigido por Rolland Schaffner; a Jornada de Cinema de Guido Araújo e o Teatro Vila Velha, comandado por João Augusto. Só na metade dos anos 70, é que começamos a ver em Salvador um importante movimento de reafirmação, promovido pelos grupos afro-carnavalescos, que buscam promover no carnaval valores estéticos e políticos ligados a origem étnica, que são responsáveis pelo ressurgimento cultural da Bahia em todo o país como veremos melhor no tópico seguinte antes de alcançarmos o quarto momento cultural baiano.

2.1 A reinvenção cultural baiana

O carnaval é uma das festas de rua mais importantes da Bahia e tem se revelado um evento complexo, que sempre conferiu traços distintivos a partir de suas características simbólicas ao Estado, em especial a sua capital. Esta distinção ultrapassou o plano cultural e atingiu também os planos sociais, políticos, econômicos, dentre outros. Espaço importante onde as dicotomias da cidade são reproduzidas a exemplo: “negro versus branco”, “pobre ou rico”, “casa ou rua”, “tradição e inovação”, “público contra privado”, ele foi o palco do processo de reinvenção da própria cultura baiana, iniciado na década de 70 que vai associar a identidade cultural do Estado quase que exclusivamente a elementos da cultura afro-mestiça. Este processo começou quando a festa ainda não tinha adquirido o status de carnaval-negócio⁷.

É especificamente a partir do desfile em 1975 do primeiro bloco afro da Bahia, o Ilê Aiyê, fundado por jovens do maior bairro negro de Salvador, a Liberdade, que o movimento que já acontecia sem destaque em alguns redutos da cidade vai emergir e na década de 80 se

⁷ Sobre o processo de transformação do carnaval ver Miguez de Oliveira (2008).

espalhar por todo o Estado. O surgimento do Ilê Aiyê teve grande repercussão e provocou duras e agressivas críticas da elite “branca” baiana, utilizando para isso inclusive suas mídias, a exemplo do jornal A Tarde, como relatou em seus textos Rubim (2000).

Diante dessa conjuntura é válido entendermos as observações de Miguez de Oliveira (2008), um dos pesquisadores que mais tem se dedicado aos estudos sobre o carnaval da Bahia. Segundo ele, o carnaval baiano sempre contou com a participação negra, seja através dos afoxés, das batucadas, dos blocos, dos cordões ou do folião pipoca que pulava atrás do trio elétrico. O autor expõe, por exemplo, a importância dos blocos de índios, entidades carnavalescas surgidas no final dos anos sessenta, mas que não tem especificamente no universo negro sua inspiração principal, ao contrário disso, a inspiração vem dos filmes do velho oeste produzidos por Hollywood. Para Miguez (2008) merece destaque também, o afoxé Filhos de Gandhi, surgido em 1949, um ano antes da criação do trio elétrico, mas que a partir do final dos anos 60 chega quase a desaparecer, se reestrutura a partir de 1976, em grande medida pelo papel desempenhado por Gilberto Gil no retorno do exílio, e é um dos símbolos mais importantes do carnaval da Bahia.

Em 1978 surge o Badauê, um afoxé diferente dos tradicionais por não estabelecer vínculos diretos com o candomblé, e em seguida são fundados o Olodum e o Male Debalê, importantes blocos afros. Miguez de Oliveira (2008) revela que no início dos anos 90 o número de blocos afro e afoxés chega a quarenta e cinco organizações e é ele quem conduz a investigação de modo a ressaltar que a reafrikanização vivenciada na Bahia com o surgimento do Ilê Aiyê e dos blocos afros da década de setenta é bastante distinta do processo que antecede a criação dos Filhos de Gandhi. O autor esclarece que o afoxé mais famoso do Estado buscava uma afirmação negra, mas assumia também uma postura de integração perante a cultura e os valores da sociedade branca, diferente da experiência dos blocos afros.

A atuação destas organizações vai extrapolar os limites do carnaval, se insere na sociedade, em um movimento que associa cultura, política e, também negócio, já que o repertório foi apropriado pela indústria fonográfica e também pelo turismo. Miguez (2008) inclusive assinala que elas enfrentam o desafio triplo: gerenciar e garantir lucro a partir do sucesso alcançado através da visibilidade de seus produtos e imagem; afirmação étnica e superação da condição de discriminação no plano socioeconômico que marca a população negra dentro da sociedade brasileira. Quando este cenário se configura, a Bahia se insere de maneira concreta dentro da lógica da indústria cultural, produzindo artistas, bens e serviços nacionalmente, e em alguns casos até, internacionalmente conhecidos.

Mas não se trata só de vender produtos específicos, com certa cor diferencial, como a chamada “música baiana”. O movimento parece ser mais amplo. Trata-se de consolidar e difundir uma nova identidade da Bahia: em lugar da antiga “boa terra”, marcada por um ritmo lento, preguiçoso, “malemolente”, tem-se agora um ritmo acelerado dos corpos em frenéticas danças e uma “ritmicidade” vigorosa dos tambores que constroem a terra da felicidade e fazem da alegria “um estado chamado Bahia”. Uma terra boa e desejada, porque animada, e ressignificada como lugar de todas as festas para todos os que aqui estão ou especialmente chegam, mesmo que em dimensão apenas simbólica. Salvador deixa de ser aquela pacata “Cidade da Bahia” para tornar-se Salvador, a capital do Axé e do carnaval. (RUBIM, 2000, p.17)

As considerações de Rubim (2000) também nos alertam no sentido de compreender que a emergência do movimento negro vai se dar em grande medida pela associação entre comunicação e cultura e, que outros elementos culturais foram importantes neste processo além daqueles ligados especificamente as raízes africanas, como por exemplo, a moda Black Power; o ritmo soul de James Brow; a filosofia do black is beautiful; as coreografias das discotecas; os seriados americanos, a exemplo do Jackson Five, e o cinema também já mencionado ao longo do nosso texto. Existe aí, portanto, um claro processo de reinvenção do local que combina traços do nacional e do global, numa incessante troca de fluxos simbólicos, capazes de reconfigurar a identidade baiana.

2.2 Cultura e Turismo cada vez mais unidos

Retomemos neste tópico, aquilo que Miguez de Oliveira (2000) denominou de quarto momento cultural da Bahia, quando os bens e serviços simbólicos passaram a compor a indústria cultural e de entretenimento, configurando uma economia do lúdico. Este período se inicia no final dos anos setenta. O segundo mandato de Antônio Carlos Magalhães (1979-1982) a frente do governo estadual vai coincidir com o início desta fase. Durante este período, as ações da Fundação Cultural da Bahia estavam cada vez mais voltadas para valorização da identidade cultural baiana, leia-se, a identidade do Recôncavo.

As ações do governo foram focadas na preservação do patrimônio cultural e na dinamização das ações culturais com iniciativas como a promoção de cursos, seminários, oficinas, além da criação do corpo de baile do Teatro Castro Alves, o Quarteto de Cordas, a Orquestra Sinfônica da Bahia (OSBA). A FUNCEB também realizou durante esta fase assistência técnica a diversas entidades com as quais mantinha convênio de manutenção a exemplo do Museu Carlos Costa Pinto, Museu das Alfaias, Museu Recolhimento dos Humildes

de Santo Amaro, Fundação Hansen Bahia e da Fundação Juracy Magalhães Júnior. Uchoa (2006) também relata as ações de cooperação técnica, financeira para realização de eventos com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Organização dos Estados Americanos (OEA), Universidade Federal da Bahia, Fundação Casa de Rui Barbosa, Bahiatursa, Conder, Fundação Pró-Memória, entre outros órgãos.

No governo de João Durval Carneiro (1983-1986), sucessor do grupo carlista, o Instituto de Radiodifusão da Bahia (IRDEB), criado em 1969 tornou-se em 1983, fundação, adquirindo assim, personalidade jurídica de direito privado. Mas o grande destaque desta gestão foi a construção de sete equipamentos culturais no interior da Bahia foram eles: Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima (Vitória da Conquista); Centro de Cultura de Porto Seguro; Centro de Cultura Olívia Barradas (Valença); Centro de Cultura João Gilberto (Juazeiro); Centro de Cultura de Alagoinhas; Centro de Cultura Adonias Filho (Itabuna) e Centro de Cultura Amélio Amorim (Feira de Santana). Todos os centros culturais criados tinham como objetivo promover a circulação cultural no estado.

O ano de 1986 foi emblemático para cultura na Bahia. Foi autorizada a criação da Fundação Pedro Calmon (FPC), que junto com o Arquivo Público do Estado tinham a função de preservar os documentos e promover cursos voltados para a história baiana, mas que só foi efetivamente implantada no governo seguinte em 1987. Ainda em 1986 foi tombado no âmbito estadual o primeiro terreiro de candomblé, o Casa Branca Ilê Axé Iyá Nassô Oká, que já tinha sido tombado pelo município em 1982. E Waldir Pires, na época membro do PMDB, foi eleito com o apoio dos militantes da esquerda e dos intelectuais baianos, derrotando o candidato carlista Josaphat Marinho para o cargo de governador do estado da Bahia.

Apesar da derrota carlista no plano estadual, Antônio Carlos Magalhães, não só mantém sua presença no estado como amplia seus poderes através do governo federal, pois nesta fase ele ocupa o cargo de Ministro das Comunicações⁸ do governo Sarney. Rubim (2001) destaca que além da presença do carlismo na esfera federal, na Bahia é significativa a posição que ocupa junto a setores importantes da sociedade como, por exemplo, o judiciário. Ele acrescenta também o apoio dos empresários baianos ao projeto carlista de modernização capitalista da Bahia.

Segundo Rubim (2001), a persistência do carlismo pode ser explicada pelo atraso sócio-econômico da Bahia e o peso político que o carlismo ocupava no interior do Estado,

⁸ Segundo Rubim (2001) durante o período em que ocupou o Ministério das Comunicações ACM destinou para a Bahia, seis concessões de televisão e 96 de rádio, o que equivale a um total de 10,2% do total de concessões efetuadas no período.

principalmente nas pequenas cidades. Mas ele lembra que existe um fato significativo, que vai promover não só a permanência do grupo carlista no poder como também sua atualização.

Sem subestimar a capacidade de aglutinação de interesses, o papel da liderança de ACM e os seus mecanismos de coerção, cooptação, controle e comando, a multiplicidade de dimensões assinaladas busca compor o complexo horizonte elucidativo da persistência e o desenvolvimento do carlismo. [...] cabe introduzir na cena política um outro componente essencial a uma sociabilidade estruturada e ambientada pela mídia: as estratégias político-midiáticas conformadas para adaptarem e realizarem a política nas novas circunstâncias sócio-políticas contemporâneas. (RUBIM, 2001, p. 8)

Rubim (2001) acrescenta que esta “atualização político-midiática de ACM e do carlismo” foi potencializada graças à conquista do direito de retransmissão da programação da Rede Globo de Televisão na Bahia⁹ em 1987. Segundo o autor, esta atualização, preserva traços de sua caracterização, “família política comandada por um líder/pai, através de tensas relações de autoridade e de afeição”, mas se adéqua a um novo ambiente que altera não só a sociabilidade, mas a própria maneira de fazer política¹⁰.

Inicialmente, o governo de Waldir Pires promoveu uma reforma administrativa e criou através da Lei 4.697 em 15 de julho de 1987, a primeira secretaria para cuidar especificamente da cultura. O órgão surgiu com o objetivo de “preservar a memória e a tradição do Estado, fomentar as ações culturais dos segmentos da sociedade e fornecer condições para o livre desenvolvimento das ações culturais”. José Carlos Capinam, compositor e poeta, foi o primeiro dirigente do órgão que a princípio tinha incorporado a sua estrutura o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), a Fundação Pedro Calmon (FPC), o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB). Foram criados também o Departamento de Bibliotecas (DEPAB), o Departamento de Museus (DEPAM), o Departamento de Intercâmbio e Ações Regionalizadas (DIAR), responsável pela regionalização da política estadual de cultura, a Superintendência de Apoio as Ações Culturais (SAAC), responsável pelas iniciativas de apoio às ações culturais, gestão de equipamentos e realização de estudos e pesquisas como revelou Canedo (2008).

A gestão de Waldir Pires ainda não foi devidamente estudada, existe aí uma lacuna a ser preenchida pelos estudos dedicados a investigar as políticas culturais na Bahia. Além da interrupção do mandato em 1989, provocada pela renúncia do então governador para concorrer

⁹ O sinal da Globo era transmitido pela TV Aratu que pertencia ao grupo da família Viana e a TV Bahia, atual retransmissora da Globo, transmitia o sinal da extinta TV Manchete.

¹⁰ A esse respeito consultar Rubim (2000b)

a vice-presidência na chapa do PMDB, comandada por Ulysses Guimarães, uma série de problemas foi enfrentada como, por exemplo, a duplicidade de tarefas realizadas pela Secretaria e pela Fundação Cultural, esta última já consolidada como órgão central das políticas de cultura no estado. Fernandes (2009), durante sua investigação também esclareceu que:

[...] o limitado raio de ação do governo Waldir Pires na cultura deveu-se à escassez de recursos. Mas essa dificuldade em si é resultante de uma série de fatores políticos, administrativos e conjunturais: a desatenção do governo federal para com a Bahia; o desprestígio da área da cultura (sempre com os menores orçamentos) diante das demais pastas da administração pública, embora as promessas de campanha de Waldir equiparassem cultura à educação e saúde; a limitada influência e articulação política do Governador na esfera nacional e diante da iniciativa privada; e a grave crise econômica e financeira que acometia o país (ao final do ano de 1988 a inflação batera à porta dos 30%). (FERNANDES, 2009, p. 26)

Com a renúncia, o vice-governador, Nilo Coelho, assumiu o cargo, e vários dirigentes, dentre eles, José Carlos Capinam deixaram o cargo. Joir da Silva Martins Brasileiro assumiu interinamente a pasta, depois chefiada por Oswaldo Teixeira que acumulou também cargo de Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Pode-se destacar a iniciativa do IPAC em promover uma reforma em alguns imóveis no Pelourinho, envolvendo dez secretarias de governo. Na época, o bairro já se consolidava como um espaço cultural importante na cidade de Salvador, principalmente pelo funcionamento de bares e pela realização dos ensaios de blocos afros.

Foi realizada uma reforma administrativa através da Lei 5.121/89, em que foram promovidas uma série de mudanças como, por exemplo, a transformação da Fundação Cultural em Fundação das Artes; foram criados o Sistema de Informações Culturais (SIC), o Departamento de Equipamentos Culturais (DEPEC), responsável por centralizar a gestão dos equipamentos culturais da Secretaria e a Coordenação de Desenvolvimento Cultural (CODEC), responsável pela promoção de debates sobre a cultura na Bahia e pelo diálogo com os municípios. O Departamento de Intercâmbio e Ações Regionalizadas (DIAR) e a Superintendência de Apoio as Ações Culturais (SAAC), criados por Waldir Pires, foram extintos. Canedo (2008) destaca que nesta fase foi promovido o Fórum Estadual de Cultura. O evento contou com a participação de representantes de 22 municípios e foi organizado pela CODEC.

Outro marco da gestão de Nilo Coelho refere-se ao Teatro Castro Alves, que também deixou de compor a estrutura da Fundação Cultural e tornou-se um órgão de regime especial.

No final do governo, o teatro foi fechado (1989) e suas atividades artísticas transferidas para o Centro de Convenções. As reformas estruturais que o espaço precisava sofrer não aconteceram, somente a Concha Acústica passou por alterações. Munição suficiente para a campanha do grupo carlista ao governo do estado, que resultou na vitória de ACM em 1991.

Pela terceira vez no cargo de governador, Antônio Carlos Magalhães (1991-1994) deu início a política cultural que associava cultura ao turismo. É ele quem vai preparar as bases para a política cultural que será desenvolvida pela Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), criada durante o primeiro governo de Paulo Souto. Um claro exemplo dessa estruturação é o Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia (Prodetur-BA), elaborado pela Bahiatursa que na época era chefiada por Paulo Gaudenzi. O Projeto, amplamente utilizado durante o período de funcionamento da SCT, fazia parte do Prodetur- Nordeste e visava obter junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento recursos para o financiamento de obras turísticas.

Com a eleição de ACM inicia-se então, um período em que o carlismo permanece no comando do governo estadual até 2006 ininterruptamente. No entanto, Fernandes (2009) revela que a carreira política de Antônio Carlos Magalhães se consolida durante a ditadura militar, nesta fase ele foi prefeito de Salvador (1967-1970), governador do estado por duas vezes (1971-1975/1979-1983) e presidente da Eletrobrás (1975 a 1979). Conseguiu eleger João Durval Carneiro como seu sucesso político ao governo estadual entre 1983-1986 e, embora tenha perdido o controle do governo estadual com a derrota de Waldir Pires sempre se manteve ligado ao poder como já mencionamos anteriormente.

No âmbito federal, iniciamos a política neoliberal. O presidente Fernando Collor de Melo privatiza diversas empresas estatais e extingui 24 órgãos, entre eles o Ministério da Cultura. Na Bahia, ACM segue a mesma lógica. Inicia uma reforma administrativa, através da Lei 6.074, que extingui a Secretaria Estadual de Cultura. A pasta da Cultura volta à Secretaria de Educação, que passa a se chamar Secretaria de Educação e Cultura, chefiada por Dirlene Mendonça. A Fundação das Artes volta a ser denominada Fundação Cultural do Estado da Bahia, e assume novamente o papel de principal órgão gestor da cultura.

A cultura local passa a ser concebida como um importante capital para o desenvolvimento econômico da Bahia e aos poucos, a “baianidade” começa a ser descoberta como atração turística. Inicialmente, a aliança entre a Cultura e o Turismo configura-se através do patrimônio físico, são implementadas reformas no patrimônio histórico e material de Salvador, com destaque para a recuperação do Pelourinho e do Teatro Castro Alves. A idéia era transformar a Bahia em um dos principais destinos turísticos do país adotando como diferencial

turístico a cultura do Estado. Desse modo, o “Produto Bahia” pode ser considerado um produto turístico diferenciado, pois é capaz de associar:

[...] elementos materiais (um valioso patrimônio histórico-arquitetônico), naturais (um extenso litoral uma rica reserva ambiental) e simbólicos (um legado histórico, tornado vivo através das diversas manifestações culturais e religiosas, da culinária e principalmente do “jeito” de ser “alegre”, “benfazejo” e “festeiro” do baiano) que foram ciosamente cindidos pelo poder público local como política de desenvolvimento do turismo no competitivo mercado de bens simbólicos (VIEIRA, 2005, p 8-9).

Nas eleições seguintes, Paulo Souto (1995-1999) que ocupava o cargo de vice-governador durante a gestão de ACM foi eleito governador do estado pela primeira vez e, a ACM eleito Senador. No campo cultural, a primeira gestão de Paulo Souto foi responsável por importantes mudanças estruturais na organização da política cultural do Estado. Através da Lei nº 6.812 de 18 de janeiro de 1995, ele criou a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), que numa ação inédita no Brasil, uniu as pastas da Cultura e Turismo, antes localizadas respectivamente na Secretaria de Educação e Cultura e na Secretaria de Indústria e Comércio, em uma mesma secretaria, “estabelecendo uma ferramenta institucional para o processo de expansão do setor, ao tempo em que lhe agregava a dimensão cultural” (BAHIA apud BALANCO 2005).

Vieira (2005) elucida que a fusão das áreas de Cultura e Turismo conferiu especificidade ao modo de gestão cultural, ao tempo em que o governo passou a atrelar a “implementação de suas políticas culturais a uma estratégia que lança mão de um discurso que reinventa a identidade baiana”, tentando desse modo, promover a modernização cultural e turística do Estado com o propósito de transformar a Bahia em lugar identificado ao consumo cultural, inserido-a assim no mercado global de bens simbólicos.

Kauark (2006) aponta que a adoção de uma política de patrimônio cultural tangível e intangível, associada principalmente a ações que amálgama o marketing e o turismo, relacionam-se ao que ela considera como o segundo pilar do pensamento governamental para a cultura baiana: a potencialização e a divulgação da identidade do Estado. A autora pontua que:

[...] pode acontecer também um exacerbado artificialismo dos produtos culturais, aliás, turísticos, que são vendidos, mas que pouco interagem com a vida daquela comunidade. O Pelourinho, por exemplo, um dos ícones identitários mais conhecidos da Bahia, centro de atração turística, é local em que, ironicamente, o governo deslocou antigos residentes, pobres na maioria, cedendo o espaço para comércio e serviços turísticos. (KAUARK, 2006, p.3).

Vieira (2005) atribui ao Estado o papel chave no redimensionamento das matrizes culturais que compõem a identidade baiana, bem como a autoria do texto identitário conhecido como baianidade. Para ela, a narrativa construída vem sendo utilizada pelo mesmo grupo político desde a década de 70, que tinha Antonio Carlos Magalhães como sua figura mais importante, elegeu um grupo bastante reduzido de ícones da cultura baiana, na tentativa de sintetizar o “ser baiano”, forjando assim uma “singularidade” cultural no Estado. A autora afirma que essa estratégia conjuga vários aspectos ligados a práticas políticas autoritárias e impositivas, utilizadas pelos projetos de construção nacional durante a história política do Brasil, o que colaborou para a sustentação e manutenção de uma hegemonia política no país. Desse modo, tem-se “um jogo simbólico que se apropria de práticas culturais populares e atíça sentimentos atávicos em torno do ideário de origem e pertencimento, o discurso oficial acaba por formular uma ideologia do ‘local-popular’”. (VIEIRA, 2005, p. 9).

Seguindo raciocínio semelhante, Rubim (2001) buscou refletir em um de seus textos sobre a atualização do discurso da baianidade promovido pelo do grupo carlista nos anos 90 que a partir da incorporação da televisão alterou não só a sociabilidade contemporânea, mas o próprio fazer político. Ele destaca que:

A associação, assimilação e apropriação do texto identitário da baianidade operado de modo intencional e sistemático pelo carlismo não se restringe às atividades políticas, como campanhas eleitorais, nem se circunscreve à implementação de políticas oficiais de cultura e de turismo. Aciona-se também o potente partido eletrônico, constituído no estado. A TV Bahia e depois a Rede Bahia, formada pela televisão e por quase todas as emissoras do interior do estado, têm lugar destacado na socialização, cristalização, construção, apropriação e divulgação do texto da baianidade.

[...] O maior desafio desse engenhoso procedimento, sem dúvida, deriva da obrigatória existência de uma rígida e ampla grade de programação em rede, imposta e produzida de modo centralizado pela Globo. Apesar disso, a TV Bahia engendrou um conjunto articulado de iniciativas, que a associaram intimamente à imagem da Bahia e ao texto da baianidade. Muitas dessas iniciativas, em especial os eventos de entretenimento cultural, como o Projeto Verão lançado em 1992, obtiveram grande repercussão, levando o grupo empresarial da família de ACM a investir fortemente nessa área (RUBIM, 2001, p.17-18)

A SCT, criada já no momento de atualização do discurso da baianidade, passou a ser comandada por Paulo Gaudenzi, que até então ocupava o cargo de presidente da Bahiatursa. Com as mudanças estruturais, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), a Fundação

Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), a Fundação Pedro Calmon (FPC), o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), o Conselho Estadual de Cultura (CEC) e a própria Bahiatursa, antes ligada à Secretaria de Indústria e Comércio passaram a compor a estrutura da Secretaria de Cultura e Turismo.

Mesmo com a criação da SCT, coube à FUNCEB o planejamento, execução e acompanhamento das ações culturais do Estado. O Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) permaneceu na estrutura da Secretaria de Educação. Neste governo, o IRDEB passou por reformas e ampliações e teve um papel fundamental na produção de programas especiais e documentários sobre a cultura baiana e sobre a natureza regional. O Instituto é composto pela TV Educativa, pela Rádio Educadora, pelo Centro de Material Impresso, e possui videoteca, biblioteca e um teatro. (CANEDO, 2008, p. 68)

Em 1996, seguindo a tendência nacional que vigorava na época de estabelecer relações entre o Estado e a iniciativa privada usando o mecanismo de renúncia fiscal para investimento em cultura foi criado através da Lei 7.015 o Programa Estadual de Incentivo à Cultura (Fazcultura), que prevê o abatimento de até 5% do ICMS, no limite de até 80% do valor total do projeto cultural. Para receber o abatimento é necessário que a empresa patrocinadora contribua com recursos próprios equivalentes a, no mínimo, 20% dos recursos totais transferidos ao produtor. Ao ter seu projeto aprovado pela Comissão Gerenciadora do programa, o proponente deve buscar uma empresa patrocinadora que receberá abatimento no imposto.

As ações voltadas para qualificação dos espaços e equipamentos culturais também foram uma marca desta gestão. Foram realizadas reformas em alguns equipamentos como a Sala Walter da Silveira, a Sala Alexandre Robatto e a Biblioteca Pública dos Barris. Foi criada também a Galeria Pierre Verger. No Centro Histórico de Salvador, no Terreiro de Jesus mais precisamente, a Escola de Dança da FUNCEB ganhou em 1997 uma nova sede. A iniciativa permitiu que o número de alunos fosse ampliado. Merecem destaque a Série TCA Grandes Concertos, o Expresso 2001, o Cinema Para Todos e o projeto Pelourinho Dia a Noite voltado para a programação cultural.

A partir da criação da Secretaria de Cultura e Turismo até 1998 poucas foram as ações culturais implementadas no interior do estado, como já observou Balanco (2006). Segundo ele três iniciativas tiveram destaque: a segunda fase dos Salões Regionais de Artes Plásticas, uma espécie de bienal que a cada edição envolvia uma media superior a 100 artistas oriundos das cidades sede do evento e dos municípios próximos. O projeto foi iniciado em 1992 e era

realizado em parceria com os sete centros culturais do interior baiano e as prefeituras das respectivas cidades. O segundo projeto foi o Chapéu de Palha. Criado em 1983, consistia na realização de cursos e oficinas de teatro, não só para artistas, mas para a população em geral. O projeto era sempre finalizado com a realização de um espetáculo baseado nas pesquisas sobre cultura local desenvolvidas durante as oficinas.

Em 1995 o Chapéu de Palha realizou 37 oficinas em 29 municípios diferentes, com a participação de 2600 pessoas. Infelizmente esse número caiu para quatro oficinas em 1996, e nos anos de 1997 e 1998 os relatórios de governo não citam a realização do projeto. (BALANCO, 2005, p.7)

Outra iniciativa relevante segundo o autor foi a implantação de novos arquivos públicos e a reforma dos já existentes no Estado. Kauark (2006) ao analisar as políticas culturais durante as gestões de César Borges (1998-2002) e Paulo Souto (2002-2006) observou que projetos como PopulAção e CirculAção Cultural avaliados como marcos importantes da Fundação Cultural, aconteceram em apenas 15 municípios do interior do Estado, somente em cidades que possuem equipamentos culturais. Em relação aos suportes, ou seja, programas que auxiliam a execução de projetos, a autora destaca o Censo Cultural, que se propôs a realizar um mapeamento cultural em todos os municípios da Bahia. No entanto, na visão da mesma, o programa não foi capaz de impulsionar as práticas culturais do governo para dinamizar os espaços culturais nas cidades do interior.

Paulo Souto deixa ao final do governo o cargo para concorrer ao Senado e o vice-governador, César Borges assume o interinamente. Nas eleições de 1998, Borges enfrenta Zezéu Ribeiro (PT) e sai vitorioso. Paulo Gaudenzi se mantém no cargo como Secretario de Cultura e Turismo e a continuidade administrativa é assegurada, sendo inclusive apontada como um aspecto positivo pelos relatórios de governo. Canedo (2008) observa em sua pesquisa que esta continuidade nem sempre se traduziu em benefícios e relata os problemas ocorridos com a manutenção dos equipamentos culturais, envolvendo a falta de recursos. Nesta gestão foi criado o projeto Sua Nota é um Show, uma parceria entre a SCT e a Secretaria da Fazenda. O projeto previa a troca de cupons fiscais por ingressos para apresentações musicais. Nesta gestão foram fundados o Centro de Cultura Antonio Carlos Magalhães, em Jequié (2000) e o Teatro Dona Canô, em Santo Amaro (2001).

Mais uma vez, assistimos a troca de cadeiras pelos carlistas. César Borges, então governador, renuncia para concorrer às eleições ao Senado e, em seu lugar assume o vice-governador, Otto Alencar. Em 2002, Paulo Souto enfrenta Jaques Wagner nas eleições para o

governo do estado. Souto sai vitorioso e assume pela segunda vez o governo do estado. Ele promove através da Lei 8.538 mudança na estrutura administrativa da secretaria. O Arquivo Público do Estado da Bahia passa a integrar a Fundação Pedro Calmon e o Instituto de Radiodifusão da Bahia (IRDEB) é incorporado à Secretaria de Cultura e Turismo. As ações voltadas para recuperação do patrimônio e memória continuam sendo o carro-chefe.

Importante destacar que Paulo Gaudenzi comanda a Secretaria de Cultura e Turismo durante todo este período, e a concepção geral da gestão cultura no Estado da Bahia permanece praticamente a mesma. Fernandes (2008) nos ajuda a compreender que quando Paulo Souto retornou ao cargo de governador com uma visão suavemente atualizada da cultura, foi ensaiada uma mudança na intervenção do governo, mas nada que pudesse ser considerada uma mudança profunda na atuação. Entre estas mudanças ela destaca a incorporação do patrimônio imaterial, através do tombamento de quatro terreiros de candomblé.

Neste quadriênio outra modalidade de financiamento foi criada, o Fundo de Cultura da Bahia. Instituído através da Lei 9.431 de 11 de fevereiro de 2005 e seguindo o termo de adesão ao Sistema Nacional de Cultura implementado durante a gestão de Gil Gilberto no Ministério da Cultura com recursos orçamentários provenientes do tesouro estadual e com modelo de gerenciamento semelhante ao adotado pelo Fazcultura. No entanto é válido destacar que:

O FCBA, assim como o Fundo Nacional de Cultura, destina recursos a projetos culturais com o objetivo de incentivar e estimular a produção artístico-cultural, porém a lei baiana possui duas grandes diferenças da lei federal: a primeira é que os investimentos do Fundo de Cultura da Bahia são feitos exclusivamente a fundo perdido, enquanto a lei federal também permite que sejam feitos através de empréstimos reembolsáveis; a segunda diferença é que o FCBA permite o custeio parcial e total dos projetos aprovados, já o FNC permite o custeio apenas de até 80% do valor total do projeto. Estas características tornam o Fundo de Cultura da Bahia uma fonte de financiamento muito atraente para os produtores e artistas que buscam apoio para suas produções. (PEDRA, 2009, 31-32)

O fundo é administrado pela Secretaria de Cultura e apóia projetos nas áreas de música; artes cênicas; artes plásticas e gráficas; cinema, vídeo e fotografia; literatura; folclore; artesanato; museus, bibliotecas e arquivos; patrimônio cultural, além de saberes e fazeres, apresentados por artistas, produtores e gestores culturais domiciliados na Bahia.

Numa breve análise dos 16 anos da SCT, já que teremos oportunidade de realizar uma reflexão mais cuidadosa no capítulo que segue podemos resgatar a percepção de Balanco (2005) ao analisar a fusão da Cultura e Turismo. O autor assinala que a cultura, antes de ser pensada como um fator de melhoria e transformação social, foi sempre colocada como um fator

primordialmente econômico para o fortalecimento do turismo. Já Rubim (2007) esclarece que durante todo o período em que a cultura esteve subordinada aos interesses do turismo, algumas graves distorções ocorreram, a exemplo do desconhecimento de temas atuais como “cultural digital, economia criativa, redes culturais, estudos da cultura, formação de organizadores da cultura e sistema nacional de cultura” trazendo assim grande prejuízo para a atualização necessária da cultura na Bahia. O autor também critica a quebra das relações plurais e democráticas com a diversidade da sociedade na Bahia, além da imposição de uma identidade única para o Estado.

Na fase de transição entre os governos de Souto e Wagner, a Secretaria de Cultura, a pedido do governador eleito, foi separada do Turismo, através da Lei 10.549 de 28 de dezembro de 2006. Com a mudança no governo do estado em 2007, cinco linhas de ação foram definidas para guiar suas atividades: “diversidade, desenvolvimento, descentralização, democratização e diálogo & transparência”. Segundo informações do site da secretaria¹¹ são estes conceitos que vão permear todas as ações do órgão, além de seus programas e políticas.

Tomando como princípio a idéia de “descentralizar as ações culturais e democratizar o processo de planejamento, execução e avaliação dos programas e projetos culturais” (CARVALHO, 2007), o governo criou o Programa Integrado de Desenvolvimento Territorial da Cultura que tem como objetivo promover o desenvolvimento sociocultural dos 26 territórios baianos, de maneira integrada, através da participação das comunidades beneficiadas e da articulação dos poderes públicos com a sociedade civil organizada e a iniciativa privada. Rubim (2007b) lembra ainda que esta lógica de realizar um diálogo com a sociedade para implementar as políticas culturais é uma iniciativa que está diretamente sintonizada com o governo federal, numa tentativa de enfrentar o autoritarismo e elitismo, presentes na política cultural brasileira durante muito anos.

O programa mostra diversas peculiaridades, primeiro porque reconhece a diversidade cultural do Estado e não tenta manter a linha dos governos anteriores quando a cultura baiana era concebida de maneira singular:

A cara da Bahia não pode ser apenas a cara do Recôncavo. A cara da Bahia tem que ser a cara da Bahia inteira: do Recôncavo, do Oeste, do São Francisco, do Sertão, do Sul, da Chapada e de todas as outras regiões do estado. Temos que assumir “ao mesmo tempo agora” toda diversidade baiana, as diferenças que, combinadas e recombinadas, misturadas, mestiças, fazem do povo baiano o que ele é. (<http://www.cultura.ba.gov.br/linhasdeacao/diversidade>)

¹¹ www.cultura.ba.gov.br/linhasdeacao

O Programa de Desenvolvimento Territorial da Cultura consiste em agrupar os 417 municípios baianos em 26 territórios de identidade, que são definidos levando-se em consideração o fato do território ser concebido como dimensão fundamental para viabilizar as políticas culturais, pois é nele que a população constrói sua identidade e onde os municípios se articulam (PLUG, 2007).

O Programa de Desenvolvimento Territorial da Cultura torna-se também interessante à medida que revela entre suas preocupações a necessidade de capacitação de gestores e produtores culturais, iniciativa rara dentro das políticas culturais adotadas no Estado da Bahia.

Segundo informações disponibilizadas no site da Secretaria de Cultura¹² durante o mês de julho de 2008 foram capacitados professores da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), da Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB) e da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB). A meta é que os professores capacitados atuem como multiplicadores e que ao final o projeto consiga capacitar 400 gestores de cultura no interior do Estado. Durante o curso foram trabalhados conceitos contemporâneos de cultura e temas como cultura brasileira e baiana; políticas públicas federais e estaduais para a cultura; a relação entre cultura, economia, indústria e desenvolvimento. Ainda segundo informações disponíveis no site da Secult, a superintendente de Cultura da Secretaria de Cultura da Bahia na primeira gestão do governo Wagner, Ângela Andrade, pontuou que o objetivo maior é a criação de um sistema de formação e capacitação em cultura em todo o estado, através da implementação de uma rede para estimular a ampliação dos estudos nessa área e a criação de núcleos de estudos e pesquisas em organização da cultura no interior da Bahia.

A necessidade de envolver de maneira ativa os municípios em suas ações é destacada por Rubim (2007), uma vez que esta representa uma mudança significativa para o campo cultural, pois:

Desde a Constituição de 1988, que reconheceu o município como um ente federativo, inúmeros municípios brasileiros passaram a dar mais atenção ao campo cultural, inclusive com a criação de órgãos e políticas voltados para a cultura. Apesar deste novo patamar de possibilidades, muitos municípios, ainda submetidos ao autoritarismo presente na Bahia, deixaram de encarar estas novas perspectivas de autonomia, política e cultural, e não deram devida atenção ao seu desenvolvimento cultural. (RUBIM, 2007a, p.10)

¹² <http://www.cultura.ba.gov.br/noticias/plugcultura/curso-capacita-400-gestores-culturais-em-todo-o-estado>

No capítulo quatro teremos mais oportunidade de investigar de perto o governo Wagner, bem como analisar algumas mudanças que ele propõe inclusive no que se refere a uma reforma administrativa, proposta através do Projeto de Lei 17688/2008¹³, que já enviado à Assembléia Legislativa. O projeto prevê também alterações no fundo de cultura.

¹³ Se aprovado, poderão inscrever projetos de empresas e associações que tenham um ano de funcionamento - o limite atual é de no mínimo três anos – e serão permitidas, também, inscrições de mais de um projeto pelo mesmo proponente. O limite de valor também será alterado, na tentativa de evitar a concentração de recursos na mão de poucas produtoras. Além disso, novas linguagens passarão a ser contempladas, como projetos nas áreas de moda, gastronomia, cultura digital e economia criativa, que atualmente não estão previstas na lei.

3. POLÍTICA CULTURAL NO GOVERNO PAULO SOUTO

3.1 Definição de cultura

Boa parte dos textos produzidos na área das Políticas Culturais dedica-se a análise de determinados períodos históricos e não costuma explorar o conceito de cultura. Entender a concepção de cultura que norteia a Política Cultural estudada é crucial, uma vez que toda Política Cultural privilegia, explicitamente ou não, uma concepção de cultura. É a partir dela que são propostos objetivos, formulações entre outros aspectos relevantes. A esse respeito, observe o que diz Rubim:

A amplitude do conceito de cultura utilizado não apenas delinea a extensão do objeto das políticas culturais, mas comporta questões a serem enfrentadas por tais políticas, como as conexões pretendidas e realizadas entre modalidades de cultura, sejam elas: erudita, popular e midiática ou local, regional, nacional, macro-regional e global. Em um estágio societário em que tais conexões entre modalidades de cultura tornam-se recorrentes, a concepção de cultura inscrita nas políticas culturais adquire um lugar analítico relevante. (RUBIM, 2007, p.149)

Desde seu aparecimento, a idéia moderna de cultura sucessivamente criou debates polêmicos, à medida que sempre existiram desacordos sobre sua aplicação. O ponto mais difícil para atingir um acordo segundo Cuche (2002) consiste na idéia que o uso da noção de cultura leva diretamente a ordem simbólica naquilo que se refere a construção do sentido. Ele lembra que as ciências sociais apesar de desejarem autonomia epistemológica nunca foram independentes dos contextos sociais e lingüísticos a partir dos quais elaboraram seus esquemas teóricos e conceituais, e desse modo, as lutas de definição são na verdade, lutas sociais, e o sentido a ser dado pelas palavras revelam, sobretudo, questões sociais fundamentais.

Apesar de o século XVIII ser considerado um período de formação do sentido moderno da palavra cultura, em 1700 a mesma já fazia parte do vocabulário francês e estava ligada ao cuidado dispensado ao campo ou ao gado. No final do século XIII cultura se refere a uma parcela de terra cultivada, e no começo do século XVI ela deixa de se associar a um estado de coisa cultivada passando a designar a ação de cultivar a terra. No meio do século XVI começa a se formar o sentido figurado da palavra cultura que significa naquele momento uma faculdade,

ou seja, o fato de trabalhar para desenvolvê-la. Este sentido figurado vai se impor no século XVIII, quando a palavra é incorporada ao dicionário da Academia Francesa. Nessa época, era muito comum o uso de expressões que tentavam explicar exatamente o que estava sendo “cultivado”, como por exemplo: “cultura das letras” ou “cultura das artes”.

A cultura também fez parte do vocabulário do Iluminismo que a concebia como um aspecto distintivo da espécie humana. Além disso, este movimento associava a cultura à soma de saberes acumulados e transmitidos pela humanidade ao longo da história. Nesse período, a cultura era sempre utilizada no singular refletindo o universalismo e o humanismo dos filósofos. Ainda nessa fase, a palavra cultura está muito próxima da palavra civilização. As duas têm origem no mesmo campo semântico e refletem as mesmas concepções fundamentais, apesar de não serem equivalentes, uma vez que a primeira está ligada aos progressos individuais enquanto a segunda aos progressos coletivos. Civilização, que originalmente estava associada à idéia de refinamento dos costumes, também é um conceito utilizado no singular. Durante um longo período esteve atrelada à noção de progresso histórico e por isso seu uso foi evitado por alguns filósofos como Rousseau e Voltaire. Também durante o século XVIII surge uma concepção dessacralizada da história, no momento em que a filosofia se libera da teologia, dessa maneira Cuche (2002) acredita que as idéias de progresso trazidas pelos termos cultura e civilização revelam uma esperança religiosa na época em que o homem assume o centro das reflexões e do universo.

A palavra *Kultur* surge no sentido figurado na Alemanha também no século XVIII, mas lá evolui para um sentido mais restrito muito mais rápido do que na França e conquista popularidade maior do que o termo civilização, que era mais utilizado neste último país. Na Alemanha, a cultura estava associada a tudo aquilo que é autêntico e ligado ao enriquecimento intelectual, enquanto a civilização relacionava-se ao refinamento superficial, a leviandade e a aparência brilhante. No século XIX, *kultur* vai se aproximar cada vez mais de uma delimitação particularista ligada a consolidação das diferenças nacionais oposta a uma concepção universalista francesa de civilização em que a unidade nacional emerge como conquista há bastante tempo. Em 1774, um texto polêmico escrito por Johann Gottfried Herder apresenta a palavra cultura pela primeira vez no plural. A intenção do autor era justamente criticar essa universalidade uniformizante que foi trazida com o Iluminismo e apontar que cada povo tem sua própria cultura, com um destino específico a ser realizado.

O sucesso da noção de cultura foi crescente e ela foi inclusive introduzida em campos que anteriormente não freqüentava. Invadiu a cena política, fazendo com que a própria idéia de política fosse repensada, uma vez que esta noção varia de uma sociedade para outra. É

importante lembrar que apesar de cultura e identidade cultural serem noções muito próximas elas não podem se confundir. A cultura existe sem a consciência da identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá quase nada em comum com o que ela era anteriormente.

3.1.1 Problematizando a identidade

Para pensar a relação entre políticas culturais, cultura e identidade consideramos essencial refletir de que maneira a identidade se insere no circuito da cultura. A reflexão se faz necessário uma vez que a formatação do bem articulado texto da baianidade é uma das marcas políticas culturais desenvolvidas pelos governos carlistas. Kathryn Woodward (2000) acredita que todas as práticas de significação que produzem significados estão envolvidas por relações de poder, inclusive o poder que determina quem será incluído e quem será excluído. Cabe aqui, resgatarmos Bourdieu (2001) que aponta a regionalidade como uma construção política, onde alguns sujeitos detêm o poder de definir como se constitui o espaço geográfico. É, portanto uma luta pelo poder da divisão, e está situada no âmbito das representações.

Para Woodward (2000), a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar entre várias identidades. Em seu texto “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual” ela problematiza essa questão e recorre a Jonathan Rutherford (apud WOODWARD, 2000, p. 19) para mostrar que a “identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação.” Ela revela também que as mudanças e transformações globais nas estruturas políticas e econômicas no mundo contemporâneo colocam em relevo as questões de identidade e as lutas por afirmações de identidades. Se nos anos 70 e 80 a luta política estava em torno das ideologias, para autora, elas agora estão muito mais ligadas ao conflito entre identidades diferentes, reforçando a idéia de que existe uma crise de identidade no mundo contemporâneo. Ela lembra também que a construção da identidade é tanto simbólica quanto social e que a emergência de diferentes identidades é histórica, está localizada em um ponto específico no tempo. Além disso, os antecedentes históricos são uma das ferramentas utilizadas para que as identidades se estabeleçam. Outro aspecto que Woodward (2000) destaca é que as identidades não são unificadas e que em seu interior existem contradições que necessitam de negociação. Hall (2005), por exemplo, afirma a idéia de identidade completa, coerente e segura é uma ilusão, e que ao invés de falarmos em identidade como algo acabado, deveríamos falar em identificação,

ou seja, um processo em andamento. Woodward (2000) segue nessa mesma linha, ao analisar as identidades nacionais, e pontua que o que interessa não é conhecer todas as pessoas que partilham da identidade nacional, mas partilhar uma idéia sobre o que constitui essa identidade, seguindo a idéia das comunidades imaginadas de Benedict Anderson (1989). Portanto, é preciso deixar claro que “a identidade é uma invenção. Nunca uma certeza dada, nem resulta simplesmente de um traço fenótico, ou seja, da aparência.” (MOURA, 2005, p. 89)

3.1.2 Brasileiros e Baianos

Se atualmente a imagem da Bahia como um estado negro parece soar como algo natural, capaz inclusive de definir sua identidade, nem sempre foi assim. Se analisarmos, por exemplo, a mestiçagem brasileira veremos que ela também representou conflitos e contradições, principalmente quando Salvador¹⁴ deixou de ser a capital do país e a Bahia passou a representar o atraso em oposição à modernidade que, simbolicamente, estava representada pela cidade do Rio de Janeiro, como observa Eneida Cunha Leal (s/d) quando afirma que no início do século XIX, a Bahia era concebida através dos elementos ligados à questão africana, mas sempre de forma pejorativa. O estado, naquele momento, não tinha nenhum orgulho desta sua marca, ele tinha “muito orgulho de sua diferença, mas diferença em termos de memória”, representando assim a origem do país, o primeiro lugar onde se consumou a independência brasileira. (LEAL, s/d, p.2). Albergaria (2001) chega a afirmar que:

A Bahia foi construída de fora para dentro e de cima para baixo. De fora para dentro porque, em primeiro lugar, ela é uma imagem opositiva daquilo que foi o Rio de Janeiro no século passado. O Rio se tornou a metrópole, capital do Brasil, e a Bahia vai se construir por oposição vai representar o passado, a negritude, as raízes [...] O Rio, ainda no início do século XX, vai tendo da Bahia uma imagem que se chamava de “velha mulata” [...] Mas, já no início do século, o Rio vai deixar de ser a capital, a metrópole brasileira, que vai se deslocar para São Paulo. Nesse momento, São Paulo vai produzir uma forte imagem de baianidade [...] Vai se construir uma Bahia mítica, que depois vai representar uma espécie de concentrado de Brasil, brasilidade para americano ver. (ALBERGARIA, 2001, p.1)

Na visão de Leal (s/d), essa oposição de imagens da Bahia em relação aos outros estados, deixa claro o atrito permanente que se desenvolve durante a construção de imagens identitárias de nacionalidade.

¹⁴ Salvador foi capital do Brasil desde sua fundação em 29 de março de 1549 até 1763.

Para a autora, a identidade nacional é construída e distribuída no sentido de criar uma sensação de pertencimento.

Caso essa sensação de pertencimento seja possível, é preciso que as identidades ou as imagens identitárias comportem a diversidade da população. Não no sentido de comportar tolerantemente, mas no sentido de quase diluir. Diluir separações, tensões sociais, diferenças culturais... Então, a identidade nacional é produzida exatamente para cimentar alguma coisa que em si mesma é dispersa, tensa, conflitante... Todo o discurso identitário do Estado-nação brasileiro, desde o momento em que se formula de maneira nítida, em meados do século XIX, até hoje, é feito no sentido de tornar mais “plástica” essa identidade. (LEAL, s/d, p.1)

É interessante salientar que a concepção que temos hoje de brasileiro como produto das três raças: negra, branca e indígena é uma produção recente da história, pois conforme observa Ortiz (1985, p.36) até a abolição da escravidão, o negro não existia enquanto cidadão. Os primeiros estudos sobre o negro começam com Nina Rodrigues e se baseiam em teorias raciológicas. A ausência do elemento negro é percebida inclusive nas obras literárias como observou Silvio Romero. O sociólogo Renato Ortiz (1985) destaca como o elemento mestiço, produto do cruzamento com uma raça considerada inferior, passa por uma mudança tão radical em sua concepção, atingindo o ponto de apreender a própria identidade nacional. Para ele, a ideologia de um “Brasil-cadinho” começa a se forjar no final do século XIX, através de autores como Nina Rodrigues, Silvio Romero e Euclides da Cunha. Nesse período, é nítida a busca de uma identidade e a necessidade de pensar o Brasil como um todo, fato este que não foi possível através do Romantismo, pois durante este período o elemento negro foi simplesmente descartado. Toda essa mudança de concepção acontece:

[...] no momento em que a sociedade brasileira sofre transformações profundas, passando de uma economia escravista para outra do tipo capitalista, de uma organização monárquica para republicana, e que se busca, por exemplo, resolver o problema da mão-de-obra incentivando-se a imigração européia (ORTIZ, 1985, p.38)

Para Ortiz (1985), o mito da mestiçagem criado pelos intelectuais do final do século XIX é ambíguo porque as teorias raciológicas, quando aplicadas ao Brasil, permitiram aos intelectuais interpretar a realidade, mas não modificá-la. Nos anos 30 do século passado, Gilberto Freyre reeditou a temática racial, para através dela tentar compreender o país. Entretanto, o conceito de raça foi substituído pelo conceito de cultura, eliminando dessa forma

uma série de dificuldades. Segundo Ortiz (1985, p.41), a análise de Freyre permite um maior distanciamento entre o biológico e o social, o que possibilita uma análise mais rica da sociedade. Freyre “transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada”. Nesse sentido, Ortiz (1985) acredita que, o mito das três raças, ao ser reeditado, consegue se libertar das ambigüidades, tornando-se admissível e sendo atualizado como ritual nas relações cotidianas. O autor acrescenta que o mito das três raças é exemplar, pois ele não apenas “encobre os conflitos raciais como possibilita a todos de se reconhecerem como nacionais” (ORTIZ, 1985, p. 44).

A preocupação de definir o ser nacional com base no Estado brasileiro vem desde os intelectuais do século XIX, mas foi a partir das mudanças vividas pelo país durante o período dos anos 50 e 60, que a problemática nacional passou a se referir às questões políticas e econômicas vividas durante esta fase. Com os militares, as categorias nacional e popular foram reinterpretadas pelo Estado autoritário, além da implantação de uma política cultural que buscava a concretização de uma “identidade ‘autenticamente’ brasileira” (ORTIZ, 1985, p.130).

A própria construção discursiva de baianidade também passou por transformações. A pesquisadora Agnes Mariano (2009) dedicou-se a compreender essas mudanças e mais do que isto, o processo de invenção da baianidade a partir da música. Para tanto, a autora debruçou-se sobre as letras das canções populares produzidas durante o século XX identificando assuntos e temas frequentes, modos de vida, costumes, religiões e alguns outros aspectos que podem ser vistos como marca de distinção do estado. O estudo foi organizado em dois períodos históricos distintos. O primeiro compreende a Bahia pré-capitalista da primeira metade do século. Durante essa época, Salvador vivia um isolamento em relação às outras regiões brasileiras, motivado por uma fase de estagnação econômica. Durante este período, a Bahia carrega o estereótipo de “Boa Terra”, de tranquilidade, de calma. Mariano (2009, p.206) assegura que para alguns autores esta fase de isolamento pode ser considerada como um momento importante na consolidação de traços culturais e indica que esta razão “poderia explicar tanto a manutenção da herança portuguesa quanto da africana, ambas fortemente religiosas, sendo que, na primeira metade do século ainda se convivia mais de perto com o preconceito em relação às expressões afro.”

É ela quem também ressalta que este período se alonga até mais ou menos o começo dos anos 60, quando é implantada a primeira emissora de televisão da Bahia, que vai proporcionar a incorporação de novos elementos simbólicos no dia a dia da população baiana.

Mariano (2009, p. 32) lembra que durante este período é instalado o Centro Industrial de Aratu e na década de 70, o Pólo Petroquímico de Camaçari, ambos localizados na região metropolitana de Salvador. Estes dois empreendimentos somados a instalação da Petrobrás (instalada na década de 50) produzem o surgimento de uma nova classe média com maior poder de consumo, mas a pesquisadora pontua que “a proporção em que isto se deu não foi suficiente, até hoje, para mudar significativamente o modo de vida de um grande contingente da população que, em fins do século XX ainda permanece semi-analfabeta, desqualificada e sobrevivendo de biscates.”

Almeida (2000) observa que a baianidade, a partir da década de setenta, começa a se ampliar em razão da nova leitura produzida pelos assalariados urbanos e os proletários sindicalizados, além da ênfase dada ao exótico criado através do discurso turístico estabelecido pelo governo do Estado e da incorporação da cultura negra, por razões políticas e econômicas, como veremos mais adiante. Mariano (2009) observa em seus estudos que o discurso de apelo a negritude foi tão forte que chegou a sobrepor o da baianidade. Para ela isto ocorreu em grande medida pela ascensão social da população negra, pelas iniciativas das organizações políticas que passaram a apelar para o discurso da negritude, pelo destaque que os blocos afros e os movimentos negros conseguiram conquistar. Daí em diante, Salvador começa a estruturar a indústria da música, se transformando na terra do axé. A pesquisa acrescenta ainda que:

Nos últimos anos do século XX, possivelmente dois aspectos foram especialmente importantes para o revigoramento ou permanência da baianidade na mídia: a ampliação crescente de sua produção musical, viabilizada por um mercado consumidor próprio e uma estrutura de produção local, somada à adesão irrestrita das administrações públicas a um produto turístico para a cidade. A lógica do turismo, que vigorou durante muitos anos na administração pública, estadual e municipal, ganhou força adicional nas gestões do Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM). O que não significa que este projeto turístico seja uma novidade. Como tudo nas relações sociais, a vocação turística de Salvador também foi tecida, construída aos poucos, chegando nas últimas décadas do século XX a um acentuado grau de elaboração que se enriquece cotidianamente. (MARIANO, 2009, p.20-21)

Mariano (2009) se propõe a realizar uma comparação entre os dois períodos e chega a conclusão que existem muitas diferenças entre os elementos que compõe as canções nas duas fases analisadas. Para ela estas mudanças podem ser entendidas como “reatualizações” ou seja, existe “uma base comum que justifica a manutenção e o vigor do termo baianidade” (MARIANO, 2009, p.206). A pesquisadora conclui:

No campo da religiosidade, despontaram expressões do catolicismo popular-que leva para as ruas suas procissões e veste seus santos com camisolinhas coloridas – e também expressões de uma sincrética religiosidade afro-baiana. Sobre o modo de vestir e, depois, o reinado absoluto da alegria. No campo dos ritos de celebração, o destaque na primeira metade do século foi a corporeidade, a destreza física, a habilidade nos volteios e, na segunda metade, a atenção esteve centrada na festa, no momento, local, a situação festiva. Entre os emblemas da cultura local, identificou-se primeiro, uma impressionante referência à alimentação –condimentada, de matriz afro, ao mesmo tempo elaborada e selvagem – e depois, o foco nas organizações sociais – também fundadas numa sociabilidade afro, tendo como elo central a música (MARIANO, 2009,p. 205).

É essa matriz afro que será utilizada repetidas vezes nas propagandas do governo, nos textos produzidos pela mídia impressa, sonora e televisiva, especialmente dos veículos que fazem parte da Rede Bahia, grupo ligado a família de Antônio Carlos Magalhães. A aparente incorporação simbólica não se traduz no reconhecimento e realização de Políticas Culturais de valorização da cultura negra e para os grupos minoritários. A cultura negra aparece portanto como um elemento acessório e meramente ilustrativo, quase sempre também associada as estrelas da axé music, numa tentativa de tornar mais palatável ao gosto da elite econômica e política a “imagem para inglês ver”.

3.1.3 Cultura e identidade: a marca dos governos carlistas através do texto da baianidade

Jocélio Santos (2005, p.77) esclarece que o período dos anos trinta do século passado foi marcado por um processo de institucionalização da ação do Estado nacional na área cultural do país e essa atuação aconteceu de modo paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que incentivava a produção cultural e se apropriava dos símbolos nacionais, também promovia a censura e a repressão.

É no início dos anos setenta daquele século, que a baianidade tradicional, se amplia e incorpora a cultura negra como ingrediente fundamental. A estratégia utilizada pelos políticos na época foi capaz de conquistar uma parcela de eleitores, além de manter durante o regime militar a “fachada de sua própria legitimação”, como pontua Gilberto Almeida (2000, p.89). É durante este período que a defesa do patrimônio nacional começa a se associar ao turismo e a herança afro-brasileira passa a ser concebida de outra forma, uma vez que é impossível falar em tradição no Brasil sem mencioná-la (SANTOS, 2004, p. 78).

Essa hegemonia cultural, buscada pelo regime militar nos anos setenta, significava a tentativa de criação de uma política cultural que privilegiasse uma “codificação do controle sobre o processo cultural”. Nessa direção formulam-se três objetivos: o incentivo à criatividade, a difusão das criações e manifestações culturais e a preservação do patrimônio. [...] É no campo da preservação histórica e artística que se pode visualizar uma política cultural acerca do patrimônio nacional. É ali onde se encontram conceitos e representações sobre memória nacional, identidade nacional, ou mesmo uma história dos “vencidos e esquecidos”, como aparecerá nos anos oitenta. (SANTOS, 2004, p.78).

A construção do texto identitário concebido pelo governo do Estado da Bahia a partir dos anos 70, buscava salientar a singularidade do “povo baiano”. Sua idéia principal consistia no fato de mostrar a vivência diária da cultura baiana, facilmente abarcada pelo turismo. Para Jocélio Santos (2005, p.87) esta concepção criada passava a idéia de Bahia como uma “nação”, muito mais pela marca dos aspectos culturais do que pelo sentido político que envolve o termo. Para ele, o sentimento de pertencimento a esta cultura baiana era nítido durante este período, e esta “nação baiana” tinha religião e linguagem próprias. O autor acrescenta ainda que a referência das peças publicitárias do período é de religião e não de candomblé, numa tentativa clara que agregar a religião católica, uma vez que as igrejas seculares faziam parte da estratégia turística adotada pelo Estado. O autor pontua:

O singular “viver baiano” pode ser percebido nas distinções das origens africanas com a cultura ocidental. A docilidade, o ritmo, a sensualidade, a malandragem, a capoeira e a culinária seriam tanto os elementos básicos desse contraste quando o que imprimiria as características próprias do “jeito baiano” [...] A idéia é que todas essas características baianas provinham de uma herança africana, e, por conseqüência, eram eminentemente populares. Por isso, ressaltava-se a baianidade como uma resultante de padrões culturais vindos do “povo” (SANTOS, 2005, p.88).

Santos (2005) lembra ainda que a idéia do viver na Bahia era permeada pelo discurso de que no Estado vivia-se uma democracia racial que, na visão dele, seria uma recriação do encontro das três raças, acrescido do tempero local. Rubim (2001, p.3) destaca que a televisão, principalmente através das telenovelas e do Jornal Nacional, teve um papel fundamental para reforçar esta imagem e bem como toda construção de baianidade perante o imaginário nacional.

Antônio Risério (1993, p. 111) acredita que o mito baiano é um fato persistente, rico e chega inclusive a definir seus pilares: “antigüidade histórica, originalidade cultural, beleza

natural e urbana”. Já o sociólogo Milton Moura (*apud* PINTO, 2001, p.5) aponta outras características: “a familiaridade, a sensualidade, a religiosidade e, em grande medida, a negociação política”. Para ele, o texto identitário baiano é hegemônico e reconhecido nacionalmente: “a Bahia é como se fosse a pele do Brasil, a pele do rosto, dos braços, dos peitos, das pernas, e também das genitais” (MOURA, 2001, p.1). O autor que faz questão de deixar claro que o texto da baianidade se refere a Salvador e ao Recôncavo baiano consegue também identificar outros textos identitários na Bahia como, por exemplo, o produzido na região do cacau, centrado na personagem Gabriela, criada pelo escritor Jorge Amado, que possui uma “sensualidade mestiça, que não é afro, não é definida com referência aos Orixás”.

Assim, temos aqui um amplo jogo de espelhos identitários, onde a Bahia se inscreve, no plano nacional, como uma unidade simbólica dotada de um caráter fortemente distintivo. O baiano, à semelhança do mineiro e do gaúcho, representando um modelo investido de traços peculiares, reconhecidos pelos brasileiros em geral, diferentemente do paranaense, sul-matogrossense ou do capixaba, por exemplo. (PINTO, 2001, p. 5)

Roque Pinto (2001, p.1), acrescenta que, a “cultura baiana” foi o maior atrativo da economia do turismo e do entretenimento local durante os anos noventa do século XX e, que o turismo representa uma parcela importante na economia soteropolitana. Para ele, a afirmação das indústrias do turismo e do lazer implica na projeção, em esfera nacional, de uma “forte marca de Bahia ligada a festividades populares e atividades lúdicas”. Nesse sentido, Barbalho (2004, p.106), corrobora com Pinto ao afirmar que a cultura e o turismo são “os dois dos mais ativos setores do desenvolvimento econômico e social da Bahia, cujo desempenho tem apresentado excepcionais resultados para o Estado, em termo de imagem e geração de emprego e renda.” Já Gilberto Almeida (2000, p.88), aponta outro aspecto importante diante desta relação estabelecida entre a cultura e o turismo. Para ele, a construção da identidade baiana produzida a partir do turismo foi capaz de acentuar a “contribuição exótica da cultura negra, sempre marginalizada e desprezada pela cultura burguesa, européia, dominante até então”.

A identidade nacional e a baianidade, à medida que são compreendidas como textos identitários se assemelham em alguns aspectos. Ambos foram evoluindo ao longo dos anos e alargando suas esferas para contemplar novos elementos, o principal deles foi o elemento negro ou a cultura negra, no caso da Bahia. Conceber o país ou o Estado como espaço mestiço foi um desafio enfrentado tanto no âmbito nacional como no estadual.

Outro elemento que merece destaque é o Candomblé, malvisto durante os primeiros anos da década de sessenta (ALMEIDA, 2000, p.87). Durante as décadas seguintes ganhou

força no Estado e passou a ser concebido como algo interessante aos olhos dos turistas. A religião é capaz de expressar simbolicamente muito mais, ou seja, “a soma diversificada, colorida e tropical de manifestações adstritas, mas não exclusivas ao âmbito regional” (SANTOS, 2005, p.134). Para Ortiz (1985, p.131), o Candomblé é recorrentemente lembrado e se atualiza através do ritual religioso, além de possibilitar a encarnação da memória coletiva africana. O autor ressalta a importância de compreender que esta memória coletiva se difere da memória nacional, uma vez que a primeira está ligada à vivência e se manifesta, ritualmente, enquanto a segunda se associa à história social e pertence ao campo da ideologia.

À medida que os militares passaram a atribuir valor aos símbolos nacionais, oriundos de determinadas regiões, e os disseminando, principalmente, através da televisão, veículo amplamente utilizado para atender aos interesses da integração nacional e à integridade territorial propostos pelo regime (MATTOS, 2002), acabamos assistindo a um processo de uso de símbolos afro-religiosos, já contemplados pelo texto da baianidade. Podemos destacar a tensão existente na construção da identidade sustentada pelo tripé: familiaridade, sensualidade e religiosidade (MOURA, 2001) em que se percebe o resgate das narrativas no convívio entre o tradicional e o moderno. Desta forma, a referência ao passado e à afro descendência é que vai totalizar o sentido de tradicional, reiterando esse aspecto na “moderna” identidade baiana. Os elementos que caracterizam a singularidade do “povo baiano” facilmente identificam o “ser nacional” tais como a sensualidade e a cordialidade. A originalidade cultural, a beleza natural e urbana são outros aspectos comuns que merecem ser lembrados, este último faz menção ao aspecto que, notadamente, foi o primeiro elemento a caracterizar nosso país, o Brasil-natureza ou nas palavras de Chauí (2000), o Brasil-paraíso.

A mídia teve papel fundamental na disseminação e perpetuação desta reconstrução da identidade baiana, uma vez que ela vai fomentar e atualizar a indústria cultural, através de elementos étnicos, a saber: axé-music, estética visual, propagandas, filmes, novelas, seriados, literatura, etc., permeados, em grande parte, da religiosidade. Entretanto toda essa construção realizada no plano simbólico em torno da cultura não representa a elaboração de Políticas Culturais que contemplem, iniciativas de valorização e fomento não só ao que diz respeito a valorização das relações étnico raciais como também as manifestação populares.

3.1.4 A suave atualização no discurso

É interessante que o momento de funcionamento final da Secretaria de Cultura e Turismo tenha Paulo Souto a frente de suas atividades, pois foi em seu primeiro governo em

1995 que o órgão foi criado. Fernandes (2008, p.51), no entanto, destaca que “Paulo Gaudenzi iniciou, pessoalmente, o enlace entre cultura e turismo em 1979 e prosseguiu até 2006, com o intervalo apenas de quatro anos de 1987 a 1990.”

A partir de 2003, o posicionamento do governo estadual em relação à cultura passou por uma suave atualização. Ela pontua que o direcionamento das ações realizadas pela Fundação Cultural da Bahia, sob o comando de Armino Bião, começa a adotar um discurso mais atual, enfatizando idéia como cidadania, o desenvolvimento humano a partir da Cultura. Entretanto, a pesquisadora lembra que o objetivo econômico se mantinha presente.

A partir do ano de 2004 os relatórios de atividades de governo já apresentam uma noção de patrimônio material que extrapola as igrejas barrocas e os casarões portugueses, alcança os terreiros de candomblé e reconhece mestres da cultura popular. Somente neste ano são tombados pelo IPAC quatro terreiros: Pilão da Prata, Ilê Axé Oxumaré, São Jorge Filho da Goméia e Mãe Mirinha do Portão. O intangível também passa a ser reconhecido enquanto bem cultural, patrimônio da Bahia (FERNANDES, 2008, P. 115)

A pesquisadora registra ainda, que em 2005 sob influencia do Fórum Internacional Rumo ao Centro das Indústrias Criativas, promovido pelo Ministério da Cultura em Salvador, a Secretaria de Cultura e Turismo passou a utilizar termos como “criativa” e “economia da cultura” em seu discurso do desenvolvimento social, mas mantém nitidamente a linha de que a cultura é uma importante ferramenta para alcançar a rentabilidade econômica para o turismo, isso significa dizer, que a lógica do Produto Bahia permanece. Fernandes (2008, 97) também destaca em suas análises que a atualização promovida pelo governo Paulo Souto durante seu segundo mandato, especialmente no campo cultural está “muito mais no âmbito do discurso do que na efetivação de projetos”. Endossamos esta posição pela ausência de ações de valorização das manifestações ligadas a cultura popular, a cultura afro e aos grupos minoritários, além da não existência de iniciativas que promovam o desenvolvimento da população através da própria cultura, permitindo a fruição, produção e consumo dos bens culturais associados a novos repertórios. Nessa perspectiva, o que repetidas vezes assistimos é a manutenção do imaginário da Bahia como espaço de festas, em que as estrelas da axé-music comandam um carnaval permanente no Estado, numa exaustiva “ditadura da alegria”.

A verdade é que a fórmula cultura e turismo que no início parecia tão interessante começa a apresentar visíveis sinais de desgaste. Fernandes (2008) destaca duas entrevistas concedidas por Paulo Gaudenzi, em que ele afirma que a separação das pastas da cultura e do

turismo já estavam previstas há algum tempo, mas em cada uma das entrevistas menciona motivos diferenciados para o desmembramento. A primeira realizada em setembro de 2006 ao pesquisador Sérgio Sobreira (2007, p. 81) onde ele menciona que

A atividade do turismo está evoluindo muito para a autosustentabilidade, o turismo é uma coisa em que a participação do Estado tende a ser cada vez menor, enquanto a cultura a participação do Governo tende a aumentar cada vez mais. A área do turismo, como eu disse a você, nós achamos que vai haver um momento que isso vai ser separado, começamos juntos, mas sabendo que iria ter o momento de separar. Em um dado momento inexoravelmente a Secretaria de Cultura vai ser ela só, continuando seu papel de apoiar a produção que agrega ao turismo um valor único, singular, próprio do que é baiano, ou seja, você não vai ver o que você vê na Bahia em nenhum outro lugar, você só vai ver aquilo na Bahia. (GAUDENZI, apud SOBREIRA, 2007, p. 81)

A segunda entrevista foi publicada pelo Caderno 2 do Jornal A Tarde de 18 de novembro de 2007 com o título “Para onde vai a cultura”. Na matéria Gaudenzi afirma:

Hoje, eu vejo com muitos bons olhos a idéia de a cultura ser sozinha. (...) Isso é uma coisa que, há três anos, eu vinha conversando com o governador (Paulo Souto), que ia chegar um momento de fazer essa separação. A cultura é muito grande, e tomou corpo, não ficou só em ter, como antigamente, os espaços, reformar o TCA, os museus, e outros projetos, não tinha orçamento... Hoje ela tem uma vida orçamentária, organizada do ponto de vista administrativo e conceitual. É o momento. (...) a área de turismo ajudou a botar recursos na atividade cultural. E foi muito dinheiro.” (A TARDE apud FERNANDES, 2008, p.98)

Fernandes (2008, p.98) é enfática ao afirmar que “Independente de se tratar da auto-sustentação do turismo ou da autonomia orçamentária da cultura” o desmembramento não estava registrado em nenhum documento oficial e que a segunda entrevista foi concedida após a vitória de Jaques Wagner que colocou fim nos 16 anos consecutivos do carlismo no governo estadual.

3.2 Objetivos, metas e formulações

As políticas culturais desenvolvidas pela Secretaria de Cultura e Turismo foram apresentadas em documento chamado “Bahia: Política Cultural” publicado em 2003 que estabelece as prioridades do governo, diretrizes básicas, princípios fundamentais, objetivos estratégicos, linhas básicas de estratégia além do suporte da política cultural para o governo do Estado. Este material releva-se interessante para que possamos conhecer ao menos no plano das

formulações as propostas produzidas por este governo, antes de produzirmos alguma reflexão. O texto contém passagens relevantes como, por exemplo, quando informa que desde 1990 a cultura passou a integrar o plano estratégico de desenvolvimento do governo da Bahia e que a Política Cultural estadual tem como diretriz básica:

Estimular o desenvolvimento cultural da Bahia no conjunto da sua diversidade, promovendo bases de renovação e fortalecimento dos processos de criação, produção e difusão cultural e de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, em interação com os demais setores no processo global de desenvolvimento do Estado. (SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO, 2003, p. 10)

Cabe ressaltar um aspecto significativo da visão entre cultura e desenvolvimento presente na Política Cultural da SCT. Segundo a perspectiva de trabalho desenvolvida pelos governos carlistas o desenvolvimento viria através do turismo. A esse respeito, observemos o pronunciamento do governador Paulo Souto em 1995 na época da criação da Secretaria de Turismo:

[...] A criação recente da Secretaria da Cultura e Turismo se insere nessa estratégia, na medida em que reforça as peculiaridades de nossa cultura e valoriza a convergência entre esses dois segmentos. Em verdade, a articulação, no plano da estrutura administrativa do estado, entre atividades de cultura e turismo, levou em conta esta realidade bem baiana, de que a nossa cultura, manifestação do que existe de mais profundo na alma popular, constitui também, e de fato atração turística tanto na música como no teatro, na literatura, nas artes plásticas, em todas as suas formas de expressão. De outro lado a atividade turística se realiza de forma integrada com todo o processo de desenvolvimento, por isso mesmo é que se constitui em importante fonte de renda, cria empregos em escala crescente e exerce influência no sentido de manter e aprimorar os serviços prestados à população. (DIÁRIO OFICIAL DA BAHIA, 1995, p. 4)

A análise dos documentos nos permite concluir que o governo apresenta uma visão estreita da cultura, instrumental e reducionista, e que ela mesma não consegue permitir e promover o desenvolvimento humano. Dentro dessa visão, completamente equivocada, a cultura não é capaz de fomentar qualquer tipo de progresso e desenvolvimento, precisa aparecer submissa a uma outra área, e neste caso, específico, é o turismo que é tomado como campo mais significativo.

Fernandes (2009, p.79) analisando a política cultural da Secretaria de Cultura e Turismo salienta que o turismo era o caminho que ligava a “cultura à rentabilidade econômica” e que em uma observação do Plano Plurianual do governo da Bahia entre os anos de 1996 e 1999, a cultura aparecia como associada ao desenvolvimento humano. As recomendações do governo neste documento se referiam ao apoio ao desenvolvimento artístico-cultural, promoção de eventos, dinamização de espaços de cultura, extensão e melhoria dos equipamentos culturais, além da promoção de estudos, inventários e ações para preservação e recuperação do patrimônio artístico e cultural. O que podemos destacar é que os objetivos descritos no Plano Plurianual de 1996-1999 em muito se assemelham aos objetivos e princípios seguidos pelo governo em 2003, como podemos verificar logo abaixo no documento “Bahia: Política Cultural” (2003), que aponta como os princípios fundamentais da Política Cultural:

- Respeito e valorização da diversidade cultural do Estado;
- Estimulo aos valores emergentes;
- Modernização e ampliação da infra-estrutura cultural;
- Articulação intersetorial e interinstitucional;
- Fortalecimento de antigas e novas parcerias e de outras formas de cooperação;
- Ampliação da abrangência do raio de ação cultural do governo, na capital e no interior do Estado. (SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO, 2003, p. 10)

São indicados ainda no mesmo documento oficial os principais objetivos estratégicos:

- Estimular iniciativas que promovam condições de apoio ao desenvolvimento da produção cultural e preservação do patrimônio;
- Criar mecanismos de incentivos à produção e à preservação e dinamização do patrimônio histórico, artístico e cultural;
- Incentivar processos criativos no âmbito das linguagens artísticas e de desenvolvimento sociocultural;
- Promover e apoiar ações de revitalização de manifestações populares da cultura, em seus aspectos tradicionais e contemporâneos;
- Promover mecanismos de intercâmbio como forma de divulgação da cultura baiana;
- Promover a integração institucional buscando potencializar interfaces de ações;
- Assegurar informações sistêmicas que facilitem o planejamento e o desenvolvimento de ações artísticas e culturais;
- Fortalecer e estimular a troca de conhecimentos, de experiências e de informações no âmbito estadual, nacional e internacional;
- Estimular o crescimento da indústria cultural no Estado da Bahia;
- Estimular e promover condições de crescimento e de circulação da produção cultural baiana;

- Apoiar iniciativas que contribuam para o desenvolvimento das artes e da cultura no Estado;
- Reforçar canais de participação das comunidades em iniciativas e projetos de desenvolvimento artístico e cultural
- Estreitar relações de parcerias com órgãos governamentais e não governamentais;
- Estimular a iniciativa privada a investir em projetos culturais. (SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO, 2003, p.11)

Ao observar os princípios e objetivos estratégicos, alguns elementos chamam a atenção, como por exemplo, os princípios que se referem a “ampliação da abrangência do raio de ação cultural do governo na capital”, além do objetivo de “reforçar os canais de participação das comunidades” pois eles se restringem ao plano do discurso, não alcançam o campo da prática como é possível observar quando analisamos mais de perto a atuação da Secretaria de Cultura e Turismo, um exemplo claro disso são os restritos canais de comunicação da SCT e a baixa participação dos municípios na I conferência estadual de cultura, com participação de apenas 21 municípios. Outro ponto que merece destaque é “respeito e valorização da diversidade do Estado” e a opção por determinados segmentos culturais na realização dos projetos como veremos em seguida.

Este descompasso existente entre os registros encontrados nos documentos oficiais e nos projetos desenvolvidos pela SCT é um aspecto importante e central nesta análise das políticas culturais do governo Souto, se repete em outros momentos, como por exemplo, quando o governo determina suas quatro linhas de atuação. Ainda neste capítulo analisamos mais atentamente a linha que se propõe a promover a difusão e a dinamização da cultura.

Acreditamos que o desequilíbrio entre discurso e prática merece ser observado mais criteriosamente, por isso, no tópico seguinte, nos debruçamos sobre o princípio da diversidade, item fundamental na elaboração das políticas culturais na atualidade. A escolha deste princípio como foco de análise não surge de maneira aleatória. No início deste capítulo buscamos pontuar como o texto da baianidade surgiu e como ele foi apropriado e resignificado, se tornando marca distintiva do estado e em muitos momentos tentando apagar outras expressões e identidades presentes na Bahia. Durante a análise do princípio da mesma, nossa discussão investiga a presença da diversidade como princípio no desenvolvimento e apoio a projetos no campo musical, religioso e da produção audiovisual, tentando demonstrar que o desequilíbrio entre discurso e prática não fica restrito ao debate em torno da baianidade. A análise que busca contrapor a baianidade e a diversidade vai aparecer durante a investigação dos territórios de

identidade criados no governo Wagner, que se apresentam como possível alternativa para esta situação.

3.2.1 Diversidade: o princípio que não extrapola o papel

A segunda gestão de Paulo Souto a frente do governo do Estado tem como pano de fundo uma conjuntura importante, com características que vão alterar o campo das políticas culturais na esfera nacional e internacional de maneira definitiva. Nesse cenário, procuramos destacar os aspectos diretamente ligados à diversidade, apontado como um dos princípios norteadores das Políticas Culturais do governo Souto nos documentos oficiais, sendo um tema que tem ganhado espaço cada vez maior no Brasil e no mundo.

No âmbito nacional, Gilberto Gil comanda o Ministério da Cultura e sua gestão traz como uma das marcas a utilização do conceito antropológico de cultura¹⁵, que proporciona uma maior abrangência em termos de política cultural e também se revela uma crítica a idéia reducionista de “cultura como um bom negócio” e aos princípios neoliberais adotados na gestão de FHC/Francisco Weffort.¹⁶ Para citar muito rapidamente, o novo ministério criou uma série de ações, com programas voltados para culturas juvenis, cultura digital, culturas populares, indígenas, quilombolas, ciganas, cultura LGBT e diversos outros segmentos sociais, que antigamente tinham ações muito restritas ou inexistentes.

A diversidade cultural brasileira foi pela primeira vez contemplada na formulação das políticas culturais durante o governo Lula com a criação em 2003 da Secretaria de Identidade e da Diversidade (SID), que segundo seu primeiro secretário, Sérgio Mamberti (KAUARK, 2008, p.9), foi concebida para se adequar as exigências que surgiram após a aprovação da Convenção da UNESCO para diversidade cultural em 2005:

A criação, no âmbito do Ministério da Cultura, de uma Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural tem um caráter estratégico na nova postura do MinC, de formular e implementar políticas públicas ativas na Cultura. Ativas no sentido da promoção da cultura tanto do ponto de vista de seus aspectos econômicos, de inclusão social e cidadania, bem como da importância da cultura como produção simbólica. A afirmação positiva da diversidade e pluralidade cultural brasileira, nos termos aqui expostos busca estimular e promover ações transversais de promoção da diversidade cultural brasileira e

¹⁵ Trabalharemos de maneira mais detalhada este tema no capítulo quatro, no tópico “A definição de Cultura do governo Wagner.”

¹⁶ Francisco Weffort foi Ministro da Cultura durante as gestões de Fernando Henrique Cardoso entre 1996 e 2002.

do intercâmbio cultural no território nacional. (MAMBERTI apud KAUARK, 2008, p.9)

Planejar políticas culturais que tenham a diversidade como princípio é uma tarefa árdua e complexa, já que não se trata de colocar diferentes em contato, privilegiando a cultura hegemônica na disputa, mas atuação ocorre no sentido de trabalhar agregando diferenças, potencializando a capacidade de troca e negociação. De acordo com Manevy (2009, p.42) o Brasil tem boas razões para ser o protagonista na discussão e negociação política referente à diversidade cultural, uma vez que a formação histórica do nosso país permite valorizar a diversidade “fora da compartimentação do multiculturalismo norte americano e sem o resquício xenóforo de alguns países europeus.” Ele observa:

Na globalização, a diversidade brasileira é um rico patrimônio na constituição de laços, sem que isso signifique diluir o reconhecimento das imensas desigualdades sociais, apagar a violência ou esquecer muros e redomas de condomínios fechados que se erguem não pela cultura, mas pela exclusão social. Mas os problemas de exclusão não se confundem com os problemas de coesão social percebidos em diversas sociedades avançadas. (MANEVY, 2009, p.42)

No Brasil programas importantes como DOC-TV, Revelando Brasil, Programa de Patrimônio Imaterial são iniciativas bem sucedidas neste campo. Mas foi sem dúvidas, através do Programa Cultura Viva, com o Projeto Pontos de Cultura, que a diversidade ganhou mais espaço dentro dos programas desenvolvidos pelo governo. O Programa Cultura Viva, criado em julho de 2004, surgiu como uma política de governo que objetiva fomentar a cultura, em suas mais diversas formas, origens e manifestações, promovendo a formação artístico-cultural dos brasileiros, através do apoio aos núcleos culturais localizados principalmente, em comunidades populares, no desenvolvimento de uma vida cultural intensa, compartilhada e diversificada.

Atualmente, existem mais de 3 mil pontos de cultura pelo Brasil, espalhados por todos os estados do país, localizados nas capitais e nos municípios do interior. O projeto caracteriza-se pela transversalidade do tema da cultura e por uma gestão compartilhada entre poder público e comunidade, sendo cultivados valores como autonomia, protagonismo, empoderamento e gestão em rede nessa relação.

O Projeto Pontos de Cultura, no âmbito do Programa Cultura Viva, é considerado por alguns autores a sua “[...] principal ação, através do qual o MINC apóia projetos culturais promovidos pela sociedade civil selecionados por Editais públicos”. (BARBALHO, 2007, p.

54). Para Rubim (2009), os Pontos de Cultura representam o exercício de descentralização das atividades do Ministério sendo fundamental para capilarizar a atuação ministerial.

Para que essa capilarização visualizada por Rubim (2009) seja efetivamente conquistada, não se pode perder de vista as dimensões territoriais do nosso país nem, tão pouco, a complexa diversidade de expressões, grupos e manifestações culturais com suas demandas e necessidades específicas. Para tanto, o MinC planeja alcançar essa robustez, capaz de dar conta dos desafios brasileiros, tais como extensão territorial, diversidade cultural e desigualdade de oportunidades, através da Ação Cultura Digital, dentre outras iniciativas.

No plano internacional, a diversidade foi segundo Rubim e Calabre (2009) o motivo de retorno das discussões sobre a Política Cultural que tinham sido silenciadas durante a década de 90, em razão do avanço da hegemonia neoliberal no mundo, que tem como lógica a retração do Estado em diversas áreas, principalmente a da cultura, vista como área não prioritária. Naquela década, o debate das políticas culturais promovido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) se enfraqueceu sendo possível observar o declínio das atividades promovidas pelo organismo “inclusive por conta da saída de países como os Estados Unidos da América e o Reino Unido” (RUBIM, 2009, p.9).

Rubim (2009) registra que no momento anterior, entre as décadas de 70 e 80, quando a França passava por um momento de questionamento do modelo de política cultural adotado, as atividades da UNESCO foram bastante significativas. Aliás, este organismo internacional teve um papel crucial de encabeçar a internacionalização da temática das políticas culturais, que passaram a integrar a agenda pública de outros países e não apenas da França, onde foram inventadas. As primeiras discussões realizadas pela UNESCO procuravam trabalhar enlaces estabelecidos entre a cultura, Estado e identidade nacional. Os Estados foram convocados a pensar qual o papel deveriam ocupar nas políticas culturais. Diversos encontros marcaram este período, dentre os quais destacamos a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondiacult) realizada no México em 1982, famosa por trazer a cena uma nova e ampliada definição de cultura¹⁷.

Outros temas foram trabalhados até que mais recentemente o tema da diversidade veio à tona. Kauark (2008) sinaliza que as discussões que culminaram na Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais foram iniciadas a partir das divergências entre Estados Unidos e França acerca da produção e distribuição de bens e serviços culturais:

¹⁷ Segundo a definição da UNESCO a cultura é “conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO, 2001, p. 1)

De um lado, EUA e Japão, que dominam o mercado mundial com suas exportações audiovisual, editorial, fonográfica e de jogos eletrônicos (indústrias culturais das mais rentáveis atualmente), e de outro lado, a Europa e Canadá procurando estabelecer uma área própria de influência de mercado, como também medidas protecionistas para a entrada dos produtos culturais estrangeiros (leia-se norteamericanos) em seu território. Essa Convenção foi, assim, pensada a partir da preocupação com a pressão do fenômeno de globalização sobre as identidades culturais, com seus mercados internacionais de vertente uniformizante e massificadora. (KAUARK, 2008, p. 2)

A pesquisadora lembra ainda que a polêmica em torno da Convenção, com a aprovação da Declaração Universal para Diversidade Cultural, em 2001. Na ocasião ficou claro que a declaração não seria o ato normativo mais adequado para tratar dos desafios trazidos com a globalização que afetavam diretamente a economia mundial e a diversidade cultural. A autora revela que naquele momento, o Brasil assumiu uma posição neutra e só a partir de 2003 teve sua participação ampliada, atuando em reuniões e analisando o texto do anteprojeto da Convenção por uma equipe formada por profissionais dos Ministérios da Cultura e das Relações Exteriores.

O papel brasileiro nas discussões para aprovação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais¹⁸ foi fundamental. Manevy (2009), por exemplo, ressalta que a presença simbólica e política do Brasil no mundo, associada a características como a capacidade de promover o diálogo, a negociação, além de conseguir agregar politicamente diferentes atores foi um aspecto crucial, em oposição à postura radical dos Estados Unidos, na época liderado por George Bush e, apontado por ele como uma postura “antidiversidade”. O autor destaca ainda a figura do ex-ministro Gilberto Gil, que pode ser considerada como uma das principais presenças na busca por um consenso.

A convenção parte do princípio de que a diversidade é um patrimônio comum da humanidade; defende que bens e serviços culturais são portadores de valor e sentido, portanto merecem tratamento diferenciado, e que os países são soberanos para definir mecanismos para protegê-los e promovê-los. (MACHADO, 2009, P.29)

Apesar de toda a repercussão destas iniciativas no Brasil e no mundo, no que diz respeito à diversidade cultural, como tema integrante da política cultural baiana na gestão Paulo Souto,

¹⁸ Atualmente 98 países são signatários da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais

o impacto parece ter sido pequeno, ficando relegado ao plano do discurso, pois o “respeito e valorização da diversidade cultural do Estado” são apontados pelo documento oficial do governo como um dos princípios norteadores da política cultural do Estado. Redundante seria se voltássemos a trabalhar a idéia de diversidade cultural do estado a partir da perspectiva de não inclusão através do texto da baianidade. Já trabalhamos esta perspectiva no capítulo anterior e falaremos mais adiante ao trabalhar a proposta dos territórios de identidade do governo Wagner. Optamos aqui por trazer as considerações da pesquisadora Taiane Fernandes (2008) que se debruçou sobre a trajetória da Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia desde sua criação em 1995 até 2006. Sobre este respeito ela considera:

A afirmação e reconhecimento de uma única identidade cultural representativa de todo o estado pela SCT anula a diversidade de expressões culturais do povo baiano. A cultura baiana se restringe ao pacote sol, mar e festa da capital e do Recôncavo. A ausência de uma política cultural do estado que prime pela diversidade e liberdade de expressão cultural, ou mesmo que defenda, não apenas no discurso, a cultura afro-descendente eleita como símbolo da baianidade, evidencia, mais uma vez, a condição de subordinação da cultura aos interesses econômicos do turismo (FERNANDES, 2008, p. 186).

Surpreendente por exemplo os dados apresentados por outro trabalho que analisa a diversidade musical na área de música a partir das atividades da Secretaria de Cultura e Turismo desde 1995 até 2006. No estudo, Santos (2009) desenvolveu sua análise a partir das iniciativas ligadas à música e realizadas pela SCT, são elas: Cantos e Encantos do Abaeté; Concurso Nacional para Jovens Solistas da OSBA; Discos Independentes da MPB; Especiais da TVE; Fazcultura; Festival de Música da Educadora FM; Fundo de Cultura; Selos fonográficos; Série TCA; Sua Nota é um Show; Transmissão do "Terça da Boa Música" pela TVE; Transmissão do MPB PETROBRÁS pela TVE e Apoios da SCT.

Segundo a pesquisadora, a Orquestra Sinfônica da Bahia (OSBA) foi o grupo artístico com o maior número de participações no período, seguida pela cantora Margareth Menezes e pela Associação Barroco na Bahia. Contudo, ela destaca que a OSBA¹⁹ apesar de ser um corpo estável do Teatro Castro Alves que recebe investimentos do governo de forma direta sem concorrer com outros artistas.

¹⁹ Segundo dados de Santos (2009) a OSBA chegou a realizar 135 concertos só no ano de 2004. Entretanto, as atividades em que existem concorrência foram contabilizadas 38 participações do grupo, seguidas por 9 da cantora Margareth Menezes e 8 participações da Associação Barroco na Bahia entre 1995 e 2006.

Quanto aos gêneros musicais, foram identificados na pesquisa dez gêneros que mais participaram das atividades governamentais. São eles: MPB, Música Erudita, Pop, Samba, Jazz, Axé Music, Forró, Música Afro Baiana, Música Tradicional Nordestina e Rock.

Quando somados esses gêneros representam cerca de 74,74% das participações contabilizadas. Dessa maneira, percebe-se que a Música Popular Brasileira, mais conhecida como MPB, foi o gênero musical mais presente nas atividades pesquisadas. As surpresas são reservadas ao fato da música erudita ainda se manter na segunda posição, mesmo quando não se contabilizam as participações da OSBA. E ainda ao fato da Axé Music aparecer em 6º lugar, com um número de participações inferior até mesmo ao jazz. (SANTOS, 2009, 109)

Santos (2009) revela ainda que 33,45% das participações estão concentradas em dois estilos musicais, a música erudita e a MPB. Para ela, a alta participação da música erudita pode ser explicada em razão do gênero compor quase todas as participações musicais da Série TCA, que é a segunda maior atividade²⁰ com o maior número de participações artísticas musicais. Observe a que conclusões a pesquisadora chegou:

Não se pode considerar apenas uma simples coincidência o fato de que estes gêneros musicais tradicionalmente atraem a preferência das elites e que acabam por emprestar à atividade governamental uma certa aura de refinamento. Ou seja, há uma prevalência de estilos que são comumente associados àquela idéia antiga e já repetidamente rechaçada de classificar algumas manifestações como de “alta cultura”, e de desprezar as manifestações populares, colocando-as em segundo plano. Tudo isso faz com que surjam dúvidas sobre o verdadeiro direcionamento dessas políticas culturais, pois a análise dos dados leva a crer que a ação governamental está facilitando o acesso de grupos privilegiados a certos bens culturais que, de outra forma, não seriam disponibilizados na Bahia. Tome-se como exemplo as apresentações da Série TCA, que nem sempre são disponibilizadas através de preços acessíveis a grande parte da população. Questiona-se, portanto qual o público que programas como esse procuram atingir. (SANTOS, 2009, p. 112)

A política cultural adotada pelo governo estadual, até mesmo no que toca a diversidade religiosa e a preservação patrimonial, segue uma linha nítida: onde a cultura é vista como um acessório do turismo. Fernandes (2008) ao analisar as ações patrimoniais da SCT durante seus 12 anos de existência destaca que:

²⁰ A pesquisa contabilizou 1023 participações, envolvendo 730 artistas. A campanha “Sua Nota é um Show” foi a atividade com o maior número de participações musicais registradas, totalizando 367.

As construções representativas da cultura africana, ou da cultura indígena, ou de qualquer outra origem ou tradição cultural que não a portuguesa dificilmente interessavam à SCT enquanto patrimônio a ser preservado. Apesar dos inúmeros apelos de marketing promovidos pela Bahiatursa, onde a Bahia é representada como multiracial, multiétnica, multicultural [...] (FERNADES, 2008, p.128-129).

Seguindo a linha elitista das ações desenvolvidas pela IPHAN, que remetem a origem do órgão e priorizam o estilo barroco de suas construções, o IPAC em suas ações de preservação patrimonial simplesmente ignoram o universo das religiões de matriz africana. Em 2006 uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, comandada pelo professor Jocélio Teles dos Santos (2006) relata que Salvador conta com 1.408 terreiros ²¹de candomblé, 20% dos terreiros no universo pesquisado se localizam em bairros do subúrbio ferroviário de Salvador, como Plataforma, Paripe e Alto de Coutos. A pesquisa registra também um crescimento expressivo entre 1990 e 2000, com o surgimento de 677 terreiros em Salvador. Curioso é que este crescimento no número de instituições não são proporcionais as ações do governo Paulo Souto ou dos governos carlistas, muito pelo contrário, somente em 2004 aparecem as primeiras iniciativas quando são tombados apenas quatro terreiros Pilão da Prata, Ilê Axé Oxumaré, São Jorge Filho da Goméia e Mãe Mirinha do Portão, número totalmente incipiente. Não existe nos relatórios oficiais registros de outras ações envolvendo a preservação dos terreiros, o que representa descaso levando-se em consideração o número significativo de religiões de matriz africana que se diferenciam desde a origem, aos rituais sagrados e ao idioma na cidade de Salvador. Mais uma vez fica claro que a cultura negra é um mero instrumento de marketing cultural do governo, enquanto as ações se apresentam em uma outra direção.

Outra iniciativa que também merece ser destacada é a participação do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB como coprodutora dos documentários no concurso anual destinado a premiar documentários com temas relativos à diversidade cultural – o Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro – DocTV, promovido pelo Ministério da Cultura/Secretaria do Audiovisual, em parceria com a Fundação Padre Anchieta/TV Cultura e Associação Brasileira de Emissoras Públicas – Abepec.

A Bahia teve projetos vencedores em três edições. Em 2003, foram premiados no I DOCTV “Tumbalalá-Tupinambá – Irmãos no Mundo” e “Máquina de Fazer Democracia, Vida e Obra

²¹ A pesquisa foi realizada com 1.162 terreiros, uma vez que 34 terreiros se recusaram a responder ao questionário aplicado pelo pesquisador.

de Anísio Teixeira”, A segunda edição ocorrida em 2005 escolheu os projetos “Mário Gusmão, o Anjo Negro da Bahia”, de Élon Luís Cunha Ribeiro e “Mandinga em Manhattan”, de Maria Lúcia Correia Lima de Souza. Na terceira edição, em 2006, foram premiados os projetos “Os Negativos”, de Ángel Diéz sobre o relacionamento dos fotógrafos Pierre Verger e Arlete Soares e “As Cores da Caatinga”, de Ivana Pontes

O que podemos observar é que o governo Souto não conseguiu acompanhar as transformações pelas quais passavam as políticas culturais no Brasil e no mundo. O problema se revela significativo, pois extrapola a diferença de partidos políticos entre o governo estadual e federal. Se o “respeito e valorização da diversidade cultural do Estado” aparecem como um princípio norteador da política cultural do Estado, o que fica claro é que discurso e prática não caminham em um mesmo ritmo. Não contemplar as questões relativas à diversidade cultural em um Estado como a Bahia, em um momento decisivo de transformações no campo das políticas culturais em todo mundo surge como um dado importante.

Outra questão pertinente a ser levantada é que promover políticas culturais que incluam a diversidade em sua pauta exige ações de participação e diálogo permanente entre Estado e sociedade civil, uma vez que não se trata de atender a necessidade de diferentes grupos, mas sim de permitir a troca, o contato e a negociação entre os diversos segmentos. As iniciativas da política cultural implementada por Souto pecam no quesito participação, note-se, por exemplo, a restrita participação dos municípios baianos durante a I Conferência de Cultura da Bahia, oportunidade em que a população poderia e deveria ser ouvida e expor suas demandas, além das propostas serem expostas.

A I Conferência de Cultura da Bahia foi realizada em 2005 e contou com a participação de apenas 21 municípios, o que equivale a 5% dos municípios baianos. Segundo Canedo (2008) uma das razões atribuídas para a participação incipiente foram as divergências entre o governo estadual e federal no que tange as concepções políticas.

3.2.2 Dinamização de espaços culturais

Os espaços e equipamentos culturais foram uma preocupação do governo Paulo Souto, mencionada em todos os relatórios da Secretaria de Cultura e Turismo entre os anos de 2003 e 2006. O relatório de 2003 revela inclusive que duas das quatro linhas básicas da estratégia de implementação da política cultural do governo contemplam os espaços e equipamentos, como podemos observar:

1-Qualificação da oferta de espaços e equipamentos culturais: objetiva capacitar o sistema para responder eficazmente às exigências de descentralização, qualificação e eficiência dos processos e ações culturais do Estado.

2- Difusão e Dinamização da cultura: Tem por objetivo fortalecer as artes e a cultura baiana ampliando o raio de abrangência da ação governamental no Estado, tornando mais elástica a capacidade de oferta das manifestações culturais e de acesso pelos diversos públicos

3- Desenvolvimento Sociocultural: Apoio, patrocínio e estímulo de atividades culturais de grupos e outros setores organizados das comunidades periféricas dos centros urbanos

4- Preservação da Memória e Patrimônio: Objetiva a valorização e preservação do acervo arquitetônico histórico e cultural do Estado da Bahia, um dos mais ricos de todo o país. (SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO, 2003, p.12)

Para que possamos realizar uma leitura crítica acerca destes dois objetivos - “Qualificação da oferta de espaços e equipamentos culturais” e “Difusão e Dinamização da cultura” - é necessário entender primeiramente como estão distribuídos os equipamentos culturais pelos 417 municípios baianos. Novamente, a ausência de registros oficiais surge como uma dificuldade. Os dados encontrados nos relatórios de governo em boa medida resumem-se ao Teatro Castro Alves, Escola de Dança da FUNCEB, o Espaço Xisto Bahia, Teatro do ICEIA, Teatro do IRDEB, Cine-teatro Boa Vista de Brotas, Casa da Música, ao complexo audiovisual dos Barris, todos localizados em Salvador, e ao Cine-teatro Lauro de Freitas, o Teatro Dona Canô (Santo Amaro) bem como os Centros de Cultura de Alagoinhas, Itabuna, Vitória da Conquista, Juazeiro, Valença, Porto Seguro e Feira de Santana²².

Com o intuito de compreender como o objetivo de “dinamização dos espaços culturais” funcionou na prática nos debruçamos sobre os dados apresentados no Relatório de Governo que analisou os equipamentos culturais da Bahia entre os anos de 2003-2006, a partir da quantidade de eventos realizados e do público atingido. Na observação destes dados cruzamos as informações dos equipamentos culturais localizados em Salvador e Região Metropolitana (RMS): Teatro Castro Alves, Casa da Música, Cine Teatro Lauro de Freitas, Cine Teatro Boa Vista de Brotas, Espaço Cultural Alagados, Espaço Xisto Bahia, C.C Plataforma, Teatro do Iceia; e os equipamentos do interior: C.C. Adonias Filho (Itabuna), C.C. Alagoinhas, C.C Amélio Amorim (Feira de Santana), C.C.Camilo de Jesus Lima (Vitória da Conquista), C. C.

²² O Centro de Cultura de Guanambi é administrado pela prefeitura e não aparece nos relatórios.

João Gilberto (Juazeiro), C. C. Olívia Barradas (Valença), C. C Porto Seguro e o Teatro Dona Canô (Santo Amaro).

Como era de se esperar o equipamento cultural que promoveu a maior quantidade de eventos está localizado na capital do estado: o Complexo Castro Alves. Ele está dividido em sala principal, sala do coro e concha acústica. Abriga também foyer, núcleo de memória, sala de ensaios e um centro técnico que garante suporte a suas produções. O teatro possui três grupos artísticos permanentes: a Companhia Balé do Teatro Castro Alves (BTCA), a Orquestra Sinfônica da Bahia (OSBA) e a Companhia Ilimitada, grupo de dança criado em 2004. Segundo dados baseados nos relatórios oficiais do governo, o Complexo TCA foi o equipamento cultural que registrou também a maior quantidade de público e eventos entre 2003 e 2006 foram anotados 1.292 eventos, distribuídos pelos três espaços conforme a figura a seguir:

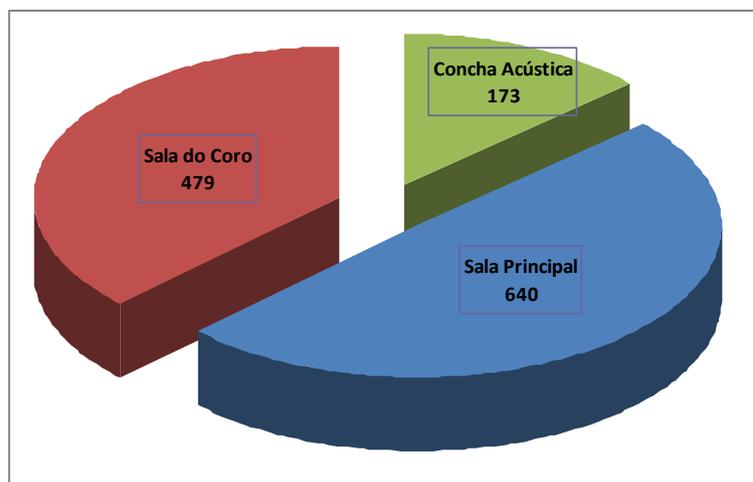


Gráfico 1- Quantidade de eventos realizados entre 2003 e 2006 no Complexo TCA

O que podemos perceber é que a sala principal registrou a maior quantidade de eventos (640), o que não corresponde a maior quantidade de público, ocupada pela concha acústica que promoveu 173 eventos, atingindo um público de 649.470 contra os 540.555 da sala principal. A sala do coro promoveu 479 eventos e conseguiu atingir um público de 77.032. Infelizmente não foi possível verificar em quais linguagens estavam distribuídos os eventos realizados em razão da ausência de dados nos documentos oficiais. Sozinho o TCA promoveu 16% dos eventos realizados entre 2003 e 2006. O que é interessante perceber é que se somados a quantidade de eventos promovidos pelo TCA aos outros equipamentos culturais da região metropolitana de Salvador isso significa dizer que 43 % dos eventos realizados estiveram

concentrados em Salvador e região metropolitana, conforme podemos observar no gráfico abaixo:

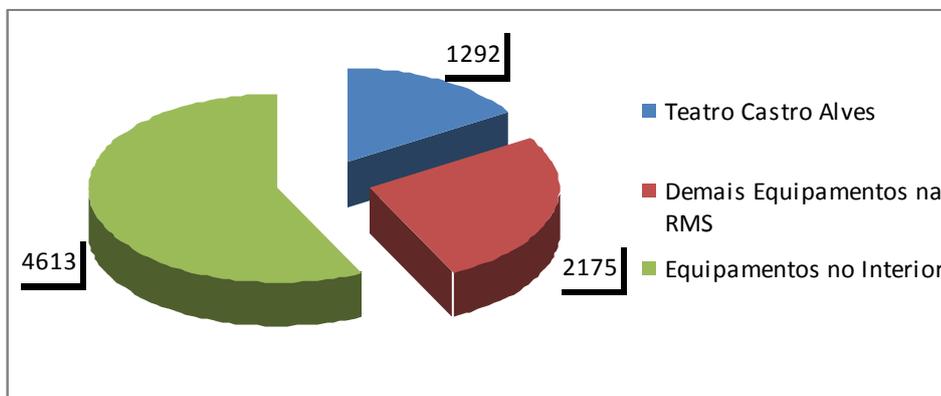


Gráfico 2 – Quantidade de eventos realizados entre 2003 e 2006 Complexo TCA, Equipamentos da RMS e Equipamentos do Interior.

No gráfico três podemos visualizar a quantidade de eventos distribuídos por equipamentos. Desta vez, foram considerados os equipamentos já mencionados, a exceção do complexo TCA. Em termos de eventos realizados, a maior quantidade continua sendo em um equipamento localizado na capital, o Xisto Bahia com 766 eventos, seguido pelos Centros Culturais de Valença (689), Alagoinhas (649) e Vitória da Conquista (622). Em relação à quantidade de público atingido, o Centro Cultural Camilo Lima, localizado em Vitória da Conquista ocupa o primeiro lugar (267.475), seguida por Porto Seguro (194.580) e pelo Centro Cultural Amélio Amorim, em Feira de Santana (172.190) que apesar de não apresentar dados no ano de 2006, quando sua administração foi transferida para UEFS, supera os outros equipamentos. O quarto lugar é ocupado pelo Centro Cultural João Gilberto em Juazeiro (149.316). O menor número de eventos aconteceu na casa da música em Salvador (118) e o menor público foi registrado no Cine Teatro em Lauro de Freitas.

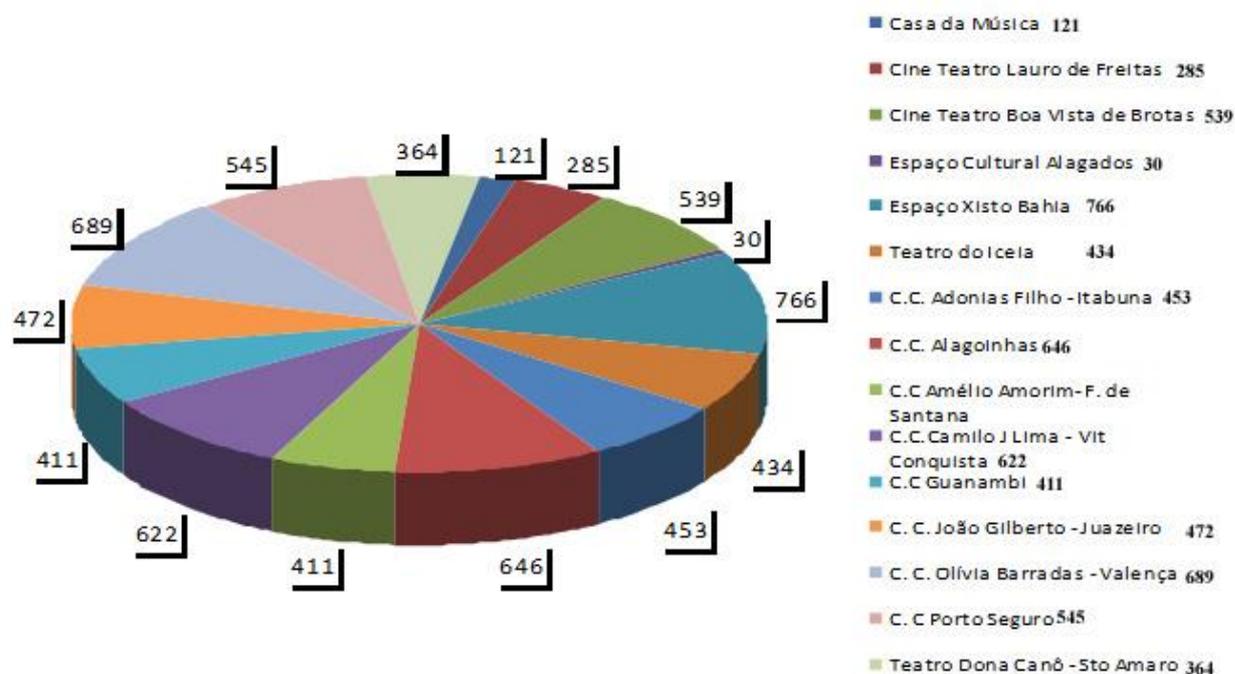


Gráfico 3 - Quantidade de eventos realizados de 2003-2006 nos Centros de Cultura e outros equipamentos culturais

Outro equipamento que merece ser destacado é o Complexo Audiovisual dos Barris, composto pela Galeria Pierre Verger, um espaço dedicado à mostras de fotografias; sala de cinema mais antiga em funcionamento na Bahia, a Sala Walter da Silveira que tem uma capacidade de 200 lugares e a Sala Alexandre Robatto, com 70 lugares. Na tabela abaixo podemos observar os eventos realizados entre 2003 e 2006. Os dados disponibilizados são até setembro de 2006. Infelizmente o relatório do Governo de 2007 não apresenta os dados completos referentes a ocupação no ano de 2006 como acontece com outros espaços.

Tabela 1: Eventos realizados no Complexo dos Barris entre 2003 e 2006

ANO	SALA WALTER DA SILVEIRA		SALA ALEXANDRE ROBATTO		GALERIA PIERRE VERGER	
	FILMES	PÚBLICO	VÍDEOS	PÚBLICO	EXPOSIÇÕES	PÚBLICO
2003	221	20.395	316	33.095	8	14.514
2004	290	30.625	367	36.353	10	14.441
2005	648	28.420	656	39.631	9	17.781
2006 (*)	326	18.204	192	25.421	8	11.916
TOTAL	1.485	97.644	1.531	134.500	35	58.652

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo. Relatório do Governo da Bahia de 2006

*Os dados apresentados são até setembro de 2006.

O Teatro do Irdeb é o único equipamento sobre o qual constam dados oficiais divulgados nos relatórios de 2003 a 2006, onde podemos identificar as ações realizadas nesse período, das quais merecem destaque os show musicais exibidos na TVE e na Rádio Educadora conforme podemos verificar:

Tabela 2: Teatro do IRDEB- Ações realizadas entre 2003-2006

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES REALIZADAS			
	2003	2004	2005	2006(*)
Espectáculos de teatro e dança	9	8	10	13
Shows	24	9	13	4
Gravação de show/Especiais TVE	8	47	76	6
Cinema	9	4	2	2
Cursos, conferências, palestras e seminários	13	5	3	5
Exposição no Foyer	1	–	4	–
Outros	11	17	8	6
TOTAL	75	90	116	36
Público	9.453	5.313	6.595	3.287

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo. Relatório do Governo da Bahia de 2006

*Os dados apresentados são até setembro de 2006.

Como já podemos constatar a presença mais significativa de equipamentos culturais na capital do Estado, achamos pertinente apresentar os resultados alcançados pela pesquisa Equipamentos culturais de Salvador: públicos, políticas e mercados, realizada pela Universidade Federal da Bahia e coordenada pela professora Gisele Nussbaumer (2007). O estudo contou com a participação dos estudantes João Vitor Vinhas, Lucas Lins, Nathália Leal, Plínio Rattes e Sheila Ahmad e dedicou-se a mapear e descrever 32 teatros²³ localizados em Salvador, buscando apontar a capacidade de público, a programação dentre outros aspectos. A pesquisa consegue revelar de maneira bastante interessante a distribuição destes equipamentos culturais pela cidade entre os anos de 2005 e 2006.

Segundo os dados apresentados, Salvador tem um perfil semelhante a outras capitais brasileiras, a exemplo de Rio de Janeiro e São Paulo no que se refere a distribuição espacial destes equipamentos.

²³ Fizeram parte da pesquisa os teatros: Café-teatro Zélia Gattai, Cine-teatro do ICBA, Cine-teatro do ICEIA, Cine-teatro Solar Boa Vista, Espaço Xisto Bahia, Sala Principal do Teatro Castro Alves/TCA, Sala do Coro do TCA, Teatro ACBEU, Teatro Anchieta, Teatro Caballeros de Santiago, Teatro da Barra, Teatro Dias Gomes, Teatro Diplomata, Teatro do IRDEB, Teatro do ISBA, Teatro do Movimento, Teatro Gamboa, Teatro Gil Santana, Teatro Gregório de Mattos, Teatro Hora da Criança, Teatro Jorge Amado, Teatro Miguel Santana, Teatro Módulo, Teatro Molière, Teatro Salesiano, Teatro Sartre, Teatro Sesc-Senac Pelourinho (com dois espaços, o Principal e o Arena), Teatro SESI Rio Vermelho, Teatro Vila Velha (que inclui o espaço Cabaré dos Novos) e Theatro XVIII. Importante ressaltar que o Teatro Martim Gonçalves e o Cine-teatro Sesc-Senac Casa do Comércio estiveram fechados temporariamente durante a pesquisa para realização de reformas.

Metade dos teatros de Salvador, no entanto, estão localizados na região central da cidade, em bairros privilegiados por uma infra-estrutura urbana de transporte coletivo e segurança pública. É revelador, nesse caso, o fato de 11 das 17 regiões administrativas da cidade não possuírem um único teatro. Com exceção de um, todos os outros 31 teatros de Salvador estão concentrados em uma área que vai do Centro Histórico a Pituba. (NUSSBAUMER, 2007, 14)

A pesquisa revelou também que além do problema registrado na concentração espacial, 73% dos teatros analisados estão ligados a instituições privadas, o que demonstra segundo a pesquisa um investimento de escolas tradicionais de Salvador, associações culturais internacionais e entidades corporativas neste tipo de equipamento cultural. Durante o período da pesquisa (2005-2006) observou-se que dos onze teatros públicos, apenas três estavam em completo funcionamento. Todos eles estaduais, sendo que O Teatro XVIII era único administrado por uma ONG em regime de comodato. O estudo sinaliza também que durante as últimas décadas, quando Estado e Município eram comandados por um mesmo grupo político “verificou-se o esvaziamento das responsabilidades da administração municipal com a cultura, pois os investimentos passaram a ser predominantemente do Governo do Estado e vinculados à questão do turismo” (NUSSBAUMER et al, 2007, p.15).

A pesquisa registra que as artes cênicas foram a linguagem predominante no período, apesar de um elevado número de shows musicais registrados nesses espaços, o que revela a ausência de equipamentos culturais adequados para este tipo de espetáculo. A dificuldade de manutenção dos espaços físicos dos teatros, a dependência de patrocinadores através das leis de incentivo e a ausência de registros referentes ao perfil do público também são percebidas na investigação:

Nesse sentido, questiona-se até que ponto são válidas iniciativas ou políticas de “formação, diversificação ou fidelização de públicos”. Como criar políticas culturais sem conhecer ou considerar a quem elas se destinam - ou a quem poderiam se destinar, no caso de públicos potenciais? Como pensar políticas de acesso aos equipamentos culturais sem levar em consideração que um terço da população da cidade sequer utiliza ônibus, locomove-se a pé ou de bicicleta? Esses aspectos detectados pela pesquisa indicam, em Salvador, tanto a ausência de políticas públicas que equacionem a oferta de espaços para os criadores, especialmente os grupos emergentes, quanto a ausência de um planejamento da oferta cultural que não tenha como alvo os segmentos da população com maior poder aquisitivo, menor circulação em áreas centrais da cidade e menor familiaridade com espetáculos teatrais. (NUSSBAUMER et al, 2007, p.16).

Outro dado que chama atenção quando nos debruçamos sobre a análise da gestão dos equipamentos culturais na Bahia é as bibliotecas, equipamentos culturais tradicionais, são mencionadas apenas no relatório oficial do governo da Bahia no ano de 2003. Este documento se restringe a relatar a implantação de nove bibliotecas nos municípios de Maracás, Cabaceiras do Paraguaçu, Maragojipe, Santo Estevão, Conceição de Feira, Iará, Feira de Santana, São Félix e Piritiba, através do Projeto Biblioteca para todos, realizado em parceria com as prefeituras municipais e com o convênio firmado com a ONG Viva o Livro e por fim apresenta muito apressadamente dados das bibliotecas do sistema estadual como podemos observar:

As bibliotecas do sistema estadual – a Biblioteca Pública do Estado, a Infantil Monteiro Lobato, a Thales de Azevedo e a Juracy Magalhães Jr, em Salvador, além da de Itaparica e da Casa de Cultura Afrânio Peixoto, em Lençóis – tiveram seus acervos acrescidos pela doação de 18.104 títulos (livros, periódicos e CDs) e foram dinamizadas através de 331 atividades pedagógicas regulares, como brinquedoteca, cinevídeo, cursos, debates, exposições, oficinas, palestras, recitais, simpósios e teatro. Além disso, eventos culturais como A Biblioteca vai à Escola e A Biblioteca vai às Ruas, proporcionaram incentivo ao hábito da leitura, informação, entretenimento e socialização para cerca de 44.000 usuários/mês. A Biblioteca de Extensão – Bibex, atendeu a 8.000 usuários/mês através de dois carros-biblioteca que visitam semanalmente 16 bairros de Salvador e 31 caixas-estantes instaladas em instituições como creches e abrigos. (RELATÓRIO DO GOVERNO DA BAHIA, 2003, p. 154)

A pouca importância dada às bibliotecas se apresenta como um dado relevante visto que este equipamento está presente em 80,3% por municípios baianos, número significativo se observarmos a escassez de equipamentos culturais encontrados na Bahia. A esse respeito observe o gráfico a seguir revela a quantidade de Municípios com existência de equipamentos culturais por tipo em 2006:

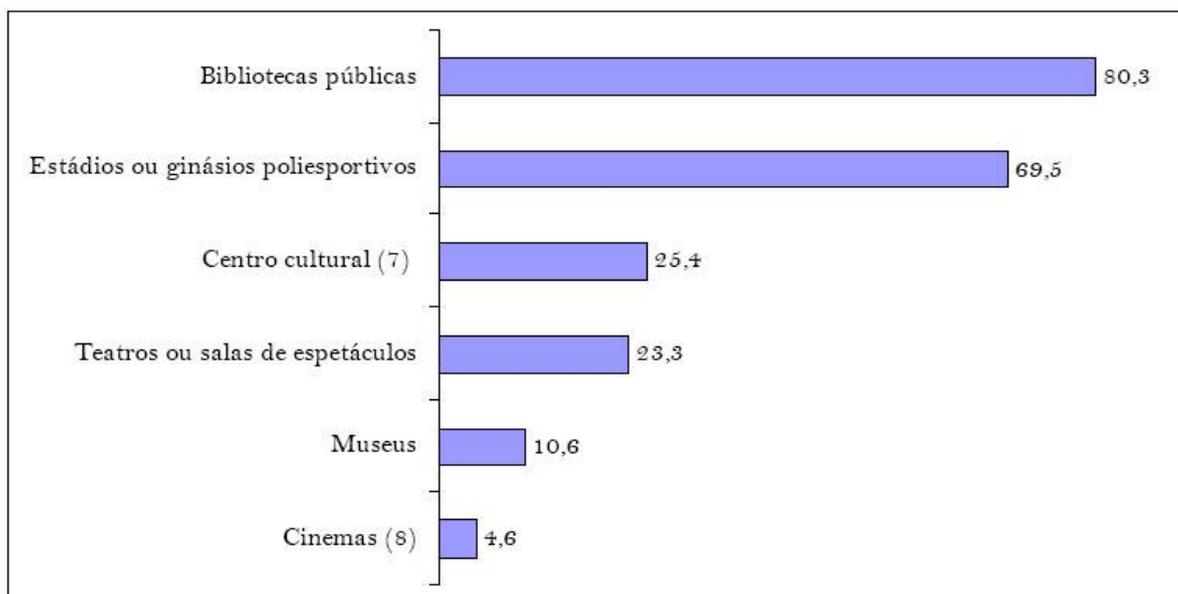


Gráfico 4 : Equipamentos Culturais Bahia

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros Cultura/Suprocul – Secult (2008)

As informações do gráfico são oriundas da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC (2006) produzida pelo IBGE, que mapeou um universo de 5.564 municípios brasileiros até dezembro de 2006 e mesmo com todas as limitações e críticas²⁴ feitas ao estudo ele é atualmente o que fornece dados mais próximos da realidade. Pela confiança e credibilidade do IBGE acreditamos que é pertinente a utilização desta pesquisa, visto a necessidade de ter parâmetros capazes de alicerçar a nossa reflexão. É importante destacar que a MUNIC na edição de 2006²⁵ procurou coletar informações referentes à gestão municipal na área cultural, mapeando políticas de planejamento, quadro funcional, ações, projetos e atividades culturais. Segundo a nota técnica da própria pesquisa, a coleta de dados ocorreu entre setembro de 2006 e março de 2007, entretanto, as informações sobre os valores do total da receita arrecadada do município e da despesa realizada com a cultura referem-se ao exercício de 2005. A atual secretaria de cultura da Bahia para fins de planejamento agrupou as informações da MUNIC traçando dados relativos ao estado bem como o perfil dos territórios de identidade.²⁶

Os ginásios esportivos, que são o segundo equipamento cultural em quantidade no estado da Bahia segundo a MUNIC (2006), presentes em 69, 5% dos municípios baianos, também não são contemplados nos relatórios como equipamentos culturais, aparecem quando

²⁴ Muitas críticas feitas a MUNIC questionam que as informações coletadas pelo IBGE são respondidas pela administração municipal o que poderia ocasionar em um maquiamento dos dados.

²⁵ No dia 13 de maio de 2010 foi lançada a edição mais recente da MUNIC.

²⁶ Os dados estão disponibilizados na página da Secult: http://www.cultura.ba.gov.br/infocultura/downloads/nota-tecnica-em-formato-pdf/attachment_download/file

são mencionadas obras ou reformas. As atividades culturais promovidas nesses espaços não são mencionadas. Os relatórios se restringem a atividades esportivas, a exceção é o Projeto Escola dos Esportes SETRAS, Secretaria do Trabalho, Renda, Emprego e Esporte através da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia – Sudesb, iniciação esportiva, baseada na filosofia do esporte como ferramenta de inclusão social que promoveu atividades como capoeira, dança moderna, dança afro, dança de salão e balé.

Outro equipamento cultural que merece destaque são os museus que apesar de estarem em apenas 10,6% dos municípios baianos, representam uma quantidade significativa na capital do estado. Salvador conta com 53 museus, o número supera inclusive a quantidade de bibliotecas públicas (8), teatros (35), estádios e ginásio poliesportivos (39) e salas de cinema (19). A dinamização dos museus é citada de maneira muito superficial, não são apresentados dados que expliquem como se deu este processo ou que revele o perfil do público que tem visitado o espaço ou crescimento no número de visitantes como podemos perceber:

Como centros formadores, difusores e de convivência, os museus do Estado, detentores de importantes acervos, realizam exposições permanentes e temporárias, eventos e visitas guiadas.

No Museu de Arte da Bahia – MAB, destacou-se a exposição Grandes Mestres da Pintura Baiana, com 83 obras de 16 pintores da segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XX. O MAB enriqueceu seu acervo este ano com o recebimento da doação de oito obras de importantes pintores.

O complexo do Museu de Arte Moderna da Bahia – MAM, que abrange as exposições permanentes do Parque das Esculturas e da Sala Ruben Valentim, recebeu a exposição Mestres da Pintura Universal, que possibilitou ao público baiano conhecer obras de grandes artistas, a exemplo de Picasso, Matisse e Modigliani, atraindo um público de 50 mil visitantes.

Na comemoração da décima edição do Salão MAM de Artes Plásticas, 1.800 trabalhos foram inscritos, dos quais 30 foram selecionados e seis premiados.

O MAM também realizou exposições temporárias de artistas baianos fora de Salvador: na Bienal de Buenos Aires; exposição de Caetano Dias, no MAM-RJ; e exposições itinerantes dos artistas premiados nos Salões MAM Bahia, em João Pessoa, Recife e Fortaleza. As tradicionais Oficinas de Artes Plásticas do MAM, 16 por semestre, receberam cerca de 700 alunos durante o ano. Foi publicado, através da Lei Rouanet, o Catálogo do MAM, com texto de Antonio Risério e fotos de Mário Cravo Neto, registrando 251 imagens do acervo e das instalações.

Outros museus do Estado – na capital os museus Abelardo Rodrigues, Temporal, Palácio da Aclamação e a Galeria Solar Ferrão e, no interior, o Parque Histórico Castro Alves – também foram dinamizados e receberam visitas agendadas de estudantes e grupos. (RELATORIO DE GOVERNO 2003, 156)

Em relação à ampliação e preservação dos equipamentos culturais são mencionados as obras e reformas para qualificação dos espaços, entretanto, através dos relatórios não é possível ter

idéia das condições de funcionamento dos equipamentos na época, pois estes aspectos não são mencionados. Importante anotar a conclusão da segunda etapa do Centro Cultural de Guanambi, em 2006, que passou a contar com 322 lugares. Este equipamento não aparece nos registros referentes a capacidade de público e eventos realizados pois é administrado pela prefeitura, assim como o Centro Cultural ACM em Jequié. O Centro Cultural de Plataforma não foi inaugurado a tempo a da conclusão da gestão de Paulo Souto, sua inauguração só aconteceu em junho de 2007. Foram concluídas as obras de recuperação do Centro de Cultura de Mutuípe - Solar Rebouças. Em Itabuna, a instalação de um novo Centro de Cultura e Eventos (que teve sua construção iniciada em setembro de 2005 e com previsão de conclusão da obra em junho de 2007) nunca foi concluída. Segundo o relatório do governo de 2006 a obra foi orçada em R\$ 12,9 milhões. Nos documentos oficiais não foram encontradas explicações para que a obra não tenha sido finalizada, nem mesmo no governo seguinte.

A concentração de equipamentos em Salvador, leia-se em alguns bairros tradicionais da cidade limita o acesso do público aos eventos culturais não só de outros municípios localizados no interior do Estado, como também da população que reside em bairros mais distantes ou nas zonas periféricas da capital, por conta de questões que envolvem desde o transporte público, perpassando a dificuldade de mobilidade urbana, até as questões relacionadas à segurança na cidade de Salvador. Especificamente sobre os museus e bibliotecas podemos entender que a falta de assistência a estes equipamentos culturais acaba gerando um círculo vicioso em que a população não encontra programações atrativas capazes de estimular a visitação periódica, pois estes espaços eram geridos seguindo a visão de que eram locais para conservação de acervos, o que destoava das políticas culturais contemporâneas que buscam compreender estes equipamentos como espaços vivos, dinâmicos e que devem ser continuamente incorporados ao cotidiano da população, promovendo atividades que contemplam inclusive a hibridização de linguagens artísticas.

3.2.3 Patrimônio material como um objetivo: O que há por trás desta escolha?

No documento “Bahia: Política Cultural” produzido em 2003 no início do governo de Paulo Souto, os objetivos estratégicos que versam sobre a preservação patrimonial e a memória aparecem com frequência, esta é inclusive uma das linhas estratégicas adotadas pelo governo “Preservação da Memória e Patrimônio: objetiva a valorização e preservação do acervo arquitetônico histórico e cultural do Estado da Bahia, um dos mais ricos de todo o país.” (SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO, 2003, p.12)

Fernandes (2008) registra em seus estudos sobre os 12 anos de existência da SCT que as intervenções patrimoniais representam os maiores investimentos orçamentários e que inicialmente as obras de recuperação eram realizadas pelo IPAC e pela Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER), órgão ligado a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, mas a partir de 2000, as atribuições dos órgãos foram redefinidas e a responsabilidade pelas intervenções físicas ficou exclusivamente a cargo deste último.

É preciso lembrar que a ligação do carlismo com o patrimônio, em especial o material, vem de longa data, muito antes inclusive da criação da Secretaria de Cultura e Turismo. As primeiras intervenções registradas no Pelourinho, grande símbolo destas gestões, começam quando ACM foi prefeito de Salvador entre 1967 e 1970. Entretanto, essas iniciativas da década de sessenta foram muito restritas e só a partir dos anos noventa, quando ACM (1991-1994) assume o governo do estado pela terceira vez, é que uma política voltada para o patrimônio acontece de fato.

Os recursos financeiros para a realização das obras na gestão de Antônio Carlos Magalhães eram provenientes do estado e de empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Fundo Geral de Turismo (Fungetur), e de organismos internacionais como Banco Mundial (BIRD) e do banco alemão Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KfW). A partir da criação da SCT foram acrescentados recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) e a partir de 2000 do Programa Monumenta do Governo Federal. Fernandes (2008) esclarece que:

Todas estas fontes financiadoras disponibilizam o recurso para o investimento no turismo. Portanto, é preciso reconhecer que isso significa que a principal política para a cultura na Bahia era financiada por recursos destinados ao turismo. O que vem a confirmar a justificativa, repetidamente declarada pelos dirigentes do estado, para a junção das pastas de cultura e turismo: a cultura como diferencial para atração do turista e o turismo como carregador de recursos para a cultura. Investia-se, portanto, na economia do turismo, não da cultura (FERNANDES, 2008,p.130)

A partir de 1992 uma grande intervenção começa a ser realizada na região do Pelourinho, promovida pelo governo do Estado, através do IPAC e da CONDER. As ações são baseadas no “Plano de Ação Integrada do Centro Histórico de Salvador”, um projeto organizado em sete etapas e buscava realizar as obras por quarteirões abrangendo uma área equivalente a 12 hectares. É interessante destacar que segundo este plano, o Centro Histórico de Salvador era compreendido por uma área que inclui o próprio Pelourinho além de regiões como Terreiro de

Jesus, Praça da Sé, Largo de São Francisco, Sodré, Taboão, Pilar, Carmo, Santo Antônio Além do Carmo, Passo, trecho da Baixa dos Sapateiros, Barroquinha, São Bento, Conceição da Praia, Rua da Misericórdia, Rua da Ajuda e Rua Chile. Esta área do CHS foi delimitada pela Lei Municipal no 3.289, de 21 de setembro 1983 e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em 1984. Em 1985 foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO como Patrimônio da Humanidade.

O Centro Histórico de Salvador é considerado como uma das áreas mais significativas do Brasil seja em termo do valor arquitetônico, paisagístico, urbanístico, histórico ou cultural. Desde a fundação de Salvador até o período em que a cidade foi capital do Brasil, esta região concentrava as atividades econômicas e culturais. Neste trecho, onde estavam fixadas as residências das famílias mais importantes, da aristocracia e também de funcionários do alto escalão, desde o século XVII foram erguidos importantes edificações e monumentos como o Palácio do Governador, a Casa de Câmara e Cadeia, o Terreiro de Jesus e a Igreja do Carmo, dentre outros.

Posteriormente com a expansão das atividades portuárias e a comercialização de gado, cana-de-acúcar, algodão, fumo oriundos do recôncavo baiano, a cidade cresceu e passou a ocupar a faixa hoje conhecida como Cidade Baixa. A partir do século XIX, a cidade cresceu no vetor sul e a população mais abastada começou a se deslocar para as novas áreas consideradas naquela época como as mais modernas, com isso, os imóveis passaram a ser abandonados e ocupados pela população de baixa renda. Durante as décadas de 60 e 70 este processo se agravou ainda mais, pois a cidade se expandiu na direção norte. Foram construídas as avenidas de vale que modificaram a fisionomia de Salvador, novos bairros surgiram, as funções administrativas e comerciais se deslocaram e o processo de esvaziamento do CHS se acentuou, levando inclusive a uma degradação da área que passou a ter um baixo valor imobiliário. (PLANO DE REABILITAÇÃO PARTICIPATIVO, 2009)

Desde então, as atividades ligadas ao turismo passaram a ser vistas como uma maneira de promover a dinamização das atividades econômicas e culturais da região do CHS, além de ser uma saída para a preservação patrimonial. Foram promovidos eventos voltados para o entretenimento e o lazer, como atividades musicais, criados novos espaços como as praças Pedro Archanjo, Quincas Berro d'Água e Tereza Batista. O comércio passou a ser estimulado, principalmente através do funcionamento de bares e restaurantes capazes de criar uma infraestrutura para o turismo. A antiga vocação habitacional da região passou a ser desconsiderada, pois a intenção era transformar a área em um shopping a céu aberto. As famílias residentes são deslocadas, os cortiços fechados e, a indenização dada aos moradores foi insuficiente para

adquirir novas moradias. Como consequência, a população passou a ocupar informalmente prédios fechados e áreas próximas, inclusive encostas.

As obras, que se estendem vigorosamente até os anos 1996/97, em seis das sete etapas previstas, sofrem desaceleração a partir de então, diante dos altos investimentos públicos realizados e da pouca efetividade econômica dos novos pontos comerciais. De 1992 a 1996, foram investidos cerca de US\$ 100 milhões em obras de infraestrutura, praças e intervenções prediais. Conforme previsto inicialmente, US\$ 85 milhões era a estimativa para a conclusão das sete etapas do projeto de revitalização do Pelourinho, basicamente recursos estaduais, sendo investidos 3,9 milhões em indenizações para as famílias deslocadas. Nas seis primeiras etapas, cerca de 72% dos imóveis previstos (531 dos 734) foram recuperados, 2.909 famílias foram deslocadas, de um total de 470 imóveis, e 1.350 unidades foram produzidas. Desses imóveis, o governo baiano adquiriu 432 e obteve o usufruto de 133 (PLANO DE REABILITAÇÃO PARTICIPATIVO, 2009, 92)

[...] Somente a partir de 1999, após a constatação de que o turismo – ao contrário do que se imaginava – não poderia ser visto como a panaceia para todos os males que afligiam o CHS, tem início a implementação de mudanças mais significativas nesse programa. A produção da habitação ganha força como uma alternativa a ser buscada na sustentação do processo, visto que pesquisas elaboradas no contexto apontavam para existência, especialmente entre segmentos de faixas de renda média e baixa, de uma demanda expressiva por unidades residenciais reabilitadas no CHS. A partir de então, um convênio assinado entre o Governo do Estado e a Caixa Econômica Federal - CEF deu início a um projeto piloto com fins habitacionais, buscando desenvolver uma experiência de reabilitação de imóveis em que fosse reduzida a participação de verbas públicas e incentivada a utilização de recursos privados, através de linhas de financiamento da Caixa Econômica Federal. Esta experiência piloto, apesar de ser pequena frente à quantidade de imóveis que carecem de recuperação, apresentou resultados animadores, porém, por conta de aspectos ainda por serem estudados, até o momento não chegou a gerar efeitos multiplicadores, como se esperava. (PLANO DE REABILITAÇÃO PARTICIPATIVO, 2009, 69)

Este processo de expulsão da população gerou uma crise no projeto de recuperação do governo do estado, com críticas significativas de vários setores da sociedade. Na academia, ocupou inclusive a atenção de autores como George Yúdice (2000). As críticas são conduzidas não no sentido de questionar o objetivo do projeto que buscava transformar o Pelourinho em um pólo turístico, capaz de atrair turistas do mundo inteiro, seja pela presença dos casarios coloniais ou pelo imaginário que envolve o lugar, divulgado principalmente através da obra de Jorge Amado e da música baiana, mas se pautam, sobretudo, na maneira como foi realizado o processo de recuperação do Centro Histórico de Salvador, marcado pela expulsão da população local.

A partir da sexta etapa do projeto de restauração do Centro Histórico uma crise vai se instaurar por problemas na execução das obras²⁷ e em 2003, ela culmina com uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual contra a CONDER, por iniciativa da Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH).

Fernandes (2008) destaca em sua pesquisa um documento produzido pelo Governo Paulo Souto em 24 de abril de 2003, dando conta da posição do governo sobre os residentes do CHS, que teve trechos publicados em matéria do jornal A Tarde de 28 de janeiro de 2004 que demonstra, segundo a estudiosa, o posicionamento preconceituoso que orientava a política cultural da SCT. Para ela, a visão do governo além de menosprezar o modo de falar e vestir da população coloca a cultura popular como um empecilho ao desenvolvimento humano, como podemos observar no documento:

De acordo com a pesquisa socioeconômica realizada, revelara-se condições indignas de vida para os moradores do local (...) não sendo admissível, falar-se em cultura nascida das condições de pobreza e carência que os caracterizam e, muito menos, requerer proteção para essa cultura, certamente não desejável para uma sociedade que respeite a dignidade de seus integrantes. Realmente queremos manter, convenientemente, essas pessoas como personagens para turistas, ou como diz a inicial da ação civil pública, como personagens de Jorge Amado? Nossos “sacis” (meninos viciados em crack) não seriam a versão moderna dos “capitães de areia”. Nossas meninas, as novas velhas Tietas, atrações do turismo sexual, que espetáculo a vida entre brigas com peixeira modernas, os lavadores de carros protegendo nossos bens, como um Carnaval sem fim a que assistimos de arquibancada! Será que, a pretexto de proteger a ‘cultura popular’ não estamos impedindo o desenvolvimento dessas pessoas? Os moradores não se vestem de forma típica de baianas ou pais-de-santo. Vestem-se com roupas que conseguem a maior parte de andrajos. Tampouco criaram dialeto, mas falam simplesmente errado, arremedo de uma língua que desconhecem. (A TARDE APUD FERNANDES, 2008, p. 136)

É no mínimo chocante que um documento oficial traga um posicionamento deste. Porque além de demonstrar uma visão preconceituosa como já anotou Fernandes (2008), desconsidera a produção cultural e simbólica da população, e este é um aspecto central para elaboração e implementação das políticas culturais. As atividades culturais promovidas na área do Centro Histórico de Salvador são tão significativas que as pesquisadoras Carlota Gottschall e Mariely Santana (2006) realizaram uma publicação na qual a área é chamada de Centro da

²⁷ Em 2002, dos 80 imóveis que estavam previstos para serem inaugurados, apenas 50 foram concluídos. IPAC e CONDER transferiam mutuamente a responsabilidade para a realização das tarefas.

Cultura de Salvador, numa tentativa de evidenciar o valor e a diversidade de práticas culturais realizadas no local. No estudo, foi produzido um levantamento das principais referências culturais existentes no CHS baseado em quatro princípios, que seguem as categorias de preservação do patrimônio cultural regulamentadas pelo IPHAN/Ministério da Cultura. São observados os *saberes* que compreendem o conhecimento e modos de fazer enraizado no cotidiano das comunidades; as *celebrações* que são os rituais, festas, a religiosidade, o entretenimento que marcam a vivência coletiva; as *formas de expressão* que se referem às diversas formas de manifestações culturais e os *lugares* que estão associados aos espaços onde se concentram e reproduzem as práticas coletivas.

Só a partir de 2005 é que o governo do Estado passa a garantir a permanência de 90 famílias nos imóveis recuperados na 7ª etapa do CHS, iniciada em 2006 e que só viria a ser concluída em 2007, já no governo Wagner. Fernandes (2008) ressalta que o Programa Habitacional para a ocupação de 103 imóveis por servidores públicos estaduais e municipais foi revisto e adequado para beneficiar os antigos moradores.

É interessante observarmos o posicionamento de Canclini (2006b) que assegura que o patrimônio é o lugar onde hoje melhor sobrevivem os interesses da classe dominante, pois foi este grupo que atribuiu na América Latina desde o período das independências nacionais até os anos 30 do século passado, um alto valor a centros históricos das cidades e a determinados bens culturais, como por exemplo, a música clássica. Nesse processo, determinados bens populares também foram abarcados, entretanto esta incorporação foi marcada por traços claros de distinção, é o caso, por exemplo, do artesanato. O autor destaca que em países em que o analfabetismo começou a diminuir de maneira muito recente, o simbólico e o uma cultura visual tem um peso ainda maior. O patrimônio é então compreendido como uma força política, celebrado através de monumentos, museus, festas cívicas-religiosas, onde heróis e objetos são feiticizados e, a repetição e a redundância das celebrações produz a perpetuação da ordem.

A teatralização do patrimônio é o esforço para simular que há uma origem, uma substância fundadora, em relação à qual deveríamos atuar hoje. Essa é a base das políticas culturais autoritárias. O mundo é um palco, mas o que deve ser representado já está prescrito. As práticas e os objetos valiosos se encontram catalogados em um repertório fixo. Ser culto implica em conhecer esse repertório de bens simbólicos e intervir corretamente nos rituais que o reproduzem. (CANCLINI, 2006b, p. 162).

Canclini (2006b, p. 166) observa ainda que o tradicionalismo, através da teatralização do patrimônio, cumpre ainda o papel de perpetuar um passado que se supõe mais tolerável que

as dificuldades enfrentadas no presente. As celebrações tornam-se praticas compensatórias e ele exemplifica: “se não podemos competir com as tecnologias avançadas, celebramos nosso artesanato e técnicas antigas; se os paradigmas ideológicos modernos parecem inúteis [...], re-consagramos os dogmas religiosos ou cultos esotéricos.”

Na leitura de Fernandes (2008) a partir de 2004, os relatórios oficiais do governo os relatórios de atividades de governo apresentam uma noção de patrimônio material que vai além das igrejas barrocas e os casarões portugueses, abrangendo os terreiros de candomblé. Em 2004, são tombados pelo IPAC quatro terreiros: Pilão da Prata, Ilê Axé Oxumaré, São Jorge Filho da Goméia e Mãe Mirinha do Portão. Entretanto, só são realizadas intervenções de recuperação ou restauração em apenas dois terreiros, ambos localizados em Salvador. É interessante destacar que as duas intervenções foram registradas durante os governos de Paulo Souto. A primeira, em 1997, no Ilê Axé Opô Afonjá, e em 2006 no Terreiro Pilão de Prata.

É Fernandes (2008) também quem elabora em sua análise um quadro totalizando 694 intervenções físicas realizadas ao longo dos doze anos da SCT. Foram contabilizadas intervenções em igrejas, conventos, museus, bibliotecas, quarteirões, solares, pontes, dentre outros imóveis e classificados pela Secretaria de Cultura e Turismo como patrimônio artístico e histórico e cultural. Segundo ela:

É facilmente observável a prioridade concedida a Salvador, que abriga 75% dos imóveis recuperados ou restaurados enquanto Patrimônios Históricos, Artísticos e Culturais pela SCT. Porto Seguro desponta em segundo lugar (8%) dado o momento histórico favorável, as comemorações dos 500 anos do Brasil. O que significou entre 1998 e 2003 investimentos da ordem de R\$3,7 milhões provenientes do Prodetur e Programa Monumenta. O curioso terceiro lugar ocupado por Canavieiras é explicado pelos investimentos da Secretaria na chamada Costa do Cacau, uma das principais zonas turísticas do estado, onde se encontra o Centro Histórico Paulo Souto com casarões do século XVIII e XIX, tendo sido, inclusive, cenário da novela da Rede Globo de Televisão “Porto dos Milagres”, com enredo baseado em livro Mar Morto de Jorge Amado.

[...] Os sítios históricos de Cachoeira e Lençóis também eram apostas no turismo cultural. O primeiro município marcado pela tradição histórica da Festa de Nossa Senhora da Boa Morte, ritual religioso com grande apelo também para o chamado turismo étnico, que começava a despertar o interesse do estado por atrair, principalmente, turistas estrangeiros. Em Lençóis a estratégia era associar a rica arquitetura local ao turismo ecológico. Ambas contam com o respaldo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), já que compõem a lista das 26 cidades brasileiras tombadas e beneficiadas pelo Programa Monumenta. (FERNANDES, 2008, p.132)

Um diferencial percebido na atuação da SCT em seus 12 anos de atuação é que na última gestão de Paulo Souto, o patrimônio intangível também passa a ser reconhecido enquanto bem

cultural, patrimônio da Bahia. Fernandes (2008) aponta, por exemplo, que documentos de 2004 asseguram a valorização do patrimônio imaterial, no que se refere a herança de valores culturais e tradições. A pesquisadora destaca também que a presença de Júlio de Santana Braga na direção do IPAC a partir de 2004 vai ser um dos fatores que permite uma maior abertura na atuação do órgão para a vertente do patrimônio imaterial, ainda que de maneira muito restrita se comparado ao patrimônio material.

É importante destacar também a criação da Lei 8.8999 em 18 de dezembro de 2003, formulada por Heloisa Helena Costa, na época diretora do IPAC e por Armino Bião, diretor da FUNCEB na ocasião que assegurava o registro dos Mestres dos Saberes e Fazer do Estado da Bahia. A lei regulamentava o reconhecimento e garantia um salário mínimo aos mestres da cultura popular que deveriam transmitir seus conhecimentos através de atividades realizadas pelo IPAC. Fernandes (2008), entretanto, faz uma ressalva, pontuando que desde o ano de criação da lei não foram localizados em nenhum dos relatórios oficiais registros com as ações ligadas a esta atividade. Mais uma vez estamos diante de um panorama em que o discurso e a prática não se alinham. A valorização da cultura popular através da criação de um instrumento legal não se traduz em ações que permitam alteração no cenário das políticas culturais baianas desenvolvidas pelo governo estadual, que continuaram priorizando uma visão elitista na execução de suas ações. A cultura popular continua sendo marginalizada dentro dos programas e projetos desenvolvidos. A criação de um instrumento legal é salutar, entretanto, é papel do governo assegurar que lei seja cumprida e as ações de valorização dos mestres de saberes e dos fazeres tivessem suas atividades reconhecidas, infelizmente, a realidade que assistimos foi outra.

3.3 Conjunto de ações desenvolvidas

A continuidade dos projetos e ações durante os doze anos de funcionamento da Secretaria de Cultura e Turismo foi uma das marcas das Políticas Culturais desenvolvidas pelos governos carlistas, apesar de ter sofrido pequenas mudanças durante a última gestão de Paulo Souto, quando foi promovida uma reforma administrativa no Estado e aconteceu uma sutil atualização no discurso relativo à cultura como vimos anteriormente.

Esta continuidade é inclusive mencionada com frequência nos relatórios oficiais, e esse é um dado interessante se considerarmos a tradição da instabilidade que marca a realidade das políticas culturais brasileiras como já alertou Rubim (2007c). Fernandes (2008) em seu estudo sobre o período de funcionamento da SCT buscou analisar as ações e projetos realizados por diferentes órgãos e equipamentos que compunham a estrutura da secretaria. Seu trabalho muito

contribui para essa análise pois através de sua pesquisa é possível ter acesso a elementos capazes de subsidiar as reflexões em torno das ações durante o período e entender como discurso e prática se apresentam:

De 1995 a 2002, os projetos foram praticamente os mesmos iniciados pela gestão anterior (ACM, 1991-1994), alguns acréscimos eventuais foram feitos, outros projetos esporadicamente se perderam no meio do caminho ou tiveram uma frágil existência de um ano. A partir de 2003 se ensaia uma mudança de intervenção, mas, de um modo geral, nenhuma alteração profunda foi ensejada, os projetos que aqui chamaremos de prioritários, tanto sob o nosso olhar quanto dos dirigentes da SCT, se perpetuaram durante todo o período em estudo. (FERNANDES, 2008, p.123)

As ações e projetos são norteados a partir de duas estratégias principais que visam à geração de renda e a promoção da rentabilidade econômica através da cultura. A primeira é focada na preservação do patrimônio histórico e cultural e consiste em projetos de recuperação e reformas de sítios e monumentos históricos. Alguns dos projetos orientados por essa estratégia foram duramente criticados, pois visavam, sobretudo, transformar o patrimônio em um elemento que atendesse as finalidades turísticas sem levar em consideração os interesses da população. O principal deles é o polêmico processo de recuperação dos casarões situados no Centro Histórico de Salvador, que além dos problemas relacionados à expulsão da população como vimos anteriormente, acabou provocando no lugar o que David Harvey (2000) chama de disneyficação. Segundo o autor, um espaço disneyfocado é concebido com a finalidade de entreter. Visto como um lugar limpo, e considerado esteticamente perfeito, ele se apresenta como uma espécie de fuga da realidade, com uma aparente ausência de conflitos, no sentido inclusive de forjar uma convivência harmônica entre diferentes grupos culturais. Nestes espaços, a história é apresentada de maneira mitificada e, o passado constantemente encenado, recordado em um sentido nostálgico. A segunda estratégia é baseada na criação de um mercado de entretenimento. Na leitura de Fernandes (2008), os projetos aqui enquadrados eram conduzidos no sentido de despertar o interesse dos turistas para além da proposta do turismo sol e praia, atraindo-os, principalmente a Salvador, para espetáculos e eventos.

É importante ressaltar que a tentativa de manutenção e reforço do texto da baianidade existe em ambas as estratégias. Na primeira, que busca valorizar o patrimônio histórico e cultural, este reforço da baianidade acontece a partir do acionamento de elementos como antiguidade e religiosidade. Já na segunda estratégia, busca-se realçar o estereótipo de que a Bahia é a terra da felicidade, onde festas acontecem todos os dias. Esse mesmo texto de Bahia como terra festeira era constantemente acionado nas propagandas oficiais do governo do estado.

Para analisar os projetos desenvolvidos pela SCT, recorreremos ao levantamento feito por Fernandes (2008) que organiza os projetos em seis eixos temáticos: criação de pontos turísticos; animação cultural; estímulo à produção artística; qualificação profissional; manutenção da memória e difusão cultural. Segundo a pesquisadora, os projetos foram sistematizados independente da linguagem artística, do público atingido, formato adotado ou dos profissionais envolvidos. Aqui não nos debruçaremos sobre os projetos pertencentes à criação de pontos turísticos, que segundo a pesquisadora se referem aos projetos de recuperação material de Salvador e de algumas cidades do interior, por julgarmos que esta reflexão já foi construída no tópico que versamos sobre patrimônio material neste mesmo capítulo.

O segundo eixo de projetos compreende a animação cultural, está ligado aos eventos e espetáculos realizados nos equipamentos centrais de Salvador. Fernandes (2008) lembra que estas ações foram comandadas pela FUNCEB e também pela Bahiaturisa e pelo IPAC. No anexo A podemos observar a catalogação elaborada pela pesquisadora que busca apresentar de forma sucinta uma descrição dos projetos e seu período de funcionamento. Dos quinze projetos listados apenas dois o “Acústico TCA” e o “Quarta Baianas”, foram criados na última gestão de Paulo Souto. Muitos outros foram criados durante o governo de Antônio Carlos Magalhães, o que significa dizer, que antecedem a criação da própria secretaria como é o caso dos projetos “Concha Seis e Meia”; “Projeto Recital”; “Terça da Boa Música”; “Panorama Percussivo Mundial” e a “Caminhada Axé”. Este último destacado por Fernandes (2008) como um evento anual que abria um verão baiano e era um dos poucos espaços dentro das políticas culturais criadas pelo governo com foco na cultura popular.

A pesquisadora também aponta que diferentes linguagens e expressões culturais eram utilizadas para promover a animação cultural na capital baiana, mas que o destaque dado a música e aos artistas consagrados era visível. Segundo ela, apenas o projeto “Panorama Percussivo Mundial” fugia do padrão MPB/Erudita. Temos aqui, portanto, uma característica que vai marcar não só as iniciativas ligadas à animação cultural, mas todos os projetos e ações desenvolvidos pela SCT: um forte viés elitista. Em alguns momentos os projetos e ações são orientados numa perspectiva iluminista de que era necessário promover atividades no interior do estado, numa demonstração de ausência de reconhecimento das manifestações culturais oriundas do interior e principalmente da cultura popular, seguindo um modelo de condução das políticas culturais baseado na democratização cultural e já superado conforme discutimos no primeiro capítulo.

Aqui novamente estamos diante de um caso em que discurso e prática não se aliam. O texto da baianidade traz consigo a idéia de democracia racial, respeito às diferenças, valorização da

tradição, da cultura produzida pelo povo e da religiosidade, funcionando como uma espécie de repertório simbólico acionado pelo discurso oficial, mas que não é aplicado na realização de seus projetos e ações. O que se observa na prática é outra atitude. O apoio, valorização e incentivo à cultura popular cedem lugar a cultura elitista. Na área patrimonial e de religiosidade, que pertence a outro eixo de projetos, o incentivo, por exemplo, privilegiar a igreja católica, apesar de os anúncios oficiais darem grande destaque ao candomblé. Na área musical, a música erudita é o grande destaque das iniciativas realizadas como já relatamos ao apontar os dados da pesquisadora Carolina Santos (2009), apesar das propagandas oficiais valorizem o axé e as músicas que valorizam os instrumentos percussivos. Fernandes (2008) também destaca em sua análise que:

Não foi possível observar, portanto, em relatórios de governo e diários oficiais, nos doze anos em estudo, projetos culturais originados dos órgãos de cultura da SCT que se coadunassem com a baianidade descrita pelas propagandas e marketing da Bahiatursa. A ausência do estado em ações efetivas de preservação, manutenção e estímulo dessa baianidade tão propagada nos discursos do turismo. [...] O estereótipo da baianidade era incentivado sob diferentes formatos, especialmente atrelados às ferramentas da comunicação: publicidade, propaganda, marketing etc. Mas havia também uma adesão “espontânea” dos próprios veículos de comunicação locais interessados neste novo filão do mercado. A baianidade, portanto, se configurava como uma construção simbólica, propagada por diferentes emissores, mas orquestrada pela política de turismo da Secretaria da Cultura e Turismo. (FERNANDES, 2008, 183)

Dando continuidade a nossa análise, deparamo-nos agora com outra característica importante que vai identificar de maneira geral as ações e projetos durante os doze anos da SCT: a concentração de atividades em Salvador e Região metropolitana. Ainda neste mesmo capítulo, quando buscamos traçar um perfil da ocupação dos equipamentos culturais do estado Bahia, a desigualdade na distribuição destas ações pelo território ficou evidente. Fernandes (2008) sinaliza como esta concentração acontece nos projetos pertencentes ao eixo de animação cultural:

Salvador era o centro exclusivo de promoção dos eventos e espetáculos (ainda que a Caminhada Axé integrasse artistas do interior do estado, sempre fora realizada na capital) e ainda assim,[...], os equipamentos culturais privilegiados pelos projetos estavam concentrados no centro da cidade. O Cantos e Encantos do Abaeté, mantido por apenas um ano, era o projeto que mais se distanciava do eixo central da cidade. (FERNANDES, 2008, p. 140)

A observação da pesquisadora nos conduz a reflexão de que a distribuição de projetos também acontecia de maneira desigual até mesmo na capital, semelhante ao que acontece em outras capitais do país, conforme já revelamos quando tratamos dos equipamentos culturais. No anexo A é possível ter acesso ao quadro síntese dos projetos pertencentes a este eixo.

Dentro dos projetos ligados a animação cultural, merece destaque também o “Pelourinho Dia e Noite”, que era gerido pelo IPAC, Bahiatursa e Conder até 2002, quando passou para responsabilidade da ONG Oficina das Artes. Fernandes (2008) aponta que a partir de 2002, tornou-se uma tendência na administração do Estado “atrair colaboradores financeiros para a execução de projetos que antes eram mantidos com o orçamento da SCT”. Ela observa, por exemplo, o processo de captação de recursos que passou a ser vivenciado pela “Caminhada Axé” e o “Quarta que Dança”, ambos financiados com recursos oriundos do Fazcultura. A autora sinaliza o processo que envolvia a relação entre as ONGs que recebiam recursos do governo e a participação de funcionários da Secretaria de Cultura e Turismo no quadro de seus funcionários, destacando os episódios da ONG Casa das Filarmônicas que tinha como sócio proprietário, o secretário de Cultura e Turismo Paulo Gaudenzi; o envolvimento de José Amorim Tolentino, assessor de Gaudenzi, marido da diretora da SCT, como sócio da ONG Oficina das Artes, membro do conselho fiscal da ONG Forte da Capoeira ou Sociedade Brasileira de Defesa e Preservação da Capoeira e também diretor financeiro da ONG Casa das Filarmônicas. Ela acrescenta:

A teia que envolvia funcionários da SCT e ONGs conveniadas com a Secretaria ainda abrangia a Organização Oficina das Artes e a Associação Cultural Auguste Rodin. A Oficina das Artes foi uma organização criada especificamente para produzir, através de convênios, eventos do Pelourinho que antes eram executados pela Bahiatursa/IPAC/CONDER (Pelourinho Dia e Noite e Expresso 2001). Tinha como sócias a irmã de Paulo Gaudenzi, Maria de Fátima Dantas Gaudenzi, e a ex-Coordenadora de Cultura e, por fim, presidente do Conselho Estadual de Cultura, Eulâmpia Reiber, que também era presidente da Associação Cultural Auguste Rodin, ONG criada para gerenciar o Museu Rodin.

As problemáticas relações estabelecidas entre a SCT e as ONGs se davam através da Bahiatursa e da agência de publicidade e propaganda responsável pela conta do governo do estado, a Propeg. A auditoria do Tribunal de Contas do Estado gerou um relatório sobre o qual se fundamentou o pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela base oposicionista na Assembléia Legislativa. Nem a CPI foi instaurada, nem a ação junto ao Ministério Público do Estado, até o presente momento, foi apurada (FERNANDES, 2008, p.95)

O terceiro eixo de ações refere-se ao estímulo à produção artística que abarca iniciativas como concursos, prêmios, editais, selo editorial e fonográfico. Segundo Fernandes (2008) os projetos que compõem este eixo são os mais numerosos dentro dos projetos realizados pela secretaria, apesar das ações patrimoniais representarem os projetos que conseguiram conquistar os maiores investimentos financeiros. Para ela, este eixo de projetos é significativo, uma vez que está diretamente ligado ao objetivo do governo de gerar emprego e renda através das atividades culturais, bem como transformar a Bahia em um produto turístico diferenciado, através de suas características culturais, articulando discurso da baianidade as interferências práticas para o setor cultural. Observamos no anexo B os principais projetos que compõem este eixo.

Na visão de Fernandes (2008), este eixo tem no financiamento pós-produção, “premiações em dinheiro e visibilidade para obras já concebida”, como o principal mecanismo de financiamento utilizado para estimular à produção artística. Existem outros aspectos importantes a serem considerados, neste eixo, inclusive, aquele que irá assegurar a quarta característica aos projetos e ações desenvolvidos pela SCT: a adoção da política de balcão:

Apesar de se tratarem de editais públicos, com alcance da informação no interior do estado, os projetos atendiam majoritariamente aos profissionais de Salvador, onde a produção organizada se encontrava concentrada. Os *Salões Regionais de Artes Plásticas* e o Circuladô Cultural foram os projetos que conseguiram abranger e mobilizar artistas do interior, justamente por se realizar fora de Salvador. De todos os projetos acima citados, apenas o *Prêmio Jorge Amado* e o *Câmeras em ação*, não se realizavam através de editais de seleção. O *Câmeras em Ação*, apesar de ser apresentado como um projeto no Relatório de 10 anos da SCT, não se caracterizava enquanto tal, já que se tratava de uma política de concessão de apoio cujo critério (“desde que contassem com a participação de artistas e outros profissionais da terra”) era muito subjetivo e dependia, no final das contas, do prestígio e acesso do solicitante à Secretaria, o que se convencionou chamar de “política de balcão”. [...] Percebemos a mesma “política de balcão” nos projetos referentes à música. Apesar de serem dedicados dois formatos de concorrência pública (os três *Selos Fonográficos* e mais o *Prêmio Independentes da MPB*), passando por uma comissão de seleção e julgamento e obedecendo a critérios pré-estabelecidos (não esclarecidos em nenhum dos relatórios consultados), um número de pelo menos 75 artistas ou grupos musicais, dentre eles os quatro vencedores do prêmio, foi beneficiado diretamente com apoio à gravação ou lançamento de CDs. (Fernandes, 2008, p.146)

A pesquisadora aponta ainda que a política de apadrinhamento pode ser percebida no projeto Selos Fonográficos e selos da Bahia. Ela indica, por exemplo, que no primeiro projeto,

a quantidade de CDs gravados (75) com apoio direto da SCT supera a quantidade de CDs (62) apoiados através de edital público. Fernandes destaca ainda que no relatório de 10 anos da SCT é dado destaque apenas aos projetos apoiados diretamente e que a SCT justificava o apoio direto por se “tratarem de artistas e grupos musicais que tão bem representam a diversidade e a criatividade musical baiana”. No segundo projeto em questão, o selo Sons da Bahia, idealizado pelo produtor cultural Roberto Sant’Ana, os indícios da política de balcão são denunciados através de matéria do jornal A Tarde de 14 de novembro de 2007, também apresentados pela pesquisadora em seus relatos. A matéria apresenta em seu texto denúncias envolvendo a Empresa Baiana de Alimentos (EBAL) que passou por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar desvios de dinheiro e favorecimento das agências de publicidade, a Rede Interamericana, antiga Propeg e a SLA, além da Platina Produções e Eventos Culturais, esta última de propriedade Roberto Miranda de Sant’Ana e Nadjal Araújo Santos e apontada como a empresa que mais captou recursos junto ao Programa Fazcultura entre os anos de 2003 e 2006, sendo beneficiada no valor de aproximado de R\$ 3,1 milhões, tendo recebido recursos para 28 projetos, através de patrocínios da Ebal, no valor de R\$ 2,8 milhões. A CPI da Ebal foi instalada em março de 2007, depois que o governo Wagner assumiu a dívida acumulada da Ebal em R\$ 620 milhões. O relatório final da CPI foi votado em 20 de fevereiro de 2008 e solicitava ao Ministério Público o indiciamento de 10 pessoas por diversos crimes e mais investigações sobre improbidade administrativa contra três empresas, entre elas a Rede Interamericana e a Platina Produções.

O quarto eixo dos projetos refere-se à qualificação cultural. Segundo Fernandes (2008), apesar dos relatórios da SCT reconhecerem a importância da capacitação dos profissionais da cultura como um dos fatores capazes de fortalecer o setor e aumentar a sua rentabilidade, poucos projetos foram desenvolvidos nesta área. Os projetos “Núcleo de Teatro do TCA” e a “Escola de Dança” foram as iniciativas mais duradouras e merecem ser destacadas como exemplos bem sucedidos. Já o Pólo de Teledramaturgia da Bahia (Pote), apontado como uma iniciativa ousada que tinha como objetivo vender a Bahia para o mundo e foi motivado com o intuito de promover a visibilidade da produção cultural baiana não foi adiante. No anexo C podemos observar quais foram as iniciativas no setor de capacitação.

O quinto eixo de projetos compreende a preservação da memória, que engloba as ações desenvolvidas por museus, bibliotecas e arquivos. Para Fernandes (2008), este eixo não constituiu uma prioridade dentro dos projetos desenvolvidos pela SCT. Depois de um estudo minucioso nos relatórios oficiais a pesquisadora chega às seguintes considerações:

Para os onze museus do estado não havia projetos de dinamização definido pela Secretaria. Tudo se resumia à manutenção física dos imóveis, seus respectivos acervos e a disponibilidade de acesso aos visitantes que lá chegassem. Eventualmente realizavam intercâmbio de acervos com museus de outros estados. Suas exposições permanentes eram mantidas intactas com esporádicas alterações, fruto do recebimento de doações.

As atividades realizadas nas dependências dos museus não se caracterizavam como ações de promoção do acesso, ou de incentivo à divulgação do acervo. [...] A rotina dos museus se resumia, então, à realização de atividades internas, administrativas e de manutenção, à espera do visitante ou do turista. Mesmo os projetos Museu-Escola e Salão de Artes Plásticas do MAM mantinham esta condição de passividade.

[...] A inexecução dos projetos dos Museus Afro e da Cultura Popular, bem como a função de resguardo de acervo a que foram relegados os onze museus existentes no estado, demonstram a desatenção para com a preservação da memória pela Secretaria da Cultura e Turismo. (FERNANDES, 2008, p. 155-157)

Fernandes (2008) também destaca que apesar da iniciativa de criação da Lei dos Mestres dos Saberes e Fazeres, da qual já tratamos anteriormente neste capítulo, não existe em nenhum relatório oficial o registro de ação de qualquer tipo ligada a esta iniciativa.

O quinto e último eixo compreende as ações ligadas à difusão cultural. Estes projetos tinham como objetivo levar a municípios localizados fora da região metropolitana de Salvador, a comunidades de baixa renda e a bairros periféricos da capital baiana, ações de caráter educativo com o objetivo de estimular o contato com diferentes linguagens artísticas. Merece ser destacado o Projeto Chapéu de Palha, considerado como o de maior alcance entre os municípios do interior do estado e já apresentado no segundo capítulo.

Fernandes (2008, p 158) lembra que as “Oficinas Literárias Cultura Todo Dia” faziam parte do projeto “Circulação Cultural” que segundo a pesquisadora, configuravam “um novo formato de gerenciamento de projetos já existente ou criados em 2003 na gestão Armindo Bião na FUNCEB”. Este modelo reunia seis ações da fundação (Caminhada Axé, o Chapéu de Palha, o Circuladô Cultural, as Oficinas Literárias Cultura Todo Dia, os Salões Regionais de Artes Plásticas e o Saveiro Literário) e tinha como objetivo dinamizar de modo integrado todas as expressões artísticas na capital e no interior da Bahia.

A pesquisadora lembra também que os projetos que compõem este eixo tinham sua organização dispersa em diferentes órgãos que compõem a estrutura da secretaria, a exemplo da FUNCEB, IPAC, BAHIA TURSA, FPC e SUDECULT. Além disso, ela indica que alguns destes projetos estiveram diretamente ligados a perspectiva econômica através da qual a cultura

está subordinada aos interesses do turismo como o Bahia Vista por Dentro, População Cultural e Expresso 2001. É possível visualizar os projetos que compõem este eixo no anexo D.

Podemos concluir que a continuidade de projetos e ações desenvolvidos durante os doze anos da Secretaria de Cultura e Turismo, várias delas orquestradas inclusive no período anterior a criação da SCT, durante a terceira gestão de Antônio Carlos Magalhães (1991-1994) como governador do estado, tinham características comuns, independente do eixo temático em que estavam agrupadas – criação de pontos turísticos; animação cultural; estímulo à produção artística; qualificação profissional; manutenção da memória e difusão cultural. A proposta de geração de renda e promoção da rentabilidade econômica, encontrava na cultura apenas um elemento capaz de ornar as atividades turísticas desenvolvidas pelo governo estadual, estas sim entendidas como a área que realmente promoveria a geração de emprego e renda, e um aquecimento na economia do estado. Promover a Bahia a condição de destino turístico importante no Brasil e no mundo, na visão da SCT significava sobretudo alimentar a fórmula do “Produto Bahia”, altamente excludente seja do ponto de vista territorial, com a concentração de suas atividades em Salvador e Região Metropolitana, seja do ponto de vista da manutenção do viés elitista em torno daquilo que merecia ser apoiado, patrocinado e distribuído em termos culturais. A escolha pelo governo do estado dos bens culturais “para inglês ver” e capazes de alimentar o mercado do entretenimento mais uma vez marginalizavam a cultura popular. A adoção da política de balcão, além das práticas escusas adotadas, deixam claro que não só o governo sabia exatamente o que e quem tinha interesse em beneficiar, como também utilizaria os meios que estivessem a disposição para fazê-lo. Infelizmente a reforma administrativa realizada no estado durante a última gestão de Paulo Souto não foi suficiente para promover uma mudança nas ações, programas e projetos desenvolvidos e nas práticas e métodos adotados. É por isso, inclusive, que em nossa análise, apesar de realizarmos o recorte da última gestão de Souto, foi necessário compreender o universo da SCT em seus doze anos de existência.

3.4 Instrumentos, meios e recursos acionados

3.4.1 Estrutura organizacional

A Secretaria de Cultura e Turismo em seus doze anos de funcionamento passou por uma série de modificações. Sua estrutura original era composta por órgãos de administração direta - Arquivo Público do Estado, Conselho Estadual de Cultura e Coordenação de Cultura e Coordenação de Turismo, estes dois últimos órgãos criados junto com a SCT através da Lei

6.812 e, por órgão de administração indireta - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), a Fundação Pedro Calmon (FPC) e a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), todos estes desmembrados da antiga Secretaria de Educação e Cultura e, pela Bahiatursa, órgão ligado a antiga Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo (SICT).

Em 1998, durante o primeiro mandato de Paulo Souto, as coordenações foram transformadas em superintendência de cultura e de turismo respectivamente. Segundo Fernandes (2008) a lei nº 7.435 que promoveu esta alteração também provocou mudanças em todas as outras secretarias de governo. Em dezembro de 2002 novas alterações aconteceram. O Arquivo Público do Estado da Bahia passou a fazer parte da Fundação Pedro Calmon e através da lei 8.538 de 20 de dezembro de 2002 as bibliotecas públicas passaram a ser geridas pela Fundação Pedro Calmon enquanto os museus ficaram sob a responsabilidade do IPAC, a exceção da Casa da Música da Bahia, que apesar de ser reconhecido como um museu ficou sob os cuidados da Fundação Cultural. Ainda em 2002, o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), antes pertencente à Secretaria de Educação, passou a fazer parte da SCT. Em 2003, a Superintendência de Turismo foi desmembrada em duas superintendências, uma de investimentos turísticos e outra de desenvolvimento turístico e, em 2006, foi criada a Superintendência de Promoção à Cultura, responsável pelo Fundo de Cultura e pelo Fazcultura. Na figura abaixo podemos verificar como era a estrutura original da SCT em 1995 e como ficou em 2006.

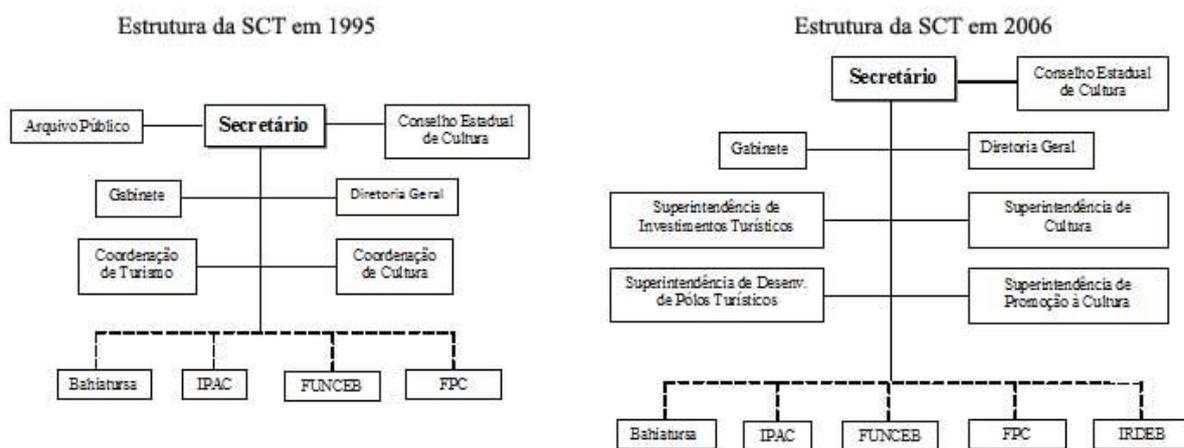


Figura 1: Estrutura da Secretaria de Cultura e Turismo (1995-2006)

Fonte: Fernandes (2008)

Dentro da estrutura da SCT, a Superintendência de Cultura (Sudecult) era responsável por diversos projetos, Fernandes (2008) assinala inclusive que o setor assumiu a responsabilidade de algumas atividades que deveriam ser realizadas por outros órgãos da administração descentralizada a exemplo da Fundação Cultural e da Fundação Pedro Calmon. Dentre seus principais projetos ela destaca o Censo Cultural, o Programa Editorial, a Biblioteca para todos (assumido em 2001) e o Programa Estadual de Incentivo à Cultura (Fazcultura). A Sudecult contava em sua estrutura com a Diretoria de Informações Culturais, Diretoria de Promoção de Eventos e Diretoria de Incentivos Culturais, esta última que mais tarde daria origem a Superintendência de Promoção Cultural, que foi assumida por Fábio Linger de Freitas. Desde que foi criada, a Sudecult foi dirigida por Sônia Maria Moreira de Souza Bastos, que anteriormente tinha ocupado o cargo de chefe de gabinete de Paulo Gaudenzi e passado por outros órgãos dentro do governo, a exemplo do Departamento de Infra-estrutura de Transporte da Bahia (DERBA) e a chefia de gabinete da Secretaria de Justiça (FERNANDES, 2008).

Outro órgão da administração direta era o Conselho Estadual de Cultura, criado em 1967, o órgão tinha como função elaborar um Plano Estadual de Cultura e emitir pareceres sobre a aplicação de recursos em organizações ligadas a cultura. Durante os doze anos de funcionamento o Conselho teve três presidentes: Waldir Freitas, que ficou no cargo de 1995 a 2002; Oscar Dourado e Eulâmpia Reiber. Fernandes (2008), inclusive, aponta a figura de Eulâmpia como uma das personagens centrais na SCT, onde ocupou a coordenação de cultura da SCT (1991-1997), a assessoria especial da Bahiaturisa (1997-2000) e a presidência do Conselho Estadual de Cultura (2000- 2006). Ela também já havia ocupado outros cargos importantes durante o governo de ACM, quando fez parte da equipe da Bahiaturisa, chefiou as unidades de Turismo Social (1991-1992) e Estudo de Produto (1992-1994). Fernandes (2008) menciona em seu texto a importância que Eulâmpia teve no processo de capacitação de Paulo Gaudenzi na ocasião de criação da SCT no que se refere aos assuntos culturais.

No âmbito do CEC durante os doze anos de funcionamento da SCT, cinco conselheiros permaneceram por todo o período: Geraldo Machado, Miriam Fraga, Luis Henrique Dias Tavares, Nilda Cezar Spencer, Sante Scaldaferrri. É importante lembrar que os três primeiros já faziam parte do conselho desde a gestão de ACM. O Conselho também sofreu por uma série de reformulações. Merece ser destacada a reformulação ocorrida em 2005, quando passou a ser composto por quatro Câmaras Temáticas (Articulação e Integração; Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural; Política Sócio-Cultural e Produção Cultural Contemporânea). Na leitura de Fernandes (2008) o conselho não exerceu um papel significativo durante os doze anos de funcionamento da SCT, suas ações estiveram limitadas a encontros,

fóruns, debates sobre políticas culturais, homenagens e a projetos como a Revista Cultura da Bahia ou o Projeto Memória Histórica do Comércio na Bahia. Em relação ao Plano Estadual de Cultura, a pesquisadora esclarece que nos relatórios oficiais do governo durante 1995 e 2006 não existe nenhuma menção a atividade e afirma que os dois trabalhos lançados pela SCT (2003-2020/ 2006-2020) são planejamentos estratégicos voltados para o desenvolvimento econômico a partir da cultura.

Dos órgãos de administração indireta, a Fundação Cultural do Estado da Bahia sempre teve um papel de destaque na atuação dos governos carlista e, durante o funcionamento da SCT, foi um dos principais órgãos da secretaria. Fernandes (2008) lembra o papel de executor das políticas culturais do Estado atribuído a FUNCEB, das quais faziam parte as tarefas de planejamento, promoção, coordenação e acompanhamento dos projetos. Para ela, era um papel tão amplo que poderia inclusive abarcar as funções de outros órgãos, além de funcionar com uma estrutura semelhante a uma secretaria.

Durante o período de funcionamento da SCT, a FUNCEB teve como foco de suas atividades a administração dos equipamentos culturais e as linguagens artísticas (cinema, literatura, artes plásticas, música, dança e teatro. Passaram pelo órgão nos doze anos da SCT dois dirigentes, José Augusto Oliveira Gonçalves Burity que ocupou o cargo entre 1991 e 2002, e Armindo Jorge de Carvalho Bião, que permaneceu no cargo até 2006.

Dentro da estrutura da SCT dois órgãos merecem ser destacados, a Bahiaturisa e o IPAC, ambos são o que Fernandes (2008) considerada como “entidades coringas”. Para a pesquisadora a Bahiaturisa desenvolvia diversos eventos culturais, principalmente na região do Pelourinho, que seria de responsabilidade da FUNCEB, já o IPAC promovia obras de restauro, recuperação e reforma com recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo.

Podemos considerar que a Gestão de Paulo Souto foi importante no que se refere a estrutura organizacional, especialmente por promover uma reforma administrativa, criando novos setores para dar conta de novas demandas, a exemplo da Superintendência de Promoção à Cultura e, agregando órgãos já existentes a estrutura da SCT, a exemplo do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB). Este último um órgão significativo dentro da estrutura da SCT, uma vez que os meios de comunicação social que fazem parte do instituto tem uma proposta diferenciada das emissoras comerciais, tanto de rádio quanto de TV, seja no que refere a sua grade de programação, as temáticas abordadas e ao próprio espaço destinado para formação e despertar crítico. Uma mudança portanto simbólica que busca integrar as políticas culturais a indústria cultural, tanto audiovisual, quanto sonora. Lembrando que o objetivo de nosso trabalho não é analisar as atividades desenvolvidas especificamente por cada

um dos órgãos vinculados a estrutura da SCT, mas sim compreender as linhas gerais que norteiam as políticas culturais desenvolvidas no período.

No que se refere a estrutura organizacional podemos considerar que a gestão de Paulo Souto busca manter e atualizar o projeto engendrado desde a primeira gestão de Antônio Carlos Magalhães como governador do estado, onde Cultura e Turismo deveriam estar reunidas em uma mesma pasta, em que o Turismo era a prioridade dos projetos e investimentos e a Cultura era o elemento acessório, capaz de incrementar o “Produto Bahia”. Assim como todas as gestões carlistas, a política cultural era comandada pela importante Fundação Cultural do Estado da Bahia, que inclusive, tinha uma estrutura semelhante a de um secretaria. Além da estrutura organizacional fica clara também na análise que a manutenção dos principais gestores era uma prática recorrente nos governos carlistas mesmo com a mudança do governador do estado.

3.4.2 Suportes da Política Cultural

Segundo a publicação oficial do governo Bahia: Política Cultural (2003) a Secretaria de Cultura e Turismo criou algumas ferramentas para dar suporte à política cultural, dentre elas estão levantamentos, mecanismos físicos, fiscais, financeiros e legais. A publicação aponta o Censo Cultural, o PIB Cultural, o Inventário Patrimonial e o Fazcultura como suportes importantes. Vejamos em que consiste cada um destes suportes, lembrando que nos dedicaremos à análise do Fazcultura no tópico seguinte, quando analisaremos o financiamento no governo Paulo Souto.

O Censo Cultural da Bahia, iniciativa que visava criar um levantamento do patrimônio, equipamentos e espaços culturais, manifestações artísticas e também instituições e agentes ligados a cultura na Bahia foi criado em 1996, durante a primeira gestão de Paulo Souto. Segundo Sobreira (2007) esta foi uma iniciativa pioneira no Nordeste, e a terceira a ser realizada no Brasil, que na época contava com os projetos realizados em São Paulo e Minas Gerais. O pesquisador lembra que na primeira fase do projeto realizada entre 1996/1997 aconteceu em parceria com as prefeituras de 415²⁸ municípios baianos. No período seguinte, entre 1997 e 2002, os dados obtidos através do censo referentes ao patrimônio histórico, equipamentos e espaços culturais, áreas livres para eventos culturais, manifestações artísticas e socioculturais, mediadores, produtores, criadores, artistas e demais profissionais da cultura foram organizados em quinze guias de diferentes regiões econômicas (Baixo Médio São Francisco, Recôncavo,

²⁸ Atualmente a Bahia possui 417 municípios.

Extremo Sul, Nordeste, Salvador e Região Metropolitana, Litoral Sul, Sudoeste, Litoral Norte, Paraguaçu, Chapada Diamantina, Irecê, Oeste, Piemonte da Chapada Diamantina, Médio São Francisco e Serra Geral). Sobreira (2007, p.85) lembra que em 2002 foi lançado o “Guia dos Museus do Estado da Bahia, com informações sobre acervos, localização e horário de funcionamento destes equipamentos” e que as informações obtidas a partir dos dados coletados pelo Censo, foram disponibilizadas também na internet através do site www.censocultural.ba.gov.br, com informações em português, inglês e espanhol. O pesquisador aponta ainda que “entre 2002 e 2004, houve um processo de atualização dos dados do Censo que não conseguiu a adesão da totalidade dos municípios baianos, chegando-se à revisão de 294 localidades”. Já Taiane Fernandes (2009) faz críticas ao projeto e chega as seguintes conclusões:

O Censo Cultural se mostrou, no entanto, um projeto sem grande credibilidade. A despeito da importância de uma iniciativa dessa natureza, em primeira instância, a fragilidade dos procedimentos de coleta não tornava os dados obtidos confiáveis. Aos poderes públicos municipais cabia prestar informações de acordo com a sua conveniência, sem que a Coordenação de Cultura procedesse qualquer tipo de averiguação. Numa segunda perspectiva, e talvez esta explique o desinteresse dos municípios em atualizar os dados, as informações reunidas serviram meramente para a disponibilidade do banco de dados momento da análise empreendida neste trabalho (FERNANDES, 2009, p. 88)

Outra iniciativa destaca como suporte para elaboração das políticas culturais foi o Inventário Patrimonial que segundo a publicação Bahia: Política Cultural (2003,p. 15) consistia em levantamento e registro de monumentos na Bahia. O projeto que tinha sido iniciado em 1999 pela Secretaria de Indústria e Comércio registrou “uma série de monumentos militares, religiosos e civis compreendendo fortes, igreja, capelas, coretos, casas de fazenda, engenhos, prédios institucionais e outros equipamentos urbanos e rurais de valor histórico-arquitetônico”. Sobre este projeto Fernandes (2009) pontua:

Inventário Patrimonial é acolhido no Centro de Referência Cultural da Bahia, criado pela SCT. Também chamado de Centro de Referência em Educação Patrimonial – CREP (Relatório de Atividades de Governo 2006) pertencia ao IPAC e promovia atividades internas de pesquisa e catalogação, além de palestras, oficinas e capacitações.

Em 2002, o projeto recebeu o prêmio Rodrigo de Melo Franco, pelo rico acervo e excelência. Tratava-se de mais uma fonte de informação mantida pela SCT, sobre o patrimônio material baiano, também disponibilizado através da internet. Apesar de enquadrado dentre os suportes da política cultural do governo do

estado, não foram identificados registros em relatórios ou menção em Diário Oficial sobre a orientação das políticas patrimoniais a partir deste inventário.(FERNANDES, 2009, p. 92)bb

O terceiro suporte para o desenvolvimento da Política Cultural apontado pela publicação Bahia: Política Cultural (2003) foi o Programa de Estudos dos Indicadores Macroeconômicos - PIB Cultural. A iniciativa tinha como objetivo mensurar a contribuição da atividade cultural da Bahia na formação do PIB estadual, ou seja, dimensionar a importância do setor cultural para formação da riqueza econômica baiana. O programa iniciado em 1996 apontou uma contribuição de 4,4% do setor cultural e de 4,6% em 1997. Segundo Sobreira (2007), não existem registros que tratem do programa após o ano de 1997, apesar da publicação oficial do governo apontá-lo como importante ferramenta em 2003.

Dessa forma, podemos perceber que os suportes utilizados para o desenvolvimento das políticas culturais durante o governo Paulo Souto são incipientes. Os suportes são importantes ferramentas de gestão pois através deles é possível mensurar e construir análises capazes de orientar o processo de tomada de decisão bem como a avaliação de programas, projetos e ações já desenvolvidos. Também é a partir da utilização de indicadores que os gestores tem evidências concretas da realização das atividades, conseguem perceber e avaliar mudanças, monitorar condições de desenvolvimento da população, além de subsidiar o planejamento de novas atividades. É fundamental destacar que a construção destes dados precisa ocorrer de forma confiável com a utilização de metodologias adequadas para que todas essas possibilidades sejam atingidas. Fica claro que não foi o que ocorreu, seja através das observações dos pesquisadores que se debruçaram a investigar ou período ou através da análise dos documentos oficiais que realizamos. Este ponto inclusive já foi mencionado em outros momentos deste texto como sendo uma das maiores dificuldades para a realização dessa pesquisa. Não há uma sistematização de dados realizada de forma coerente, utilizando uma metodologia adequada durante o governo Souto.

3.5 Financiamento

3.5.1 Fazcultura

A partir dos anos 80, verificou-se uma tendência mundial de diminuição dos orçamentos governamentais para cultura em função da crise econômica e da adoção de políticas neoliberais no mundo. Na visão de Botelho (1997, p.95) a França foi uma exceção neste quadro, depois da

posse do socialista “François Mitterrand na presidência da República e do midiático Jack Lang no comando do Ministério da Cultura, em 1981, este ministério teve seu orçamento duplicado.” Ela destaca que em razão desta diminuição dos recursos públicos, os governos que não tinham legislação de benefícios fiscais para a cultura passaram a utilizar este mecanismo, como forma de compensar o empobrecimento do setor que costuma receber pouca atenção no conjunto das políticas governamentais.

Na Bahia, o Fazcultura, programa de incentivo ao patrocínio cultural, foi criado em 1997 pelo governo do estado seguindo a tendência nacional que vigorava na época, ou seja, estabelecer relações entre o Estado e a iniciativa privada usando o mecanismo de renúncia fiscal para investimento em cultura. Essa tendência foi inaugurada com a criação da Lei Sarney, em 1986. Segundo Calabre (2007) esta lei surgiu com o objetivo de superar as dificuldades financeiras que a administração pública federal enfrentou na área da cultura. No entanto, a lei não exigia a aprovação prévia dos projetos culturais, bastando o simples cadastramento como entidade cultural junto ao Ministério da Cultura, o que provocou distorções em seus objetivos, como observou Amazonas (2007).

Em 1990, durante o governo Collor, o Ministério da Cultura foi extinto junto com outros órgãos da área cultural e a Lei Sarney foi revogada assim como todas as outras leis de incentivo fiscal vigentes. Ainda durante a gestão Collor, a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), conhecida como Lei Rouanet, foi aprovada em dezembro de 1991, mas só foi regulamentada em maio de 1995, durante o primeiro governo FHC. A Lei Rouanet introduziu maior rigor no controle dos incentivos fiscais, entretanto apresenta grandes problemas e desde sua criação vem sofrendo mudanças. Outra lei importante dentro deste panorama é a Lei nº 8.685/1993, conhecida como Lei do Audiovisual, promulgada no governo Itamar Franco, que tem como objetivo estimular a produção cinematográfica brasileira. Na visão de Vieira (2005) essas leis de renúncia fiscal são um mecanismo de financiamento à cultura criado pelo poder público com o objetivo de aumentar o investimento da iniciativa privada no fomento às atividades artístico-culturais no país. A autora lembra ainda que estimular a iniciativa privada a investir em cultura, através dos mecanismos de isenção fiscal perpassa por uma problemática significativa, pois transfere às empresas privadas a chance de escolher o destino da produção cultural do país, ao mesmo tempo em que cria um processo de “desregulamentação de suas funções na área da cultura”. (VIEIRA, 2007, p.89). Sarcovas (2005) observa que em nosso país, foram cometidos alguns equívocos por parte do meio cultural quando abriu mão de fundos públicos de financiamento e passou a “tornar-se cúmplice de um sistema de incentivo fiscal que transfere dinheiro e responsabilidade públicos para o interesse privado”. Para ele, este equívoco

foi cometido pela “ falta de compreensão e reflexão sobre a natureza e as motivações” das fontes de financiamento, afinal de contas, trata-se de dinheiro público sendo administrado pelos interesses privados.

Nessa perspectiva cabe destacar as observações de Rubim (2007) que pontua que as experiências de políticas culturais estatais registram uma situação paradoxal, pois foi justamente nos períodos de restrição a liberdade durante os regimes políticos, como nos anos de 1930-1945 e 1964-1985 que o país teve uma forte presença do Estado no gerenciamento da cultura.

Já Botelho (2001, p. 268) observa que o episódio de destruição da estrutura cultural em nível federal ocorrido durante o governo Collor provocou alterações também no que diz respeito ao aumento na participação dos estados e municípios no financiamento do setor. Nessa perspectiva Durand (et al, 1997) ressalta que em meados de 1995, o Distrito Federal, quatro estados (Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo), e oito capitais estaduais (Aracaju, Belo Horizonte, Curitiba, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Teresina e Vitória) já dispunham de leis de incentivo fiscal à cultura aprovadas. Corroborando com Botelho, Sarkovas (2005) pontua que o vácuo político no plano federal gerou o incentivo fiscal em âmbito municipal. Ele lembra que no mesmo ano em que a Lei Sarney foi extinta, foi promulgada a Lei Mendonça, em São Paulo, que permitia o abatimento no ISS e no IPTU e, posteriormente, outros municípios brasileiros também criaram suas leis, além dos estados que criaram suas leis com dedução no ICMS. Vieira lembra que:

Apesar de a Bahia ter tido, no início da década de 90, pela primeira vez um projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal, voltada para o incentivo fiscal – a Lei Alfaya -, somente em 1997, o Estado vai ganhar mais uma lei de renúncia fiscal voltada para o fomento da produção cultural baiana. (VIEIRA, 2004, p. 173).

A lei em questão é o Fazcultura, que prevê o abatimento de até 5% do ICMS, no limite de até 80% do valor total do projeto cultural. Para receber o abatimento é necessário que a empresa patrocinadora contribua com recursos próprios equivalentes a, no mínimo, 20% dos recursos totais transferidos ao produtor. Ao ter seu projeto aprovado pela Comissão Gerenciadora do programa, o proponente deve buscar uma empresa patrocinadora que receberá abatimento no imposto. Somente poderão ser objeto de incentivo financeiro, através do benefício fiscal previsto na Lei n. 7.015/96, os projetos culturais aprovados pela Comissão Gerenciadora e que visem alcançar:

I - o estudo, a pesquisa, a edição de obras e a produção das atividades artístico-culturais nas seguintes áreas:

- a) artes cênicas;
- b) artes plásticas e gráficas;
- c) cinema e vídeo;
- d) fotografia;
- e) literatura;
- f) música;
- g) artesanato, folclore e tradições populares;
- h) museus;
- i) bibliotecas e arquivos.

II - a aquisição, manutenção, conservação, restauração, produção e construção de bens móveis e imóveis de relevante interesse artístico, histórico e cultural.

III - a promoção de campanhas de conscientização, difusão, preservação e utilização de bens culturais.

IV - a instituição de prêmios em diversas categorias, nas áreas indicadas no inciso I deste artigo. (Lei n. 7.015/96)

Durante o governo Wagner, o Programa Estadual de Incentivo ao Patrocínio Cultural - Fazcultura teve regulamentada algumas transformações, como por exemplo, a redistribuição dos recursos destinados ao programa nas áreas previstas pela Lei nº 7.015/96. No entanto, é preciso lembrar que essas inovações não chegaram a ser colocadas em prática. A demanda do Fazcultura vem diminuindo desde 2003 como é possível observarmos na tabela abaixo que mostra a quantidade de projeto inscritos desde a criação do Fazcultura até o ano de 2008.

Tabela 3: Projetos Inscritos no Fazcultura (1997-2008)

Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Quantidade e de projetos	382	674	1027	817	832	515	914	848	540	474	137	196

Fonte: Dados fornecidos pela Superintendência de Promoção Cultural, durante entrevista com o então superintendente Paulo Henrique de Almeida (2009)

Layno Pedra (2009) que desenvolveu um estudo sobre o financiamento público na Bahia entre os anos de 2005 e 2008, indica que do total de projetos inscritos (1.373) nesse período, 73,5% se concentraram no primeiro biênio do período analisado e 26,5% entre os anos de 2007 e 2008. A área de Música aparece com a maior quantidade de projetos inscritos, são 29,5% seguidos pelas áreas de artes cênicas (23,5%); artesanato, folclore e tradição popular (21%); bibliotecas, arquivos, museu e bens móveis e imóveis ficaram com apenas 4,6%.

Nestes quatro anos analisados por Pedra (2009) 388 proponentes obtiveram patrocínio, ou seja, 28,2% dos projetos inscritos. A redução de patrocínio também foi observada entre os anos de 2007 e 2008, quando apenas 21,4% foram patrocinados, contra os 78,6% do primeiro biênio da análise (2005/2006). O pesquisador traz informações retiradas de uma entrevista com a coordenação do Fazcultura que atribui a redução de projetos inscritos a uma mudança de gestores na Secult e uma auditoria que vinha sendo realizada no órgão, responsável pelo atraso no processo de inscrições.

Refletir sobre a necessidade de desconcentração dos recursos provenientes do programa e sua redistribuição pelo interior do Estado foi um importante passo, uma vez que um diagnóstico realizado pela Secretaria de Cultura identificou que em 2006, os produtores de cultura de Salvador concentraram 93,5% dos recursos patrocinados, enquanto o interior ficou com apenas 6,5%. Outro problema grave apontado nesse diagnóstico é a concentração nas mãos de poucos produtores, como mostram os dados do jornal Tribuna da Bahia (MACHADO, 2007), em 2006, os 20 maiores proponentes, ou seja, produtores que apresentaram trabalhos ficaram com 60% dos recursos patrocinados e os 10 maiores com quase 41%. Pedra (2009) tenta traçar um perfil dos proponentes e explicar a realidade da concentração nas mãos de poucos produtores. O estudo do pesquisador merece uma leitura cuidadosa, pois apresenta dados valiosos. A seguir apontamos algumas de suas considerações:

Podem ser proponentes no FAZCULTURA, pessoas físicas, pessoas jurídicas de direito privado e pessoas jurídicas de direito público. Entre os anos de 2005 e 2008, do total de 388 projetos patrocinados, 49% foi de projetos apresentados por pessoas jurídicas de direito privado, 43% por pessoas físicas e 8% por pessoas jurídicas de direito público. Dentre os projetos apresentados por pessoas jurídicas de direito público apenas um projeto era de entidade pública estadual (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC), os demais foram apresentados por prefeituras do interior.[...]

Nos quatro anos analisados, 388 proponentes tiveram seus projetos patrocinados e apenas **14 (3,6%) desses proponentes foram responsáveis por 30% dos projetos patrocinados e por 34,7% dos recursos repassados.** Diante disso, observa-se que um mesmo proponente estava sendo patrocinado com inúmeros projetos e que uma pequena parcela de proponentes estava concentrando uma grande parte dos recursos. Do total de recursos repassados a

esses 14 proponentes, 78% foi repassado nos anos de 2005 e 2006 e 22%, nos anos de 2007 e 2008. **Os outros 96,4% dos proponentes foram responsáveis por 70% dos projetos e por 65,3% dos recursos. [...]**

Dentre os quatro anos analisados, 2006 foi o ano em que mais houve concentração de recursos nas mãos de poucos proponentes. Neste ano apenas seis proponentes (Paulo Roberto B. dos Santos, Platina Produções e Eventos Culturais Ltda, BYI Projetos Culturais Ltda, EP Produções Culturais e Publicidade, Mil Produções Artísticas Ltda e SS Produções e Eventos Ltda) ficaram com 26,9% do total dos recursos utilizados no programa. É importante destacar que o proponente mais beneficiado pelo FAZCULTURA se trata de uma pessoa física e a soma dos patrocínios recebidos é bem superior à soma dos patrocínios de segundo colocado. Todos os projetos realizados por Paulo Roberto B. dos Santos são denominados de projetos de arteeducação e cada um se refere a uma área específica: teatro, dança, música, literatura, artes plásticas (reciclagem e adereços), artes populares, folclore e festival. (PEDRA, 2009, p.42-44²⁹)

Vieira (2005), que realizou um estudo sobre o Fazcultura desde sua criação até o ano de 2005, aponta também outras críticas bastante pertinentes em relação à lei como, por exemplo, à composição da Comissão Gerenciadora, que ganhou um regimento interno através da Resolução nº 071, de 26 de Junho de 2007. O Fazcultura também passou a adotar nesta gestão critérios para avaliação de propostas e projetos, através da Resolução 070, de 19 de Junho de 2007, que determina que sejam levados em consideração: o valor cultural do projeto; a viabilidade e qualidade técnica do projeto; qualificação do produtor cultural e/ou da equipe executora do projeto; benefícios sociais do projeto e a relação custo/benefício.

É pertinente resgatar as informações apontadas por Pedra (2009) sobre os projetos patrocinados considerados de interesse público que só existiram entre os anos de 2005 e 2006 e significaram 32% dos projetos patrocinados pelo Fazcultura, representando a maior parte dos projetos patrocinados, além de serem os que receberam as maiores somas em recursos. É válido esclarecer, que estes projetos não precisavam ser submetidos à concorrência pública, pois possuíam uma verba reservada. Pedra (2009) observa também:

Durante os quatro anos analisados, foram utilizados mais de R\$ 39 milhões para patrocínios. Deste montante, cerca de 76% foi para projetos patrocinados nos anos de 2005 e 2006 e 24% para os projetos patrocinados em 2007 e 2008. Vale destacar que, do total de recursos utilizados nos dois primeiros anos, 36,8% foi para os projetos considerados de interesse do poder público. Analisando os dados dos quatro anos, observa-se que os projetos considerados de interesse do poder público ficaram com 29% dos recursos e os projetos de música e artes cênicas ficaram com 21% cada. (PEDRA, 2009, p. 42)

²⁹ Grifos nossos

A maior parte dos proponentes eram pessoas jurídicas e com área de atuação em Salvador e região metropolitana. Segundo Pedra (2009, p. 41) os projetos considerados de interesse público “eram projetos de qualquer uma das sete áreas, que estavam alinhados com o pensamento da Secretaria de Cultura e Turismo. A escolha desses projetos era feita pelo próprio Secretário de Cultura e Turismo.” Demonstrando mais uma vez que o estilo centralizador e autoritário de gestão, herdados do período militar prevaleciam associados a prática clientelistas de beneficiamento.

3.5.2 Fundo de Cultura

Outra modalidade de financiamento é Fundo de Cultura da Bahia que foi criado em 2005, através da Lei 9.431 de 11 de fevereiro de 2005. Segundo Sobreira (2007) o Funcultura foi criado cumprindo o termo de adesão ao Sistema Nacional de Cultura implementado durante a gestão de Gil Gilberto no Ministério da Cultura com recursos orçamentários oriundos do tesouro estadual e com modelo de gerenciamento semelhante ao adotado pelo Fazcultura. Ele tem com o objetivo incentivar e estimular a produção artístico-cultural baiana, que tem dificuldade de inserção no mercado de patrocínio privado. O fundo é administrado pela Secretaria de Cultura e apóia projetos nas áreas de música; artes cênicas; artes plásticas e gráficas; cinema, vídeo e fotografia; literatura; folclore; artesanato; museus, bibliotecas e arquivos; patrimônio cultural, além de saberes e fazeres, apresentados por artistas, produtores e gestores culturais domiciliados na Bahia. Conforme Art. 1º, Incisos I ao VIII desta mesma lei, o Fundo de Cultura da Bahia tem como finalidades:

- I - apoiar as manifestações culturais, com base no pluralismo e na diversidade de expressão;
- II - promover o livre acesso da população aos bens, espaços, atividades e serviços culturais;
- III - estimular o desenvolvimento cultural do Estado em todas as suas regiões, de maneira equilibrada, considerando o planejamento e a qualidade das ações culturais;
- IV - apoiar ações de manutenção, conservação, ampliação e recuperação do patrimônio cultural material e imaterial do Estado;
- V - incentivar a pesquisa e a divulgação do conhecimento sobre cultura e linguagens artísticas;
- VI - incentivar o aperfeiçoamento de artistas e técnicos das diversas áreas de expressão da cultura;
- VII - promover o intercâmbio e a circulação de bens e atividades culturais

com outros Estados e Países, difundindo a cultura baiana;
VIII - valorizar os modos de fazer, criar e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade.

Segundo Pedra (2009) entre 2005 e 2008 o Fundo teve 2.398 projetos inscritos. Em 2008 este número foi superior em quase dobro a quantidade de projetos inscritos entre 2005 e 2007. Foram registrados pelo pesquisador 115 projetos inscritos em 2005, 142 em 2006, 424 em 2007 e 1.717 em 2008. No primeiro biênio (2005/2006) analisado por Pedra (2009) 70 projetos foram apoiados pelo fundo e 182 entre 2007/2008. É pertinente fazermos algumas considerações sobre este mecanismo de financiamento nas duas gestões. A primeira delas, diz respeito ao fato de que até 2006, os projetos que concorriam ao financiamento do Fundo deveriam se inscrever junto a Secretaria de Cultura e Turismo e concorrer através de demanda espontânea.

A partir de 2007, a concessão de apoio para os projetos também passou a ser feita através de chamadas públicas, que faz parte da demanda espontânea, porém, direcionado para situações específicas e com recursos específicos. Em 2007 foram lançadas três chamadas públicas: projetos culturais de intercâmbio, projeto cultural de manutenção de grupos artísticos e projetos culturais de pequenos valores. Segundo Carmen Lima, diretora do FCBA nos anos de 2007 e 2008 [...] a “chamada pública” foi uma forma encontrada pela SECULT para abrir a concorrência, uma vez que o regulamento do FCBA não previa o lançamento de editais para a seleção de projetos. [...]

Em 2008 um novo regulamento foi publicado e este já previa a concessão de apoio através da seleção pública via edital. No mesmo ano, além da seleção através da demanda espontânea, foram lançados 33 editais para a seleção pública de projetos a serem apoiados pelo FCBA. (PEDRA, 2009, p. 47)

Os primeiros editais do Fundo de cultura em 2008 foram lançados pela SECULT, FUNCEB, IRDEB e FPC. Outro aspecto que merece ser destacado é o fato de que até 2007, instituições públicas, municipais, estaduais ou federais podiam submeter projetos ao Fundo. Existiam inclusive restrições para realização de algumas atividades como festivais, prêmios e concursos, além de atividades com bibliotecas, museus e arquivos públicos como lembrou Pedra (2009). O pesquisador aponta que até 2007 existiam percentuais estabelecidos para distribuição de recursos de acordo com o tipo de proponente (15% reservados para pessoas jurídicas de direito privado e para projetos de pessoa física, 30% para manutenção de instituições de direito privado e 55% para projetos de pessoas jurídicas de direito público). A partir de 2008, ficou estabelecido através do decreto 10.992/2008 que somente pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado poderiam inscrever projetos. Segundo dados apresentados

pelo pesquisador entre os anos de 2005 e 2008, 1% dos recursos destinados as pessoas jurídicas de direito público foi repassado para as prefeituras e 98% dos recursos repassados a instituições públicas ficou com as instituições vinculadas a Secult. Deste total, 50% ficaram com o IPAC. Como podemos perceber, a concentração de recursos dentro da Secult em um único órgão demonstra claramente a escolha em privilegiar financeiramente a área patrimonial em detrimento de outros setores culturais. Além disso, sabemos que os recursos investido privilegiavam o patrimônio associado as elites e a religião católica, conforme já apresentamos análise mais cuidadosa no início deste capítulo.

Um aspecto revelado por Pedra (2009) quando analisa os editais lançados em 2008, diz respeito ao fato dos editais abertos terem menos projetos inscritos do que o esperado. Veja o que ele diz:

Dos 33 editais lançados em 2008, 25 já finalizaram o processo de seleção e 237 projetos foram selecionados. Um edital foi cancelado. Os editais que já finalizaram o processo de seleção previam a escolha de 264 projetos, porém alguns dos editais tiveram menos projetos inscritos do que o esperado. O edital de apoio à produção cultural sobre 1968 previa a seleção de nove projetos , mas houve apenas 11 inscritos e dois selecionados. O edital de apoio à edição de folhetos de cordel previa a seleção de 12 projetos, mas apenas três projetos foram inscritos e dois selecionados. O edital de apoio à produção de obras audiovisuais na forma de documentários, que previa a seleção de 26 projetos, mas houve apenas 10 projetos inscritos e seis selecionados. Outro exemplo foi o edital de apoio à produção de programas radiofônicos de poesia, que previa a seleção de um projeto, três projetos foram inscritos, mas não houve selecionado. Os editais que mais tiveram projetos inscritos foram: Tô no Pelô, com 145 projetos inscritos; Manifestações culturais populares tradicionais e contemporâneas, 131 projetos; Apoio à circulação de música, com 91 projetos. (PEDRA, 2009, p. 58)

A implantação da política de editais assegura a transparência no processo, permitindo que qualquer projeto seja inscrito dentro das especificações previstas nos editais. Essa mudança representa um avanço diante da política de balcão anteriormente adotada, através da qual os critérios de seleção não ficavam claros e beneficiamentos pessoais já foram apontados. Além disso, ela representa um elemento importante para o combate a concentração de recursos nas mãos de poucos proponentes, realidade indicada por Pedra (2009, p.62) analisando os quatro anos do FCBA: “Do total de recursos repassados pelo programa, 64% foi destinado a apenas 12 instituições. Dos recursos repassados para essas instituições, 74,3% foi nos anos de 2005 e 2006”.

No entanto, é preciso ter em mente que o Estado não estava preparado para lidar com os novos critérios estabelecidos para concorrer ao financiamento público. A própria legislação não está adequada para atender as demandas na área da cultura que são muito peculiares, a quantidade de funcionários também é reduzida em relação ao volume de projetos. Estes problemas não desmerecem a tentativa de tornar o processo mais claro, objetivo e transparente o processo. Nesse sentido, iniciativas como o Workshop de Elaboração em Projetos Culturais promovidos pela FUNCEB que buscavam capacitar proponentes no interior e na capital, as videoconferências para preenchimentos de editais, curso de capacitação de gestores merecem ser destacadas, ainda que representem um avanço pequeno diante dos elevados déficits existentes na área de capacitação para gestão cultural e a dificuldade de acesso aos recursos públicos. Não podemos esquecer de pontuar uma outra problemática que está associada diretamente a adoção dos editais, a dificuldade de prestação de contas, inviabilizando inclusive futuras participações caso o processo não seja concluído atendendo às especificações legais. O que acontece é que em muitos casos a situação de inabilidade para escrever projetos é superada, mas o gerenciamento financeiro e o processo contábil, administrativo que posteriormente culmina na prestação de contas continua sendo uma deficiência. Esta é uma realidade enfrentada na área de cultura não só no que se refere aos fundos de cultura, mas a outros programas de governo como por exemplo, os Pontos de Cultura e, de modo geral ainda estamos distantes de conseguir equilibrar as exigências legais do poder público com a habilidade e os recursos destinados pela população para realizar a prestação de contas.

Pedra (2009) destaca que, entre os anos de 2005 e 2008, outra importante mudança diz respeito ao perfil dos proponentes. Segundo ele, no primeiro biênio, somente 7,1% dos projetos apoiados eram de pessoas físicas, 78,5% dos projetos apoiados eram de pessoas jurídicas de direito privado, já no segundo biênio analisado (2007-2008), o número de proponentes pessoas físicas passou a 54,3% e o de pessoas jurídicas de direito privado para 43,9%. O pesquisador aponta que a área que obteve o maior número de projetos apoiados foi Bibliotecas, Arquivo, Museu e Patrimônio, com 21% de projetos de demanda espontânea, seguida pela área de Artes Cênicas (19%), Músicas (17%) e 7% dos projetos que não tinham uma única área principal e foram denominados de diversos. A área de Bibliotecas, Arquivos, Museu e Patrimônio ficou com 48% dos recursos, seguida por Diversos com 18%, Cinema e Vídeo com 11%. Em relação a distribuição de recursos pelo interior do Estado a Secult ainda não conseguiu equilibrar esta divisão entre capital e interior, apesar do número de projetos realizados pelo interior ter crescido. Observemos as conclusões a que Pedra (2009) chegou analisando o período entre 2005 e 2008:

No ano de 2005, 90% dos projetos apoiados pelo FCBA foram realizados na RMS e 10% no interior. Em 2006 o percentual de projetos realizados apenas na RMS caiu para 77,5%, enquanto o percentual de projetos realizados apenas no interior subiu para 17,5%. Nesse mesmo ano o percentual de projetos realizados na RMS e no interior foi de 5%. Em 2007, o percentual de projetos realizados apenas na RMS reduz um pouco mais e vai para 74,3%. O percentual de projetos realizados apenas no interior subiu para 19,2%, 2,6% foi de projetos realizados na RMS e no interior e 3,9% foi de projetos realizados em outras localidades, como em outros estados ou em outros países. Em 2008 há uma redução ainda maior dos projetos realizados apenas na RMS, que ficou com 64,4%. Os projetos realizados apenas no interior somaram 20,2%, os projetos realizados na RMS e no interior somaram 6,7% e os projetos realizados em outras localidades somaram 8,7%. Esse percentual de projetos realizados em outras localidades se deve principalmente aos projetos apoiados através da chamada pública e do edital de intercâmbio lançados respectivamente em 2007 e 2008. Diante disso, observa-se que, embora a maioria dos projetos apoiados seja realizado na RMS, o número de projetos realizados no interior tem crescido gradativamente desde a criação do FCBA. (PEDRA, 2009, p.64)

O relatório do governo do Estado de 2009 traz um dado interessante sobre as novas mudanças no fundo de cultura. O documento aponta melhorias nos formulários e a determinação de critérios para possibilitar mais clareza nas análises e o julgamento das propostas, avanços alcançados através da portaria 51/2009. O mesmo documento aponta ainda que a partir da emissão da Ordem de Serviço 01/2009 da Procuradoria Geral do Estado, ficou estabelecido que projetos do Fundo de Cultural, orçados em até R\$ 100 mil estão dispensados de encaminhamento para análise jurídica, agilizando a tramitação de processos além de criar uma nova rotina administrativa, possibilitando que todas as entidades da SECULT pudessem lançar editais com recursos do Fundo de Cultura, descentralizando atividades:

Até dezembro foram contabilizados 1.156 projetos inscritos, entre editais, chamadas públicas e projetos apresentados por demanda espontânea. Foram 275 projetos aprovados, representando 164% a mais do que em 2008, ou 587% a mais do que em 2006, com R\$ 20 milhões aplicados. [...] Seguindo a diretriz de democratização dos recursos públicos para a cultura, o Fundo de Cultura consolidou em 2009 a política de fomento através da realização de seleções públicas, com o lançamento de 28 editais e cinco chamadas públicas de apoio à projetos, sendo dez delas inéditas, com destaque para as da área de patrimônio e museus, que pela primeira vez tiveram editais próprios. (RELATÓRIO DO GOVERNO DO ESTADO, 2009, p. 361)

O Fundo de Cultura poderá passar por outra modificação maior com a aprovação do Projeto de Lei 17688/2008 encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado. Este mesmo

projeto prevê a reforma administrativa da Secretaria de Cultura do Estado. Se o Projeto de Lei for aprovado poderão inscrever projetos no Fundo de Cultura empresas e associações que tenham um ano de funcionamento - o limite atual é de no mínimo três anos – e serão permitidas, também, inscrições de mais de um projeto pelo mesmo proponente. Caso o projeto seja aprovado, o limite de valor também será alterado, na tentativa de evitar a concentração de recursos na mão de poucas produtoras. Além disso, novas linguagens passarão a ser contempladas, como projetos nas áreas de moda, gastronomia, cultura digital e economia criativa, que atualmente não estão previstas na lei.

As mudanças realizadas nos mecanismos de financiamento buscaram uma distribuição mais igualitária de recursos, tanto entre capital e interior, como entre diversas modalidades culturais, a intenção de tornar o processo mais claro, rápido e ágil também representa um avanço significativo na área de financiamento, uma vez que partimos de práticas autoritárias, centralizadoras e clientelistas já consagradas pelas políticas de balcão. Entretanto, ambos os governos apresentam graves problemas na operacionalização de suas propostas. Em Souto por exemplo, existem brechas na legislação para que os projetos “alinhados com o pensamento da Secretaria de Cultura e Turismo” fossem selecionados diretamente pelo próprio secretário. Esses projetos classificados como de “interesse público” representam os interesses da secretaria mas deixam de lado interesses e demandas de diversos segmentos culturais não alinhados com a ideia do “produto Bahia”, os grupos minoritários e obviamente as representações de cultura popular sem apelo mercadológico. A lógica de subsidiar diferentes demandas da população é alterada para o direcionamento de muito dinheiro para poucos projetos, deturpando assim aquilo que se espera de uma política pública de cultura.

Em ambos governos verificamos que a quantidade de capacitação da população também é insuficiente, especialmente porque estamos falando de um estado que passou a utilizar estes mecanismos de financiamento de forma muito recente, além disso, o Estado deve assegurar as demandas da parcela marginalizada da população, composta principalmente por grupos minoritários, que quase sempre tem representação reduzida, baixa escolaridade e imensa dificuldade de se enquadrar nos novos processos de financiamento, não só no que toca a captação de recursos que perpassa desde a escrita de um projeto para concorrer a um edital, avança pelo processo de gestão dos recursos e culmina na prestação de contas.

Do ponto de vista administrativo o número de funcionários é reduzido e insuficiente, em ambos governos. Além disso seria necessária a realização de qualificações periódicas para que o corpo técnico pudesse dar conta das demandas da sociedade que tem se tornado cada vez

mais complexas. Além de serem dinâmicas, uma vez que estamos falando da área cultural, que não contempla o engessamento de ações existente em outras áreas da gestão pública.

4. POLÍTICA CULTURAL NO GOVERNO JAQUES WAGNER

O ano de 2006 representa um momento importante na história baiana, Paulo Souto, na época em seu segundo mandato como governador do estado da Bahia e membro do Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), disputava pela segunda vez o governo do estado com o candidato petista Jaques Wagner. Ao contrário do primeiro embate ocorrido em 2002, quando Souto conseguiu vencer no primeiro turno com 53,69% dos votos contra os 38,4% votos do petista, Wagner surpreendeu as pesquisas. Venceu as eleições, também no primeiro turno, com 52,89% dos votos contra os 43,03% votos de Souto.

Na visão de Paulo Fábio Dantas Neto (2006) um conjunto de fatores explica a vitória de um novo grupo político nas eleições ao governo do estado em 2006. O primeiro motivo decorre do amadurecimento do PT e do grupo que o pesquisador chama de “ex-oposição baiana”, que se configurou graças a suas alianças, sob o comando do PT, como uma alternativa concreta de poder. O segundo motivo está associado à influência do governo federal, que para ele sempre foi decisiva no cenário político baiano desde a década de 30. A esse respeito, o autor esclarece que:

Aqui me refiro não só ao apoio pessoal, decidido, do candidato Lula, que, com eleição então quase ganha, veio ao que se pensava ser um quintal carlista arriscar-se a chamar de irmão ao candidato opositor. Além disso, e do sempre suposto e enfatizado (com variável grau de preconceito e ironia) efeito eleitoral de programas sociais tipo Bolsa-Família, é preciso considerar o papel que teve a perda, pelo carlismo, de suas posições no governo federal e o conseqüente arquivamento do seu papel de procurador político obrigatório das lideranças municipais na busca pelo atendimento dos pleitos de suas comunidades. O governador eleito referiu-se, durante a campanha, a este fato, mas a suspeição de sua posição de então candidato não deixou que seu aviso fosse considerado a sério, em todas as suas implicações. (DANTAS NETO, 2006, p.1)

O terceiro motivo apontado pelo cientista político é o desgaste do grupo carlista que já estava no poder há 16 anos. Para ele a razão crucial do declínio do carlismo não está associada à derrota de sua figura mais significativa, o ex-senador ACM, que vinha perdendo posição no cenário político nacional há algum tempo e que, quando faleceu, estava fora do poder no Brasil e na Bahia. Na leitura de Dantas Neto (2006) o movimento de “renovação por dentro” chamado por ele de “pós-carlismo”, que baseava-se em uma proposta de renovação dentro do mesmo grupo carlista, comandada por Paulo Souto e por Antônio Imbassay, são a razão para essa desestruturação e enfraquecimento da então elite política baiana. O pesquisador faz questão de ressaltar em seu texto que o desgaste do carlismo ocupa o terceiro lugar na lista de motivos para a vitória do PT nas eleições estaduais e acrescenta:

[...] para que a vitória de Wagner seja compreendida em toda a sua extensão, é preciso considerar que ele não derrotou um adversário moribundo. Ao contrário, depois de meia década de perda de força do grupo e de declínio pessoal do seu chefe, a partir do ano passado, com a erupção da crise política nacional que colocou o PT em defensiva, o carlismo ganhava fôlego e retomava um viés expansivo, prometendo auto-renovação e cooptando quadros do campo adversário, de que é sintoma o desembarque quase total do PSDB baiano na candidatura de Paulo Souto, de cujo campo, aliás, nunca se afastou o “dissidente” — mais anunciado que consumado — ex-prefeito Imbassay. (DANTAS NETO, 2006, p1)

O fato é que Jaques Wagner chega ao poder, com o apoio do presidente Lula, que na época caminhava para seu segundo mandato e com todo o legado da gestão do ministro Gilberto Gil, que como vimos anteriormente foi capaz de mudar a fisionomia das políticas culturais brasileiras.

4.1 Definição de cultura

A idéia de cultura foi alterada e ganhou outro tratamento na gestão pública federal sob a liderança de Gilberto Gil (2008), então ministro, que durante seu pronunciamento na II Conferência Estadual de Cultura da Bahia deixava claro que “tratar a cultura como prioridade, como vetor essencial ao desenvolvimento, e como uma necessidade básica exige deslocamentos conceituais de prioridades e foco”.

Esta mudança de prioridades e de foco podem ser melhor compreendidas a partir das definições de Botelho (2001) que busca em um de seus textos refletir como a cultura se apresenta a partir de diferentes propostas de elaboração de uma política pública. Para ela, a distinção entre as duas dimensões da cultura, a sociológica e a antropológica, se revela essencial, uma vez que é a partir das escolhas que são tomadas que o tipo de investimento governamental é escolhido e que parâmetros são traçados na escolha de estratégias, programas e objetivos para suas políticas culturais. Segundo a autora a dimensão sociológica compreende o âmbito especializado da produção, com um circuito organizado, ligados a expressão artística, seja ela profissional ou amadora. Já a dimensão antropológica refere-se à interação social dos indivíduos, as suas práticas simbólicas, através das quais eles conseguem estabelecer suas rotinas, definir suas identidades, construir seus valores, entre outros aspectos. Botelho (2001) salienta em seu texto a dificuldade de trabalhar com a dimensão antropológica da cultura, mais ampla e complexa que a dimensão sociológica e que durante muito tempo ficou relegada ao plano do discurso.

É justamente esta ampliação da noção de cultura para elaboração das políticas culturais que tem sido apontada como um dos aspectos mais positivos do governo Lula/ Gil, mantida atualmente na gestão do ministro Juca Ferreira e adotada também pelo governo Wagner. Os princípios norteadores desta mudança de perspectiva na visão da cultura aparece por exemplo no documento “A imaginação a serviço do Brasil” (2003), elaborado pelo Partido do Trabalhadores na época da quarta candidatura de Lula e que estabelece aspectos orientadores significativos como a necessidade de participação popular, a cultura como direito, a implantação do Sistema Nacional de Cultura, o reconhecimento da diversidade cultural, novos modelos de financiamento, a cultura como fator de desenvolvimento e vários outros.

Na gestão de Wagner, a cultura vem sendo pensada a partir de três dimensões: simbólica, econômica e cidadã. Estas três dimensões são inspiradas na política cultural adotada pelo

governo federal e aparecem, inclusive, no texto base da Conferência Nacional de Cultura. A dimensão simbólica está vinculada ao reconhecimento da capacidade humana de se expressar simbolicamente através de diversos valores, crenças e práticas. Esta dimensão busca sobretudo reconhecer a diversidade cultural brasileira, e coloca em um mesmo patamar a cultura popular, erudita e de massa, apesar de reconhecer que cada uma delas merece programas, ações e projetos específicos, todas têm a mesma importância. A dimensão cidadã baseia-se no artigo 215 da Constituição Brasileira de 1988 que assegura: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais”. Os direitos culturais são reconhecidos, portanto, como parte dos direitos humanos e devem ser vistos como base estruturante das políticas culturais. A dimensão econômica está relacionada a cultura como elemento estratégico da nova economia, baseada na informação e no conhecimento, entendida como fonte de renda e emprego.

Ao delinear e assumir o conceito de cultura associado as dimensões simbólica, cidadã e econômica, o Governo Wagner alinha-se a uma política cultural já em desenvolvimento no âmbito do Governo Federal que entende a cultura como ponto de partida para as demais políticas públicas que visem o desenvolvimento humano baseado na liberdade e na igualdade. Nesse sentido, Chauí destaca a relação estabelecida entre cultura e política no Brasil que ganha novos contornos na contemporaneidade:

O laço que une esquerda e cultura é indissolúvel porque é próprio da esquerda a posição crítica, visando à ruptura das condições estabelecidas, nas quais se reproduzem a exploração e a dominação, assim como lhe é próprio afirmar a possibilidade de justiça e da liberdade, isto é, da emancipação, por meio da prática social e política. Para a esquerda, a cultura é a capacidade de decifrar as formas de produção social da memória e do esquecimento, das experiências, das idéias e dos valores, da produção das obras de pensamento e das obras de arte e, sobretudo, é a esperança racional de que dessas experiências e idéias, desses valores e obras surja um sentido libertário, com força para orientar novas práticas sociais e políticas das quais possa nascer outra sociedade. (CHAUÍ, 2006, p. 9)

Mudar a forma de conceber e gerir a cultura na Bahia vem sendo apontado como o principal desafio da Secretaria Estadual de Cultura do Estado da Bahia. O relatório oficial do primeiro ano do governo Wagner aponta claramente em seu texto de abertura que tem como título: “Cultura como estratégia de desenvolvimento”, esta preocupação, além de indicar uma mudança na perspectiva de entendimento da própria cultura. É importante destacar que a noção de cultura adotada pelo governo estadual não é exatamente igual à do governo federal pois, na

Bahia, uma nova dimensão é contemplada, a territorial, diferente, inclusive, da noção de interiorização, como veremos mais à frente. Observemos o que diz o documento:

A criação da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – SECULT pela Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006, não representou apenas o reconhecimento de uma função específica de Estado, mas, acima de tudo, a adoção de um novo paradigma na implementação de políticas públicas de cultura.

Este governo reposicionou a cultura para o seu lugar estratégico no desenvolvimento da Bahia. E o novo paradigma instaurado baseia-se, por um lado, numa concepção contemporânea de cultura – porque é entendida como construção histórica multidimensional e transformadora, abarcando o simbólico, o territorial, o econômico e o fortalecimento da cidadania – e, por outro, numa nova prática de gestão e de atuação – porque pautada na descentralização, na participação, na interiorização e na articulação institucional.

Pode-se afirmar que 2007 foi o ano em que o Estado reassumiu suas responsabilidades com a gestão da cultura. Ultrapassou a lógica de pensar a cultura como espetáculo artístico e instrumento de atração turística com a venda de uma imagem específica da Bahia. Desenhou um novo cenário para a atuação estatal lastreado pelas idéias de que a produção cultural cabe à sociedade, que os meios de acesso e consumo desta produção devem ser democráticos e que é imperativo o diálogo e a observância aos marcos legais e institucionais cujo aprimoramento é indispensável. (RELATÓRIO OFICIAL DO GOVERNO DA BAHIA, 2007, p.162)

A preocupação com uma definição de cultura pelos baianos capaz de alicerçar o desenvolvimento de toda a política cultural do estado é um assunto tão complexo que ganhou espaço para o debate promovido através do material produzido para a II Conferência Estadual de Cultura da Bahia com o questionamento: “Cultura é o quê?”. A pesquisadora Daniele Canedo (2008, p. 7) se dedicou a estudar o processo de elaboração da conferência sinaliza que questionamento utilizado como slogan para a campanha de divulgação “convocava a população para refletir sobre os muitos significados contidos na palavra cultura e quais compromissos devem ser assumidos pelos poderes públicos e pela sociedade para a gestão das políticas para a área.” A autora também observa que durante as diversas fases³⁰ que envolveram a realização da conferência os participantes responderam à pergunta através de poesias, versos e músicas. Pertinente observar os dados apresentados por Canedo (2008) ao analisar as respostas de 153 entrevistados à provocação “Cultura é o quê?”, chegando as seguintes conclusões:

30 A II Conferência Estadual de Cultura da Bahia ocorreu entre agosto e outubro de 2007 e, foi realizada em três fases: os encontros municipais de cultura, os encontros territoriais e a conferência propriamente dita. Para mais detalhes sobre este processo ver Canedo (2008).

O que podemos inferir das respostas é que a definição mais aceita pelos respondentes da pesquisa de avaliação da II Conferência Estadual de Cultura é aquela que identifica cultura com os modos de vida que caracterizam uma coletividade, onde todos os sujeitos são produtores da cultura. Poucos entrevistados fizeram menção a um conceito restrito ligado às práticas e atividades artísticas que compõem o sistema de produção da indústria cultural. Também foram poucas as respostas que apresentavam uma compreensão da cultura como conhecimento intelectual adquirido, conceito que teve suas origens na teoria evolucionista de civilização dos teóricos franceses. Ao contrário, observamos uma repetição de palavras e expressões que relacionam “cultura” e “povo”. (CANEDO, 2008, p. 10)

No DVD lançado pelo SECULT sobre a conferência é possível assistir a vários destes depoimentos. A pergunta inclusive é respondida pelo próprio secretário de cultura da Bahia:

[...] A cultura também não é só artes, a cultura é toda produção simbólica da população, são todos os ritos, todos os saberes, todos os jeitos de fazer de cada comunidade e de cada indivíduo. Então pensar a cultura como somente um trabalho de artistas é elitizar o papel da cultura, a cultura é um bem de todos e todos são produtores. É preciso assegurar o acesso de todos aos meios de produção e ao consumo do produto cultural. (MEIRELLES, 2008)

Pertinente também observar que as cinco linhas de ação escolhidas para nortear as atividades do governo de Wagner - diversidade, desenvolvimento, descentralização, democratização e diálogo e transparência - dão pistas claras que a definição de cultura escolhida segue um caminho bem diferente do entendimento de cultura adotado pela gestão anterior. O primeiro deles está associado ao papel de protagonista ocupado pela cultura, que agora não é mais entendida como um acessório capaz de potencializar o desenvolvimento turístico. O segundo, diz respeito aos enlaces estabelecidos entre cultura e desenvolvimento. Assunto amplo e com uma multiplicidade de possibilidades, este tema certamente renderia outra dissertação, seja pela complexidade de cada um dos termos ou pelas possibilidades variadas que esta união é capaz de suscitar. O próprio termo cultura é um dos termos mais complexos de serem definidos. Se, inicialmente, a cultura era objeto de estudo de áreas como a Antropologia e a Sociologia, atualmente ela tem atraído atenções de outras áreas a exemplo da História, Geografia, Comunicação, Letras, Economia e, de maneira mais recente, de áreas como a Administração. A consequência deste processo é que a multiplicidade de olhares resulta em uma multiplicidade de conceitos e chegar a um consenso parece quase uma missão impossível. Entretanto, existem alguns pressupostos importantes, como por exemplo, a idéia de que a cultura é resultado de um processo histórico, onde os conflitos e as disputas entre diferentes grupos sociais são inerentes ao contexto, uma vez que a cultura não é determinada

geograficamente ou biologicamente (LARAIA, 1993), mas sim apreendida socialmente, através de trocas, contato, negociação. Isso implica em dizer que a cultura nunca é igual, que ela está sempre em movimento, é, portanto dinâmica e diversa. Outra idéia importante dentro deste debate é que todos os povos têm cultura (MATTA, 1981) e que divisões hierarquizantes como as que tendem a separar entre culturas superiores e culturas inferiores precisam ser superadas.

Dito isso, eleger uma definição de cultura que pretende se trabalhar em uma política cultural parece, por si só, um grande desafio, mas é em boa medida a relação entre cultura e desenvolvimento que tem atraído olhares na gestão Wagner, quando reconhece, por exemplo, a diversidade cultural e busca promover iniciativas que permitam o fomento a diferentes culturas, quando se preocupa em fortalecer os processos de participação, quando cria instâncias de diálogo mais próximas entre o Estado e a Sociedade, quando realiza projetos que visam a capacitação como por exemplo, a elaboração de editais. Esta relação entre cultura e desenvolvimento vai, inclusive, servir de base para outras linhas de ação a exemplo da diversidade e descentralização, como veremos mais adiante.

Loiola e Miguez (2007) pontuaram, em um texto recente, que a relação entre cultura e desenvolvimento é um dos principais assuntos debatidos na atualidade e que avança além dos estudos acadêmicos, mas que pode ser percebido inclusive nas

[...] experiências práticas que articulam cultura e desenvolvimento, quer no âmbito das políticas públicas governamentais, quer, também, no campo de ação de múltiplas agências e organizações da sociedade civil, cujos recortes específicos increvem-se, regra geral, na perspectiva do desenvolvimento local sustentado (LOIOLA, MIGUEZ, 2007, p.1)

Burity (2007, p.53) revela que a idéia de desenvolvimento também não é simples e, assim como a idéia de cultura, comporta inúmeras possibilidades. Na visão do autor a complexidade dos termos já demonstra a dimensão do problema. Segundo ele, durante o século XIX, a idéia de desenvolvimento ainda não estava presente, prevalecia a idéia de progresso. Só a partir de 1930 e 1940 é que a noção de desenvolvimento começa a vigorar. Os anos do pós-guerra são, segundo o autor, um momento importante desta transição, pois é quando se busca pensar sociedades desenvolvidas, não-desenvolvidas e subdesenvolvidas, a partir de um mesmo modelo, entendendo que todas elas teriam um futuro comum, levando em consideração que o caminho para atingir este futuro estaria na modernização. O autor destaca que, entre 1940 e 1970, o discurso de desenvolvimento que foi construído buscava uma maneira de intervir na realidade e a cultura era vista como um obstáculo capaz de impedir e atrapalhar o processo de

modernização que culminaria posteriormente no desenvolvimento. Burity (2007) lembra que, de acordo com esta perspectiva, a proposta era superar as diferenças culturais, transformando as sociedades de modo que elas se tornassem cada vez mais semelhantes e pudessem atingir o ideal de desenvolvimento material. Ele observa que no final dos anos 1970, várias propostas baseadas no desenvolvimento econômico começam a fracassar e surgem novos questionamentos, levando-se em consideração, por exemplo, o papel do Estado como indutor ou regulador de desenvolvimento. Soma-se a isso, o discurso ambientalista que trouxe novos elementos a pauta. Sachs (2005) pontua que:

Portanto, para caracterizar e avaliar o desenvolvimento, torna-se necessário usar uma bateria de indicadores além da taxa do crescimento do PIB. Não é legítimo falar em desenvolvimento se, concomitantemente com o crescimento econômico, ocorrem deteriorações com respeito ao emprego, à pobreza e às desigualdades sociais. Da mesma maneira um crescimento baseado na apropriação predatória dos recursos naturais e caracterizado por altos níveis de emissão poluente não se enquadra no conceito de desenvolvimento. As metas quantitativas do crescimento econômico e do consumo material deixaram de ser consideradas como um objetivo em si, passando a ser tratadas como um meio evidentemente necessário, porém insuficiente para promover o desenvolvimento encarado como o processo de criação de uma civilização [...] O objetivo central passa a ser a satisfação das necessidades humanas fundamentais, que não devem no entanto ser identificadas por estudos tecnocráticos e sim autodefinidas pelas sociedades humanas, num processo democrático, a partir de uma análise das potencialidades do seu meio e dos seus anseios. (SACHS, 2005, 156)

Dessa forma, aos poucos, a cultura deixa de ser entendida como um obstáculo para simbolizar “aquilo que teria permitido que as sociedades não se esfacelassem inteiramente, ou se transformassem em museus de uma trajetória de desenvolvimento abortada”, como assegura Burity (2007, p.56). É ele também quem observa que, a partir dos anos de 1980, o discurso das diferenças culturais e das identidades emergem com mais força e, junto com eles, a idéia de que não é possível promover o desenvolvimento de maneira descontextualizada. Assim, passamos a vislumbrar a importância do lugar para atingir o desenvolvimento “(socialmente) **inclusivo**, (ambientalmente) **sustentável** e (economicamente) **sustentado**”³¹ (SACHS, 2005) numa perspectiva em que:

O espaço transmutou-se em território constituído por quatro dimensões interdependentes: a físico-territorial – cada território tem *um lugar na terra* que lhe atribui materialidade e, simultaneamente, especificidades –, a

31Grifo do autor

socioeconômica – todo desenvolvimento se dá sobre um território e, simultaneamente, modifica esse território –, a políticoorganizativa – ao nomear-se o território atribui-se-lhe identidade possibilitando o seu reconhecimento pelo outro – e a simbólico-cultural – suporte e produto da formação de identidades individuais e coletivas, deve ser registrado que os territórios evocam sentimentos de pertencimento e de especificidade. (LOIOLA e MIGUEZ, 2007, p.3)

Estas idéias que buscam promover o desenvolvimento além da perspectiva econômica, associadas aos aspectos culturais, chegam aos anos de 1990 com um novo ingrediente, onde a cultura deixa de ser entendida unicamente como um elemento capaz de auxiliar o desenvolvimento e passa a ser pensada como um fator econômico, conforme Burity (2007) sinalizou em seu texto. O pesquisador, que é enfático ao assegurar que projetos de desenvolvimento são mais bem sucedidos quando respeitam as culturas locais, destaca a importância da participação de diferentes atores nestes processos, lembrando, por exemplo, os projetos orientados pelo Banco Mundial a partir de 2000 que foram redirecionados no sentido de incluir os processos participativos durante todas as etapas.

Dessa forma, podemos perceber que a concepção de cultura adotada pela gestão Jaques Wagner, que irá orientar as políticas culturais formuladas e executadas pelo Estado, é caracterizada por: consonância com aquela defendida pelo Governo Federal, mas que não se restringiu a ela; pela abrangência de sentidos que articula (simbólico, cidadão e econômico); pelo enlace com uma nova perspectiva de desenvolvimento; e pelo alinhamento com os debates público e acadêmico contemporâneo que defendem um conceito de cultura amplo e complexo, próximo daquele considerado antropológico.

Estas apressadas considerações sobre cultura e desenvolvimento servem para que possamos entender um pouco melhor a proposta do Governo Wagner de pensar a gestão da cultura de maneira territorializada como teremos a oportunidade de examinar no tópico seguinte.

4. 2 Objetivos, metas e formulações

O governo Wagner inicia suas atividades tendo uma nova visão da gestão na área cultural e, a própria criação de uma secretaria exclusiva para a cultura, já diz muito sobre esse aspecto. Segundo o site da SECULT assumiu-se como missão o compromisso de elaborar e colocar em prática “de forma articulada com a sociedade, políticas públicas que expressem a centralidade da cultura na transformação e no desenvolvimento social e valorizem a diversidade

cultural da Bahia, nas suas dimensões territorial, simbólica, econômica e de cidadania”. Para tanto, estabelece-se como objetivos:

- Implantar o sistema estadual de cultura.
 - Elaborar e implementar políticas setoriais de cultura, envolvendo as esferas públicas, privada e comunitária.
 - Apoiar a qualificação das políticas sociais mediante a incorporação do papel transformador da cultura.
 - Requalificar o sistema de registro, organização e compartilhamento da memória cultural do Estado da Bahia.
 - Territorializar as políticas de cultura, visando contemplar a diversidade cultural e regional da Bahia reconhecendo e valorizando as diferentes identidades.
 - Fomentar a qualificação e a formação de gestores e agentes culturais.
 - Tornar a Bahia um centro de referência nacional e internacional de reflexão, produção e gestão na área de cultura.
 - Democratizar os meios de acesso, produção, difusão e distribuição dos bens e serviços culturais.
 - Otimizar o funcionamento dos equipamentos culturais da Secult.
 - Ampliar a oferta de espaços e equipamentos culturais nos ambientes urbano e rural.
 - Consolidar um sistema diversificado e abrangente de financiamento à Cultura no Estado.
 - Fomentar a cultura digital e novas tecnologias.
 - Fomentar o desenvolvimento da economia criativa com foco na geração de emprego e renda.
 - Implementar, em todo do estado, o sistema público de comunicação.
 - Salvar as manifestações da cultura popular, estimulando a auto-sustentabilidade dos agentes culturais.
 - Alcançar a excelência na oferta de serviços e atendimento ao cidadão.
 - Elevar a participação da Secult no Orçamento do Estado para todas as fontes de recurso.
 - Modernizar as estruturas física e tecnológica da Secult.
 - Ampliar, reestruturar, desenvolver e qualificar o quadro de servidores da Secult.
 - Implementar e aperfeiçoar os instrumentos de gestão pública, de acompanhamento e controle interno e externo.
 - Implantar política de fortalecimento cultural étnico – racial.
- (www.cultura.ba.gov.br)

Optamos, neste trabalho, em nos dedicar a analisar mais cuidadosamente dois destes objetivos. O primeiro diz respeito à territorialização das políticas culturais, como proposta de reconhecimento e valorização de diferentes identidades culturais no estado, o que representa um desafio significativo se levarmos em consideração a proposta do governo anterior que buscou através de suas atividades, ferramentas de financiamento, projetos e ações fortalecer o texto da baianidade que baseia-se na valorização de símbolos do Recôncavo Baiano. O segundo objetivo a que nos deteremos é a implantação do sistema estadual de cultura, pela inovação que

representa na área das políticas culturais e, principalmente, porque busca realizar atividades envolvendo diferentes esferas de poder, promovendo o diálogo e estimulando a participação da população, como veremos adiante.

4.1.2 Territorializar as políticas de cultura: o objetivo estruturante de Wagner.

Perceber a “Bahia em pedaços”, expressão utilizada por Guerreiro (1994), revela, sobretudo, que a utilização de divisões sempre fez parte da história do Estado, mas foi a partir da segunda década do século XX que o desenho regional, antes restrito as rotas dos tropeiros, a navegação e a algumas ferrovias, começou a ser alterado. Com a crescente valorização do automóvel, principalmente entre os anos 30 e 50, e com a construção de estradas as diferentes regiões do Estado adquiriram novos formatos e estabeleceram novos vínculos e prioridades “constituindo não mais um espaço articulado, pensado e desenvolvido em torno de sua capital -Salvador- mas um conjunto formado de verdadeiros pedaços.” (GUERREIRO, 2000, p.24).

Na leitura de Deyon (2001), o simples traçado das vias de comunicação e a realização de obras públicas têm conseqüências na estruturação da vida econômica. É ele também quem observa que para existir uma política de organização e desenvolvimento territorial é necessário que o Estado reparta geograficamente a população e as atividades econômicas que são realizadas, tenham como intuito homogeneizar o território, acelerar ou regular o desenvolvimento.

Pensar o desenvolvimento sustentável na Bahia e proporcionar a redução das desigualdades tanto em termos econômicos quanto em termos sociais é uma das preocupações apontadas pelo Plano Plurianual (2008-2011) do governo estadual. O Plano destaca a importância em adotar uma metodologia de planejamento territorial capaz de se adequar às situações específicas. Para tanto articula seu planejamento em torno do conceito de Territórios de Identidade, que trabalharemos de maneira mais profunda adiante.

Silva (2002), ao realizar um estudo buscando analisar os desequilíbrios intra-estaduais baianos e seus desdobramentos em termos de estratégias de desenvolvimento regional integrado, revela que pensar políticas de desenvolvimento territorial para o Estado é uma tarefa árdua, uma vez que o território baiano é extremamente complexo por sua extensão, são 564.692 km², permeados por uma diversidade de regiões naturais, além da diversidade histórica, cultural, socioeconômica, e política das mesmas. O autor também destaca que a “Bahia possui

grandes desequilíbrios socioeconômicos regionais, mas com importantes especificidades.” Ele ainda nos revela que o Estado já tem alguma experiência em regionalização:

[...] em 1966, no bojo da reforma administrativa estadual, foram criadas 17 Regiões Administrativas, ampliadas em 1973 com o projeto de regionalização administrativa, e sucessivamente atualizadas, chegando, hoje, a 32 unidades. O maior mérito desse esforço ocorreu com a criação e funcionamento de regiões educacionais e de saúde. O estado também promoveu outra regionalização através da criação das 15 regiões econômicas e dos oito eixos de desenvolvimento, mas isso não resultou, em geral, em desdobramentos importantes em termos de planejamento e ação para o desenvolvimento. Com maior destaque, o Estado desenvolveu estudos, programas e projetos para a Região Metropolitana de Salvador, nas décadas de 70 e 80, e para a Região Oeste, na década de 80. Regiões de modernização agrícola também mereceram prioridades, como a área de Juazeiro, e, ao mesmo tempo, regiões turísticas passaram a receber fortes incentivos, como o Extremo Sul, a Chapada Diamantina e o Litoral Norte. (SILVA, 2002, p. 215-16)

Nota-se que a proposta de regionalização do estado enquanto estratégia de agrupamento territorial para balizar o alcance de políticas públicas não é novidade do Governo Wagner. Talvez a inovação dessa gestão resida no uso dessa metodologia no que se refere às políticas públicas de cultura, tendo em vista a sua articulação com o desenvolvimento dessas regiões.

Mais à frente nos propomos a analisar o objetivo do Governo Wagner de territorializar as políticas de cultura através da análise do Programa Integrado de Desenvolvimento Territorial da Cultura proposto pela Secretaria de Cultura da Bahia como uma importante ferramenta para o planejamento cultural do Estado, que visa promover de maneira integrada o desenvolvimento sociocultural dos 26 territórios de identidade em que o Estado foi dividido, através da participação das comunidades beneficiadas (OLIVEIRA FILHO, 2006) e da articulação dos poderes públicos com a sociedade civil organizada e a iniciativa privada. Porém, antes disso, acreditamos que é pertinente realizar algumas reflexões preliminares sobre o tema.

4.1.2.1 Território como unidade de desenvolvimento

Com o intuito de enriquecer e melhor embasar nossas reflexões, realizaremos um resgate do conceito de território e seu respectivo uso nas políticas de desenvolvimento. Tomamos aqui como ponto de partida os estudos de Marco Aurélio Saquet (2007). O autor afirma que durante o período em que predominaram as geografias positivistas e neopositivistas (1870-1960), também chamadas de geografias tradicionais, privilegiavam-se os conceitos de paisagem e região em detrimento de outros conceitos, como o de território. A partir de 1950, o conceito de

espaço ganha destaque, justamente quando o conceito de região se restringe ao resultado da classificação de áreas de acordo com procedimentos de agrupamento e divisão de lógica. Na leitura do autor, entre os anos de 1950-60 e posteriormente, estudos como o de Giuseppe Dematteis e Jean Gottmann passam a compor a geografia crítica, que orientam a reelaboração do conceito de território. A partir dos anos 1970, o conceito de território adotado se baseia em abordagens que preocupam-se em explicar:

[...] a dominação social, a constituição e expansão do Estado-Nação, a geopolítica, a reprodução do capital, a problemática do desenvolvimento desigual, a importância de signos e símbolos como formas de controle na vida cotidiana e as próprias bases epistemológicas do pensamento geográfico. (SAQUET, 2007, p.53).

É durante esta década que o cruzamento de abordagens e autores, especialmente as de Claude Raffestin e Giuseppe Dematteis, com percepções semelhantes, permite compreender o território como “um produto socioespacial, de relações sociais que são econômicas, políticas e culturais e de ligações de redes internas e externas” (SAQUET, 2007, p.81), onde o Estado e o mercado têm centralidade.

Saquet (2007) identifica entre 1950-70 quatro tendências de abordagens sobre território em diferentes países. A primeira é a tendência econômica, orientada através do materialismo histórico e dialético, onde o território é pensado a partir das relações de produção e das forças produtivas; a segunda está focada na dimensão geopolítica do território; a terceira centrada na fenomenologia, dá ênfase as dinâmicas políticas e culturais, simbólico-identitária e trata das representações sociais; já a quarta tendência ganha força a partir dos anos 1990 e busca refletir o território de maneira interdisciplinar, as discussões estão centradas na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento local.

Saquet (2007) assinala também que Robert Sack, juntamente com Raffestin e Dematteis, marcaram uma fase de estudos e debates centrados nos conceitos de território e de territorialidade, inovados a partir dos anos 1980. Entretanto, ressalta que a opção teórico-metodológica adotada por Sack, confere a sua obra uma abordagem distinta da realizada pelos outros dois autores, pois busca tratar dos significados do espaço:

[...] o território é o produto da organização social e a territorialidade corresponde às ações de influência e controle em uma área do espaço, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, o que pode ocorrer em diferentes níveis escalares. (SACK apud SAQUET, 2007, p. 83)

No período seguinte, iniciado a partir dos anos 1980, o conceito de região como área contínua com características específicas e determinada estabilidade e homogeneidade entra em crise. Saquet (2007) justifica esse processo através das crescentes inovações nos meios de circulação e informação, das distintas ações realizadas pelos sujeitos em diferentes espaços e das redes extralocais que promovem um processo de integração. Ainda durante esta década e também a partir dos anos 1990, o conceito de território sofre mudanças significativas, principalmente com a incorporação dos “aspectos simbólico-culturais vinculados ao desenvolvimento local com base territorial, do conceito de lugar e da territorialização dos processos sociais.” (SAQUET, 2007, p. 19).

Ainda nessa linha, resgatamos o pensamento de Rubim (2000, p.31) que destaca três momentos importantes que vão marcar esta problemática, o primeiro é o momento de ampliação, os espaços geográficos são expandidos através das navegações marítimas e da revolução dos transportes, e posteriormente os espaços eletrônicos através das “navegações virtuais”; o segundo momento é marcado pela convivência que envolve presença e lugar, alterada sensivelmente com a integração das mídias em rede que possibilitaram a televivência que “pode ser definida como uma vivência à distância, descolada do lugar e despreendida da presença; como capacidade de vivenciar um ausente, tornado (simbolicamente) presente, em tempo real, por meio de signos”; e o terceiro momento é marcado pela hibridação entre fluxos culturais (materiais ou simbólicos) locais e globais dentro dos moldes definidos por Canclini (2006b) em seu livro *Culturas Híbridas*.

Saquet (2007, p.87) destaca ainda a perspectiva humanística de Félix Guattari que “compreende o território ligado à subjetivação individual e coletiva”. Nessa linha de pensamento, ele leva em consideração o fluxo entre pessoas, matérias-primas, culturas, signo, dinheiro e capital.

O território é condição de processos de desenvolvimento. É natureza e sociedade, manifestando-se de forma específica em diferentes lugares. Nas condições territoriais do desenvolvimento, também trabalhadas em Dematteis (1988), há fertilidade do solo, clima, atrativos paisagísticos, estratificação social, cultura familiar específica, tradições de empreendimentos, associação de moradores, relações sociais, posses/propriedades, redes de circulação e comunicação (SAQUET, 2007,p.114)

Flores (2006) pontua que a utilização do território como espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento é uma tendência que vem sendo objeto de iniciativas da própria

sociedade, através de movimentos sociais, organizações não-governamentais e entidades privadas, e também de políticas públicas. Governa (apud SAQUET 2007) lembra que o desenvolvimento é sempre territorial pelas práticas que o caracterizam. Nesse sentido, Saquet (2007, p.119) corrobora com o autor e salienta que o desenvolvimento envolve e supera o desenvolvimento econômico, sendo por isso mais amplo e mais complexo. “O próprio econômico é, simultaneamente, social e territorial. Da mesma forma, o desenvolvimento (social e territorial) é resultado dos processos sociais.”

Assim, Flores (2006) busca destacar a importância de resgatar o significado do conceito de território que “surge, portanto, como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), por isso denominado um processo de construção social”. Raffestin (apud BORDO et al, 2004) aponta a necessidade de diferenciar território de espaço, uma vez que este último relaciona-se ao patrimônio natural e é a partir dele que o território se forma. O autor também sinaliza que a construção do território está ligada as relações do poder exercidas tanto por pessoas como por grupos.

Outra contribuição importante é dada por Haesbaert (2004) que pensa o território em suas múltiplas dimensões e reconhece os processos de dominação e apropriação na construção do território. Ele acredita que o território reúne ao mesmo tempo combinações funcionais e simbólicas, pois o domínio exercido sobre o espaço serve tanto para realizar funções quanto para produzir significados e, acrescenta ainda, que:

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. (HAESBAERT, 2004, p.3)

Nessa perspectiva, Dematteis (apud SAQUET 2007, p.115) assinala que nos processos de desenvolvimento, a territorialidade pode ser entendida como a valorização dos recursos potenciais e das condições para que este processo se realize. Na visão do autor, esta seria uma territorialidade ativa, que envolve organização política e planejamento. Dessa forma, podemos também entender a territorialidade como:

[...] fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagindo entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, a territorialidade não depende somente do sistema territorial local, mas também de relações intersubjetivas; existem redes locais de sujeitos que interligam o local com outros lugares no mundo

e estão em relação com a natureza. O agir social é local, territorial e significa territorialidade. (SAQUET, 2007, p.115)

Dessa forma, acreditamos que a proposta da Secretaria de Cultura do Governo Wagner de prospectar as políticas públicas de cultura a partir de uma regionalização do estado da Bahia compreendida em territórios de identidade justifica-se pelo entendimento desse conceito para além do espaço. A proposta de territorialização da Secult-Ba alinha-se a ideia de território enquanto uma construção social dos indivíduos e grupos de indivíduos em permanente tensão e disputa. Pensar a cultura partindo dessa proposta é assumi-la enquanto lugar de disputa e sobretudo de significação dos territórios.

4.1.2.2 Constituição do Território

Segundo o documento “Referências para uma Estratégia de desenvolvimento Rural no Brasil” (2005), desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a decisão do governo brasileiro de propor uma política nacional que apoiasse o desenvolvimento sustentável a partir da abordagem territorial é resultado de reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil, que avaliaram como necessária à articulação de políticas nacionais com iniciativas locais. Depois de adotar essa estratégia, o governo brasileiro criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), subordinada ao MDA e formulou o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais - PRONAT no âmbito do Plano Plurianual do Brasil 2004-2007.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, órgão do MDA, coordenou, durante aproximadamente dois anos, a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Participaram do processo mais de quatro mil pessoas que representaram mais de trezentas entidades públicas e da sociedade civil. Por fim, concluiu-se a necessidade de adotar a abordagem territorial na concepção e implementação de políticas para o desenvolvimento sustentável, especialmente para aquelas com maior repercussão nos espaços rurais.

Nesta perspectiva, o Ministério entende que a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços que objetivam a promoção do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que a escala estadual é bastante ampla para abarcar a heterogeneidade e as especificidades locais que costumam ser mobilizadas com este tipo de iniciativa. Portanto, o território é percebido pelo MDA como a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e

convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

A opção pelo território como unidade de desenvolvimento revela a identidade existente entre a população e o espaço físico que esta ocupa, reforçando a coesão social e territorial, para que neste processo se identifiquem as potencialidades e se construam os caminhos para o desenvolvimento sustentável. Segundo informações do site do Ministério:

a abordagem territorial não significa apenas uma escala dos processos de desenvolvimento a ser considerada, ela implica também um determinado método para favorecê-los. Nela, o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável. (www.mda.gov.br/sdt)

O Ministério do Desenvolvimento Agrário reconhece que o desenvolvimento só será alcançado se múltiplas dimensões forem contempladas no processo de planejamento territorial. Dessa forma, destacam-se as dimensões econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental.

Ainda segundo informações do site do Ministério os territórios foram determinados a partir da concentração espacial de municípios cuja densidade demográfica não seja superior a 80 habitantes/km², e cuja população seja inferior a 50.000 habitantes. Depois de selecionados, foram ordenados através da concentração de agricultores familiares e famílias assentadas em projetos de reforma agrária.

É nesse contexto que a Bahia cria o projeto “Territórios de Identidade”, adotando a idéia de “Territórios” como unidade de planejamento e monitoramento do conjunto das políticas articuladas, através da Secretaria de Agricultura em parceria com a sociedade e organizações do Governo Federal.

O Governo da Bahia passou a reconhecer, em seu Planejamento Territorial, a existência de 26 Territórios de Identidade, a saber: Sisal, de Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Piemonte do Paraguaçu, Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Itapetinga, Vale do Jequiariá, Oeste Baiano, Rio São Francisco, Bacia do Rio Corrente, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Vitória da Conquista, Médio Rio de Contas, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Semi-árido Nordeste II, Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, Portal do Sertão, Recôncavo Baiano, Itaparica, Região Metropolitana de Salvador (RMS) e Salvador, distribuídos conforme o mapa abaixo.



Figura 2: Mapa dos territórios de identidade da Bahia.
 Fonte: http://www.seplan.ba.gov.br/mapa_territorios.html

Esses territórios foram constituídos a partir da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região. A metodologia utilizada foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar segundo informações de Oliveira Filho (2006). Esse sentimento de pertencimento e identidade que relaciona as pessoas ao território em que vivem é tão significativo que Milton Santos define território como “o chão da população, isto é sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi.” (SANTOS apud Filho, 2006).

O Plano Plurianual do Estado da Bahia (2008-2011) reconhece a necessidade de fortalecer as identidades culturais nos territórios, a partir do acolhimento da diversidade, sem esquecer de assegurar a população o acesso a produção e ao consumo de bens culturais. Além disso o plano destaca:

A utilização do conceito de Território de Identidade facilitará a articulação entre as ações desenvolvidas pelo Governo do Estado e os programas federais, com rebatimento no território baiano, bem como a diretriz da integração entre governo e sociedade.[...] Assim, os 26 Territórios de Identidade baianos requerem estratégias diferenciadas de intervenção, que respondam adequadamente aos seus problemas, necessidades e potencialidades. O planejamento governamental pretende, em longo prazo, ser capaz de atender aos princípios de governança e sustentabilidade ampla, contemplando as condicionantes sociais, econômicas, políticas e ambientais do desenvolvimento. (PLANO PLURIANUAL DA BAHIA 2008-2011, p.55)

Alguns problemas vêm sendo enfrentados, situações como municípios que tentam migrar de território ou território que tentam modificar o nome. Estas situações são previstas inclusive pelo próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário que, quando criou a divisão dos territórios de identidade, estabeleceu também uma legislação específica³² para tratar destas questões. Até agora, a situação do território de número onze, que antes era chamado de Oeste Baiano foi oficializada. O território passou a se chamar Bacia do Rio Grande e continua abrangendo os mesmos municípios. É importante destacar que:

Nove dos 26 territórios de identidade do Estado fazem parte do programa Territórios de Cidadania do governo Federal e são contemplados com ações prioritárias para o combate à pobreza, especialmente no meio rural. São eles: Itaparica, Semi-Árido Nordeste II, Sertão do São Francisco, Velho Chico, Sisal, Irecê, Chapada Diamantina, Litoral Sul e Baixo Sul. (SECRETARIA DE CULTURA, 2009, p.5)

Sabemos que a regionalização do estado em territórios de identidade não é uma solução definitiva para o planejamento e a prospecção de quaisquer políticas públicas, sejam elas de cultura ou não. Mesmo situando-se entre uma esfera menor de alcance, o município, e outra maior, o Estado, o território de identidade não dará conta de representar e aglutinar de forma satisfatórias todos os conflitos e anseios por desenvolvimento que diferentes indivíduos e grupos almejam. Porém, a proposta dos territórios de identidade pode ser vista como um avanço no sentido de pensar o Estado em sua vasta extensão territorial e na amplitude das políticas que precisam atender a todas essas demandas.

32 Os documentos estão disponíveis no site: www.mda.gov.br/sdt

4.3 Gestão da Cultura

A preocupação com a gestão da cultura já foi anunciada diversas vezes em pronunciamentos oficiais de dirigentes do Governo Wagner, em entrevistas e também em documentos oficiais. O texto que segue é parte do relatório de atividades oficiais do primeiro ano do governo Wagner. Observemos:

O desafio de mudar a “cultura da cultura” implica em dois movimentos concatenados: disseminar e permanentemente reavaliar idéias, conceitos e métodos, e criar uma base institucional capaz de tornar a política cultural uma questão de Estado, para além de períodos de governo.

No primeiro, o diálogo e a participação social são essenciais. A existência de canais, instâncias e mecanismos de consulta, escuta e articulação dão qualidade às políticas públicas e apoia seu permanente refinamento no sentido de construir objetivos e eleger as estratégias adequadas. Isso requer convicção de propósitos e métodos eficazes para que processos participativos não se transformem em panacéias descoladas de processos de gestão.

No segundo movimento, o foco é a **organização de uma base institucional adequada, representada pelo fortalecimento dos organismos de cultura e por uma rede de relações entre esferas de governo, poderes de Estado e sociedade civil, bem como por um arcabouço legal de sustentação para fomento, financiamento, exercício profissional, celebração de parcerias e intercâmbios, proteção de bens tangíveis e intangíveis, reservas orçamentárias e incentivo à economia da cultura.**³³ Essa base institucional deve acompanhar os avanços conceituais contemporâneos e aderir às necessidades específicas dos segmentos culturais e seus agentes e criadores, incluindo-se aí aqueles tradicionalmente alijados do acesso a mecanismos de apoio governamental, como indígenas, quilombolas e comunidades pobres urbanas e rurais. (RELATÓRIO OFICIAL GOVERNO DA BAHIA, 2007, p. 163)

Este objetivo reúne uma série de ações capazes de orientar atividades no sentido de organizar uma base institucional para gerenciar a cultura como expresso no próprio relatório. Esse é um desafio que merece ser considerado, primeiro porque trabalha na perspectiva de pensar a cultura a partir dela mesma, ainda que promova intercâmbios, debates e parcerias com outras áreas. Segundo porque busca destacar a necessidade de fortalecer os organismos já existentes e promover uma articulação em rede através das diversas instâncias como a federal, a territorial e a municipal, seguindo a tendência trazida pelas políticas culturais a partir do governo Lula/ Gil, com a proposta do Sistema Nacional de Cultura; terceiro porque se propõe

33 Grifo nosso

a realizar este processo levando em consideração o diálogo e a participação social. Os próprios relatórios de governo organizam sob a nomenclatura de “Gestão Cultural” alguns pontos que são considerados como objetivos de governo a exemplo da implantação do Sistema Estadual de Cultura. Fazem parte também deste eixo o Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura, os Encontros Territoriais e Municipais de Cultura, as Conferências Estaduais de Cultura, a gestão de espaços culturais e o sistema de informações culturais. Segundo uma cartilha criada pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (2009):

O Sistema Estadual de Cultura é a integração e articulação, em âmbito estadual, de agentes, gestores, dirigentes, conselhos e sociedade civil, em torno de políticas, instrumentos de planejamento, mecanismos de fomento, ações, órgãos e entidades públicas e privadas ligadas à cultura, com o objetivo de promover o desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos culturais. O Sistema Estadual de Cultura deve manter diálogo permanente com Sistema Nacional de Cultura e os Sistemas Municipais de Cultura, com o intuito de desenvolver mecanismos de relacionamento transversal com outros organismos e áreas da administração pública, como educação, meio ambiente, turismo, desenvolvimento urbano, desenvolvimento rural e saúde. (SECRETARIA DE CULTURA, 2009, P.5)

Seguindo o exemplo do governo federal, a Secretaria de Cultura da Bahia enviou em 2007, durante o I Encontro de Dirigentes Municipais da Cultura, uma minuta do “Protocolo de Intenções visando o desenvolvimento de condições institucionais para implantação do Sistema Estadual de Cultura”. É através da assinatura deste termo que os municípios se comprometem, junto com o governo do estado, a realizar uma cooperação intermunicipal. Com a assinatura do termo, município e estado assumem uma série de compromissos dentre os quais estão: a criação de um órgão específico para a Cultura, dos Conselhos Municipais de Cultura, de Planos Municipais, de um sistema de financiamento específico e a realização periódica da conferência municipal. Segundo dados do site da SECULT em 2 de dezembro de 2010, até agora 349 municípios já assinaram o termo de adesão e foram prestadas consultorias técnicas a 128 prefeituras para a criação de órgãos, conselhos e fundos de cultura. Nesta mesma nota a SECULT informa:

O Perfil dos Municípios Brasileiros de 2009 indica que o percentual de secretarias municipais de cultura mais do que dobrou em relação a 2006, passando de 2,6% para 7,0% na Bahia. Com relação a Conselhos Municipais de Cultura foi constatada uma tendência de crescimento. Em 2006, na Bahia, 6,5% dos municípios tinha Conselhos de Cultura, proporção que atinge 11,5%

em 2009. (<http://www.cultura.ba.gov.br/2010/12/02/forum-de-dirigentes-municipais-de-cultura-da-bahia-comemora-novo-momento-com-a-criacao-da-adimcba/>)

O Sistema Estadual de Cultura tem como coordenador executivo a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e é composto pelas entidades descentralizadas (Fundação Cultural da Bahia (FUNCEB), Fundação Pedro Calmon (FPC), Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB); pelo Conselho Estadual de Cultura, Conselho Municipais e Territoriais, Câmaras Setoriais; por organismo municipais de cultura através do Fórum de Dirigentes Municipais da Cultura; por instâncias e mecanismos de cooperação intermunicipais na área cultural, além de sistemas setoriais da cultura do Estado, a exemplo do sistema de arquivos, bibliotecas e museus. O sistema tem como princípio respeitar a autonomia financeira e administrativa de todos os órgãos públicos e privados que o compõem e adota como mecanismos de gestão: o plano estadual e os planos de desenvolvimento territorial de cultura, as leis de incentivo e financiamento da cultura instituído ou geridos pelo Estado; as instâncias consultivas à sociedade como a conferência de cultura; os programas especiais de cultura, os sistema de informações culturais e o Fórum de Dirigentes Municipais da Cultura.

O Fórum de Dirigentes Municipais da Cultura³⁴ foi criado em 2007 durante o I Encontro de Dirigentes Municipais da Cultura e é uma instância consultiva e opinativa sobre as políticas culturais na esfera territorial e estadual, que congrega dirigentes de órgãos e fundações culturais, além de secretários municipais. Ele é composto por uma diretoria executiva (presidente, vice-presidente e secretário executivo), por um colegiado, do qual fazem parte os representantes de todos os município baianos, e por um conselho territorial que reúne 26 representantes dos territórios de identidade. Segundo Canedo (2008), durante o primeiro

34 A diretoria eleita para o mandato 2010-2012 é composta por: Presidente: Normelita Oliveira da Silva (Ipirá/Bacia do Jacuípe); Vice-Presidente: Carlos Renildo Gonçalves da Silva (Cícero Dantas/Semi Árido-Nordeste II); 1º Secretário: Maurício dos Santos Corso (Ilhéus/Litoral Sul); 2º Secretário: Antonio Lírio de Oliveira (Lauro de Freitas/Região Metropolitana de Salvador); 1º Tesoureiro: Edmar Vieira de Almeida (Maracás/Vale do Jequiçá); 2º Tesoureiro: Ricardo Santos Bonfim(Gandú- Baixo Sul); Coordenador de Comunicação: João Bosco Moreira Fernandes (Barreiras/Bacia do Rio Grande); Coordenador de Linguagens Artísticas: Weldon Costa Bitencourt (Boa Vista do Tupim/Piemonte do Paraguaçu); Coordenador de Patrimônio: Emílio Carlos Ribeiro Tapioca (Andaraí/Chapada Diamantina); Coordenadora de Livro e Memória: Adriana Lopes Sturaro (Itapicuru/Agreste de Alagoinhas-Litoral Norte); Conselho Fiscal - Presidente: Mauricio Gomes da Silva (Itapetinga/Itapetinga); 1º Membro: Maria da Glória da Costa Lira (Paulo Afonso/Itaparica); 2º Membro: Maritza Danielle Silva Ribeiro (Condeúba/Vitória da Conquista); 1º Suplente: Vanderlei Pereira Dias (Caculé –Sertão Produtivo).

encontro, 139 dirigentes participaram, votando em representantes de 26 territórios e escolheram, através de eleição direta, a coordenação executiva, além de aprovar o regimento do Fórum:

Para a coordenação geral foi eleito o secretário de Cultura de Vitória da Conquista, Gildelson Felício. Para vicecoordenador, Ricardo Bitencourt (de Senhor do Bonfim) e para secretário Cláudio Bonetti (de Santa Cruz Cabrália). Nas coordenações temáticas, foram eleitos: Júlio César Oliveira (Valença) para Articulação e Integração; Weldon Bitencourt (Boa Vista do Tupim) para a Política Sócio-Cultural; Marcelo Souza (Camacã) para Produção Cultural; e Fátima Fróes (Salvador) e Pitágoras Luna (Seabra) para Patrimônio Artístico e Arqueológico. (CANEDO, 2008, p.87)

No segundo semestre de 2011, o fórum ganhou personalidade jurídica e passou a se chamar de Associação dos Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia (ADIMCBA), que continua cumprindo a função de promover o diálogo entre os municípios e os governos estadual e federal, nas questões referentes à política cultural. Segundo informações disponíveis no site da SECULT:

A institucionalização do Fórum foi um passo importante para o fortalecimento da política de descentralização das ações propostas pela Secretaria de Cultura do Estado – SecultBA. Agora, como ADIMCBA, será possível firmar convênios, participar de editais e realizar um Plano de Trabalho nos Territórios, atendendo as demandas locais. Para isso, na diretoria executiva da ADIMCBA, que é formada por dez municípios, existe quatro coordenações: Livro e Memória; Comunicação; Patrimônio e Linguagens Artísticas. As demandas serão levantadas através do conselho territorial que é formado por um dirigente de cada território de identidade. (<http://www.cultura.ba.gov.br/2010/12/02/forum-de-dirigentes-municipais-de-cultura-da-bahia-comemora-novo-momento-com-a-criacao-da-adimcba/>)

As conferências representam dentro do Sistema Estadual de Cultura as instâncias de consulta à sociedade. São espaços importantes, onde é possível debater com membros da sociedade civil, representantes do setor cultural, conselheiros e representantes do governo propostas para as políticas culturais e também rever os encaminhamentos de anos anteriores. As conferências são bienais e configuram-se como momentos importantes na elaboração de políticas públicas de cultura, pois consideram a participação da população no processo de formulação e acompanhamento das políticas culturais.

A Bahia já passou por três conferências na área de cultura. A primeira aconteceu em 2005, ainda durante o governo de Paulo Souto, mas não obteve muito alcance. Segundo dados dos relatórios oficiais do governo, poucos municípios baianos estiveram envolvidos no processo. Observe os dados que Canedo apresenta em sua análise:

Na Bahia, apenas 21 municípios estiveram envolvidos em conferências municipais e intermunicipais de cultura, o que representa 5% das 417 cidades. Foram realizadas conferências municipais em Alagoinhas, Água Fria, Una, Barra do Mendes, Souto Soares, Itaberaba, Amargosa, Camaçari, Salvador, Lauro de Freitas, Maragogipe Nazaré e Utinga. No total, foram 13 Conferências Municipais com 1.839 pessoas presentes, perfazendo uma média de 141 participantes por conferência. Também foi realizada a Conferência Intermunicipal da Microrregião de Valença, que contou com a presença de 112 representantes dos municípios de Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença. Portanto, foram realizadas 14 conferências envolvendo 21 municípios, com a participação de 1.951 pessoas e médias de 139 participantes por conferência. [...] Na 1ª Conferência Estadual, realizada nos dias 28 e 29 de novembro de 2005, no Centro de Convenções de Salvador, estiveram presentes 248 pessoas, sendo 168 representantes da sociedade civil e 80 dos poderes públicos, do governo estadual e de 54 municípios. (CANEDO, 2008, p.90)

No governo Wagner aconteceram duas Conferências Estaduais de Cultura. Ambas foram organizadas contando com etapas municipal, territorial e estadual. Além disso, essas etapas envolveram encontros setoriais de áreas como cultura popular, cultura indígena, livro e leitura, bibliotecas, museus, arquivos e expressões artísticas. Todas essas etapas configuram o momento que antecede a Conferência Estadual propriamente dita e fazem parte do momento chamado de Pré-Conferência.

A II Conferência Estadual da Bahia foi realizada em 2007, no Campus da Universidade Estadual de Feira de Santana. Participaram dessa segunda conferência 2.042 pessoas, desse total 534 participantes eram delegados que representaram 269 municípios baianos. Além de contar com um significativo aumento de representantes municipais em relação a I Conferência, a segunda Conferência Estadual configurou-se enquanto um momento importante, pois uma nova gestão estava se iniciando e o setor cultural, a sociedade civil e o governo tiveram a oportunidade de elencar suas prioridades, debater propostas, promover uma maior articulação do setor.

Várias das indicações e propostas construídas durante a II Conferência Estadual de Cultura serviram de orientação para ações do governo, para criação de projetos, novas formas de financiamento, dentre outros aspectos. O trabalho da pesquisadora Daniele Canedo (2008) fornece um horizonte muito interessante de como foi construído o processo desta segunda

conferência, apontando caminhos metodológicos para construção dos encontros, prioridades dos territórios e depoimentos dos participantes. A III Conferência Estadual da Cultura aconteceu em 2009, no Centro de Convenções de Ilhéus, e segundo dados do relatório oficial de governo:

[...] envolveu 50.448 pessoas em todo o processo. No evento estadual estiveram presentes 238 municípios e 1.566 participantes (57,07% dos municípios baianos e 64,67% dos municípios que realizaram conferências), 110 titulares e 31 suplentes da sociedade civil, 122 titulares e 38 suplentes do poder público, nove conselheiros estaduais de cultura, 19 painelistas e 1.265 ouvintes. Artistas, produtores, agentes, conselheiros, gestores, estudiosos, pesquisadores, investidores e demais protagonistas da cultura dialogaram e deliberaram sobre as prioridades estadual e nacional de cada um dos 16 sub-eixos propostos pelo MinC, além da discussão sobre a proposta da Lei Orgânica da Cultura. Todo o processo da III Conferência Estadual de Cultura foi registrado para acompanhamento pelo público em geral através do blog <http://blogdaconferencia.com>. (RELATÓRIO OFICIAL DO GOVERNO, 2009, p. 166)

A partir dos dados apresentados no relatório, podemos observar um processo crescente de participação da população do estado de uma forma geral, proporcionado pelas etapas preparatórias (municipais e territoriais) para a realização da III Conferência, foram mais de 50 mil pessoas participantes. Porém, é importante notar que o número de representantes municipais presentes na terceira Conferência Estadual de Cultura (238) foi menor em relação a segunda (269), embora não fique claro o motivo dessa redução.

Outra instância importante de consulta à sociedade elaborada pela Governo Wagner, ainda em implantação, é o Sistema de Informações e Indicadores em Cultura (SIIC), uma base de dados disponível na Internet, permitindo assim atualização constante, utilização pública dos dados e a formação de redes setoriais de forma mais fácil. A proposta do SIIC tem como objetivo organizar informações disponibilizadas pela sociedade civil, instituições públicas e privadas, pelos gestores culturais dos municípios, governo estadual e federal, e está organizada em três eixos de conteúdo: Cadastro Cultural, Gestão Cultural, Estudos e Pesquisas. Já foi concluída a primeira etapa do módulo de Cadastro Cultural que, como o próprio nome diz, consiste no cadastro de informações sobre agentes culturais e de projetos com dados referentes a identificação, localização, atividade econômica e área de atuação.

O SIIC é resultado de demandas elencadas junto ao setor cultural durante as Conferências Estaduais de Cultura. Segundo dados do relatório de governo (2009), no módulo Gestão Cultural, a SECULT está realizando uma pesquisa que busca realizar um levantamento

“de preços-padrão de itens que compõem as despesas típicas dos projetos culturais, que tem como objetivo construir um cadastro de fornecedores de bens e serviços culturais com cotação de preços desses itens”.

Este mesmo relatório indica que em 2009 foi firmado um convênio com o Ministério da Cultura, no valor de R\$ 780 mil reais, para o desenvolvimento de um sistema piloto na Bahia, que deverá servir de referência para os outros estados brasileiros. Este convênio, que inclui um estudo setorial da área musical e uma pesquisa sobre o uso do tempo livre, tem como objetivo principal “criar um aplicativo modelo de informações em cultura, que reúna estatísticas e indicadores culturais de forma integrada e continuada”. Segundo dados da SECULT :

O SIIC visa suprir a lacuna de informações relacionadas à cultura e para isso é fundamental a soma de esforços entre municípios, estados e união a fim de desenvolver e produzir uma base consistente de informações relacionadas ao setor, de modo a fomentar estudos, pesquisas, publicações e gerar insumos para a formulação de políticas públicas adequadas para a gestão e valorização do setor cultural.

A formulação de políticas para o setor cultural sob a perspectiva da economia e da cidadania exige que se conheça com precisão a capacidade de geração de riqueza das atividades culturais e o seu impacto nas condições de vida da população. Para isso, é preciso estruturar um sistema de informação consistente e confiável.

[...] Além disso, o Sistema de Informações e Indicadores em Cultura possibilitará que os números e as estatísticas nos auxiliem a trilhar um caminho mais autônomo rumo ao desenvolvimento e afirmem operacionalmente a cultura como uma dimensão essencial da economia e da cidadania brasileira. (<http://www.cultura.ba.gov.br/sistema-de-informacao-em-cultura>)

Embora tenha sido criado pelo Governo Wagner, o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) demanda tempo para sua plena implantação, já que depende de fontes múltiplas de informação (sociedade civil, estado e mercado). Porém, a sua implantação, funcionamento e utilização garantirá uma aproximação maior da Secretaria com a sociedade, tanto para o fornecimento de dados quanto para recebimento de projetos, propostas e informações culturais. Além disso, as informações, dados e indicadores consolidados a partir do SIIC possibilitarão um planejamento embasado numa dimensão mais realista do setor cultural baiano.

Podemos notar que as ações referentes a Gestão Cultural do Governo Wagner estão inter-relacionadas por uma visão de política cultural de estado, que transcende a política de governo, circunscrita aos mandatos políticos. Sendo assim, Sistemas, Fóruns e Conferências de Cultura são instrumentos e espaços de formulação e implantação de políticas culturais que demandam tempo para se consolidarem, mas que são elementos estratégicos para o

desenvolvimento de uma política de estado. Dessa forma, a criação e implantação desses instrumentos de gestão demanda um tempo que pode ultrapassar a gestão que o criou e sua manutenção e alimentação depende de uma continuidade dessa política.

4.4 Dinamização dos Espaços culturais

A preocupação com os equipamentos culturais também está presente na gestão Wagner, que aponta a otimização do funcionamento e a ampliação de espaços e equipamentos culturais nos ambientes urbano e rural como um de seus objetivos. No capítulo anterior, nos dedicamos a analisar a ocupação dos equipamentos a partir da quantidade de eventos e a frequência do público alcançada, para fins comparativos, já incluímos nesta análise anterior os dados referentes ao período compreendido entre 2003 e 2009. Propomos-nos, agora, a construir uma reflexão referente à gestão desses espaços.

A SECULT é responsável pela gestão de equipamentos culturais localizados em toda Bahia. A administração destes espaços divide-se basicamente entre três órgãos: FUNCEB - responsável por galerias, teatros, centro culturais e cine-teatros; IPAC- responsável pelos museus e a FPC – responsável por arquivos e bibliotecas. O problema da concentração de equipamentos em Salvador e região metropolitana permanece, sendo reconhecido pela secretaria que indica em seu relatório de atividades:

Somando-se a outros equipamentos culturais públicos e privados, a quantidade ainda é insuficiente e concentrada em Salvador e em onze cidades do interior. A instalação e manutenção de novos espaços – justa reivindicação dos bairros mais afastados da capital e da maioria dos municípios é medida de longo prazo e exige uma engenharia financeira específica, além de uma concepção arquitetônica mais moderna, capaz de abrigar múltiplas atividades culturais. Nessa perspectiva, dinamizar os espaços existentes é tarefa primordial. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2007, 2008, p. 180)

A concentração de equipamentos culturais está localizada numa área emblemática da cidade de Salvador que compreende o Centro Histórico da cidade. Na gestão Wagner esta região, que abriga equipamentos culturais como teatros, cinemas, museus, igrejas, arquivos e bibliotecas, passou a ser pensada de outra maneira. Passou a se chamar Centro Antigo de Salvador³⁵ (CAS) e a englobar a região do Centro Histórico (CHS) e do seu entorno, que

³⁵ No anexo I deste trabalho é possível visualizar um mapa que mostra quais áreas compõem o Centro Antigo de Salvador.

abrange onze bairros: Centro Histórico, Centro, Barris, Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho, Macaúbas, parte do espigão da Liberdade, Comércio e Santo Antônio. O Centro Antigo de Salvador abrange uma área de 8 km² e abriga, aproximadamente, 80 mil habitantes. (PLANO DE REABILITAÇÃO PARTICIPATIVO, 2009).

A nova estratégia de gestão do Centro Antigo de Salvador passou a contar com um Conselho Gestor, composto pela Unesco, Governo Federal, Governo do Estado e Prefeitura Municipal, formando um modelo de governança tripartite que se tornou realidade com a implantação do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador – ER/CAS, situado na Rua Gregório de Mattos, nº 41, Pelourinho. A implantação do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador é uma iniciativa inédita de criar um espaço de conciliação de todas as ações, propostas e programas voltados para o Pelourinho e seu entorno, envolvendo as três esferas de governo, moradores, comerciantes, empresas e representantes de instituições. Todo o trabalho do Escritório será acompanhado e avaliado pelo Conselho Gestor do Centro Antigo, presidido pelo secretário de Cultura e composto pelos secretários estaduais do Desenvolvimento Urbano, Turismo, Promoção da Igualdade e Segurança Pública. (RELATÓRIO OFICIAL DE ATIVIDADES DO GOVERNO DE 2007, 2008, p. 167)

O Escritório de Referência foi responsável por elaborar o Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador, que consiste em um planejamento estratégico de gestão. Em 2009, o projeto recebeu o Prêmio Caixa Melhores Práticas em Gestão Local permitindo, assim, sua indicação ao prêmio Best Practices, além da participação na 5ª sessão do Fórum Urbano Mundial promovidos pela ONU. O Plano é fruto de um convênio entre a UNESCO, governo do Estado e prefeitura, tem foco em diversas áreas como social, econômico, ambiental e cultural e foi elaborado de maneira participativa como o próprio nome sugere. Contempla um diagnóstico importante da área e apontou, entre outros aspectos, que muitos dos equipamentos culturais localizados no CAS ficam fechados nos finais de semana e feriados, dificultando, assim, o acesso da população. Indicou também a necessidade de fornecer uma estrutura audiovisual e tecnológica aos equipamentos culturais, possibilitando o desenvolvimento de novas atividades, inclusive na área museológica, de acordo com as tendências contemporâneas; a capacitação de funcionários que atuam com visitantes e principalmente projetos que estimulem o processo de reapropriação cultural do espaço pela população e não só pelos turistas. Como investimento recentes, o governo estadual implementou uma nova iluminação pública na área e planeja iniciar o projeto para construção das habitações para os moradores da Vila Esperança, antiga favela da Rocinha, que recebeu o Prêmio IAB São Paulo como o melhor projeto de habitação com interesse social. Mas o fato é

que os problemas que envolvem esta região são complexos, a exemplo da segurança pública, pois é uma zona turística da cidade e, como tal, comporta problemas que normalmente se associam ao Turismo, como tráfico de drogas e prostituição. Por isso, além de pensar em ações que possam dinamizar o Centro Antigo, mas não na perspectiva de um shopping a céu aberto, como pretendiam os governos carlistas, é preciso pensar o local como área residencial. Todas estas questões ainda precisam ser enfrentadas, uma vez que são problemas que não se resolvem em curto prazo e demandam, além de investimentos, ações concretas e articuladas.

Fora desta área de concentração de equipamentos, temos o Centro Cultural Plataforma, localizado na periferia de Salvador, que tinha sido reformado na gestão anterior, foi reaberto em junho de 2007, com capacidade para 200 pessoas e contando com três salas para ensaio e com infra-estrutura de luz, som e projeção de vídeo. A administração do Centro Cultural de Plataforma segue um modelo que busca envolver a comunidade, configurando-se como um processo de gestão participativa. A coordenadora do Centro foi eleita pelo Fórum Comunitário do Subúrbio, entidade composta por 25 grupos socioculturais que atuam na região. Os técnicos que trabalham no Centro também são moradores de Plataforma ou de seu entorno.

Este processo que busca articular moradores, artistas, grupos culturais, pontos de cultura, vem sendo estimulado em outros espaços administrados pela SECULT como no Espaço Cultural Alagados, Casa da Música (Itapoã), Casa de Cultura de Mutuípe e Cine-Teatro Solar Boa Vista. O relatório de ações da FUNCEB (2007-2008) cita o caso da Casa de Cultura de Mutuípe que, em parceria com a Associação Capoeira Axé Bahia, abriga o Ponto de Cultura Vale do Jiquiriçá e realiza manifestações populares como samba de roda, maculelê e dança afro, além de promover atividades de formação em capoeira.

Ainda no que diz respeito à gestão, três dos equipamentos culturais localizados no interior – Casa de Cultura de Mutuípe (Prefeitura Municipal de Mutuípe), Centro de Cultura Amélio Amorim³⁶ (Universidade Estadual de Feira de Santana) e Centro de Cultura Antônio Carlos Magalhães (Prefeitura Municipal de Jequié) - firmaram convênio com a FUNCEB, Universidades e Prefeituras com o objetivo de custear os espaços e promover uma maior dinamização na ocupação. Em outubro de 2009, o Centro de Cultura Amélio Amorim (Feira de Santana) voltou a ser administrado pela FUNCEB. A SECULT também realizou ações de

36 No convênio de cooperação técnica e administrativa firmado em julho de 2007 entre a SECULT e a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), responsável pelo equipamento desde 2000, estabeleceu-se que a UEFS manteria o centro em funcionamento, reservando 70% da pauta para atividades artístico-culturais e 20% da pauta para atividades propostas, produzidas, patrocinadas ou apoiadas pela SECULT/FUNCEB.

requalificação nos equipamentos culturais com a aquisição de equipamentos e obras na estrutura física, reparos elétricos e hidráulicos.

Foram realizadas reformas no Centro de Cultura Olívia Barradas (Valença) e no Centro de Cultura de Alagoinhas; conserto e manutenção do sistema de climatização do Centro de Cultura Adonias Filho (Itabuna), Cine-Teatro Solar Boa Vista, Teatro Dona Canô (Santo Amaro) e Centro de Cultura de Alagoinhas; aquisição de ar condicionado para o Cine-Teatro Lauro de Freitas e contrato de manutenção preventiva para o Centro Cultural Plataforma, Cine-Teatro Solar Boa Vista e Teatro Dona Canô (Santo Amaro); conserto de coberturas e instalação de forros no Cine-Teatro Solar Boa Vista e no Cine-Teatro de Lauro de Freitas. Foram adquiridos 13 sistemas completos de iluminação e sonorização para os seguintes espaços: Centro de Cultura Camillo Jesus Lima (Vitória da Conquista), Centro de Cultura ACM(Jequié), Centro de Cultura Adonias Filho (Itabuna), Centro de Cultura de Porto Seguro, Centro de Cultura Olívia Barradas (Valença), Centro de Cultura Amélio Amorim (Feira de Santana), Centro de Cultura de Alagoinhas, Centro de Cultura João Gilberto (Juazeiro), Cine-Teatro Lauro de Freitas, Cine-Teatro Solar Boa Vista, Espaço Xisto, Espaço Cultural Alagados e Casa da Música; além de 19 câmeras digitais, 19 projetores multimídia, 14 aparelhos de DVD e 18 computadores e impressoras. Estas intervenções e aquisições totalizaram um investimento de mais de R\$ 1,5 milhão (RELATÓRIO FUNCEB 2007-2008, 2009, p. 66)

Segundo dados do relatório de governo de 2007, foram redefinidas as equipes de assistentes administrativas e coordenadores dos centros culturais, com o intuito de integrar as coordenações profissionais capazes de dialogar com a comunidade local. Este mesmo relatório atribui à mudança na gestão dos espaços ao aumento na frequência de público em torno de 18,4% entre dezembro de 2006 e novembro de 2007. O relatório indica ainda que as despesas referentes aos serviços de água, luz e telefonia caíram em 43% nos equipamentos da capital e 37% nos do interior em relação a 2006.

A FUNCEB aponta também a realização de cursos de capacitação profissional para os coordenadores, técnicos e assistentes dos equipamentos culturais. O primeiro treinamento aconteceu em dezembro de 2007 no Conselho Estadual de Cultura e no Centro Cultural de Plataforma, quando foi apresentado o Manual de Gestão dos Espaços Culturais da FUNCEB, que visa trazer orientações sobre rotinas administrativas e técnicas; leis e impostos; normas de funcionamento dos espaços culturais; atribuições dos coordenadores, assistentes e técnicos; critérios para cessão de pautas; orientações relacionadas à área de comunicação, dentre outros aspectos. Em maio de 2008, foi realizado outro treinamento em Valença, no Centro de Cultura Olívia Barradas, e em outubro de 2008, a capacitação aconteceu em Juazeiro, no Centro de Cultura João Gilberto. Segundo a FUNCEB os encontros são realizados em cidades diferentes

permitindo que os coordenadores possam conhecer outras realidades em diferentes territórios de identidade.

O Complexo Castro Alves, o equipamento cultural mais importante da Bahia, também passou por mudanças durante a gestão de Wagner. Em 2007, ano em que comemorou 40 anos, o foco das ações esteve na dinamização da programação. Foram promovidos 78 espetáculos e realizadas diversas atividades comemorativas entre elas a exposição “40 em 40 – 40 anos em 40 minutos”, produzidas a partir das pesquisas de oito cineastas que tiveram acesso aos arquivos do teatro. Foram realizados oito curtas-metragens de cinco minutos cada, relatando as memórias das pessoas que fizeram parte da história do TCA. Em 2008, as ações se voltaram para requalificação técnica e formação. O Centro Técnico do TCA foi transformado em um Centro de Referência em Engenharia do Espetáculo, responsável pela qualificação de profissionais em diversas áreas, além de promover o arquivamento, catalogação e documentação para ser disponibilizado a pesquisadores, técnicos e artistas. Neste mesmo ano, foi criado o projeto Neojibá, considerada uma ação prioritária dentro da SECULT:

O projeto Neojibá, ação prioritária da SECULT, residente no TCA, é composto de 130 músicos, divididos em Orquestra Sinfônica Juvenil Dois de Julho – OSJDJ e Orquestra Pedagógica Experimental –OPE. As atividades acontecem diariamente, à tarde, nas dependências do Teatro Castro Alves.

A OSJDJ tem 80 integrantes, de 13 a 24 anos, e vem se apresentando regularmente desde outubro de 2007. Os ensaios gerais são coordenados por músicos profissionais e os ensaios de naipe de cada instrumento são de responsabilidade dos jovens monitores

[...] Músicos da Osba também participam, periodicamente, dando apoio técnico aos naipes ou particularmente a algum dos integrantes do Neojibá que necessite de reforço.

A OPE conta com 50 pequenos músicos, de 8 a 16 anos, que recebem o apoio técnico dos monitores da orquestra juvenil e de músicos da Osba. A OPE realiza ensaios, aulas de percepção e teoria musical para aprimoramento técnico para ingressar na OSJDJ. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO GOVERNO ESTADUAL DE 2008, 2009, p.230)

Em 2009, a gestão do Neojibá foi transferida para a Associação Amigos das Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia e do Neojiba (AOJIN), que é uma organização do terceiro setor, que atua sob a supervisão da FUNCEB. Através deste contrato, a associação recebe recursos do governo à medida que realiza as ações estabelecidas no Plano de Trabalho do Contrato de Gestão. Esta parceria foi firmada no intuito de publicizar os gastos do governo do estado nessa área. Segundo dados do relatório de governo, a partir desta experiência foi adotado o mesmo modelo de gestão no complexo educacional Cidade do Saber, em Camaçari. “No Brasil,

somente o Estado de São Paulo já registra 38 espaços e programas culturais publicizados, a exemplo da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo – OSESP, da Pinacoteca do Estado e do Museu da Língua Portuguesa” (RELATÓRIO OFICIAL DE ATIVIDADES DO GOVERNO 2009, 2010, p. 374).

Neste mesmo ano, o TCA pautou suas ações no fortalecimento de atividades de formação profissional e inclusão da população, através de Projetos como Domingo no TCA, que é um projeto que visa proporcionar apresentações de diversas linguagens com preço popular de R\$1, nas manhãs de domingo na sala principal do complexo. Foram promovidas ações também de formação de platéia para OSBA e para o Balé do Teatro Castro Alves (BTCA), que em 2009 enfrentou uma crise.

Em 10 de março de 2009 o jornal A Tarde publicou uma carta aberta ao governador Jaques Wagner, cujo título “Bailarinos do TCA oficializam insatisfação com atual gestão” já demonstra a opinião do corpo de baile. No texto, os bailarinos questionavam a gestão sobre o cancelamento do Projeto BTCA 25 anos, quando foi cancelada a tournée nacional e pelo interior do estado da companhia e foram devolvidos cerca de R\$ 300 mil aos patrocinadores Petrobrás e Visa. Além disso, a não divulgação na imprensa baiana da participação do BTCA no Festival de dança Wolfsburguer na Alemanha em 2006, quando o balé foi elogiado pela crítica especializada e pelo público, figurou entre outras queixas. O jornal A Tarde publicou, em outra matéria, uma carta assinada pelo secretário de cultura Márcio Meirelles onde ele afirma perplexidade com o documento e entre outros aspectos esclarece:

Ao contrário do que afirma a carta, o BTCA, em 2008, demonstrou vitalidade ao estrear três novos espetáculos e remontar uma das primeiras coreografias de seu repertório, tendo se apresentado no Teatro Castro Alves e em outros municípios da Bahia, com um aporte de recursos da ordem de R\$2,5 milhões. (Jornal A Tarde, Secretário Márcio Meirelles responde acusações do BTCA, 11 de março de 2009)

O debate público estabelecido entre o BTCA e o governo do Estado demonstra a insatisfação de uma classe importante dentro dos segmentos culturais baianos. As reivindicações tocam aspectos que vão além do financiamento público, perpassam por duras críticas quanto ao posicionamento assumido pelo Governo Estadual no que toca a ausência da publicização das realizações internacionais da companhia, desrespeito as atividades realizadas, ausência de apoio ao setor de dança no Bahia, perda de autonomia na condução das atividades, também a ausência de um espaço de diálogo concreto entre o governo e a companhia que é uma referência no setor, e na época já tinha 28 anos de atuação e com aproximadamente 50

montagens apresentadas. O governo apesar de rebater as críticas e de relatar sobre os investimentos financeiros lamentavelmente não esclarece o caso do cancelamento da turnê internacional além de várias outras reivindicações do documento, que contem graves acusações especialmente as tocam as ausências de instâncias de diálogo com o governo, perda da autonomia do grupo, desrespeito ao corpo de baile e os piores índices de apresentações durante o governo Wagner.

Em 2009, foi lançado o Concurso Público Nacional de Anteprojetos de Arquitetura e Complementares para a Requalificação e Ampliação do Complexo Teatro Castro Alves, promovido pela FUNCEB e organizado pelo Departamento da Bahia do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-BA) para Seleção de Projetos Arquitetônicos para requalificação do Complexo TCA. O vencedor foi escritório Estúdio América, de São Paulo, sob coordenação do arquiteto Lucas Fehr. O projeto prevê reformas na sala principal para melhorar sua acústica, construção de um espaço para teatro experimental com capacidade para 150 pessoas, de uma sala de cinema com 200 lugares e uma sala para ensaios e apresentações da Orquestra Sinfônica da Bahia com 300 lugares, além da instalação de uma cobertura retrátil na concha acústica. Os dezoito concorrentes que participaram do concurso nacional tiveram seus projetos divulgados em uma exposição no foyer do TCA.

Na área de arquivos a Fundação Pedro Calmon realizou cursos técnicos visando atualizar profissionais que atuam nos arquivos municipais e também em unidades integrantes do Sistema Estadual de Bibliotecas. O principal curso foi de “Gestão da Informação Aplicada aos Arquivos Municipais” que tem como objetivo uniformizar os procedimentos de gestão documental, garantir a preservação de acervos e divulgar normas e procedimentos técnicos sobre gestão documental, este curso aconteceu em vários territórios de identidade entre 2007 e 2009.

A FPC também promoveu capacitação na área de bibliotecas. Profissionais que atuam em bibliotecas públicas municipais e bibliotecas estaduais receberam capacitação em tratamento de acervos, promoção do hábito de leitura, capacitação para utilização de software livre. Foram promovidos cursos com foco no acesso de deficientes visuais às bibliotecas públicas do estado, curso de Braille e curso de Noções Básicas de Língua Brasileira de Sinais (Libras), para o atendimento às pessoas surdas que frequentam estes espaços. A maior parte das capacitações e também das ações dinamizadoras e fortalecedoras do Sistema Estadual de Bibliotecas ainda estão restritas a capital do Estado, como podemos verificar nos anexos E e F. Este é um dado importante, pois as bibliotecas representam o equipamento cultural em maior

número e presença nos municípios do Estado da Bahia e demonstra que os equipamentos poderiam ter seu uso potencializado diante do grave problema de concentração dos espaços e equipamentos culturais em Salvador e RMS.

A SECULT também promoveu capacitação na área museológica, através do IPAC, visando, sobretudo, reafirmar o papel dos museus como espaços significativos para a promoção de eventos e conhecimentos culturais, ações educativas e de preservação patrimonial. Foram realizadas ações como cursos, capacitações e assistências técnicas. Foram promovidos dois encontros baianos de museus, elaborado o plano pedagógico dos museus vinculados ao IPAC, o guia de “Orientação Técnica Básica para Instituições Museais do Interior da Bahia” e, lançado, em parceria com a Secretaria de Turismo, a Bahiatursa e a Prefeitura de Salvador - o Guia de Museus do Centro Antigo. As ações realizadas na área museológica vêm apontando resultados animadores, o gráfico abaixo demonstra um comparativo entre 2008 e 2009 relativo ao crescimento de público³⁷, a exceção são os espaços que estiveram fechados para reforma como o Museu de Arte da Bahia, o Palácio da Aclamação e o Museu Udo Knoff.

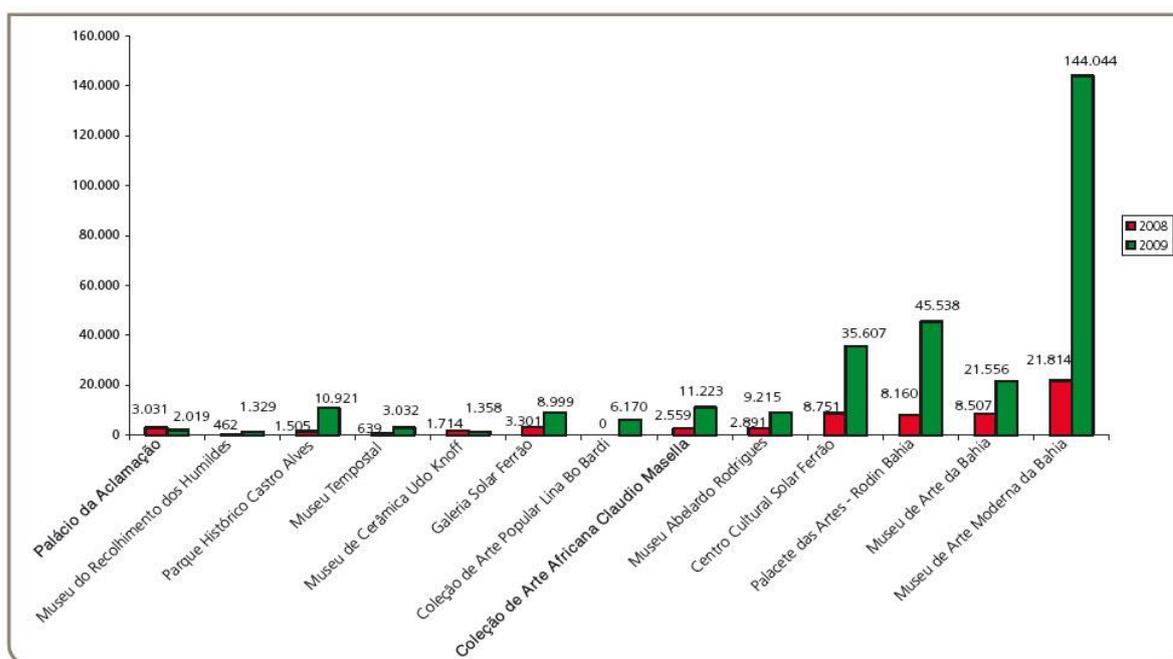


Gráfico 5: Evolução do Público de museus entre 2008-2009
 Fonte: Relatório de Atividades do Governo Estadual de 2009, 2010, p. 389

³⁷ Não é possível fazer um comparativo com o período do governo Souto pois nos relatórios oficiais não existe registros sobre a frequência de público.

Os destaques nessa área de museu são a exposição “Cuide de Você” de Sophie Calle, promovida no MAM em 2009, que teve recorde de público – 40 mil visitantes, a abertura da exposição “Auguste Rodin, Homem Gênio”, com 62 peças em gesso que serão expostas até 2010 no Palacete das Artes, que até dezembro de 2009 teve 21 mil visitantes. Merecem ser lembradas também a reabertura de dois museus: o museu de cerâmica Udo Knoff, reaberto em agosto de 2009, que conta com uma exposição permanente e com um espaço para exposições de curta duração e, o Centro Cultural Solar Ferrão que abriga a Biblioteca Manoel Querino, o arquivo fotográfico do IPAC, uma galeria e três importantes coleções permanentes: a de arte sacra, do Museu Abelardo Rodrigues; a de arte africana da coleção Cláudio Masella e a de arte popular da coleção Lina Bo Bardi:

A coleção, que pertenceu ao advogado pernambucano Abelardo Rodrigues, é uma das maiores de arte sacra do país, com mais de 800 peças eruditas e populares dos séculos XVII à XX, e foi adquirida pelo Governo do Estado da Bahia em 1975. O museu recebeu um público de 4.260 pessoas em 2009 para apreciar a exposição “A Corte Celestial - 25 Anos de Arte e Devoção”.

A exposição de longa duração, Sete Áfricas, é um recorte das mais de mil obras reunidas ao longo de 35 anos, pelo industrial italiano Cláudio Masella. A mostra expressa a pluralidade e o refinamento da produção artística africana, com peças escolhidas entre as mais diversas dessa coleção, doada ao Governo do Estado em 2004, pelo próprio Masella.

Parte do acervo coletado no Nordeste brasileiro entre os anos 1950 e 1960 pela arquiteta italiana Lina Bo Bardi (1914-1992) também está exposto no Solar Ferrão desde março de 2009. Guardadas em depósitos depois do Golpe Militar de 1964, as mais de 860 peças hoje expostas – carrancas, ex-votos, imaginária de culto católico e de matriz africana, cerâmicas, utensílios de madeira, entre outros – apresentam o livre *design* de expressão popular encontrado no Nordeste do Brasil.

Houve a realização de procedimentos técnicos de conservação e intervenção de restauro em aproximadamente 851 peças que compõem a Coleção de Arte Popular – Lina Bo Bardi, da exposição intitulada “Fragmentos: Artefatos Populares, o Olhar de Lina Bo Bardi”. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO GOVERNO ESTADUAL DE 2009, 2010, p 392)

Se buscarmos refletir a dinamização dos espaços culturais a partir do viés territorial proposto pelo governo Wagner verificaremos que a execução da proposta ainda apresenta lacunas significativas. O cenário de concentração de equipamentos existentes na capital do Estado, e em uma parte específica de Salvador não foi alterado. Os planos de expansão dos equipamentos pelo interior também não aconteceram. Observa-se que foram realizados investimentos em reformas e melhorias em diversos equipamentos, bem como propostas novas formas de gestão dos espaços.

Entretanto é necessário registrar que as iniciativas realizadas no interior ainda não são suficientes, tanto no que toca a escassez de equipamentos como teatros, cinemas e museus, como o estímulo ao processo de apropriação de forma potencializada dos equipamentos existentes pela população, a exemplo das bibliotecas e ginásios esportivos, que somam o maior número em presença nos municípios baianos. O incentivo às atividades locais é capaz de revelar novos talentos, valorizar, resgatar e descobrir práticas culturais em diversas áreas artísticas e culturais sejam nas áreas da música, dança, literatura, teatro, artes plásticas, audiovisual, dentre outras.

Sabe-se também que foram promovidas capacitações para uma gestão mais eficiente com cursos em áreas diversas para técnicos, assistentes e coordenadores de equipamentos culturais. Contudo não existe um processo de capacitação permanente, sendo portanto, difícil alterar um cenário que apresenta problemas tão antigos. O governo poderia investir em capacitações promovidas através da educação a distância, por ser um instrumento com custo mais baixo, que permitiria o contato contínuo com os gestores dos equipamentos culturais, além de otimizar aqueles que são mais comuns nos municípios baianos como as bibliotecas e os ginásios esportivos.

A parceria efetiva com as bibliotecas e os ginásios deveria se pautar no sentido de compreender e estimular estes espaços como um ambiente propício para promover iniciativas que trabalham com linguagens artísticas híbridas, a exemplo das realizações bem sucedidas no MAM, além de criar um cenário interessante para estimular o processo de formação de platéia que é incipiente no estado como um todo. Apesar de louvável as ações promovidas através do complexo TCA não conseguem atingir um número significativo da população.

4.5 Conjunto ações desenvolvidas

Apesar da Política Cultural formulada pelo governo Wagner seguir uma linha diferente da Política Cultural adotada pelo governo de Paulo Souto e pelos governos carlistas que compuseram todo o período da SCT, alguns de seus objetivos estratégicos coincidem, como por exemplo, a preocupação com a dinamização dos equipamentos culturais. Em ambos os governos existem também um enfoque na circulação e difusão cultural, além de ações que visam estimular a produção artística e, iniciativas no campo da capacitação; história, memória e patrimônio. É preciso mencionar que em muitos momentos são dados diferentes enfoques e direcionamentos aos projetos a partir das diretrizes seguidas por cada um dos governos, como já mencionamos analisando alguns de seus objetivos estratégicos. Dessa forma, apesar de buscarmos agrupar os projetos desenvolvidos pela SECULT seguindo eixos temáticos

semelhantes aos elaborados por Fernandes (2008) com o intuito de facilitar a comparação entre as políticas culturais foi necessário realizar algumas adequações.

A primeira delas diz respeito a não adoção do eixo “criação de pontos turísticos”, proposto pela pesquisadora e que contempla ações voltadas para recuperação do patrimônio material em Salvador e em algumas cidades do interior da Bahia. Este eixo temático, não foi adotado durante a análise dos projetos desenvolvidos durante o governo de Paulo Souto, pois acreditamos que as ações com foco no patrimônio, principalmente material, mereciam maior espaço e análise mais cuidadosa, já que compreendiam um dos principais objetivos daquele governo, sendo, portanto, analisado no item 3.2.3 desta dissertação. Além disso, acreditamos que uma das principais diferenças entre as políticas culturais analisadas consiste na separação das ações que tinham como foco transformar a Bahia em um produto turístico a partir de seus elementos culturais, reforçando o estereótipo da baianidade, alicerçado entre outros aspectos no patrimônio material. Os projetos voltados para à área de patrimônio realizados durante o governo Wagner foram agrupadas em outro eixo temático. Foi necessário também criar novas categorias que pudessem contemplar projetos surgidos durante o governo petista.

É imprescindível mencionar, que muitos projetos, principalmente os que se referem às iniciativas de animação cultural foram mantidos e que apesar de utilizarmos o eixo temático “circulação e difusão cultural”, aqui ele não segue a proposta de agrupar projetos que tem como intuito levar a cultura erudita a bairros periféricos e a cidades do interior como menciona Fernandes (2008) quando utiliza esta categoria em sua análise. Adotamos então os seguintes eixos: 1) História, Memória e Patrimônio; 2) Animação cultural (espetáculos e eventos); 3) Estímulo à produção artística- concursos, prêmios, editais, selos editoriais e fonográficos; 4) Circulação e difusão cultural; 5) Intercâmbio cultural; 6) Qualificação cultural e 7) Comunicação e Cultura (comunicação institucional).

Optamos por organizar os projetos desenvolvidos dentro do eixo História, memória e patrimônio a partir de três focos principais. Os dois primeiros estão diretamente ligados ao patrimônio. Inicialmente focamos nas ações relacionadas à preservação de sítios históricos, recuperação de bens protegidos, iniciativas ligadas a restauro, recuperação e requalificação. No segundo foco estão às atividades relacionadas a pesquisas, tombamentos, dossiê e registros, além de planos de salvaguarda e dinamização de espaços preservados, contemplando, portanto, projetos ligados também ao patrimônio imaterial. No terceiro foco estão as iniciativas ligadas a história e a memória.

A preservação de sítios históricos continua sendo realizada através de dois grandes programas. O primeiro é Monumenta, que é uma iniciativa do governo federal através do

Ministério da Cultura em parceria com o Governo da Bahia, através do IPAC, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Este programa busca unir preservação do patrimônio com o desenvolvimento econômico e social, e é realizado em cidades históricas que são protegidas pelo IPHAN. Na Bahia, contempla Salvador, Cachoeira, São Félix, Lençóis e cidades da Chapada Diamantina. O segundo é o Programa de Desenvolvimento Turístico (PRODETUR-NE), que busca criar condições para expansão do turismo no Nordeste, ele é realizado em parceria com o Ministério do Turismo e a Secretaria de Turismo.

No eixo dos projetos voltados para as atividades de pesquisa, tombamento, dossiê, registros, planos de salvaguarda e dinamização de espaços preservados podemos destacar a cartilha Salvaguarda de Bens Culturais da Bahia, lançada em 2007 que contempla a relação de bens tombados pelo IPAC, informações dos 26 territórios de identidade e etapas de tombamento. Foram realizadas tombamentos no Palácio da Aclamação, Edifício da Federação Baiana de desporto, Igreja Nossa Senhora de Brotas, Parque São Bartolomeu, Hospital Aristides Maltez, Palácio do Rio Branco, Túmulo de Carlos Mariguela, Cine Teatro Jandaia, Conjunto Arquitetônico da Soledade, Corredor da Vitória, Praça da Inglaterra. Foram elaborados planos para salvaguardar os terreiros Ilê Axé Kalé Bokum, em Plataforma e terreiros Acepó Orilé Eda Ifanjú, no Alto do Peru. No interior também estão sendo feitos estudos em cidades como Feira de Santana (Coreto da Praça Matriz, Paço Municipal e Igreja Nossa Senhora dos Remédios), Euclides da Cunha (Igreja Santíssima Trindade), Livramento de Nossa Senhora (Casarão dos Alcântara), Santo Antônio de Jesus (Sobrado e Fábrica do Engenho Palmeiras), Dom Macedo Costa (Prédio da Prefeitura), São Francisco do Conde (antiga Escola Agrícola e Sobrado do Engenho Cajuíba), Rafael Jambeiro (Casa da Fazenda Paratiji do Barão).

Em termos de patrimônio imaterial a SECULT desenvolveu pesquisas para criação do memorial das baianas, contando com a colaboração da equipe responsável por elaborar o Plano de Salvaguarda do Ofício das Baianas. A festa de Santa Bárbara e o Carnaval de Maragojipe tiveram seus dossiês ampliados e reavaliados. Em 2009, foram indicados para estudos os registros do Carnaval de Salvador e da festa de 2 de julho. Nesse mesmo ano foram feitas notificações públicas para registro da Festa da Boa Morte, que ocorre durante o mês de agosto em Cachoeira e dos desfiles dos Afoxés durante o carnaval. Outra iniciativa que merece destaque é o inventário realizado em Caetité, que busca reunir personalidades e manifestações ligadas ao patrimônio imaterial da cidade como benzedeadas e rezadeiras.

Visando dinamizar os espaços preservados, o projeto de maior repercussão é o de requalificação da Feira de São Joaquim. Foi firmado um convênio com o Ministério da Cultura

no valor de R\$ 1,7 milhão, o projeto pretende definir ações e diretrizes que permitam manter as dinâmicas peculiares a feira, buscando desenvolver sua sustentabilidade. Ainda segundo informações dos relatórios oficiais:

O projeto FSJ exigiu metodologia específica de abordagem em espaços complexos a partir da cultura. Foram desenvolvidas ações estratégicas e diretrizes pautadas no caráter participativo, que deram o tom aos trabalhos e definiram instrumentos de aproximação entre diversos setores envolvidos com a Feira de São Joaquim, quer através da realização de grandes eventos ou de reuniões de Grupos Temáticos (RELATÓRIO OFICIAL DO GOVERNO DO ESTADO, 2009, 2010, 352)

As iniciativas ligadas a história e a memória podem ser visualizadas no apêndice B. São ações que reúnem principalmente documentos, coletâneas e pesquisas. Foram realizadas atividades incluindo também recursos como vídeos, em projetos como Memória da Dança, que busca registrar e reunir o acervo de dança da FUNCEB.

Os projetos reunidos sob o título de animação cultural compreendem eventos, shows e espetáculos e podem ser conferidos no apêndice C. Boa parte das iniciativas concentram-se em Salvador, mais especificamente na região do Pelourinho com projetos como o Pelourinho Cultural ou Tô no Pelô. A novidade nos projetos desta área foi o projeto Encontro das Cultura dos Povos Indígenas E 14+ voltado para o fomento da produção cultural dentro destas comunidades. A iniciativa que ocorreu em 2008, na aldeia Tuxá, em Rodelas e em 2009, em Salvador.

No governo Wagner como já dissemos anteriormente, a adoção dos editais públicos como forma de seleção pública imprimiu uma nova característica aos projetos reunidos na categoria estímulo à produção artística, diferente do governo Souto que tinha como forma principal o “financiamento pós-produção, ou seja, premiação em dinheiro e visibilidade para obras já conhecidas” (FERNANDES, 2008, p.145). No apêndice D é possível verificar a lista completa das ações. Foram realizados editais para diversas áreas como música, dança, teatro, museu, literatura, artes visuais, cultura negra, cultura LGBT, audiovisual, dentre outras. A ampliação merece ser apontada como um aspecto positivo, pois passa a contemplar uma diversidade de áreas, podendo assim atender a diferentes demandas da sociedade.

No apêndice E podemos visualizar os projetos que buscam a circulação e a difusão cultural. Lembramos mais uma vez que apesar de termos adotado a mesma nomenclatura esta categoria reúne projetos com objetivos distintos do governo Souto, como já mencionamos. Sem dúvidas, o de maior destaque é o dos Pontos de Cultura que passou a ter sua gestão estadualizada durante o governo Wagner. Registramos também a ausência de informações detalhadas sobre este respeito dos relatórios oficiais do governo do estado.

Os projetos de intercâmbio cultural podem ser visualizados no apêndice F. Foram realizadas parcerias em diferentes áreas como dança, música, fotografia, audiovisual e, com países como Argentina, França, Venezuela e Alemanha. Na área de qualificação o governo Wagner promoveu iniciativas importantes, a principal foi o curso de formação para gestores culturais em Política e Gestão Culturais, promovido em parceria com as universidades baianas. Foram realizadas também ações para formação de mobilizadores culturais, cursos na área de arquivos, elaboração de projetos culturais, dentro outros. Os projetos podem ser melhor visualizados no apêndice G. É importante refletir sobre a continuidade destes projetos, que deveriam ser realizados de maneira permanente, levando-se em consideração as demandas na área de formação. Outro aspecto que fica ausente na área de formação é a utilização das novas tecnologias com o intuito de facilitar, potencializar e atingir diferentes públicos, principalmente se forem levados em consideração as dimensões geográficas do estado da Bahia. Como parte desta área de qualificação merece ser registrado ainda o foco na capacitação para prestação de contas, que tem se tornando um problema, uma vez que a população não está preparada para atender as exigências previstas na legislação.

Para nossa análise criamos uma nova categoria que reúne os projetos realizados na área de comunicação e cultura, como a agenda cultura da Bahia, que busca divulgar eventos e artistas, além de outras iniciativas realizadas pela TVE e pela Educadora. Com o desmembramento do IRDEB da estrutura da SECULT durante a segunda gestão do governo Wagner tememos que estas iniciativas com viés mais cultural possam deixar de fazer parte da programação dos veículos e que as ações na área de comunicação e cultura fiquem comprometidas. Nesse eixo, é preciso destacar que as informações relativas a própria SECULT, as instituições vinculadas e também a eventos, instâncias de participação encontram-se na maioria das vezes dispersas e desorganizadas. O site da SECULT apresenta informações desatualizadas, nas vinculadas a única que tem a preocupação em registrar suas atividades, disponibilizando relatórios é a FUNCEB, nas outras, as informações são negadas mesmo quando solicitadas formalmente para fins de pesquisa acadêmica, a exemplo do que ocorreu no IPAC. Este é um aspecto bastante significativo se levarmos em consideração que o diálogo e a transparência compõem uma das cinco linhas de ação escolhidas para nortear as atividades do governo de Wagner, juntamente com a diversidade, o desenvolvimento, a descentralização e a democratização. Observamos que a tão anunciada tentativa do governo de aproximação com a sociedade, em diferentes regiões do Estado, além do princípio da transparência esbarra em questões simples, entretanto estratégicas, como a disponibilização de dados. Para além disso, consideramos ainda as tecnologias da comunicação são subutilizadas tanto no aspecto que toca

o desenvolvimento dos projetos, como meio estratégico para facilitar e potencializar a comunicação da população com o governo e entre segmentos semelhantes ou área afins no intuito de criar redes de comunicação efetivas.

4.6 Instrumentos, meios e recursos acionados

4.6.1 Estrutura Organizacional

A Secretaria de Cultura foi separada da Secretaria de Turismo através da Lei Nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006. A nova secretaria passou a ser comandada por Márcio Meirelles, diretor teatral, cenógrafo e figurinista, ele foi um dos criadores do Bando de Teatro Olodum, grupo de teatro composto exclusivamente por atores negros, foi diretor artístico do Teatro Vila Velha, e Diretor do Teatro Castro Alves durante o Governo Waldir Pires.

Em sua estrutura organizacional a SECULT manteve os órgãos de administração direta - Superintendência de Cultura (SUDECULT), Superintendência de Promoção Cultural (SUPROCULT) e Conselho Estadual de Cultura (CEC). Na administração indireta permaneceram as seguintes instituições vinculadas: FUNCEB, IPAC, IRDEB e FPC, como podemos visualizar através do organograma abaixo. Todos eles sofreram alterações internas, alguns tiveram suas finalidades e áreas de atuação readequadas como veremos mais adiante.

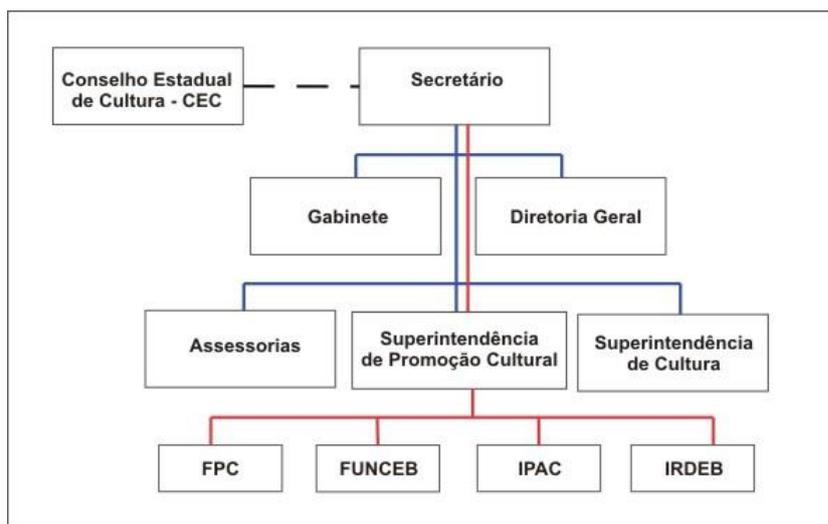


Figura 3: Organograma Secretaria de Cultura da Bahia (2007)

Fonte: Site Secretaria de Cultura da Bahia

A Superintendência de Cultura, composta pela Diretoria de Integração Regional e pela Diretoria de Projetos para o Desenvolvimento da Cultura, tem como competência “promover, coordenar, desenvolver e acompanhar estudos, pesquisas e ações de apoio ao desenvolvimento e à integração regional da cultura”, segundo Ângela Andrade (RUBIM e ROHDE, 2008, p.17), na época superintendente de cultura da SECULT. Este órgão é como o coração dentro da secretaria, ele é responsável pela criação de uma estrutura em rede que permita a SECULT descentralizar suas ações, através do diálogo e articulação entre organizações da sociedade civil, empresários, governo municipal, estadual e federal. É ele também o responsável pelo Sistema Estadual de Cultura, pelo Sistema de Formação e Qualificação Cultural, pelas Conferências, pelas Representações Territoriais, pelos Planos Estaduais e Territoriais da Cultura. O trabalho da SUDECULT permite que o projeto de gestão cultural proposto pelo governo Wagner possa ganhar uma nova fisionomia, pois é a partir das ações deste órgão que a casa começa a ser organizada de uma nova maneira.

É a SUDECULT quem coordena também a ação dos representantes territoriais, que são os articuladores entre os municípios que compõe os territórios de identidades, os segmentos culturais, os poderes públicos e a sociedade civil, buscando consolidar o Sistema Estadual de Cultura. A Bahia tem 27 representantes³⁸, um por território e dois na região metropolitana de Salvador. É através do trabalho dos representantes que a SECULT mantém uma presença maior nos territórios. São eles os responsáveis por cadastrar grupos culturais, divulgar editais, prêmios e concursos, mobilizar a sociedade para participação de fórum, encontros, conferências, promover oficinas, esclarecer dúvidas para participação em editais. O trabalho dos representantes, apesar das dificuldades estruturais para a realização do trabalho (pois trata-se de um único profissional para dar conta de diversas atividades em um território), vem sendo apontado com um aspecto positivo, uma vez que dentro destes moldes é a primeira vez que a SECULT mantém um representante no interior, realizando uma interlocução mais próxima com os municípios. Diferente inclusive do trabalho dos centros culturais, que se restringiam as áreas próximas de onde estavam fixados e também não tinham este papel de articuladores como os representantes realizam.

A Superintendência de Promoção Cultural é composta pela Diretoria de Controle de Programas e Fundos, Diretoria de Fomento à Economia Criativa e Diretoria de Incentivo à

³⁸ Os representantes territoriais são servidores contratados em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), selecionados por meio de edital público, com nível superior, e com experiência na área cultural.

Cultura. É o órgão responsável pela elaboração de estudos, indicadores e estatísticas na área da cultura, além de ser responsável pelos mecanismos de financiamento: Fundo de cultura, Fazcultura e Microcrédito. Foi inicialmente comandada pelo professor e economista Paulo Henrique de Almeida (RUBIM e ROHDE, 2008) que inclusive demonstrava incômodo como o próprio nome do órgão:

A proposta inicial é que ela venha a se chamar Cultura e Desenvolvimento, Cultura e Desenvolvimento Econômico, Cultura e Desenvolvimento Socioeconômico. Eu pessoalmente preferiria que ela viesse a se chamar Economia Criativa ou qualquer coisa parecida, porque isso permitiria que a gente ficasse um pouquinho mais distante de uma certa concepção de desenvolvimento que ainda está por aí. (RUBIM e ROHDE, 2008, p.29)

A preocupação de Paulo Henrique ultrapassava o aspecto simbólico de nominar a superintendência, mas se referia principalmente ao papel que este órgão passaria a ocupar, não devendo ele se restringir a um mero administrador dos mecanismos de financiamento do Estado, era necessário marcar uma mudança na perspectiva de pensar a própria cultura, adotando propostas como a culturalização de mercadorias, a exemplo do vinho produzido na região do São Francisco, do chocolate produzido no sul da Bahia, dentre outros. O ex-superintendente também tinha como preocupação em promover uma atualização dos temas trabalhados na área da cultura, a exemplo da cultura digital, que segundo ele passavam por uma defasagem grande dentro da secretaria. Apesar da proposta interessante de Paulo Henrique, a mudança de nomenclatura não aconteceu e algumas outras propostas permaneceram no papel, mas vale destacar as transformações vivenciadas nos mecanismos de financiamento, inclusive, com a criação de novos mecanismos, e as publicações que buscaram mapear o setor, a exemplo da Infocultura que trabalhou com temas como Carnaval e o Centro Antigo. Atualmente, a superintendência está sendo chefiada por Carlos Paiva.

O Conselho Estadual da Cultura também faz parte da estrutura da Secretaria de Cultura, está diretamente ligado ao gabinete do secretário e tem caráter consultivo e normativo. Sua função principal é contribuir para formulação da política estadual de cultura. Segundo a cartilha do sistema estadual de cultura (2009), o CEC deve:

- Contribuir para o Plano Estadual de Cultura;

- Emitir parecer sobre programas culturais de organismos do Estado, pedido de apoio cultural dirigido a órgãos e entidades do Estado sobre a aquisição, por parte deste, de obras de natureza cultural;
- Indicar pelo menos dois nomes para a composição das Comissões de Concurso do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, conforme previsto no Decreto 10.992 de 01 de abril de 2008;
- Pronunciar-se sobre a desapropriação de bens culturais que devem ficar sob a administração direta ou indireta do Estado;
- Pronunciar-se sobre o inventário, restauração, proteção e tombamento dos bens culturais, bem como das reservas ecológicas e paisagísticas notáveis;
- Opinar sobre a organização e a realização de campanhas estaduais que visem o desenvolvimento cultural;
- Propor aos Poderes Públicos medidas de estímulo, amparo, valorização e difusão da cultura, bem como de proteção dos bens culturais do Estado;
- Propor a instituição de prêmios e a sua concessão para fins de estímulos às atividades culturais;
- Manter intercâmbio com os Conselhos de Cultura e com instituições culturais públicas e privadas, bem como celebrar convênios com as referidas entidades;
- Manter articulação com órgãos federais, estaduais, municipais, universidades, institutos de educação superior e outras instituições culturais com o fim de assegurar a coordenação e elaboração de programas e projetos;
- Submeter ao Governador do Estado, através da Secretaria de Cultura, em prazo hábil, planos de auxílio ou de subvenção a instituições culturais públicas e particulares (SECRETARIA DE CULTURA, 2009, p.9)

O Conselho Estadual de Cultura é composto por quatro câmaras³⁹ (Articulação e Integração; Políticas Sócio-Culturais; Produção Cultural Contemporânea; e Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural) e por duas comissões (Editoração e Legislação e

³⁹ Segundo Canedo (2008) os conselheiros estão assim distribuídos: **Câmara de Produção Cultural Contemporânea:** José Carlos Capinan (Titular/Literatura), Luiz César Alves Marfuz (Titular/ Teatro), Matilde Augusta de Matos (Titular/ Artes Visuais), Paulo Costa Lima (Titular/ Música), Roberto Lyrio Duarte Guimarães (Titular/ Audiovisual), Cleise Furtado Mendes (Suplente/ Teatro), Elísio Pitta (Suplente/ Dança), Lia de Carvalho Robatto (Suplente/ Dança / Organizações Sociais). **Câmara Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural** Antônio Fernando Guerreiro Moreira de Freitas (Titular/ História/Arquivos), Ana Maria Fernandes (Titular/ Arquitetura / Urbanismo / Patrimônio), Lydia Hortélio (Titular/ Cultura Popular / Cultura da Infância / Música), Pasqualino Romano Magnavita (Titular/ Patrimônio / Arquitetura / Urbanismo), Valdina Oliveira Pinto - Makota Valdina (Titular/ Cultura Negra), Paulo Ormino David de Azevedo (Suplente/ Patrimônio / Arquitetura), Vilson Caetano de Souza Junior (Suplente/ Patrimônio), Washington da Silva Queiroz (Suplente/ Antropologia / Cultura Sertaneja). **Câmara de Articulação e Integração:** Antônio Risério (Titular/ História / Antropologia), Araken Passos Vaz Galvão Sampaio (Titular/ Literatura/ História), Dom Gregório Paixão (Titular/ Cultura Clássica), Nádia Batista da Silva - Nádia Acauã (Titular/Culturas Indígenas), Nelson De Luca Pretto (Titular/ Cultura Digital / Educação), Maria de Fátima Fróes e Almeida Souto Maior (Suplente/ Audiovisual e Organizações Sociais), Romualdo Lisboa dos Santos (Suplente/ Teatro). **Câmara de Política Sócio-Cultural:** Ana Célia da Silva (Titular/ Educação/Cultura Negra), Antonio Albino Canelas Rubim (Titular/ Comunicação e Cultura/Políticas Culturais), Antonio Jorge Victor dos Santos Godi (Titular/ Cultura Negra), Emiliano José da Silva Filho (Titular/ Cultura e Comunicação), Renato da Silveira (Titular/ Antropologia/Artes Visuais), Geraldo Magalhães Machado (Suplente/ Cultura e Gestão Pública / Organizações Sociais), Paulo César Miguez de Oliveira (Suplente/ Economia da Cultura / Políticas Culturais). **Comissão de Editoração:** Roberto Lyrio Duarte Guimarães (Titular/Audiovisual), Antonio Jorge Victor dos Santos Godi (Titular/ Cultura Negra), Renato da Silveira (Titular/ Antropologia / Artes Visuais), Nelson De Luca Pretto (Titular/ Cultura Digital / Educação). Na **Comissão de Legislação e Normas:** Araken Passos Vaz Galvão Sampaio (Titular/ Literatura / História), Paulo Costa Lima (Titular, Música), Antonio Albino Canelas Rubim (Titular/ Comunicação e Cultura / Políticas Culturais).

Normas). Formado por 30 conselheiros, sendo 20 titulares e 10 suplentes, indicados pelo governador após consulta a entidades representativas da área cultural baiana. Segundo Canedo (2008, 85) em 2007 “a composição do Conselho foi alterada. Pela primeira vez, a indicação dos nomes foi feita através de uma escuta pública a cerca de 30 instituições entre universidades, sindicatos, associações profissionais e instituições de notório saber.” A pesquisadora lembra também que uma das principais mudanças foi a nomeação de representantes do interior do estado. Durante o governo Wagner, o Conselho foi presidido pelo professor Antônio Albino Canelas Rubim e em 2010 ganhou como presidente a também professora Lia de Carvalho Robatto.

Em 2009, foi proposto um novo regimento para o CEC que foi apresentado a sociedade durante a III Conferência Estadual de Cultura e posteriormente submetido à consulta pública. As principais mudanças propostas pelo documento referem-se aos critérios de escolha para os conselheiros. Segundo o site do próprio órgão:

[...] a representação seria composta por pessoas oriundas das diversas áreas da cultura, como criadores, preservadores, divulgadores, organizadores, dentre outros, e por representantes de territórios culturais da Bahia, buscando estadualizar o CEC. Metade dos conselheiros teria seus mandatos iniciados com o governador e outra metade teriam mandatos não coincidentes com o do governador, dando mais estabilidade ao Conselho. Os encontros ocorreriam uma vez por mês e o conselheiro perderia seu mandato automaticamente após a ausência, sem justificativa, em três reuniões anuais. (<http://conselhodeculturaba.wordpress.com/2010/01/04/proposta-de-regimento-do-cec-entra-em-consulta-publica/>)

Das instituições vinculadas, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia é o órgão responsável pela política patrimonial de bens tangíveis e intangíveis e também pelo Sistema Estadual de Museus. Ele é composto por quatro diretorias, a Diretoria Administrativa Financeira que é responsável pelos imóveis localizados no poligonal do Pelourinho e pertencentes ao Governo do Estado, além de gerir as finanças; a segunda diretoria é a de Museus (DIMUS), que administra o conjunto de museus localizados em sua maioria na região do Centro Histórico de Salvador, além do Museu de Arte da Bahia e o Museu de Arte Moderna da Bahia. A expectativa é que a diretoria se transforme em breve no Instituto Baiano de Museus (IBAM). Durante o II Encontro Baiano de Museus, a diretoria apresentou o novo modelo de gerenciamento que deve ser adotado pelos museus baianos, a partir das ações que vem sendo

desenvolvidas no Museu de Arte Moderna da Bahia. O trabalho de dinamização dos museus⁴⁰ na Bahia conseguiu atrair entre 2007 e 2010 segundo dados da própria diretoria mais de um milhão de visitantes, com mais de 146 exposições realizadas. Foi realizado também um trabalho de inventário e documentação dos acervos, além de reformas nos espaços e organização para visitação pública de coleções permanentes. Outra diretoria importante do IPAC é a Diretoria de Ação Cultural, mas conhecida através do projeto Pelourinho Cultural, responsável por promover ações de dinamização da região do Centro Histórico de Salvador. A última das diretorias é a de Proteção ao Patrimônio, que tem suas ações voltadas para área de restauro e, agrega arquitetos, engenheiros, historiadores, sociólogos, restaurantes. Segundo, Frederico Mendonça (RUBIM e ROHDE, 2008), diretor do IPAC, o órgão enfrenta um problema grave referente ao corpo funcional, problema este encarado em toda a SECULT, que não conta com um suporte efetivo adequado as necessidades administrativas do órgão, além das dificuldades nas condições de capacitação e valorização dos profissionais com medidas com, por exemplo, o pagamento de salários apropriados.

A Fundação Cultural do Estado da Bahia é um órgão importante dentro da trajetória das políticas culturais baianas, pois em muitos momentos coube a ela a responsabilidade de propor e implementar a política cultural do Estado. As funções do órgão foram readequadas por diversas vezes ao longo dos anos, e quando a primeira secretaria de cultura da Bahia foi criada, um problema grave aconteceu, pois a FUNCEB e Secretaria passaram a ter funções duplicadas. Com a nova secretaria, redimensionar o papel da FUNCEB foi uma árdua tarefa. As áreas do livro e literatura e o audiovisual que antes estavam sob sua responsabilidade, passaram informalmente respectivamente para a Fundação Pedro Calmon e para o IRDEB. O órgão tornou-se responsável pela gestão de equipamentos culturais como galerias, teatros e centros culturais, teatros, além disso, teve um papel decisivo dentro a implantação da política de editais adotada pelo governo Wagner, sendo responsável por vários deles, lançando inclusive editais em áreas inéditas. Vejamos o que diz a diretoria da FUNCEB, Gisele Nussbaumer no relatório de ações do órgão entre 2007 e 2008:

A Fundação Cultural do Estado da Bahia - FUNCEB é a unidade da Secretaria de Cultura - SECULT responsável pela elaboração e execução das políticas públicas para as linguagens artísticas. Os dois primeiros anos desta gestão, a partir de 2007, quando o Estado passou a contar com uma Secretaria de Cultura autônoma, foram pautados pelo desafio de rever e ampliar a atuação da FUNCEB. Este desafio foi respondido com mudanças, tanto na estrutura administrativa quanto na missão e nas diretrizes políticas adotadas. No que se

⁴⁰ Segundo um levantamento feito pela DIMUS, Salvador possui 81 museus e o interior da Bahia tem 122.

refere à estrutura, a proposta de criação de diretorias específicas para as linguagens artísticas (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro), assim como de uma Diretoria de Espaços Culturais e de uma Assessoria de Projetos, representa um avanço significativo em termos de gestão da FUNCEB. Trata-se de uma conquista política a ser consolidada, que beneficia artistas, produtores e públicos, que passam a contar com instâncias representativas, atentas às especificidades e necessidades de cada área.

Em termos de diretrizes, a política de fomento através de editais, hoje implementada em todas as unidades vinculadas da SECULT, teve como resultados o aumento do investimento no setor cultural, uma maior descentralização dos recursos e a ampliação do número de projetos e proponentes beneficiados através de um procedimento público e transparente de seleção. Além dos editais, outro mecanismo foi criado visando uma maior democratização do fomento à cultura: o Calendário de Apoio a Projetos Culturais da FUNCEB, que possibilitou a organização das solicitações de apoio.

Nesses dois anos, a FUNCEB ampliou sua função de estímulo à produção cultural, investiu em diversos projetos relacionados às linguagens artísticas e passou a estar mais presente também no interior do Estado. Projetos existentes foram ampliados ou reformulados, outros com foco na difusão e formação de platéia foram criados, dinamizando a programação cultural no Estado. A gestão dos espaços culturais também obteve avanços com a dinamização da programação, a reforma e a requalificação de centros de cultura e a reabertura do Centro Cultural de Plataforma, um espaço de referência localizado no subúrbio de Salvador. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES FUNCEB 2007-2008, 2009)

A Fundação Pedro Calmon, comandada pelo historiador Ubiratan Castro, tem como função atuar na gestão e produção de acervos documentais e bibliográficos que fazem parte da memória baiana. Este órgão também tem sob sua responsabilidade o Sistema de Arquivos públicos e privados e o Sistema de Bibliotecas, que congrega ações de promoção e difusão do livro e da literatura.

Outro órgão vinculado é o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia⁴¹, que congrega a TVE e a Rádio Educadora FM 107,5. Informalmente o órgão é o responsável pela criação do Sistema Estadual de Comunicação Pública e também pelo setor de audiovisual, “com a incorporação da Bahia Film Commission, responsável por estabelecer articulações para que a Bahia seja cenário de locações cinematográficas.” (CANEDO, 2008, 76). Sobre isto, observe o que diz a carta aberta criada pelo presidente da Associação Baiana de Cinema e Vídeo – ABCV, Mateus Damasceno e entregue ao Secretário Márcio Meirelles, no dia 28 de maio de 2010:

⁴¹ Quando este texto estava finalizado ocorreu a transferência do IRDEB para estrutura da Secretaria de Comunicação do Estado, porém devido a simultaneidade do ocorrido esta nova realidade não será considerada neste trabalho.

Em primeiro lugar, é necessário dizer que não existe comparação com a situação vivida no meio audiovisual há quatro anos atrás na Bahia. Acima de tudo, hoje existe possibilidade de diálogo, podemos nos expressar livremente sem medo de represálias.

Devemos insistir, contudo, para que um diálogo mais intenso e frutífero se estabeleça com os nossos representantes a frente da SECULT, IRDEB e DIMAS. [...]

Passados quase quatro anos dessa nova gestão, não foi implementado um edital regular, democrático, que favoreça a dinamização do setor como um todo.

Sem a continuidade, não se pode dizer que existe uma política em voga. A burocracia, infelizmente, domina as discussões. Muitas produtoras e pessoas físicas se vêm desestimulados a tomar parte dos editais, ou mesmo são inabilitados de antemão.

A SECULT, secretaria jovem, não possui quadros qualificados em número suficiente para atender à abertura do Fundo de Cultura, talvez, a principal ação na área de cultura desse governo. Existe demanda e talento estamos certos disso. E iremos caminhar, aprendendo com exemplos que estão ao nosso lado. Os projetos são submetidos a diligências arbitrárias e, muitas vezes desconexas da realidade que envolve uma produção audiovisual profissional.

Pernambuco decidiu investir no cinema, de forma contínua. Ao longo dos últimos 5 anos, um edital abrangente contempla diversas áreas, da pesquisa e difusão à produção, religiosamente. Ano após ano, o edital de PE acontece e cada vez mais fortalecido.

Em 2010, 15 novos curtas serão produzidos, num montante total de hum milhão de reais. Três milhões serão destinados a novos longas. Não se trata de especulação, mas uma realidade!

O curta-metragem brasileiro passa por um momento incrível. Nos últimos dois anos, os curtas brasileiros foram apontados como os mais interessantes a despontar mundo afora. Isso nos dá a confiança de um futuro próximo diverso e profícuo para o longa.

O curta-metragem é a base do desenvolvimento cinematográfico, no mundo todo. Novas formas de pensar e ver o cinema surgem através desse formato, que é dos mais instigantes.

Não é possível pensar num crescimento do cinema em nosso estado se o curta não for fortemente incentivado. Precisamos incrementar o investimento no formato, a fim de ver mais e mais jovens se interessando pelo mundo dos festivais, pelo intercâmbio das idéias e pensamentos cinematográficos. [...]

O setor audiovisual, e da cultura como um todo, acumula uma série de ações parlamentares, na forma de projetos de lei, que vem sendo barrados, desarticulados e até desfigurados na Casa legislativa nacional. Vide caso da Ancinav e da atual PL 29, que bambeia na corda política entre a Câmara e o Senado Federal.

Com atenção a Lei Orgânica de Cultura do Estado da Bahia, tentativa de estabelecer a regulamentação do setor no estado, os desafios se assemelham. Vemos sinais que remetem a uma postura colaborativa e incisiva da sociedade civil e da SECULT, junto a lideranças parlamentares na Assembléia Legislativa da Bahia, em prol da votação e aprovação da referida Lei no ano de 2010.

São fatos pontuais, no entanto, não o estabelecimento de uma política voltada à memória. Fato, mesmo, é que não existe um conjunto de ações voltado à preservação e difusão de nossa memória audiovisual. Imensa maioria de nosso passado cinematográfico estraga-se a passos largos nos depósitos da DIMAS e da Prefeitura Municipal.

Precisamos que a Cinemateca da Bahia seja criada, com urgência, aliada à revitalização da Sala Walter da Silveira, tão importante num passado recente e ainda vital para que a nossa produção antiga e nova seja conhecida pela população.

Para que isso aconteça, entendemos que é prioridade fundamental o fortalecimento da DIMAS enquanto órgão referência para o cinema e audiovisual da Bahia.

A DIMAS precisa retomar o protagonismo na interlocução e articulação dos interesses da classe junto ao Estado, no momento em que percebemos um sério sucateamento institucional e de infra-estrutura do órgão. Temos dúvidas em relação a vinculação da DIMAS ao IRDEB. Achamos importante debater mais essa questão. (DAMAESCENO, 2009)

A partir de 2007, as políticas culturais baianas para o audiovisual tiveram sua compreensão ampliada e passaram a incorporar ações voltadas para o cinema, televisão, jogos eletrônicos e as expressões audiovisuais destinadas a mídias móveis e redes de comunicação digital. A Secretaria de Cultura da Bahia, através da Diretoria de Audiovisual (DIMAS) buscou fortalecer e incentivar a cadeia do audiovisual adotando o diálogo permanente, fomentando a formação (qualificação técnica, capacitação e sensibilização do público); a difusão (criação de novas janelas de exibição e formas de facilitar o acesso do público); memória, (preservação e resgate do audiovisual), além do apoio à produção, através do estímulo e suporte a realizadores e artistas;

Com o objetivo de estimular a produção e a reflexão sobre o audiovisual no estado, a FUNCEB manteve uma política regular de editais, através do Festival Nacional do Minuto e do Concurso de Crítica Cinematográfica Walter da Silveira. Em 2010, com a preocupação em contribuir para o fortalecimento do circuito cineclubista no estado e para a ampliação do acesso à produção audiovisual brasileira, foi lançado o edital Cine Mais Cultura Bahia em parceria com o Ministério da Cultura. A premiação destinada a entidades sem fins lucrativos de todo o estado, que receberam capacitação para dois representantes de cada projeto, pacotes de filmes em DVD da Programadora Brasil e kit de projeção digital (tela, projetor, sistema de som, DVD player e microfone). O edital com 104 inscritos, dos quais apenas oito projetos eram da Região Metropolitana de Salvador e 96 do interior do estado. Desses, 88 projetos foram habilitados para a etapa de seleção, sendo sete da RMS e 81 do interior. 60 projetos foram selecionados, beneficiando 53 municípios em 22 Territórios de Identidade da Bahia.

Utilizando recursos do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA), a DIMAS junto com o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), elaborou e desenvolveu editais voltados ao segmento audiovisual, lançados como por exemplo editais voltados preservação da memória audiovisual, projetos completos de animação, produção de curtas e longas-metragens, desenvolvimento de roteiros e a realização de mostras e festivais. Todos os editais foram

lançados pelo IRDEB e contaram com a contribuição da DIMAS/FUNCEB. Destacamos que os avanços na área são significativos, mas é necessário levar em consideração as demandas do setor que começa a se estruturar de forma efetiva no Estado e ainda apresenta inúmeras carências.

4.6. 2 Lei Orgânica da Cultura

Em termos de recursos jurídicos, sem dúvidas, o grande avanço proposto pelo governo Wagner foi a criação da Lei Orgânica da Cultura, ainda em fase de aprovação, que é um tipo de legislação destinada a estruturar toda a política cultural do Estado. Nesta lei, são apresentados os princípios, os conceitos, os modelos de gestão e de financiamento, mecanismos de gestão e de consulta, que irão nortear todas as atividades governamentais. Através dela, a adoção do Plano Estadual de Cultura passa a ser obrigatória, as instâncias de deliberação como o Fórum de Dirigentes Municipais e a Conferência Estadual da Cultura passam a ser institucionalizadas, além da institucionalização do Sistema Estadual de Cultura e dos Sistemas Municipais de Cultura.

Segundo informações da Assessoria de Comunicação da SECULT, a criação da Lei Orgânica de Cultura, possibilitará que municípios possam atuar de maneira conjunta com o governo estadual, adotando políticas e programas já utilizados e que estão imbricados ao sistema federal de cultura. Esta legislação representa um avanço no campo das políticas culturais baianas, pois busca assegurar a participação e controle social na formulação de ações, projetos, programas culturais, além dos planos de cultura. Outro aspecto que merece destaque é que a lei orgânica apresenta uma visão ampliada da cultura, buscando valorizar a diversidade cultural da Bahia, bem como, determinar que as ações desenvolvidas se estendam por todo território baiano. Caso seja aprovada, esta legislação permitirá que a área da cultura esteja institucionalizada e organizada de maneira que as ações se mantenham como uma política de Estado e não uma política de governo.

A proposta de criação da Lei Orgânica da Cultura foi debatida durante as 26 conferências territoriais de cultura e também durante a III Conferência Estadual de Cultura, todas realizadas em 2009. É possível conferir no anexo H a minuta encaminhada para assembleia para aprovação.

4.6.3 Financiamento

No capítulo anterior, para fins de comparativos, analisamos os dois principais mecanismos de financiamento do governo do Estado da Bahia - o Programa Estadual de Incentivo ao patrocínio cultural- Fazcultura e o Fundo de Cultura da Bahia, que apesar de terem sido criados em gestões anteriores, sofreram modificações durante o governo Wagner. Trataremos agora de outros mecanismos de financiamento criados durante a gestão atual: Credibahia Cultural, Carnaval Ouro Negro e Artistas Independentes. No tópico de Projetos de Estímulo à Produção Cultural também é possível visualizar uma listagem completa de editais, prêmios e concursos que visam subsidiar a área cultural na Bahia.

4.6.3.1 Credibahia Cultural

Criado em novembro de 2007, o Credibahia Cultural, programa de microcrédito da Secretaria de Cultura do Estado, Desenhahia, Prefeitura Municipal do Salvador, Sebrae, e com o apoio institucional da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) e o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) é voltado especificamente para a cidade Salvador. Inicialmente, segundo informações da cartilha do Credibahia Cultural (2007), a solicitação de crédito era destinada apenas a trabalhadores autônomos que tivessem pelo menos 06 (seis) meses de atividade relacionada à cultura na região do Centro Histórico Antigo (São Bento, Paço Municipal, Terreiro de Jesus, Pelourinho, Carmo, Stº Antônio além do Carmo) e/ou nos bairros do Comércio, Campo Grande e Vitória. Os beneficiários podiam ser profissionais autônomos que atuam no setor cultural e que têm dificuldade de acesso ao mercado crédito convencional, mas que possam suportar o pagamento das prestações, tais como: artesãos, artistas plásticos e circenses, dançarinos, cartunistas, compositores, cenógrafos, costureiras, desenhistas, escritores, fotógrafos, programadores visuais, músicos, estilistas, donos de micro ou pequenos negócios geradores de trabalho e renda na área cultural. O empreendimento precisava estar em funcionamento há pelo menos 6 meses e o empreendedor deveria estar residindo no município há 1 ano. A partir de 2009, as ações do programa foram ampliadas para toda a Região Metropolitana e para o Recôncavo baiano.

O Credibahia Cultural disponibiliza crédito para pequenos negócios na área cultural, permitindo a manutenção e a ampliação das alternativas de trabalho para a parcela da população que tem maiores dificuldades de acesso ao crédito em bancos e agentes financeiros. O programa tem três modalidades de financiamento:

- Investimento Fixo - construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, aquisição de máquinas e equipamentos (novos ou usados) de longa duração;
- Capital de Giro - compra de mercadorias para revenda, matérias-primas ou bens produtivos;
- Investimento Misto - constitui-se de um Investimento Fixo com Capital de Giro. (www.desenbahia.ba.gov.br)

Inicialmente os limites de crédito para investimento fixo ou misto variavam de R\$ 2.000,00 podendo ser renovado para até R\$ 5.000,00; já para capital de giro, varia entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00. A taxa de juros é 1,8% ao mês e de 1,5% para renovação. A partir de 2009, os limites de crédito foram ampliados para R\$ 10 mil e segundo dados do relatório de governo de 2009, o número de contratos e valores concedidos manteve a média de 2008. Foram 14 contratos firmados no valor de R\$ 26.740,00 em 2009 e 19 contratos no valor de R\$ 27.460,00 em 2008. Nos gráficos abaixo é possível visualizar a área destes apoios e também suas finalidades.

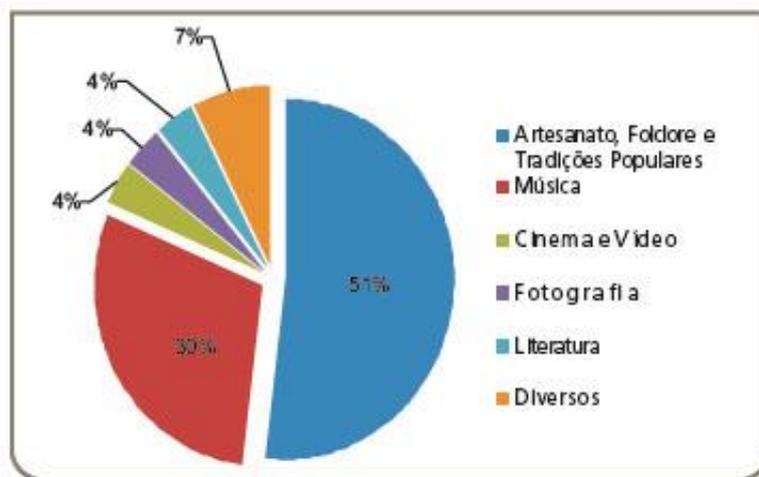


Gráfico 6: Credibahia cultural: apoio por área Bahia 2008-2009

Fonte: Relatório Governo do Estado da Bahia (2009, p 429)



Gráfico 7: Credibahia cultural: finalidade dos apoios Bahia 2008-2009

Fonte: Relatório Governo do Estado da Bahia (2009, p 429)

4.6.3.2 Carnaval Ouro Negro e Artistas Independentes

O Carnaval de Salvador já é considerado como a maior festa urbana do país, segundo dados da Infocultura (2007). Nessa mesma perspectiva, Miguez de Oliveira afirma que a festa

Adquire status de um verdadeiro megaevento, com números cuja magnitude supera, de longe, qualquer outra festa popular, seja qual for o aspecto considerado: duração, público participante, espaço urbano ocupado, número e horas de shows, número de artistas contratados, fluxo de turistas nacionais e estrangeiros, quantidades de comida e bebida consumidas, ocupação da rede hoteleira, aparato de segurança pública mobilizado, etc. (MIGUEZ DE OLIVEIRA, 1996, 146)

O relatório da Infocultura (2007, p.7) destaca que a importância deste evento complexo e plural também pode ser atribuída pelo aspecto distintivo que confere, ou seja, os aspectos identitários da cidade, que sinalizam as diferenças existentes em diversos planos – cultural, social, étnico, econômico e espacial. Desse modo, podemos entender que a festa reproduz as dicotomias do cotidiano da cidade, a exemplo: “negro versus branco”, “pobre ou rico”, “casa ou rua”, “tradição e inovação”, “público contra privado.” Ainda segundo informações deste relatório, o carnaval de Salvador modificou de maneira significativa sua forma e conteúdo nos últimos trinta anos, e atualmente, com o modelo de fest-negócio - apesar de gerar inúmeros benefícios sejam eles de natureza tangível ou intangível - apresenta diversas

situações que precisam ser administradas, passando por questões que vão desde a segurança, infraestrutura, transporte público, hospedagem, alimentação, publicidade, fomento, dentre outros. Pensando exatamente neste último campo que a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia criou o Programa de Apoio aos Artistas Independentes e o Programa de Fomento à Cultura – Carnaval Ouro Negro.

Em 2008, o Estado continuará apoiando o Carnaval dos artistas independentes com um aporte de R\$1 milhão, destinado ao pagamento dos cachês. As pautas, o número de atrações e o processo de seleção dos artistas que vão tocar em trios e palcos independentes foram definidos pelo Conselho de Carnaval do município, responsável pela organização da festa.

A partir da Resolução 14/2007 do Conselho Municipal do Carnaval determinou-se 23 vagas para apresentação em trio elétrico de artistas notórios e 27 para emergentes, 62 vagas para apresentação em palco para artistas notórios e 63 para artistas emergentes o que representa um dado salutar como forma de estímulo, apoio e desenvolvimento de novos talentos.

O Programa de Fomento à Cultura – Carnaval Ouro Negro foi criado em novembro de 2007, tem como objetivo apoiar o desfile de entidades carnavalescas de matriz africana. 98 agremiações entre blocos afro, afoxés, blocos de índios, samba e reggae, dividiram um total de mais de R\$ 3 milhões de reais em financiamentos. A novidade do Programa Ouro Negro é que o repasse é feito através de contratos individuais diretamente com cada entidade, dispensando a necessidade de agrupamentos, fóruns ou coletivos. Além disso, pela primeira vez aconteceu o repasse da verba com antecedência (70% do valor foi disponibilizado em dezembro).

Foram criados pelos técnicos da Secretaria de Cultura da Bahia critérios objetivos para determinar as faixas de financiamentos que variam entre 8 mil e 100 mil reais. Entre os itens observados foram: o ano de fundação das entidades, número de participantes, quantidade de dias de desfiles, tipo de indumentária (se fantasia ou abadá) e o circuito. Segundo informações do site da secretaria, priorizou-se por apoiar entidades que desfilam no Centro Histórico (circuito Batatinha) e Campo Grande (Osmar), uma vez que o circuito Barra - Ondina “oferece às entidades maior visibilidade midiática e possibilidade de obtenção de investimentos privados”.

Entre 2008 e 2009 foi promovido em parceria com o SEBRAE um curso de capacitação aos dirigentes de blocos de matriz africana, estruturado em cinco módulos voltados para estratégias de negociação e produção cultural, elaboração de projetos, financiamento e prestação de contas.

Segundo dados do relatório de governo de 2009, o número de incentivos do Programa Carnaval Ouro Negro aumentou de 109 para 117 e foram investidos “R\$ 4,4 milhões, sendo R\$

4,2 milhões diretamente pela SECULT e R\$ 200 mil pela parceria realizada com o Ingá, com o objetivo de realização de campanha do uso racional da água ao longo do ano, pelos afoxés, junto às suas comunidades” (RELATÓRIO OFICIAL DE ATIVIDADES DO GOVERNO 2009, 2010, p 369).

Também em 2009, as agremiações passaram a ser divididas em seis categorias (blocos de samba, blocos afros, blocos de índios, afoxés, blocos de percussão e blocos de reggae). Os dados coletados a partir deste cadastro resultaram na publicação de um catálogo bilíngüe sobre as entidades. Também foi realizada uma reunião envolvendo as dez agremiações com maior pontuação no Programa Carnaval Ouro Negro, para a montagem de uma rodada de negócios com o eixo Rio-São Paulo como o propósito de promover uma maior profissionalização do setor.

Considerações Finais

Ao chegar à etapa das considerações finais deste trabalho é necessário indicar a dificuldade de estabelecer conclusões acerca de um comparativo entre duas concepções de políticas culturais, pois uma delas ainda está em curso e sucede um projeto de 12 anos, construído por um grupo político que estava há 16 consecutivos no poder. São projetos muito distintos no que diz respeito a gestão da cultura, a própria concepção da cultura e sua organização.

A continuidade do grupo carlista no poder foi marcada principalmente pela submissão da Cultura ao Turismo, seguindo a lógica da Cultura como um bom negócio que marcou a gestão do ministro Francisco Weffort, durante os oito anos em que esteve à frente do Ministério da Cultura durante os governos Fernando Henrique Cardoso, alicerçada fundamentalmente nas leis de incentivo. A formatação do Produto Bahia chegou ao final do projeto apresentando sinais visíveis de desgaste, inclusive sendo admitida pelo principal gestor da pasta da cultura durante os 12 anos, o ex-secretário de Cultura e Turismo, Paulo Gaudenzi. A estabilidade

política não representou avanços significativos dentro do setor cultural, no qual a cultura pudesse ser valorizada e estimulada a partir dela mesma.

Além disso, a sucessão de um mesmo grupo político no poder não foi suficiente para promover uma política de longo prazo, ou seja, uma política de Estado para o setor cultural baiano, que pudesse ter continuidade independente do grupo que estivesse governando. Não foi desenvolvido por exemplo um plano de cultura, ou uma legislação específica para este setor que pudesse atender as demandas que são muito peculiares.

É pertinente também destacar a dificuldade de obtenção de informações junto aos órgãos públicos em ambos os governos, seja pela inexistência de um histórico dos registros públicos, por motivos estruturais ou até mesmo pela ausência de uma cultura de “transparência”, baseada na disponibilização de dados governamentais do setor ao público. Os registros existentes não seguem uma metodologia adequada, o que dificulta de maneira significativa o acompanhamento de programas, projetos e ações. A ausência de uma metodologia padronizada para a avaliação de ações e programas chega, inclusive, a ocorrer na apresentação de dados de uma mesma gestão, com relatórios completamente distintos de um ano para o outro. O processo de concepção de uma política cultural precisa percorrer as suas diversas fases, que vão desde a formulação, a implantação e a avaliação, que ajuda a balizar ajustes, mudanças e continuidades dessas políticas. Durante muitos anos esperamos que a participação popular pudesse acontecer de forma mais efetiva, o período das conferências foi desejado e desenhado por longos anos, mas a participação popular real, que deve acompanhar todos os ciclos da política cultural, ainda está distante de acontecer como deveria.

Durante o último governo Souto uma suavizada no discurso carlista foi apresentada, entretanto, a desconexão com as tendências nacionais e internacionais da política cultural são facilmente perceptíveis, não apenas pelo lugar escasso que a participação popular ocupou, haja vista a falta de estímulo para a realização das conferências, como também a continuidade de práticas como as políticas de balcão, que beneficiavam um grupo bastante reduzido da produção cultural baiana, e iam exatamente na contra mão de tudo que estava sendo debatido no Brasil e no mundo sobre a diversidade, valorização das diferenças e respeito as minorias.

Em terras baianas, o discurso caminhava muito mais próximo da noção de democratização cultural, da forte associação à cultura elitista, ainda que os esforços empregados através do marketing governamental produzisse um discurso onde a cultura de matriz africana era super valorizada, seja através da música de percussão ou da ampla divulgação dos costumes religiosos dessa população, como parte do já comentado Produto Bahia em suas peças publicitárias. As iniciativas realizadas no interior do estado ou fora da zona nobre da capital

baiana também foram raras. O estímulo a cultura local e as práticas de empoderamento da população não foram contempladas. Simbolicamente, o governo já tinha determinado qual cultura valorizar e estimular, desprezando as produções locais da própria população, não respeitando as nuances e diferenças culturais.

Em termos de gestão da política cultural estadual, o governo não conseguiu se fazer presente de forma consistente e permanente no interior do estado e nas áreas periféricas da capital, sua presença se restringiu aos centros culturais. Não existia um braço do governo estadual no interior da Bahia que pudesse promover uma articulação com a própria população, para conhecer suas demandas, para realizar capacitações, entre outras atividades. O resultado disso foi o estabelecimento de uma relação entre estado e municípios instável e frágil, marcada por atender aos interesses exclusivos do Turismo.

Emblemático por exemplo é que a área que mais capitaneou recursos durante os governos Souto tenha promovido a valorização do patrimônio material desconsiderando não apenas os aspectos relativos a alteração dos espaços, sem respeitar às características arquitetônicas, mas sobretudo, a relação historicamente estabelecida entre a população residente e o patrimônio material. O resultado foi o processo de expulsão da comunidade de forma direta, como ocorreu no Pelourinho, em Salvador, ou indireta, através da especulação imobiliária, como aconteceu em Canavieiras, sul do estado, cidade natal de Paulo Souto. Em relação ao patrimônio imaterial, amplamente debatido na macro política, o governo Souto teve mínimas iniciativas, o que representa uma lacuna significativa se levarmos em consideração a robustez de manifestações que ocorrem na Bahia, seja no que se refere as celebrações, aos saberes e fazeres, as formas de expressão ou aos lugares de referência cultural.

A escassez, que beirou quase a ausência de uma política voltada para a profissionalização do setor cultural também marcou todo o período carlista. Ainda que algumas iniciativas tivessem ocorrido buscando a capacitação de profissionais do setor, elas aconteceram de forma muito pontual, sem conseguir configurar uma real qualificação, no sentido de acompanhar as mudanças que estavam em curso, nos âmbitos nacional e internacional no campo das políticas e gestão culturais.

Os primeiros anos do Governo Wagner foram anos complicados, a partir da perspectiva que era necessário adequar a estrutura existente às propostas do novo governo, já que uma reforma administrativa envolvendo a contratação de uma equipe permanente para secretaria através de concurso público, criação de novos órgãos, adequação dos espaços físicos não eram medidas que pudessem ser realizadas imediatamente e no final dos primeiros quatro anos não foram realizadas.

O novo projeto de política cultural implementado por Jaques Wagner, propunha como ação estruturante gerir a cultura na Bahia a partir de 26 territórios de identidade, descentralizando suas ações e avançando pelo interior do Estado. Iniciativa louvável mas que não foi conquistada em sua plenitude. Do ponto de vista administrativo, a presença dos representantes territoriais como articuladores entre a SECULT, a sociedade civil, os grupos artísticos, pontos de cultura, prefeituras e órgãos de cultura local cumprem um papel interessante, vivenciado pela primeira vez na história das políticas culturais baianas dentro deste formato e por um período de tempo tão extenso. A conexão entre a SCT e o interior, por exemplo, se dava de através de programas pontuais. É preciso registrar também que o número de ações que contemplassem o interior na gestão anterior era muito restrito. No governo Wagner, apesar desta preocupação aparecer como uma de suas cinco linhas de ação e das tentativas feitas, a concentração de recursos, equipamentos e ações em Salvador e região metropolitana ainda é uma realidade. No entanto, é preciso registrar que essa desigualdade em termos concentracionais entre Salvador e o interior foi reduzida, mas não atingiu um situação de equilíbrio.

O fato é que o projeto de política cultural proposto pelo governo Wagner que busca estabelecer além da descentralização, o diálogo, através da ampla participação da população na formulação e acompanhamento da política cultural, apesar de bem intencionado, não conseguiu conquistar a estrutura adequada, seja em termos de recursos financeiros, de estrutura física ou humana. No campo jurídico, o governo avançou ao propor a Lei Orgânica da Cultura que busca entre outras ações organizar a política cultural do Estado, estabelecendo orientações, diretrizes, princípios, capacitar um corpo técnico de funcionários para atuarem no setor, além da preocupação com a institucionalização de instâncias consultivas, planos de cultura e mecanismos de financiamento. A lei até agora ainda não foi aprovada e ainda existe muito a ser feito.

Estimular a participação da população nas etapas de formulação, execução e acompanhamento das políticas culturais é uma atitude exitosa, novo até mesmo no campo das políticas culturais federais e inédito dentro do cenário baiano. Merecem ser destacados os processos das conferências; as instâncias consultivas como o fórum de dirigentes municipais, importante para articular não só o Sistema Estadual de Cultura, mas também para o fortalecimento da gestão municipal da cultura; além das novas funções do conselho estadual da cultura. Trata-se, portanto, de uma redefinição dos papéis da secretaria que herdou a estrutura da secretaria anterior para realizar um novo projeto que necessitava de readequação da mesma.

A estrutura física da SECULT, por exemplo, a exceção do gabinete do secretário, que funcionava no Pelourinho, permaneceu durante o primeiro governo Wagner no prédio da Desenbahia, onde funcionava a Secretaria de Cultura e Turismo. A separação física das pastas não chegou a acontecer e é necessária seja pelo valor simbólico ou pelas necessidades administrativas.

Importante pontuar também dentro desta perspectiva é a idéia que existem indicadores para a criação de um novo órgão, o Instituto Baiano de Museus. A área museológica cresceu na Bahia, e vem apresentando iniciativas exitosas, prova disso é o aumento na frequência do público dos museus baianos. Estas ações seguem um pensamento contemporâneo que concebe os museus não como ambientes estanques para exibição de peças, mas como espaços dinâmicos, em que é possível desenvolver não só ações educativas, mas também atividades lúdicas, interativas, que contemplem a hibridização de linguagens, a exemplo do projeto “Mudança” desenvolvido pela SECULT, que associa atividades de dança dentro dos museus, ou outras atividades mais antigas, a exemplo do Jazz no MAM, capazes de promover um processo real de apropriação cultural por parte da população. Trabalho interessante de catalogação de acervos, mapeamento dos museus baianos, sensibilidade para compreender que os museus da capital e do interior tem necessidades e perspectivas distintas, criar guias de orientação e referência nessa perspectiva, de ofertar capacitação nessa área também.

Em termos patrimoniais o grande avanço da gestão Wagner diz respeito a realização de ações contemplando o patrimônio imaterial. Varias iniciativas foram tomadas no sentido de registrar o patrimônio imaterial, a exemplo da Festa da Santa Bárbara, Carnaval de Maragogipe e a Feira de São Joaquim. O governo também buscou interiorizar suas ações mas ainda ficou concentrado em Salvador, Cachoeira, Lençóis e São Felix, a exceção foi a cidade de Caetité que teve um polígono reconhecido. Mas existem cidades no interior do Estado que tiveram investimentos dos governos anteriores para recuperação do patrimônio material e que hoje se encontram em uma situação complicada, pois a população não conseguiu interagir com esse patrimônio ou sofreu processo de expulsão em razão da especulação imobiliária, a exemplo de Canavieiras, onde a população pouco interage com o centro histórico que foi reformado. Não é só promover o restauro, a responsabilidade da secretaria avança no sentido de estimular a dinamização do local, através do incentivo à produção artística, da animação cultural e principalmente dando suporte a população para realizar um processo de apropriação cultural.

No governo Wagner, a SECULT deveria ter enfrentado os problemas relacionados ao patrimônio de uma maneira mais consistente, já que as ações na área patrimonial dos governos anteriores são apontadas como desastrosa a exemplo do que aconteceu com o Pelourinho. O

governo Wagner vem com uma nova proposta de trabalhar a região do centro histórico a partir de uma nova dimensão que o governo denomina de Centro Antigo de Salvador. Foi produzido um plano de reabilitação, um material muito rico que teve um processo de construção louvável porque contempla a participação popular, chegando inclusive a ser um projeto premiado, mas do ponto de vista operacional muito pouco foi feito. Destacam-se iniciativas como a nova iluminação, reforma no Solar do Ferrão, e a transferência do gabinete do secretário de cultura para área.

Os problemas estruturais no Pelourinho permanecem, grande concentração de drogas, violência e prostituição que são fatores associados ao Turismo, uma das principais vocações da área. Ambas gestões não conseguiram solucionar os problemas da região seja em termos de estrutura ou de dinamização do espaço. O principal problema, referente a gestão da área, não foi solucionado. O objetivo de estimular a apropriação da região pela população de Salvador conforme se esperava e também se propõe no documento não aconteceu.

Em termos de capacitação, o governo Wagner promoveu diversas ações neste sentido, buscando inclusive formar multiplicadores que possam levar estas informações para outras cidades da Bahia. A iniciativa de envolver as universidades estaduais e federais neste processo é muito sensata. Entretanto, a capacitação para o setor cultural ainda é insuficiente, principalmente, no que toca elaboração de projetos. É preciso lembrar que o nosso estado nunca teve esta tradição de promover a concorrência através de editais público, o que demanda adequação as necessidades administrativas que fazem parte da rotina do Estado. Dessa forma, modificar uma cultura já usual não acontece de uma hora para outra e também não será resolvido realizando oficinas de curta duração, talvez, o interessante fosse implementar capacitações que tivesse uma maior duração.

Outro aspecto que merece ser destacado é que a partir do governo Wagner, vários projetos pilotos começaram a ser desenvolvidos na Bahia, para depois se expandir para outros estados brasileiros, a exemplo da estadualização dos pontos de cultura. Algumas dificuldades ainda existem nesses projetos, principalmente no que diz respeito ao processo de manutenção, gerenciamento, prestação de contas, financiamento, que precisam encontrar um alinhamento melhor.

Em termos de Comunicação e Cultura é preciso destacar que a comunicação institucional da SECULT ainda é muito deficiente. O site da secretaria, principal veículo de divulgação das informações institucionais, continha informações desatualização e apresentava graves problemas de manutenção. Em 2010, passou por um processo de reformulação de seu layout, mas continua apresentando lacuna de informações, ausência de dados, além de não

conseguir sistematizar de maneira criteriosa as informações. Existem outros canais alternativos de comunicação utilizados pela secretaria que não existem links dentro do próprio site da secult, a exemplo do blog Plug da Cultura, do site do Projeto Pelourinho Cultural, do site do Fórum de Dirigentes Municipais da Cultura. Outra dificuldade encontrada, diz respeito a confecção de blog específicos para registrar a memória dos eventos com os blogs das conferências que não tem dentro do espaço do site da SECULT um registro organizado desta memória, fator imprescindível dentro da perspectiva de facilitar o acesso da sociedade a estes dados, principalmente em se tratando de um Estado como a Bahia que apresenta grandes distâncias geográficas. Os sites das vinculadas seguem o mesmo caminho, a exceção é a FUNCEB único órgão que tem a preocupação em divulgar seu relatório de atividades no site institucional, fator este, que nem a própria SECULT realiza. No caso de algumas vinculadas como o IPAC existe uma burocratização para ter acesso a estas informações, que são públicas e de interesse da sociedade, mesmo assim, quando a solicitação é feita, os relatórios são enviados de maneira incompleta como aconteceu com as informações solicitadas por esta pesquisadora. Isso fere o princípio da transparência adotado como linha de ação pelo governo Wagner.

Além disso, os relatórios oficiais de governos contêm informações incompletas, que não permitem o acompanhamento dos projetos anualmente, não existe uma reflexão sobre os dados apresentados, e, além disso, informações importantes encontram-se ausentes a exemplo das informações mais completas sobre o processo de estadualização da gestão dos pontos de cultura, o trabalho desenvolvido pelos representantes territoriais, dentre outros. Outro dado é que os relatórios contam com erros graves, como por exemplo, a expressão tombamento de bens imateriais que aparece no Relatório Oficial de Atividades do Governo durante o ano de 2007 diversas vezes.

Merece também ser destacado o processo de formulação do sistema estadual de cultura, que segue as diretrizes do governo federal e que não encontrou durante o Governo Paulo Souto ambiente para se estruturar, ao contrário, chegou a enfrentar restrições e dificuldades para o desenvolvimento, muito provavelmente em razão do governo estadual e federal terem projetos políticos distintos, o que é uma falta de bom senso e de comprometimento com a população. O Plano Estadual não foi concluído, os Planos territoriais ainda não avançaram, e apesar das capacitações ministradas pela SECULT, os processos de elaboração estão emperrados.

Outro problema que está presente nos dois governos é a subutilização das Bibliotecas como equipamentos culturais, já que elas representam o equipamento cultural presente em 80% dos municípios, dado relevante diante do problema de concentração de equipamentos enfrentado pela Bahia. É necessário existir que ações sejam desenvolvidas visando promover a

dinamização e o processo de apropriação cultural. Além disso, é preciso, que o Sistema Estadual de Bibliotecas amplie o trabalho que vem sendo realizado para as bibliotecas do interior.

Na área do audiovisual os avanços ainda são tímidos, os relatórios do INFOCULTURAL n° 5, realizado pela SECULT trazem inclusive indicações neste sentido. Durante o segundo mandato de Wagner inclusive ocorre uma perda significativa que é a transferência do IRDEB para a estrutura da Secretaria de Comunicação.

Outro ganho importante foi a valorização das culturas populares e da diversidade cultural do estado. O reconhecimento que a Bahia não se limita apenas ao recôncavo e as cidades turísticas representa uma mudança não só em termos administrativos e estruturais, mas principalmente em termos simbólicos. O processo de territorialização da cultura é sem dúvidas o mais emblemático no sentido de sintetizar as diferenças entre os dois projetos, não só por tentar acolher um repertório que vai além do texto da baianidade, por estimular as culturas populares, a integração com o interior, mas também, por buscar dentro da própria capital do estado espaços alternativos fora do circuito onde se concentram os principais equipamentos culturais, em áreas como Plataforma e Alagados.

REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, Roberto. **Bahia, Bahia, que lugar é este?** Salvador, Anais da SBPC, 2001. Disponível em: <<http://www.sbpcultural.ufba.br/identid/semana1/alberga.html>>. Acesso em: 18. dez. 2006.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Gestão ou Gestação Pública da Cultura: algumas reflexões sobre o papel do Estado na produção cultural contemporânea. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (orgs). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

ALMEIDA, Gilberto Wildberger. A Identidade é Construída através da Mídia ou do Estado? **Revista Organização & Sociedade**, volume 7, número 19, Setembro/Dezembro, 2000. Disponível em: <<http://www.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=42>>. Acesso em: 18 .dez .06

AMAZONAS, Archimedes Ribas. **Políticas e formas de financiamento para o setor museológico nacional no período (1999-2005)**. III Enecult, Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/ArchimedesRibasAmazonas.pdf> Acesso em: 02 de Julho de 2008.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BARBALHO, Alexandre. Política cultural. In: RUBIM, Linda (org.) **Organização e produção da cultura**. Salvador, EDUFBA, 2005, p. 33-52.

BARBALHO, Alexandre. **Estado, mídia e identidade: políticas de cultura no Nordeste contemporâneo**. Alceu, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 156-167, 2004.

BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade**

sem diferença. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil. Coleção CULT. Salvador. EDUFBA, 2007. p. 37-60.

BARBALHO, Alexandre. **Textos Nômades: Política, Cultura e Mídia.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

BARBOSA, Juciara Maria Nogueira. **Descompasso: como e porque o modernismo tardou a chegar na Bahia.** In: V Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19289.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2009.

BARROS, José Márcio. **Para uma Cultura da Avaliação da Cultura. Itaú Cultural, 2007.** Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/000978.pdf> Acesso em: 02 de fevereiro de 2009.

BOTELHO, ISAURA. **O desenvolvimento de pesquisas no campo das políticas culturais.** In: Revista Observatório Itaú Cultural, n° 02, 2007, pp. 66-72.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O poder do simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRUNNER, José Joaquín. **La cultura como objeto de políticas.** Santiago: Flacso, 1985. Disponível em: <http://cronopio.flacso.cl/fondo/pub/publicos/1985/DT/000913.pdf>. Acesso em: 21 de janeiro de 2010.

CANCLINI, Nestor Garcia. Políticas Culturais Urbanas. In: **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.** 6° Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 4° Ed, 2006b .

CANCLINI, Nestor Garcia. **Definiciones en transición.** In: Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas. Daniel Mato. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/mato/GarciaCanclini.rtf> Acesso em: 01 de novembro de 2008.

CANEDO, Daniele Pereira. **Cultura, Democracia e Participação Social: um estudo da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia.** Salvador: UFBA, Pós Cultura, 2008 (dissertação de mestrado).

CANEDO, Daniele. **“Cultura é o quê?” – Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos.** V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, 2009.

CAPARRELI, Sérgio; LIMA, Venício A. de. **Comunicação e Televisão - desafios da pós-globalização.** São Paulo: Hackers, 2004.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas.** 29° Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2005.

CARTILHA CREDIBAHIA CULTURAL – **Programa de Microcrédito Cultural**, Salvador, 2007. Disponível

em: http://www.secult.220i.com.br/conteudo/apoioaprojetos/credito/downloads/cartilha/attachment_download/file. Acesso em: 05 de julho de 2008

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Lúcia. **A cultura como dimensão estruturante das políticas públicas**. 2007. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/encontrodirigentesmunicipais/artigos/artigo-lucia-carvalho.pdf>. Acesso em: 27 de Agosto de 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural- O direito à cultura**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Albanos, 2000.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. **Políticas Públicas de Cultura**. Salvador, 2006.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002

DAGNINO, Evelina. **Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal**. Revista Rio de Janeiro, n15, jan-abr, 2005.

DAMASCENO, Mateus. **Carta aberta da Associação Baiana de Cinema e Vídeo – ABCV ao Secretário de Cultura da Bahia, Márcio Meirelles**. Salvador, 28 de maio de 2010. Disponível em: <http://blog.abcvbahia.com.br/2010/05/29/carta-aberta-ao-secretario-marcio-meirelles/>. Acesso em: 02 de julho de 2010.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **A vitória de Wagner e a esquerda**. Outubro, 2006. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=586>. Acesso em: 5 de janeiro de 2010.

DEYON, Pierre. **O desenvolvimento territorial: contexto histórico**. Março, 2001. Disponível em: <http://www.ambafrance.org.br/abr/imagesdelafrance/Formato%2520PDF/territorio.pdf>. Acesso em: 27 de Agosto de 2007.

DIÁRIO OFICIAL DA BAHIA, Mensagem de abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa, 1995.

FERNANDES, Taiane. **Políticas Culturais – A Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia 1995-2006**. Salvador: UFBA, Pós Cultura, 2008 (dissertação de mestrado).

FERNADEZ, Xan Bouzadas. **Financia acerca del origen y genesis de las politicas culturales occidentales: arqueologias y derivas**. Revista O Público e o Privado: Universidade Estadual do Ceará, n° 9, junho/julho de 2007. Disponível em:

<http://seer.uece.br/?journal=opublicooprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=163&path%5B%5D=237>. Acesso em 20 de janeiro de 2010.

FILHO, Waldélio Almeida de Oliveira. **A política articulada de desenvolvimento territorial rural implementada no Estado da Bahia: uma análise descritiva.** In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Desenvolvimento regional: análises do nordeste e da Bahia. Salvador: SEI 2006

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento** – uma visão do estado da arte 2006. **Disponível em:** <http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=3736>. **Acesso em:** 24 de Agosto de 2007

FUNDAÇÃO CULTURAL DA BAHIA. **Relatório de Atividades 2007-2008.** Gráfica Santa Bárbara: Salvador, 2009. Disponível em: http://ascomfunceb.files.wordpress.com/2010/01/relatorio_2007-2008-web.pdf. Acesso em: 2 de julho de 2010.

GIL, GILBERTO. O mundo quer que a Bahia marque sua diferença. IN: **Cultura é o quê? Resultados da II Conferencia Estadual de Cultura.** Cadernos de Cultura 2, Secretaria de Cultura da Bahia, Jan/ Fev 2008.

GOMES, João Carlos Teixeira. Presença do modernismo na Bahia. In: **Camões contestador e outros ensaios.** Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.

GOTTSCHALL, Carlota de Sousa; SANTANA, Mariely Cabral de. **Centro da Cultura de Salvador.** Salvador: Edufba/ SEI, 2006

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório de Atividades 2003.** Salvador. 2004.
_____. **Relatório de Atividades 2004.** Salvador. 2005.
_____. **Relatório de Atividades 2005.** Salvador. 2006.
_____. **Relatório de Atividades 2006.** Salvador. 2007
_____. **Relatório de Atividades 2007.** Salvador. 2008.
_____. **Relatório de Atividades 2008.** Salvador. 2009.
_____. **Relatório de Atividades 2009.** Salvador. 2010.

GUERREIRO, Antonio Fernando. **“Eu vou para a Bahia”: a construção da regionalidade contemporânea.** Bahia Análise & Dados. Salvador: SEI, v. 9, nº 4, p.24-37, Março 2000).

HAESBAERT, ROGÉRIO. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** 2004. **Disponível em:** <http://w3.univ-tlse2.fr/msh/cdp/documents/CONFERENCE%20Rogerio%20HAESBAERT.pdf>
Acesso em: 24 de Agosto de 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005

HARVEY, David. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

INFOCULTURA – Carnaval 2007: uma festa de meio bilhão de reais. V.1, n.1 (set. 2007). Salvador: Secretaria de Cultura do Estado, Fundação Pedro Calmon Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, 2007. Disponível em: http://www.secult.220i.com.br/conteudo/infocultura/impacto-do-carnaval/apresentacao-do-encontro-de-dirigente-municipais-de-cultura/attachment_download/file Acesso em: 02 de agosto de 2008.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX.** Salvador: Edufba, 2001.

KAUARK, GIULIANA. **Contribuições da Convenção para a diversidade Cultural para a Política Cultural Brasileira.** IV Enecult- Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação, UFBA, Salvador-Ba, 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14472.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro de 2010.

KONDER, Leandro. Política e cultura. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 abr. 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura;** um conceito antropológico. 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. Primeira Parte: Introdução, Capítulos 1, 2 e 3. p.7-29.

LEAL, Eneida Cunha. **O que é identidade cultural.** Disponível em: http://www.faced.ufba.br/~pretto/tee_polemicas/temas/ba_que_lugar/eneida.htm Acesso em: 2. out.06.

MACHADO, Jurema. **Desafios para a efetivação da convenção.** In: Revista Observatório Itaú Cultural, n° 8, abril/julho. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2009.

MANEVY, ALFREDO. **Diversidade Cultural e Sociedade do Conhecimento.** In: Revista Observatório Itaú Cultural, n° 8, abril/julho. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2009.

MARIANO, Agnes. **A invenção da Baianidade.** São Paulo: Annablume, 2009.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Desafios Políticos da Diversidade. In: Revista Observatório Itaú Cultural, n° 8, abril/julho. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. “Os métodos: dos meios às mediações” In.: **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** 2° Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003

MATTA, Roberto da. Você tem cultura? **Jornal da Embratel**, Rio de Janeiro, set. 1981. Suplemento Cultural, Edição Especial.

MATTOS, Sérgio. **História da Televisão Brasileira:** Uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª edição, 2002

MEIRELLES, MÁRCIO. Cultura é o quê? In: **DVD Cultura é o quê? II Conferência Estadual de Cultura.** Salvador: Secretaria de Cultura da Bahia, 2008

MEIRELLES, MÁRCIO. Troquemos o medo de mudar pela esperança da mudança. IN: **Cultura é o quê? Resultados da II Conferência Estadual de Cultura.** Cadernos de Cultura 2, Secretaria de Cultura da Bahia, Jan/ Fev 2008.

MIGUEZ DE OLIVEIRA, Paulo César. **A Organização da Cultura na “Cidade da Bahia”**. Salvador: UFBA, 2002. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/arquivos/tese_de_doutorado_paulo_miguez_facom_ufba_2002.pdf. Acesso em: 04 de julho de 2008

MIGUEZ DE OLIVEIRA, Paulo César. **Periodizando a cultura baiana no novecentos: uma tentativa preliminar**. Salvador: UNIFACS, 2000. v.1, n.8, p.33-36.

MIGUEZ OLIVEIRA, Paulo César. **Carnaval Baiano: As tramas da alegria e a teia de negócios**. Salvador: UFBA, 1996. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/arquivos/dissertacao_mestrado_paulo_miguez_npga_ea_ufba_1996.pdf. Acesso em: 04 de julho de 2008

MIGUEZ DE OLIVEIRA, Paulo César; LOIOLA, Elisabeth. **Sobre Cultura e Desenvolvimento**. III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, 2007. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/enecult2007/ElizabethLoiola_PauloMiguez.pdf. Acesso em: 20 de março de 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. www.mda.gov.br/sdt. Acesso em: 23 de julho de 2008.

MOURA, MILTON. Identidades. In: RUBIM, Albino (org). **Cultura e atualidade**. Salvador: EDUFBA, 2005.

MOURA, Milton. **Bahia, Bahia, que lugar é este?** Salvador, Anais da SBPC, 2001. Disponível em: <http://www.sbpccultural.ufba.br/identid/semana2/miltmou.html> Acesso em: 18. dez. 06.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori et al. **Um mapa dos teatros de Salvador**. 2007

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A imaginação a serviço do Brasil**. São Paulo, PT, 2003.

PEDRA, Layno. **O Financiamento público à cultura na Bahia: uma análise do fazcultura e do fundo de cultura entre os anos de 2005 e 2008**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação Social, 2009. (monografia)

PERFIL E OPNIÃO. Entrevista com o secretário de Cultura Márcio Meirelles. TVE Bahia, 5 de junho de 2010

PINTO, Roque. **A Bahia reimaginada**: como transformar um velho entreposto comercial em um novíssimo produto de tradições. Congresso Virtual de Turismo (NAYA), 2001. Disponível em: http://www.naya.org.ar/turismo/congreso/ponencias/roque_pinto.htm. Acesso em: 2. out. 06.

PLANO DE REABILITAÇÃO PARTICIPATIVO. Centro Antigo de Salvador. Governo do Estado da Bahia: Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.centroantigo.ba.gov.br/PlanoReabilitaCAS.pdf>. Acesso em: 11 de junho de 2010.

PLANO PLURIANUAL DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA 2008-2011. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/i_plano_plurianual_2008_2011.htm. Acesso em: 23 de junho de 2008.

PLUG CULTURA - Informativo da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. **Secretaria dialoga com municípios baianos.** Ano 1, nº 1 – Janeiro a Junho de 2007. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/multimeios/impessos> Acesso em: 24 de Agosto de 2007.

PORTAL DO ÁLVARO. Álvaro Gomes parabeniza conclusão da CPI da Ebal. Salvador, 21 de fevereiro de 2008. Retirado de: http://www.portaldoalvaro.com/link_noticias.aspx?tab=noticias_mandato&id=172. Acesso em: 20 de julho de 2010.

RISÉRIO, Antonio. **Caymmi: uma utopia de lugar.** São Paulo, Salvador: Perspectiva/Copene, 1993.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **A Bahia, a comunicação e a cultura dos anos 50/60.** Cadernos do CEAS - Revista do Centro de Estudos e Ação Social, Salvador, n.161, p. 77-83, jan./fev. 1996.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **ACM: poder, mídia e política.** Comunicação e Política, São Paulo, Volume III, nº 2, nova série, maio-agosto, 2001.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **A contemporaneidade como idade mídia.** In: Interface _ Comunicação, Saúde, Educação, v.4, n.7, p.25-36. Disponível em: <http://www.interface.org.br/revista7/ensaio2.pdf>. Acesso em 12 de novembro de 2008.

RUBIM, Antônio. **Bahia, Bahia, que lugar é este?** Salvador, Anais da SBPC, 2001. Disponível em: < <http://www.sbpccultural.ufba.br/identid/semana2/albinor.html> >. Acesso em: 18. dez. 2006.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação, mídia e cultura na Bahia contemporânea.** Bahia Análise e Dados – Revista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Salvador, v.9, n.4, mar. 2000.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e Política.** São Paulo: Hackers Editores, 2000

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Painel 13 - Cooperação cultural Ibero-americana como fator de coesão social (apresentação oral). **II Congresso de Cultura Iberoamericana.** São Paulo, 02 de outubro de 2009b.

RUBIM, Antônio Albino. **Políticas Públicas de Cultura no Brasil e na Bahia.** Disponível em:

<http://www.cultura.ba.gov.br/encontrodirigentesmunicipais/artigos/Artigo%20Albino%20Rubim.pdf>. Acesso em: 24 de Agosto de 2007

RUBIM, Antônio Albino. **Políticas Culturais do Governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos.**

Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AlbinoRubim.pdf>. Acesso: 25 de Agosto de 2007b.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas culturais: entre o possível & o impossível.** In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. Teorias e política da cultura: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007c.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas Culturais e Novos desafios.** In: Revista Matrizes. Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, Ano 2 – nº 2 primeiro semestre de 2009

RUBIM, Antônio Albino Canelas e CALABRE, Lia. **Políticas e Diversidade Cultural no Brasil.** In: Revista Observatório Itaú Cultural, nº 8, abril/julho. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2009

RUBIM, Antonio Albino Canelas Rubim e ROHDE, Bruno Faria (orgs). **Políticas culturais na Bahia: Governo Wagner -2007.** Salvador: EDUFBA , 2008.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.12, n.33, p.151-165, abr./jun. 2005.

SANTOS, Carolina Menezes de Almeida. **Diversidade Musical e as atividades da Secretaria de Cultura e Turismo na Bahia na área de música: 1995 a 2006.** Núcleo de Pós- Graduação em Administração: UFBA, 2009 (dissertação de mestrado).

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O poder da cultura e a cultura no poder.** Salvador: Edufba, 2005.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **Os candomblés no século XXI.** Salvador, 2006. Disponível em: http://www.terreiros.ceao.ufba.br/pdf/Os_candombles_no_seculo_XXI.pdf. Acesso em: 20 de janeiro de 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARCOVAS, Yacoff. **O incentivo fiscal no Brasil.** In: Teoria & Debate. São Paulo, 58-62, abril / maio de 2005.

SECRETARIA DE CULTURA DA BAHIA. **CARTILHA SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA.** Salvador: Secult-Ba, 2009

SECRETARIA DE CULTURA DA BAHIA. Pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros Cultura- 2006 – IBGE (Bahia). **Superintendência de Promoção Cultural: Salvador, 2008.** Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/infocultura/downloads/nota-tecnica-em-formato-pdf/attachment_download/file

Acesso: 27 de agosto de 2008

SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO. **Bahia: Política Cultural**. Salvador, 2003.

SECRETARIA DE CULTURA DA BAHIA. www.cultura.ba.gov.br. Acesso em: 27 de Agosto de 2007

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA . Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/mapa_territorios.html. Acesso em: 23 de junho de 2008

SEIBEL, Erni José; GELINSKI, Carmen Rosário. **Formulações de políticas públicas: questões metodológicas relevantes**. In: Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, Abril e Outubro de 2008

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política: 1964 – 1969. In: _____. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p.61-92

SILVA, Frederico Barbosa. **Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento**. Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 3. Ministério da Cultura: Brasília, 2007

SILVA, Liliana Sousa. **Indicadores para políticas culturais de proximidade: o caso Prêmio Cultura Viva**. Universidade de São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, 2007. (tese de doutorado)

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discurso de lançamento do Programa Brasileiro de Cinema e Vídeo. In: GIL, Gilberto. **Cadernos Do-In Antropológico**. Brasília, Ministério da Cultura, 2003.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. **Desequilíbrios Regionais no Estado da Bahia: avaliação e questões estratégicas**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Desigualdades Regionais. Salvador: SEI, 2004. (Série estudos e pesquisas, 67). **Disponível em:** http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/sep/pdf/sep_67/sylvio_bandeira_mello_silva.pdf. **Acesso em:** 24 de junho de 2008

SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença - a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SOBREIRA, Sérgio. **Cultura, política e mercado na Bahia: a criação da Secretaria de Cultura e Turismo**. Salvador: UFBA, Pós Cultura, 2007 (dissertação de mestrado).

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. 10.ed. São Paulo: Editora Unesp, Salvador: Edufba, 2001.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLE, Hans Michael van. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção**. In: Revista de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, maio/jun, 2008.

UCHÔA, Sara. **Políticas Culturais na Bahia (1964 – 1987)**. Salvador, 2006. Disponível em: www.cult.ufba.br. Acesso em 02/01/2008.

UNESCO. **Declaração Universal sobre Diversidade Cultural**. Paris, 2001.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença - a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

ÝUDICE, George. **A conveniência da cultura**. Usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

APÊNDICE A - Patrimônio material recuperado no Governo Wagner

Cidade	Patrimônio
Alagoinhas	Estação Ferroviária São Francisco (1ª etapa)
Cachoeira	Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, o antigo Arquivo Público Municipal, a antiga residência do jurista Augusto Teixeira de Freitas, Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte, edificações na rua Ana Nery, e o conjunto arquitetônico Quarteirão Leite Alves, inaugurado em 25 de maio de 2009, para sediar o campus da Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB, 11 imóveis privados. Terreiro Rumpame Ayono Runtolog.
Lençóis	Casa de Cultura Afrânio Peixoto e do Anfiteatro, Avenida Senhor dos Passos, a nova sede da Prefeitura, Igreja Nossa Senhora dos Passos, igrejas de Nossa Senhora dos Passos, Igreja Nossa Senhora do Rosário, em Lençóis, e no financiamento de 65 imóveis privados nas cidades de Cachoeira e Lençóis. 27 imóveis privados. As 2ª e 3ª etapas de requalificação urbana de logradouros da cidade de Lençóis estão em fase de licitação, com previsão de início de obras para o primeiro semestre de 2010, com investimento de R\$ 3,2 milhões
São Félix	Obras de requalificação urbana da orla de São Félix (R\$ 2,4 milhões) e a restauração dos bens artísticos da Igreja Matriz (R\$ 956 mil), somados correspondem um investimento de R\$ 3,3 milhões
Salvador	Casa das Sete Mortes, Igreja e Cemitério do Pilar, Igreja Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, Palácio Rio Branco, Oratório da Cruz do Pascoal, Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Memorial Olga do Alaketo; Catedral Basílica de Salvador (acessibilidade); anteprojeto do Corpo de Bombeiros; Igreja Nossa Senhora de Guadalupe, na Ilha dos Frades; Museu de Arte da Bahia; Terreiro Ilê Axé Oxumaré (reforma e ampliação)

Fonte: Organizado pela autora a partir dos Relatórios de Atividades do Governo Estadual entre 2007 e 2009

APÊNDICE B - Projeto na área de Memória do Governo Wagner

Projeto	Caracterização
Revista Bahia de Todos os Cantos	Publicada em parceria com a Empresa Gráfica da Bahia (EGBA) e com a Secretaria do Planejamento (SEPLAN), tem como proposta apresentar um panorama de todos os Territórios de Identidade do Estado, suas riquezas culturais, características geográficas, peculiaridades de seu povo e conjuntura socioeconômica. Tiragem: 20.000 exemplares.
Coletânea de Textos Históricos sobre a Independência da Bahia	Encarte do Diário Oficial da Bahia voltado a divulgar textos históricos de grande valor para a memória coletiva sobre a independência da Bahia. Tiragem de 2.025 exemplares
Revista História da Bahia	Projeto coordenado em parceria com as Universidades Federais e Estaduais baianas que tem como tema central da história dos movimentos sociais baianos, para promover a difusão de informações sobre temas relevantes para construção da memória social, política e cultural da Bahia
Ciclo de Conferências sobre os 120 anos de Proclamação da República,	Evento promovido na Biblioteca pública do Estado da Bahia reuniu pesquisadores que se dedicam a investigações sobre o processo de proclamação da República no Brasil e ofereceu à comunidade interessada oportunidade para dialogar com as várias interpretações sobre este evento político e a atuação dos diversos grupos sociais no processo de implantação do regime republicano. O evento contou com a participação de, aproximadamente, 427 pessoas.
Projeto Otávio Mangabeira – Cartas do Exílio (1930-1934, 1938-1945) 1º e 2º Exílio	Ação realizada pela FPC através do Centro de Memória da Bahia que visa selecionar, transcrever, comentar e contextualizar historicamente, para publicação, 1.945 correspondências, aproximadamente, pertencentes ao acervo pessoal de Otávio Mangabeira que governou a Bahia entre os anos de 1947 - 1951. Até o momento, mais de 700 correspondências já estão prontas para editoração. A conclusão deste Projeto irá disponibilizar à comunidade acadêmica baiana e demais interessados, um dos mais importantes acervos de História Política do Estado da Bahia
Catálogo Salões Regionais 2007-2008	Além das mostras competitivas dos Salões Regionais, em 2009, foi publicado um catálogo que reúne informações e imagens das obras premiadas e de autoria dos artistas homenageados nas seis edições dos Salões Regionais que aconteceram em 2007 e 2008. Tiragem: 1.000 exemplares. Esta iniciativa possibilita grande visibilidade aos premiados, já que, além de reproduções das suas obras, constam depoimentos, dados curriculares e contatos (e-mails) dos artistas. Inclui também, textos institucionais e uma apresentação crítica de autoria de Alejandra Munõz, professora de Arte Contemporânea da Escola de Belas Artes da Ufba.
Mapeamento de Murais e Painéis Artísticos na Bahia	Atividade de pesquisa que consiste na catalogação e registro de murais e painéis existentes em espaços públicos e privados de Salvador, cuja primeira etapa iniciou-se em novembro de 2008 e concluiu-se em janeiro de 2009. Esse Mapeamento enfocou as características técnicas de 144 murais e painéis produzidos na capital e relacionou informações acerca dos autores e de suas importâncias no contexto cultural baiano.

Cinemateca da Bahia – Centro de Memória e Difusão do Audiovisual Baiano	Projeto coordenado pelo grupo de trabalho criado pela SECULT em maio de 2009, através da Portaria 086/2009, com o objetivo de unir os acervos audiovisuais da FUNCEB ⁴² e do IRDEB. Através deste projeto, busca-se implementar o Programa Memória Audiovisual e Sonora da Bahia, bem como desenvolver uma política pública de memória audiovisual para o Estado. Fazem parte deste projeto também duas iniciativas: o Tempo Glauber Digital na Bahia e o Memorial de Cinema Roque Araújo.
Exposição “Alexandre Robatto Filho – centenário de um cineasta baiano”	Iniciativa da FUNCEB e do IRDEB realizada entre 27 de janeiro e 1 de março de 2009 no Palacete das Artes, para celebrar a memória de um dos pioneiros do cinema na Bahia, contando através de painéis, a vida e a obra de Alexandre Robatto Filho.
Memória da Dança	Iniciativa promovida pela FUNCEB em parceria com o Acervo Mariposa, videoteca especializada em dança, sem fins lucrativos, que gerencia o acesso gratuito de vídeos digitalizados de dança para o público nacional e internacional, este projeto tem como objetivo promover o desenvolvimento, o registro e a memória da dança, ampliando o acervo da Escola de Dança da FUNCEB. Visa também realizar palestras, debates e bate-papos sobre registro e memória na dança; e promover a recuperação e a digitalização do acervo de dança sob o domínio da fundação.
Programa de Apoio às Filarmônicas e Fanfarras	Pretende criar condições de apoio financeiro e de gestão. Foi elaborado um sistema de cadastramento com a finalidade de conhecer agremiações e seus principais atores, tornando possível o desenvolvimento de análises e ações com foco nas demandas identificadas. O cadastramento das filarmônicas nos meses de abril e maio de 2009 coletou novas informações e dados de 186 agremiações de 164 municípios que mobilizam 4.667 músicos e 8.889 alunos em todos os Territórios de Identidade. No caso das fanfarras, o cadastramento ocorreu de outubro a dezembro com a participação de 136 agremiações, sendo 60,2% vinculadas a escolas estaduais, motivando uma ação conjunta entre a SECULT e a Secretaria da Educação – SEC
Guia de Fontes Manuscritas Avulsas da Capitania da Bahia	Busca a construção de índices toponímico, onomástico e temático, correspondente a 19.600 verbetes referentes aos documentos custodiada pelo Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e digitalizados pelo Arquivo Público da Bahia. Este guia fornecerá a comunidade acadêmica baiana poderá um importante instrumento de pesquisa sobre o Brasil no período colonial.
Complementação de Aquisição de Estantes Deslizantes e Sistema de Detecção de Incêndio para o Acervo Colonial / Provincial do APB	Patrocinado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, iniciado em março de 2007, tem por finalidade implementar rotinas institucionais ao serviço de atendimento à pesquisa presencial do Arquivo Público da Bahia
Projeto Conversão Digital de Documentos Especiais	Ocupa-se da digitalização, publicação e divulgação das palestras referentes ao curso “Conversando com a sua História”, garantindo, assim, a preservação de acervos sonoros produzidos e salvaguardados pelo Centro de Memória Baiana e o acesso da população baiana.
Projeto Independência do Brasil na Bahia: microfilmagem, digitalização e elaboração de instrumento digital de pesquisa	Prioriza a restauração e a disponibilidade de documentos da independência do Brasil, por meio de banco de dados, para consulta pública. Orçado em R\$ 23 mil, o projeto será financiado pelo governo espanhol, através da Agência de Apoio Desarrollos de Archivos Iberoamericanos – Adai.

Fonte: Organizado pela autora a partir dos Relatórios de Atividades do Governo Estadual entre 2007 e 2009

⁴² Segundo o Relatório de Atividades do Governo da Bahia de 2009 (2010, p.358) a “FUNCEB abriga o mais significativo acervo audiovisual do Estado, com mais de 4.300 itens, entre películas cinematográficas, vídeos, DVD, cartazes, fotografias, discos em vinil, CD, revistas, livros e roteiros que contam parte significativa da história do cinema baiano. Através do empréstimo sem ônus dessas obras, procura contribuir para a pesquisa e preservação da vasta produção audiovisual baiana”.

APÊNDICE C- Projeto na área de Animação Artística – Governo Wagner

Projeto	Caracterização
Apoio ao Carnaval de Salvador	Contratação, em 2008 de 102 artistas independentes que se apresentaram em palcos e trios elétricos, gerando um investimento total de R\$ 1,5 milhão e em 2009 foram investidos em torno de R\$ 10 milhões no Carnaval de Salvador, sendo que R\$ 8,3 milhões foram aplicados diretamente pela SECULT e R\$ 1,6 milhão através de parcerias promovidas com a Companhia Gás Natural, Canalizado da Bahia – Bahiagás, Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A. – Embasa e o Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá.
Carnaval Pipoca	Promove <i>shows</i> de artistas em palcos instalados pela Prefeitura e desfiles de trios elétricos para o público folião pipoca que está fora dos blocos de cordas nos circuitos do Campo Grande – Sé e Barra – Ondina, gerando um investimento total de R\$ 3,4 milhões, sendo R\$ 1,9 milhão do tesouro do Estado e R\$ 1,5 milhão de parcerias firmadas com a Bahiagás e a Embasa.
Carnaval do Pelourinho	SECULT, através do Ipac, investiu em 2009 R\$ 1,2 milhão na realização do evento.
Forte Da Capoeira	O Forte de Santo Antonio Além do Carmo, bem imóvel tombado pelo Iphan e administrado pelo Ipac desde novembro de 2007, atua como um espaço de atividades artísticas, expositivas e culturais, destacando sua atividade principal, a Capoeira. Em 2009, foram realizados 35 eventos com a presença de 7.493 pessoas, e investidos R\$ 2,3 milhões.
Ensaios de verão	Promoção de shows do Olodum, Muzenza, Dida, Filhos de Gandhi e Jau, dentre outras atrações em 2009.
Projeto Pelourinho Cultural	Apresentações de artistas locais, nacionais e internacionais, levando o público ao Centro Histórico de Salvador para contemplar diferentes linguagens culturais como música, teatro, dança, artesanato, feiras de antiguidades e atividades educativas. Cabe um destaque, ao projeto pela geração de eventos diversificados e paralelos que diversificaram e ampliaram o público, através de seminários, <i>workshops</i> , cursos, oficinas, palestras, a exemplo da "Semana da Criança no Pelô", do "Workshop o 16º Panorama Percussivo Mundial - PercPan", do "Tudo é Percussão", e do "Encontro de Sanfoneiros de 8 Baixos".
Tô no Pelô	Promoção de com cerca de 130 shows e espetáculos no Pelourinho. 22 projetos foram selecionados envolvendo atrações musicais, teatrais, de dança, de arte-educação e visuais, com ingressos gratuitos ou a preços populares.
Encontro das Culturas dos 14 povos indígenas – E-14+	Programa de Fomento à Produção Cultural das Comunidades Indígenas realizado em 2008, reunindo 550 pessoas na aldeia Tuxá, em Rodelas, dentre as quais 266 representantes indígenas dos povos Atikum, Kaimbê, Kiriri, Kantaruré, Pankararé, Pankaru, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Payayá, Truká, Tumbalalá, Tupã, Tupinambá, Tuxá e Xucuru-Kariri em torno da discussão sobre a necessidade de incentivo cultural, inclusão digital. Em 2009, as ações do E-14+ tiveram continuidade em março, com a realização de uma série de eventos na Praça do Campo Grande e no Teatro Castro Alves, em Salvador.

Festival de Música Educadora FM	Tem o objetivo de movimentar o cenário musical baiano, com o apoio dos representantes dos 26 Territórios de Identidade Cultural do Estado, veiculando produção variada, com programas musicais de 60min, programas jornalísticos e informativos.
Conferência Estadual de Comunicação e Cultura	Debate promovido pelo Conselho Estadual de Cultura em 2008.
O Papel Cultural da Mídia na Bahia	Debate promovido pelo Conselho Estadual de Cultura em 2008.
Adequação do Financiamento e Legislação do Estado às Especificidades da Produção Audiovisual	Debate promovido pelo Conselho Estadual de Cultura em 2008.
Seminário da TV Pública: Gestão da Tecnologia	Realizado em 2007, focado na discussão da missão da TV pública no Estado, migração tecnológica, TV digital, TV pública versus estatal, comunicação política e comunicação cidadã, gestão e modelos de negócio.
Workshop de Programação para TV Pública	Realizado com o objetivo de ampliar a reflexão sobre o tema.
Casulos – Baldomiro	A exposição "Casulos", do artista visual Baldomiro, exibida de 30 de julho a 26 de agosto de 2009, no Goethe Institut, possibilitou o lançamento do catálogo de obras do artista em Salvador, publicado em 2008, através do Calendário de Apoio da Funceb e lançado no mesmo ano em Feira de Santana.
Otto Desenhos Animados	A exposição "Otto Desenhos Animados" integrou a programação do III Encontro Baiano de Animação – Animaí, promovido pela Funceb. Trata-se de obras representando três décadas de realização de filmes de animação deste que é um dos mais importantes estúdios de animação do país.
Desfile Comemorativo do Dois de Julho 2009	A Funceb apoiou a vinda de dez Filarmônicas e cinco Manifestações Populares para apresentação, em Salvador, no desfile anual que comemora as lutas da Independência do Brasil na Bahia.
Show de Peu Meurray e os Pneumáticos	Apoio para a apresentação do cantor Peu Meurray e os Pneumáticos no cortejo que fez parte da programação do aniversário da cidade de Uibaí
Projeto Cantador de Chula	Pesquisa que visa o registro, preservação e divulgação da chula cantada no samba de roda e samba rural no Recôncavo e no Agreste, um tesouro da tradição oral de matriz africana.
V Encontro Redemoinho	Movimento Brasileiro de Espaços de Criação, Compartilhamento e Pesquisa Teatral", realizado em março, no Teatro Vila Velha, com o objetivo de formular documento dirigido ao MinC e a Fundação Nacional de Artes – FUNARTE, FUNARTE, fazendo considerações acerca da atuação de ambos órgãos ao longo do ano de 2009, bem como a avaliação à atuação do Movimento no ano anterior, definição de estratégias de ação em nível municipal e estadual.

Fonte: Organizado pela autora a partir dos Relatórios de Atividades do Governo Estadual entre 2007 e 2009

APÊNDICE D - Projeto na área de Estímulo a Produção Artística do Governo Wagner

Projeto	Caracterização
Edital 2009/01 - Preservação, dinamização e difusão de acervos pertencentes a instituições museais privadas e comunitárias da Bahia	Edital lançado pelo IPAC durante a Semana de Museus, no mês de maio/2009, destinando R\$ 780.000,00 para 14 propostas de preservação, dinamização e difusão de acervos pertencentes a instituições museais privadas e comunitárias da Bahia
Edital 2009/02 - Apoio a propostas de formação artística e/ou qualificação técnica na área museológica e patrimonial	Edital lançado pelo IPAC durante a Semana de Museus, no mês de maio/2009, destinando R\$ 350.000,00 para o financiamento de 23 projetos de cursos, mini-cursos, oficinas e ciclo de palestras de formação artística e/ou qualificação técnica nas áreas museológica e patrimonial.
Edital 2009/03 - Apoio à publicação de ensaios fotográficos da Bahia	Edital lançado pela FUNCEB com o objetivo de apoiar projetos de apoio à publicação de ensaios fotográficos da Bahia, tendo sido contemplados 03 projetos, gerando um investimento total de R\$ 180.000,00
Edital 2009/04 - Matilde Matos - apoio à curadoria e montagem de exposições da Bahia	Edital lançado pela FUNCEB com objetivo de apoiar projetos de montagem nas áreas de artes visuais, tendo sido contemplados 10 projetos, gerando um investimento total de R\$ 330.000,00
Edital 2009/05 - Apoio à produção de conteúdo em música da Bahia	Edital lançado pela FUNCEB com objetivo de apoiar projetos de produção de conteúdo na área de música, sendo que 10 projetos foram contemplados, gerando um investimento total de R\$ 480.000,00
Edital 2009/06 - Manoel Lopes Pontes - apoio à montagem de espetáculos de teatro da Bahia	Edital lançado pela FUNCEB com o objetivo de apoiar projetos de montagem de espetáculos na área teatro, sendo que 10 projetos foram contemplados, gerando um investimento total de R\$ 720.000,00
Edital 2009/07 - Yanka Rudzka - apoio à montagem de espetáculos de dança da Bahia	Edital lançado pela FUNCEB com o objetivo de apoiar projetos de montagem de espetáculos na área dança, sendo que 10 projetos foram contemplados, gerando um investimento total de R\$ 720.000,00

Edital 2009/08 - Apoio a projetos de valorização do patrimônio cultural da Bahia	Edital lançado pelo IPAC para apoio a projetos de valorização do patrimônio cultural da Bahia, sendo que 10 projetos de educação patrimonial foram contemplados, gerando um investimento total de R\$ 190.000,00
Edital 2009/09 - Apoio à elaboração de projetos de preservação de bens imóveis tombados da Bahia	Edital lançado pelo IPAC para apoio de projetos de identificação e conhecimento do bem cultural, projetos executivos e complementares; e execução de obras de restauração de imóveis tombados, sendo que 08 projetos foram contemplados, gerando um investimento total de R\$ 750.000,00
Edital 2009/10 - Apoio à execução de obras de restauração de bens imóveis tombados da Bahia	Edital lançado pelo IPAC para apoio à projetos de obras e serviços emergenciais, restauração arquitetônica, artística e de segurança de bens culturais, sendo que 04 projetos foram contemplados, gerando investimento total de R\$ 1.100.000,00
Edital 2009/11 - Tô no Pelô - apoio à dinamização artístico cultural do pelourinho	Edital lançado pelo IPAC, como iniciativa especial dedicada ao Pelourinho para dar suporte ao processo de dinamização desse importante sítio histórico, onde foram investidos R\$ 2.400.000,00, direcionados a 44 projetos para ocupação dos largos e espaços livres, com espetáculos, intervenções urbanas e ações artístico-educativas.
Edital 2009/12 - Ninho Reis - apoio à circulação de espetáculos de dança da Bahia	Edital lançado pela FUNCEB com o objetivo de apoiar projetos de circulação de espetáculos na área dança, sendo que 09 projetos foram contemplados, gerando um investimento total de R\$ R\$ 540.000,00
Edital 2009/13 - Jurema Penna - apoio à circulação de espetáculos de teatro da Bahia	Edital lançado pela FUNCEB com o objetivo de apoiar projetos de circulação de espetáculos na área teatro, sendo que 09 projetos foram contemplados, gerando um investimento total de R\$ R\$ 540.000,00
Edital 2009/14 - Giro das Artes Visuais - apoio à circulação de exposições da Bahia	Edital lançado pela FUNCEB com o objetivo de apoiar projetos de circulação de exposições, sendo que 04 projetos foram contemplados, gerando um investimento total de R\$ 160.000,00
Edital 2009/15 - Vivaldo Ladislau - Apoio à circulação de shows de música da Bahia	Edital lançado pela FUNCEB com o objetivo de apoiar projetos de circulação de shows de música, sendo que 09 projetos foram contemplados, gerando um investimento total de R\$ 540.000,00
Edital 2009/16 - Apoio à pesquisa e preservação da memória audiovisual baiana	Edital lançado pelo IRDEB, para apoio à produção de obras audiovisuais de curta-metragem e longa-metragem, sendo que 03 projetos foram contemplados, gerando um investimento total de R\$ 150.000,00
Edital 2009/17 - Apoio à produção de obras audiovisuais de curta-metragem	Edital lançado pelo IRDEB, para apoio à produção de teledramaturgia em série para televisão, sendo que 03 projetos foram contemplados, gerando um investimento total de R\$ 195.000,00
Edital 2009/18 - Apoio à produção de obras audiovisuais de longa -metragem	Edital lançado pelo IRDEB, para apoio à projetos de produção de teledramaturgia em série para televisão, sendo que 01 projeto foi contemplado, gerando um investimento total R\$ 1.200.000,00
Edital 2009/19 - Apoio à produção de teledramaturgia em série para televisão	Edital lançado pelo IRDEB, para apoio à projetos de produção de teledramaturgia em série para televisão, sendo que 03 projetos foram contemplados, gerando um investimento total de R\$ 900.000,00
Edital 2009/20 - Apoio à produção de projeto completo para série de animação e interprograma de TV	Edital lançado pelo IRDEB, para apoio à projetos de produção de projeto completo para série de animação e interprograma de TV, sendo que 05 projetos foram contemplados, gerando um investimento total de R\$ 250.000,00

Edital 2009/21 - Apoio à realização de mostras e festivais audiovisuais	Edital lançado pelo IRDEB, para apoio de 05 projetos de realização de mostras e festivais audiovisuais, gerando um investimento total de R\$ 280.000,00
Edital 2009/22 - Cultura Negra	Edital lançado pela FPC com o objetivo de promover a Cultura Negra, onde foram inscritos 68 projetos, sendo 63 habilitados e 07 contemplados, gerando com um investimento total de R\$ 300.000,00
Edital 2009/23 - Culturas LGBT	Edital lançado pela FPC, de caráter transversal, voltado para contemplar as demandas do movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - LGBT, tendo 39 projetos inscritos, 37 foram habilitados e 06 contemplados, gerando um investimento total de R\$ 250.000,00
Edital 2009/24 - Publicação de periódicos em Cultura	Edital lançado pela FPC, para apoio à publicação de periódicos em Cultura, com 02 projetos contemplados, gerando um investimento total de R\$ 240.000,00
Edital 2009/25 - Apoio à edição de livros de autores Baianos	Edital lançado pela FPC para apoio à edição de livros de autores baianos, com 73 projetos inscritos, 65 habilitados e 15 contemplados, gerando um investimento total de investimento total de R\$ 375.000,00
Edital 2009/26 - Apoio a editoras para edição de coleção de livros	Edital lançado pela FPC para apoio às editoras para edição de coleção de livros, com 05 projetos inscritos, 04 habilitados e 03 contemplados, gerando um investimento total de R\$ 210.000,00
Edital 2009/27 - Apoio à pesquisa para criação Literária	Edital lançado pela FPC para apoio à pesquisa para criação literária, com 20 projetos inscritos, 19 habilitados e 08 contemplados, gerando um investimento total de R\$ 150.000,00
Edital 2009/28 - Incentivo à leitura no Estado da Bahia	Edital lançado pela FPC com a finalidade de fomentar a leitura em seus diversos gêneros e tipologias textuais, onde foram realizadas 35 inscrições, sendo 30 projetos habilitados e 10 contemplados, gerando um investimento total de R\$ 180.000,00
Chamada Pública - Resolução 001/2009 - Projetos para o Ano da França no Brasil	Chamada Pública lançado pelo FCBA para seleção de projetos para o Ano da França no Brasil, com recursos no montante de R\$ 1.200.000,00, sendo que para essa chamada pública não houveram projetos contemplados.
Chamada Pública - Resolução 072/2009 - Projetos Documentários sobre Territórios de Identidade	Chamada Pública lançado pelo FCBA para seleção projetos de Documentários sobre Territórios de Identidade, tendo sido 04 projetos contemplados, gerando um investimento total de R\$ 640.000,00.
Chamada Pública - Resolução 072/2009 - Projetos de intercâmbio e difusão artística	Chamada Pública lançado pelo FCBA para seleção de projetos de intercâmbio e difusão artística, com recursos no montante de R\$ R\$ 18.000,00, sendo que para essa chamada pública não houveram projetos contemplados.
Chamada Pública - Resolução 211/2009 - Projetos de residência artística	Chamada Pública lançado pelo FCBA para seleção projetos de residência artística, tendo sido 06 projetos contemplados, gerando um investimento total de R\$ 150.000,00.
01/2009 - Portas Abertas Para as Artes Visuais	Edital lançado pela FUNCEB para apoio de exposições para galerias FUNCEB e SECULT, tendo 47 projetos inscritos, 37 selecionados, gerando um investimento total de R\$ 36.000,00
02/2009 - Salões Regionais de Artes Visuais 2008	Edital lançado pela FUNCEB para apoio à seleção e premiação de trabalhos para os Salões de Artes Visuais em Valença, Juazeiro e Porto Seguro, tendo 264 projetos inscritos, 9 selecionados, gerando um investimento total de R\$ 82.500,00
03/2009 - Segundas Musicais*	Edital lançado pela FUNCEB para seleção de espetáculos para Projeto Segundas Musicais, tendo 117 projetos inscritos, porém, o processo de seleção foi adiado para 2010.
04/2009 - Quarta Que Dança	Edital lançado pela FUNCEB para apoio à Seleção de espetáculos de dança, trabalhos em fase de criação e intervenções urbanas de Dança com 57 projetos inscritos e 19 contemplados, gerando um investimento total de R\$ 82.000,00
05/2009 - Quintas do	Edital lançado pela FUNCEB para Seleção de espetáculos para

Teatro*	participação no Projeto Quintas do Teatro, tendo 78 projetos inscritos, porém, o processo de seleção foi adiado para 2010.
06/2009 - II Concurso Estadual de Crítica Cinematográfica Walter da Silveira	Edital lançado pela FUNCEB para apoio à Seleção de críticas cinematográficas com 27 projetos inscritos e 03 contemplados, gerando um investimento total de R\$ 6.500,00
07/2009 - XIII Festival Nacional 5 Minutos	Edital lançado pela FUNCEB para apoio à Décima terceira edição do Festival dos 5 min, com 273 projetos inscritos, 03 contemplados, gerando um investimento total de R\$ 30.000,00
08/2009 - TCA núcleo - montagem de espetáculo teatral	Edital lançado pela FUNCEB para apoio à XV Montagem do Núcleo de Teatro do TCA, com 7 projetos inscritos, 01 aprovado, gerando um investimento total de R\$ 200.000,00 em 2009 e 5 projetos inscritos e 01 aprovado, gerando um investimento total de R\$ 150.000,00 em 2007
Calendário de Apoio a Projetos Culturais	criado em 2008 com o objetivo de organizar as solicitações de apoio e aperfeiçoar a distribuição de recursos públicos destinados a projetos culturais de demanda espontânea, apoiando 67 projetos no primeiro ano de execução, com incentivos de até R\$ 10 mil. Em 2009 foram inscritas 152 propostas, sendo 23 propostas apoiadas pela FUNCEB no montante de R\$ 143 mil em recursos aplicados.
Programa Mais Cultura	Edital Microprojetos Culturais, lançado pela Funceb no contexto do Programa Mais Cultura, do Governo federal, com 1.156 projetos inscritos e 243 foram contemplados em 211 municípios da região do semi-árido baiano.
Requalificação Ampliação Complexo TCA	e do Edital para concurso público nacional que escolherá o Projeto Arquitetônico para Requalificação e Ampliação do TCA, promovido pela Funceb e organizado em parceria técnica com o Instituto dos Arquitetos da Bahia - IAB/BA, para premiação dos cinco melhores projetos, sendo que os cinco primeiros colocados receberão, em ordem de classificação, as seguintes premiações: R\$ 60 mil, R\$ 30 mil, R\$ 20 mil, R \$ 15 mil e R\$ 10 mil.
Salões Regionais de Artes Visuais da Bahia	Edital lançado pela FUNCEB para seleção e premiação de trabalhos para os Salões de Artes Visuais, com o objetivo de ampliar a regionalização e o desenvolvimento das artes na Bahia, sendo que em 2007 foram 81 projetos inscritos e 8 premiados, gerando um investimento total de R\$ 36 mil e em 2009 dos Salões foram 264 trabalhos inscritos, pouco mais que o dobro em relação a 2008 e o triplo se comparado a 2007. Tendo sido escolhidas 81 propostas e disponibilizados R\$ 82,5 mil em premiação, sendo R\$ 45 mil destinados a obras artísticas e R\$ 37,5 mil na forma de apoio à participação.
Ações de Fomento e Apoio à Produção Audiovisual	Apoio, através da FUNCEB, para a realização de projetos experimentais e de produção independentes, mediante empréstimo, sem ônus, de equipamentos para filmagem, captação de som e finalização, da prestação gratuita de serviços de edição e copiagem, democratizando o acesso dos mais diversos segmentos sociais à produção audiovisual, tendo ocorrido, criando condições para que possam expressar suas idéias utilizando a linguagem audiovisual. Foram 52 empréstimos de equipamentos, 128 copiagem e 29 edições, em 2009, 114 empréstimos de equipamentos, 216 copiagem e 27 edições e 02 cessões de salas de apoio à produção em 2008 e 102 empréstimos de equipamentos, 491 copiagem e 38 edições e cessões de salas de apoio à produção em 2007.
Procultura	Criado na esfera do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - Fundese, fundo financeiro do Estado administrado pela Secretaria da Fazenda através da Desembahia, o Procultura tem como finalidade incentivar a implantação, o desenvolvimento e a modernização de atividades econômicas relativas à criação, produção, circulação, distribuição, exibição, divulgação, comercialização e exportação de bens culturais de interesse para a matriz cultural e econômica da Bahia. São beneficiários do Programa empresas e/ou instituições (associações ou cooperativas de produção, Oscips) localizadas na Bahia, que componham a cadeia produtiva de atividades culturais, selecionadas mediante critérios da Desembahia e da SECULT.
Selo Letras da Bahia	A SECULT, por intermédio do Núcleo do Livro, Leitura e Literatura - NLLL, da FPC, viabilizou a publicação, em agosto de 2008, de dez títulos selecionados em 2006 para concluir a publicação do Selo Letras da Bahia, extinto em 2007. São eles: "Capoeira de Angola como Treinamento para o Autor", de Evani Tavares Lima; "O Velho Coronel e Outras Crônicas", de Regina Oliveira; "Ruínas Aladas", de Luiz Fernando Calaça; "Ari Barroso e a Invenção do Brasil Brasileiro", de João Edson Rufino; "A Poesia em Crise, a Palavra em Pânico, o Espelho Náufrago", de Jorge Lima; "Ao Amigo Desconhecido", de Lago Júnior; "Livro de Imagens", de Antônio Júnior; "A Outra Margem", de Idmar Boaventura; "As Voltas do Tempo", de Lúcia Santori Carneiro; o lançamento póstumo de "Belas e Feras Baianas", de Doralice Alcoforado, lançados coletivamente no Palácio Rio Branco, quando foram, também,

	distribuídos gratuitamente aos presentes. Foi publicado, ainda, em edição fac-similar, o livro "Paranóia", de Afrânio Peixoto, em português e espanhol.
Edital Portas Abertas para as Artes Visuais	Edital lançado pela FUNCEB para seleção de propostas de exposições para galerias da Funceb, tendo 23 projetos inscritos e 9 premiados em 2007, 46 inscritos e 17 selecionados em 2009, gerando um investimento total de R\$ 36 mil
Edital Prêmio Carlos Petrovich – Teatro	Edital lançado pela FUNCEB para apoio a projetos de difusão, formação, registro e memória em teatro, tendo 79 projetos inscritos em 2007 e 9 premiados, gerando um investimento total de R\$ 100 mil.
Edital de Produção de Conteúdo Digital em Música	Edital lançado pela FUNCEB para apoio a projetos de registro e gravação de fonogramas e vídeos inéditos a serem distribuídos na Internet, tendo, em 2007, 39 projetos inscritos e 08 premiados, gerando um investimento total de R\$ 77 mil.
03/2009 - Segundas Musicais	Edital lançado pela FUNCEB para seleção de espetáculos para Projeto Segundas Musicais, sendo que em 2009 houveram 117 projetos inscritos.
04/2009 - Quarta Que Dança	Edital lançado pela FUNCEB para seleção de espetáculos de dança, trabalhos em fase de criação e intervenções urbanas de Dança, com 57 projetos inscritos em 2009, 19 selecionados, gerando um investimento total de R\$ 82 mil. Em 2007 houveram 23 projetos inscritos e 9 premiados, gerando um investimento total de R\$ 21 mil.
05/2009 - Quintas do Teatro	Edital lançado pela FUNCEB para seleção de espetáculos para participação no Projeto Quintas do Teatro, com 78 projetos inscritos em 2009.
06/2009 - II Concurso Estadual de Crítica Cinematográfica Walter da Silveira	Edital lançado pela FUNCEB para seleção de críticas cinematográficas, com 27 projetos inscritos e 3 selecionados em 2009, gerando um investimento total de R\$ 6,5 mil.
07/2009 - XIII Festival Nacional 5 Minutos	Edital lançado pela FUNCEB para realização da Décima terceira edição do Festival dos 5 minutos, tendo 273 projetos inscritos e 3 contemplados, gerando um investimento total de R\$ 30 mil. Em 2008 houveram 209 vídeos inscritos – 195 da Bahia e 14 de outros Estados e em 2007 181 vídeos inscritos e 4 premiados, gerando um investimento total de R\$ 30 mil.
08/2009 – TCA núcleo – montagem de espetáculo teatral	Edital lançado pela FUNCEB para a XV Montagem do Núcleo de Teatro do TCA, sendo que em 2009 houveram 7 projetos inscritos e 1 aprovado, gerando um investimento total de R\$ 200 mil. Em 2007 houveram 5 projetos inscritos e 1 aprovado, gerando um investimento total de R\$ 150 mil.
Edital de Apoio a Pesquisa e Projetos Artístico-Educativos em Dança	Edital lançado pela FUNCEB para apoio a projetos de pesquisa e artístico-educativos em dança, com 18 projetos inscritos e 8 aprovados, gerando um investimento total de R\$ 46 mil.
Edital de Ocupação do Espaço Xisto Bahia por Grupos Residentes	Edital lançado pela FUNCEB para ocupação do Espaço Xisto Bahia por Grupos Residentes, tendo 02 projetos inscrito em 2007.
Edital de Cessão de Pautas	Edital lançado pela FUNCEB para seleção de projetos para ocupar as pautas de 3ª e 4ª feiras nos espaços culturais da SECULT/Funceb, sendo que em 2008 foram selecionadas 21 propostas para as categorias e em estes 2007 houveram 14 projetos inscritos e 4 premiados,
Edital Prêmio Yanka Rudzka	Edital lançado pela FUNCEB para apoio à montagem de espetáculos de dança, tendo 20 projetos inscritos e 4 contemplado, gerando um investimento total de R\$ 46 mil em, 2007
Edital Prêmio Ninho Reis	Edital lançado pela FUNCEB para apoio a projetos de circulação de espetáculos de dança, sendo que em 2007 houveram 14 projetos inscritos e 8 premiados gerando um investimento total de R\$ 150 mil.
Edital Prêmio Jurema Penna	Edital lançado pela FUNCEB para apoio à circulação de espetáculos de teatro, sendo que em 2007 houveram 30 projetos inscritos e 10 premiados, gerando um investimento total de R\$ 185 mil.
Edital Salão de Design	Edital lançado pela FUNCEB para seleção de projetos para a mostra Salão de Design, sendo que em 2007 houveram 31 projetos inscritos e 4 premiados gerando um investimento total de R\$ 20 mil.
Edital Diálogos Estéticos	Edital lançado pela FUNCEB para apoio a projetos inéditos para realização de exposições de acervos de arte públicos, particulares ou religiosos, tendo sido inscritos 8 projetos e 4 contemplados, gerando um investimento total de R\$ 60 mil em 2007
Edital Prêmio Matilde Matos	Edital lançado pela FUNCEB para apoio à montagem de exposições de artes visuais, com 18 projetos inscritos e 5 premiados, gerando um investimento total de R\$ 30 mil.

Edital Multimídia Circular de Música	Edital lançado pela FUNCEB para seleção de projetos de apresentações e capacitação em música e multimídia, com 15 projetos inscritos e 3 premiados, gerando um investimento total de R\$ 165 mil em 2007
Edital de Apoio ao Desenvolvimento de Roteiros	Edital lançado pela FUNCEB para projetos de roteiros cinematográficos de longa-metragem, com 71 projetos inscritos e 9 premiados, gerando um investimento total de R\$ 135 mil em 2007
Edital de Apoio à Cultura Digital	Edital lançado pela FUNCEB para apoio a projetos de portais de cultura e banco de <i>samples</i> , com 25 projetos inscritos e 4 premiados, gerando um investimento total de R\$ 80 mil em 2007
Edital Prêmio Manifestações Tradicionais da Cultura Popular	Edital lançado pela FUNCEB para apoio a manifestações populares do interior do Estado, com 72 projetos inscritos e 25 premiados, gerando um investimento total de R\$ 150 mil em 2007
Prêmio Iniciativas Culturais Indígenas	Edital lançado pela FUNCEB para a projetos de valorização e preservação de iniciativas culturais indígenas, com 14 projetos inscritos e 10 premiados, gerando um investimento total de R\$ 100 mil em 2007
Edital de Apoio à Residência Artística no exterior	Edital lançado pela FUNCEB para projetos de residência artística do exterior, com duração de um a três meses, com 8 projetos inscritos e 3 premiados, gerando um investimento total de R\$ 81 mil em 2007

Fonte: Organizado pela autora a partir dos Relatórios de Atividades do Governo Estadual entre 2007 e 2009

APÊNDICE E - Projetos na área de Circulação e difusão cultural do Governo Wagner

Projeto	Caracterização
Projeto Sexta em Movimento	A atividade artística pedagógica criada há onze anos pela Escola de Dança, com o objetivo de potencializar sua relação com o currículo de formação da Escola e ainda gerar um possível trânsito com a comunidade, formando e disseminando suas ações para alunos de escolas públicas, por meio de apresentações mensais no Espaço Xisto Bahia, com mostras coreográficas produzidas por alunos e professores.
Mostras Coreográficas do Curso Preparatório e Profissional	Apresentações públicas em diferentes espaços da cidade, como Pelourinho, Sala do Coro do TCA, Teatro Vila Velha e Shopping Piedade. As apresentações tiveram um público de 10.652 pessoas.
Dia do Folclore	Realização de atividades interdisciplinares, envolvendo cerca de 100 alunos do Curso Profissional e 400 do Curso Preparatório, por meio de visitas guiadas ao Museu do Ferrão, com apreciação estética das exposições: Sete Áfricas, Acervo Lina Bo Bardi e Arte Sacra, no Museu Abelardo Rodrigues.
Centro Digital e Cidadania	Amplia o do acesso da circulação da informação e da apropriação de novas tecnologias à população, em especial, alunos da Escola de Dança e seus familiares, artistas e grupos independentes, além dos moradores do Pelourinho e Centro Histórico.
Fórum Trabalho, Educação e Desenvolvimento: Desafios e Perspectivas da Educação Profissional	Apresentação do Grupo de Dança do Curso Profissional que na abertura do "Fórum Trabalho, Educação e Desenvolvimento: Desafios e Perspectivas da Educação Profissional" exposição dos programas e projetos pedagógicos da Escola de Dança da Funceb e planos de cursos e participação em plenária.
Salões Regionais de Artes Visuais da Bahia	Ampliar a regionalização e o desenvolvimento das artes na Bahia, possibilitando o maior intercâmbio entre artistas da capital e do interior.
Quartas Baianas	Com cinco anos de realização, promove sessões semanais gratuitas — todas as quartas, às 20h — voltadas ao resgate e valorização da produção audiovisual baiana.
Formação de Platéia	Promove sessões para dez instituições de ensino, beneficiando um total de 1.072 crianças. A iniciativa é uma parceria com a Biblioteca Pública do Estado e o Teatro Xisto Bahia.
Agendaça	A Agendaça é uma iniciativa especial de divulgação com o objetivo de reunir o maior número possível de informações sobre as atividades de dança que ocorreram no mês de abril. Além de divulgar as atividades da capital, contemplou também nove municípios baianos: Valença, Vitória da Conquista, Porto Seguro, Santo Amaro, Alagoinhas, Guanambi, Feira de Santana, Juazeiro, Jequié e Mutuípe
Marco do Teatro e do Circo	Promove anualmente durante o mês de março, em comemoração ao Dia Mundial do Teatro e Nacional do Circo, diversas atividades

	comemorativas em todo o estado, na forma de apresentações, festivais, seminários, palestras, encontros, formações em oficinas e capacitações, intercâmbios nacionais e internacionais e cortejos
Projeto Sua Nota é um Show	Realização de <i>shows</i> musicais, espetáculos de artes visuais e de artes cênicas, objetivo conscientizar o cidadão da função social dos impostos mostrando a importância de participar ativamente na sociedade exercendo a sua cidadania
Fórum de Música, Mercado e Tecnologia	Realização de espetáculos musicais no Pelourinho, com o objetivo de fomentar o intercâmbio cultural entre artistas, produtores e o público e facilitar o acesso da população a estilos musicais variados.
Circuito Popular de Cinema e Vídeo	Criado em outubro de 2008, o Circuito Popular de Cinema e Vídeo/CPCV circula, semanalmente, mostras de cinema e vídeo gratuitas, em espaços culturais da Funceb, em bairros da periferia de Salvador e em cidades do interior do Estado.
Animai	Realizado em parceria com a Associação Brasileira de Cinema e Audiovisual – ABCA-BAo Encontro Baiano de Animação, reúne estudantes e profissionais da área em torno de uma programação diversificada, que conta com workshop, seminários, oficinas e mostras, além de atividades de criação, aprendizagem e desenvolvimento técnico e de exibição de obras do gênero.
Projeto Livro Livre Salvador	Projeto de incentivo à leitura no Estado, com o objetivo de ampliar o número de leitores e estimular estratégias que permitam a permanente circulação de livros em locais públicos, formando uma trilha de livros pela cidade.
Giro das Artes	O projeto promove a circulação de acervos públicos, até então restritos à visitação nos museus e galerias de Salvador, entre Centros de Cultura no interior do Estado.
Quarta que Dança	Criado em 1998, com o objetivo de viabilizar a circulação, difusão, dinamização, profissionalização e formação de platéia
Segundas Musicais	Tem o objetivo de viabilizar a circulação, difusão, dinamização, profissionalização e formação de platéia
Quintas do teatro	Tem o objetivo de viabilizar a circulação, difusão, dinamização, profissionalização e formação de platéia
Fórum de Teatro de Rua	Organizado por representantes de seis grupos teatrais que desenvolvem um trabalho consistente e de periodicidade regular, com pesquisa, profissionalização, além de promover montagem e circulação de espetáculos na Capital e no interior.
Fórum sobre Patrimônio Material da Bahia	Divulgar e difundir o patrimônio, apoiando e promovendo a participação do corpo técnico do Ipac no Arquivemória 3 – Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, no Centro de Convenções, em Salvador.
Programa de Promoção da Cultura	Envolve ações voltadas para a produção, circulação, difusão e inserção social, abarcando um elenco de iniciativas, atividades e projetos realizados diretamente ou por meio de apoios e parcerias. de Cultura, que mapeou, em cada território e para todo o Estado.
Pontos de Cultura	Descentralização das ações do Programa Mais Cultura, foram selecionados, em 2008, projetos de 150 organizações da sociedade, triplicando o número no Estado, que possuía cerca de 60 de pontos de cultura. No primeiro ano foram destinados R\$ 60 mil para cada ponto, sendo R\$ 25 mil para compra de um kit multimídia em <i>software</i> livre, formado por microcomputador, mini estúdio para gravar CD, câmera digital, ilha de edição, entre outros equipamentos conectados por meio da internet. Foram inscritos 388 projetos no edital "Pontos de Cultura", correspondentes a 182 municípios. 253 projetos classificados

Fonte: Organizado pela autora a partir dos Relatórios de Atividades do Governo Estadual entre 2007 e 2009

APÊNDICE F - Projetos na área de Intercâmbio cultural do Governo Wagner

Projeto	Caracterização
Argentina	Cooperação descentralizada através do Protocolo de Intenções com a Província de Tucumán, levando a efeito o intercâmbio de artistas, troca de experiências, conhecimentos e boas práticas em gestão cultural.
França	a inauguração do Museu Rodin na Bahia; a realização dos Encontros Malraux; a parceria com Culturesfrance – Agência dos Ministérios das Relações Exteriores e Europeias e da Cultura e da Comunicação; o Ano da França no Brasil e a visita do Presidente do Conselho Regional de Rhone-Alpes, Sr. Jean-Jack Queyranne e a participação da Bahia no III Encontro de Cooperação Descentralizada França-Brasil, em Lyon.
Venezuela	Cooperação técnica entre a Fundación del Estado para el Sistema Nacional de las Orquestas y Coros Juveniles e Infantiles de Venezuela – Fesnojiv e o programa Neojibá, somou-se o Memorandum de Entendimento com o Governo de Aragua, onde está previsto o intercâmbio de conhecimentos e experiências no campo da cultura, para a implantação do sistema de orquestras juvenis e infantis na Bahia.
Ano da França no Brasil – Edição Bahia	Mecanismo de apoio, voltado para projetos franco-brasileiros. Beneficiando 11 projetos realizados em parceria com artistas e/ou organizações francesas, realização da exposição “Cuide de você”, da artista francesa Sophie Calle, realizada no Museu de Arte Moderna, o “Festival de Música Mestiça” e o “Centro de Música Negra”, ambos realizados no Museu do Ritmo.
Apoio ao Intercâmbio Internacional	Tem o objetivo apoiar artistas, técnicos e pesquisadores baianos, atuantes nas áreas ligadas à cultura, para participação em festivais, mostras e eventos culturais no exterior, disponibilizando recursos para custeio de transporte e seguro.
VI Colóquio Franco Brasileiro de Estética	A Funceb apoiou a exposição organizada pela Escola de Belas Artes da Ufba e Aliança Francesa, que teve como tema “O Sensível Contemporâneo, de 01 a 14 de junho, em Salvador. Foram emprestadas três fotografias, pertencentes ao acervo de Pierre Verger: “Carregadores na Rampa do Mercado Modelo”, “Mont Serrat” e “Porto dos Saveiros”.
Alvin Ailey School	A Funceb e a Assessoria de Relações Internacionais da SECULT, por intermédio do Programa de Promoção da Cultura, referente ao Fomento à Difusão Artística e Intercâmbio Nacional e Internacional, apoiaram a viagem de Slim Mello a Nova Iorque (EUA), para participação do dançarino no curso da escola Alvin Ailey American Balé Theater. O artista foi contemplado com uma bolsa de estudos integral para qualificar-se nas técnicas de Lester Horton e José Limon, referências para as escolas modernas de dança. O curso teve seu início em julho com previsão de término em janeiro de 2010.
Brasil Move Berlim	O Festival Move Berlim – dança contemporânea brasileira na Alemanha foi criado em 2003 e desde então vem colaborando para a difusão da pluralidade e complexidade da cena da dança brasileira na Europa. O projeto conta com o apoio da Fundação Federal de Cultura na Alemanha (Kulturstiftung des Bundes) e na última edição contou ainda com o apoio da Funarte para a compra das passagens aéreas dos artistas brasileiros que compuseram a

	<p>programação. Em outubro de 2009 a Funceb apoiou, através de hospedagem, a vinda de Wagner Carvalho, diretor do Move Berlim, a Salvador, no período de 9 a 16 de outubro de 2009, para realização de uma curadoria na capital baiana, prevendo a construção da programação da 5ª edição do Festival, com previsão de realização em abril de 2011. O curador visitou a Escola de Dança da Funceb e realizou um debate com artistas baianos participantes da última edição do Festival, que ocorreu em abril de 2009.</p>
Apoio à Plataforma Internacional de Dança	<p>Encontro da RSD e Seminário Economia da Dança - Entre os dias 15 e 21 de setembro de 2009, a capital baiana foi sede de três eventos cuja programação contou com o apoio institucional da Funceb. A primeira edição da Plataforma Internacional de Dança - PID; o 8º Encontro da Rede Sulamericana de Dança - RSD e a 2ª edição do Seminário Economia da Dança.</p>
Projeto "De 15 em 15 Tem"	<p>Tem o objeto de fomentar a realização de atividades artísticoeducativas ligadas à dança,</p>
Projeto Música em Trânsito	<p>O Instituto Cultural Brasil Alemanha - Icba, em parceria com a Fundação Cultural do Estado da Bahia, realizou entre os dias 23 de março e 03 de abril de 2009 o projeto "Música em Trânsito". O projeto que faz parte das atividades do projeto multilinguagem do Icba "A rapadura e o fusca: cana - cultura - sociedade", iniciado em 2008 e se consistiu no intercâmbio cultural entre o duo de produtores musicais alemães Schneider TM e cinco profissionais baianos da área musical, que foram selecionados através de chamada pública, para um laboratório e apresentação musical na Praça Tereza Batista - Pelourinho.</p>
Projeto Outras Artes	<p>A Fundação Nacional das Artes - Funart, em parceria com a Funceb, trouxe para Salvador o Projeto Outras Danças, com a realização de atividades artísticas, acadêmicas e pedagógicas na área da dança entre os dias 11 e 14 de novembro de 2009, como parte da celebração do Ano da França no Brasil.</p>
Festival South by Soutwest	<p>Importante festival do cenário musical independente e da área de tecnologia. Cinco artistas e grupos baianos foram selecionados, dentre eles: Vandex, Lucas Santtana e a Seleção Natural, Ramiro Musotto e Orkestra Sudaka, Ronei Jorge e os Ladrões de Bicicleta e Rebeca Matta. Dentre os selecionados, o artista Vandex e sua banda realizou uma apresentação dentro do festival, para um público de 700 pessoas.</p>
IV Edição da Semana do Teatro no Maranhão	<p>Concessão de cinco passagens aéreas, para a participação da equipe baiana do espetáculo teatral "O Sapato do meu Tio", na IV Semana do Teatro no Maranhão.</p>
Festival do Teatro Brasileiro	<p>Realização de 33 apresentações, com o trabalho de formação da platéia na qual, 471 alunos tiveram oportunidade de conhecer os espetáculos, realização de quatro oficinas artísticas que contou com a participação de 47 pessoas, assim como 18 profissionais envolvidos na técnica do festival.</p>
Projeto Conexão Teatro e Comunidade	<p>Ação da Funceb realizada em maio de 2009, através da vinda do Instituto Transformance à Salvador, quando foi promovida uma oficina e montagem de performance com o Grupo de Artes da Polícia Militar do Estado da Bahia.</p>
Festival Internacional de Artes Cênicas - Fiac	<p>Foram investidos R\$ 40 mil nesta ação que compreende a preparação adequada ao cronograma do festival, a curadoria dos espetáculos a serem apresentados e a contratação dos grupos que farão parte da programação.</p>
Mobilizadores Regionais de Artes	<p>Foi viabilizada pela Funceb a participação de 11 mobilizadores de artes dos municípios de Retiroândia, Euclides da Cunha, Itambé, Urandi, Ilhéus, Juazeiro, Jequié, Itaberaba, Vitória da Conquista, Andorinha, Bonito e Caetité, na programação do II Festival Internacional de Artes Cênicas. Os mobilizadores repassaram os conhecimentos obtidos no evento em suas cidades de origem</p>
Apoio à Mostra de Circo na Bahia	<p>A FUNCEB apoiou o evento "Mostra de Circo na Bahia", realizado por um grupo de artistas circenses que venceu o edital Bolsa Funarte de Incentivo à Criação ou ao Aperfeiçoamento de Números Circenses em 2008.</p>
Youth Orchestra of the Americas - YOA	<p>Entre os dias 4 e 16 de junho de 2008, a Oquestra Sinfônica Juvenil 2 de Julho participou de um intercâmbio com a Youth Orchestra of the Americas - YOA, que reúne 100 músicos jovens provenientes da elite musical de 23 países.</p>
Apoio as Residências artísticas	<p>O apoio a residências artísticas prevê a concessão de bolsas para artistas baianos participarem de residências no exterior; artistas estrangeiros participarem de residências na Bahia e também para curadores, diretores de instituições culturais, jornalistas, críticos e/ou agentes de mercado visitar a Bahia e conhecerem a sua produção artística <i>in situ</i>. Seu objetivo é dinamizar a cena cultural baiana, renovar a criação artística e contribuir para a inserção da Bahia no circuito mundial das artes.</p>
Portugal	<p>Realizado em 2007, visa pesquisar oportunidades de cooperação na área de co-produção de conteúdos para cinema e televisão e discutir o programa sobre o Bicentenário da Chegada da Família Real</p>
Espectáculos Internacionais	<p>Em 2007 produtores e curadores do Festival de Recife, Panorama Rio e Bienal do Ceará viabilizaram a vinda de grupos internacionais de dança a Salvador, inserindo a Bahia no circuito das atrações internacionais que vêm ao Brasil.</p>
Novembro - Música em Todos os	<p>O projeto teve como objetivo facilitar o acesso da população a estilos musicais diversos e promover um maior intercâmbio entre os artistas, por meio de apoio e</p>

Ouvidos	realização de atividades artísticas, de formação e de registro na área de música, na capital e no interior.
O Fórum de Música, Mercado e Tecnologia	Abordou temas referentes ao mercado musical e a relação entre as novas tecnologias e a atual dinâmica de negócios na área, como os novos sistemas de distribuição de conteúdo na internet e pela rede de telefonia, as leis sobre propriedade intelectual, as redes de relacionamento, entre outros.
Quinzena Animada	Evento voltado ao intercâmbio entre produtores nacionais e estrangeiros da área de animação, com oficinas, palestras e exibição de filmes.
Convênio Charente-Maritime (França)	Convênio firmado entre a Funceb e o Departamento de Charente-Maritime, renovando e ampliando o convênio anteriormente existente, e que prevê o intercâmbio entre escolas de dança da Bahia e de Charente-Maritime.
Visita a Escolas de Circo Internacionais	A Assessoria de Artes Circenses da Funceb realizou, em 2007, uma visita às Escolas de Circo Chapito, em Lisboa, e Carampa, em Madri, visando à apresentação de proposta de intercâmbio de artistas circenses.

Fonte: Organizado pela autora a partir dos Relatórios de Atividades do Governo Estadual entre 2007 e 2009

APÊNDICE G - Projetos na área de Qualificação do Governo Wagner

Projeto	Caracterização
Formação e qualificação de gestores culturais em Política e Gestão Culturais	Realização da oficina de Construção no Território do Sisal, com desenvolvimento das ações de nivelamento, de informações e de intercâmbio de experiências orientadas à elaboração do PDTC
Programa Teatro Entre Cidades: Circuito Solidário de Grupos de Teatro	O Programa é uma ação de incentivo a circulação de grupos teatrais através de intercâmbio solidários, onde as se unem para apoiar a apresentação de espetáculos e realização de oficinas teatrais fornecendo passagens, hospedagens e infraestrutura. A ação tem o objetivo de promover a ampliação da circulação dos grupos teatrais entre as cidades baianas e do fomento ao elo de difusão/circulação da cadeia produtiva do teatro, além de fortalecer as redes de grupos teatrais dos Territórios de Identidade da Bahia.
Arte e Cultura em Andorinha	Consistiu em aulas nas linguagens de teatro, dança e música promovida pela Funceb, realizadas em outubro, com carga horária de 20h.
Mobilizadores Regionais de Artes	Participação de 11 mobilizadores de artes dos municípios de Retiroândia, Euclides da Cunha, Itambé, Urandi, Ilhéus, Juazeiro, Jequié, Itaberaba, Vitória da Conquista, Andorinha, Bonito e Caetité, na programação do II Festival Internacional de Artes Cênicas, que consiste em bate-papos, oficinas e espetáculo,
Cursos de Teatro na Capital e em Lauro de Freitas,	Realização de oficinas teatrais na capital baiana com servidores da Funceb
Curso Gestão da Informação Aplicada aos Arquivos Municipais	Curso Gestão da Informação Aplicada aos Arquivos Municipais, com objetivo de oferecer espaço de formação continuada a estudantes e profissionais que atuam nos arquivos públicos municipais e/ou em instituições/universidades conveniadas. Esta formação, composta por 72h distribuídas em três módulos de 24h cada, propõe-se a divulgar normas e procedimentos técnicos arquivísticos sobre gestão documental.
Curso Gestão de Documentos Arquivísticos e Legislação Arquivística Brasileira	Ofertado para 170 servidores públicos estaduais teve como finalidade assegurar a organização e conservação dos conjuntos documentais da administração pública direta, visando a preservação da memória do Estado.
Workshop de Elaboração de Projetos Culturais	Capacitação de agentes, qualificando-os para formatação de projetos, facilitando para os mesmos as inscrições em editais e nos demais mecanismos de fomento à cultura.
Capacitação na área de Teatro	realizada no Espaço Xisto Bahia, com cinco oficinas de iniciação teatral, com 67 participantes, que culminaram com apresentações artísticas abertas ao público, em dezembro de 2008.
Seminário "Biblioteca e Acessibilidade: Deficiência Visual em Foco"	Tratou do acesso dos deficientes visuais nas bibliotecas públicas do Estado, ofertando curso de Braille para 20 bibliotecários e técnicos visando o melhor atendimento aos deficientes visuais.
Curso de Noções Básicas de Língua Brasileira de Sinais (Libras),	Realizado em dezembro de 2008 na Biblioteca Anísio Teixeira – BAT, com o objetivo de capacitar funcionários da Biblioteca Pública do Estado da Bahia – BPEB, da Biblioteca Infantil Monteiro Lobato – BIML e da Biblioteca Pública Thales de Azevedo – BPTA para o atendimento às pessoas surdas que freqüentam estes espaços.

Seminário Tratamento de Acerv	Tem o objetivo de assistir as bibliotecas comunitárias para garantir o processamento técnico dos seus acervos e estratégias para atendimento ao público.
Curso avançado destinado para projetonistas	Curso destinado ao aprimoramento e capacitação dos projetonistas que atuam nas Salas Walter da Silveira e Alexandre Robatto.
Cursos do Ipac	Voltados para a capacitação de servidores, objetivando a melhoria da qualidade do desempenho, através das oficinas para conservação de acervo, reabilitação de edificações, cerâmica artística e educação patrimonial.
Treinamentos: Sistema Arches Lib – Software Gerenciador de Bibliotecas; Programa BIB Livre, Projeto Pelourinho Digital Conversas Plugadas	Treinamento oferecido na Fundação Pedro Calmon – FPC, com o objetivo de qualificar os funcionários e modernizar o processo de automação dos serviços de bibliotecas, através dos treinamentos: Sistema Arches Lib – Software Gerenciador de Bibliotecas; Programa BIB Livre, para técnicos da Gerência Estadual de Bibliotecas, Capacitação para Ativadores de Caixa-Estante – Pontos de Leitura; Curso para Elaboração e Gerenciamento de Projetos pela Escola Nacional de Administração Pública – Enap, em Brasília; Participação no Seminário do Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL – Bibliotecas Públicas Comunitárias, em São Paulo; e Encontro Nacional do Sistema de Bibliotecas, no Rio de Janeiro. Lançado em maio de 2008 e apoiado pelo Ipac, o projeto realizado em parceria com a Oi Kabum! e a Cipó Interativa visa beneficiar 30 jovens com oficinas de comunicação, webdesign, design gráfico e fotografia, além de desenvolvimento pessoal e social. O corpo técnico do TCA, a classe artística e o público interessado na interação e aquisição de novos olhares sobre as profissões técnicas e artísticas, mantiveram contato e intercâmbio com profissionais que se apresentaram no teatro.
Curso de Cooperativismo	Realizado com vistas à formação e informação dos cooperados integrantes da Cooperativa Baiana de Teatro e pessoas interessadas em ingressar no sistema cooperativista.

Fonte: Organizado pela autora a partir dos Relatórios de Atividades do Governo Estadual entre 2007 e 2009

APÊNDICE H - Projetos na área de Comunicação e Cultura do Governo Wagner

Projeto	Caracterização
Central de Atendimento	Criada em 2009 com o objetivo de aperfeiçoar a comunicação oficial com os agentes culturais atendidos para obter informações sobre os mecanismos de fomento, inscrever seus projetos ou acompanhar a tramitação dos mesmos
Agenda Cultural da Bahia	Em 2007 a agenda foi reformulada e lançada em versão <i>online</i> e impressa, com tiragem mensal de 18.000 exemplares, em formato "de bolso" e com a linha editorial revista, de forma a abranger uma maior diversidade de eventos e informações. A publicação também passou a divulgar eventos de cultos afrobrasileiros e trabalhos de artistas através da seção "Intervalo", além de destacar um espaço à programação infantil e de rua.
Informe Leitura & Memória	Revista da FPC, que divulga mensalmente a programação relativa a livros, leitura, literatura e arquivos.
Campanha "Cultura é o quê?"	Traduz a idéia de compreender e debater a cultura para além do caráter simbólico, respaldando o processo da II Conferência Estadual de Cultura.
Folha Literária	Encarte informativo da FPC, no Diário Oficial, de periodicidade quinzenal, apresentando a programação do setor, artigos e informações variadas sobre literatura.
Projeto Ondas Livres	Projeto que conta com a participação da rádio Educadora FM participa e tem o objetivo de democratizar a comunicação e formação cidadã para os comunicadores comunitários da Bacia do Sertão de São Francisco.
Projeto Educadora no Pelô	Em 2009 entrou na sua 5ª edição. Através dele são apresentados os programas "No Balanço do Reggae" e "Os Tambores da Liberdade",
Produção do DVD "Nosso Carnaval"	Em 2008 a SECULT, através do Irdeb, produziu programas, criação de vinhetas e realização do <i>making off</i> – e a produção de DVD com os melhores momentos do carnaval da Bahia em 2008, executadas pelo Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – Irdeb, por intermédio da TVE e da Rádio Educadora FM. Em 2009 foram investidos R\$ 1,0 milhão na produção de DVD denominado "Nosso Carnaval", com os melhores momentos do carnaval da Bahia em 2009, e a edição de VT sobre "Manifestações do Carnaval de Cachoeira, Santo Amaro, Muritiba e Maragogipe" veiculados pela TVE e Rádio Educadora FM.
Implantação do Pólo Audiovisual da Bahia - Doc TV CPLP	Contratação, em 2009, de consultorias especializadas para realização de diagnóstico do setor audiovisual e desenvolvimento de plano com ações a curto, médio e longo prazo, que instrumentalizem a política de fomento.

Fonte: Organizado pela autora a partir dos Relatórios de Atividades do Governo Estadual entre 2007 e 2009

ANEXO A – Projetos de Animação cultural da SCT

Nº	Duração	Projeto	Resumo do projeto
1.	1992-2006	Caminhada Axé	Cortejo anual com grupos artísticos do interior e da capital que parte do bairro de Ondina em direção ao Farol da Barra, que inaugura a chegada do verão baiano, promovido em parceria com a TV Bahia.
2.	1992-1995	Concha Seis e Meia	Shows de artistas da MPB locais e nacionais promovidos na Concha Acústica do TCA, de outubro a dezembro, sempre às sextas-feiras às 6h30.
3.	1993-2004	Terça da Boa Música	Projeto realizado de abril a outubro de cada ano, reunia artistas de "projeção local e nacional" no palco do teatro ACBEU.
4.	1993-2002	Projeto Recital	Apresentações de música erudita no Instituto de Música da Universidade Católica de Salvador. De 1999 a 2002, as apresentações alcançaram outros espaços, a Reitoria da Ufba e o Pelourinho.
5.	1994-2006	Panorama Percussivo Mundial (Percpan)	Apresentações musicais e workshops que reuniam músicos de diferentes países na Sala Principal do Teatro Castro.
6.	1995-2003	Julho em Salvador	Espécie de festival de inverno reunia artistas de música, dança e teatro para a realização de apresentações e oficinas no MAM, Museu Abelardo Rodrigues, Biblioteca Pública do Estado e Cinema do Museu. Ainda contemplava exibições de vídeo e filmes, exposições, mostras e lançamentos de livros.
7.	1995-2006	Pelourinho Dia & Noite	Apresentações de música, teatro, dança, feiras, exposições e atividades infantis, em geral gratuitas, ocupavam diariamente as praças Thereza Batista, Quincas Berro D'água e o Largo Pedro Arcanjo no Pelourinho.
8.	1995-2006	Série TCA de Grandes Espetáculos	Apresentações internacionais clássicas de música, dança e teatro realizadas na Sala Principal do TCA, destinada a um público seletivo, em geral assinantes da Série, que contavam com o conforto de receber os ingressos para os espetáculos em casa.
9.	1996-1996	Cantos e Encantos do Abaeté	Apresentação ao ar livre de shows gratuitos de artistas e grupos consagrados, como Ivan Lins, Alceu Valença, Margareth Menezes, Balé Folclórico da Bahia e Balé do TCA.
10.	1997-2006	Feira Internacional do Livro da Bahia	Reunia editoras e livrarias de todo o país no Centro de Convenções da Bahia e desenvolvia o programa "Vale Livro", em parceria com a Sefaz, que trocava notas fiscais por livros. A partir de 2001 se tornou Bienal.

Nº	Duração	Projeto	Resumo do projeto
11.	1998-2006	Cameratas da Osba	Apresentações da Orquestra Sinfônica da Bahia (representada pelos grupos Bahia Sopros, Quadro Solar, Quinteto de Metais e Quinteto de Sopros) em igrejas como a Catedral Basílica de Salvador, Mosteiro de São Bento, Convento da Piedade e Igreja Batista da Graça, além de praças e escolas.
12.	1998-2006	Quarta que dança	Mostra de dança realizada no Espaço Xisto Bahia com grupos locais, nacionais e internacionais.
13.	1999-1999	Terça Comentada	Semanalmente às terças palestras com críticos e debates com profissionais da Imagem e do Som e público interessado em filmes de arte exibidos na Sala Walter da Silveira.
14.	2003-2006	Acústico TCA	Shows acústicos promovidos na sala principal do Teatro Castro Alves com cantores da MPB (Roberto Menescal, Leila Pinheiro, Ivan Lins, Emílio Santiago etc.). Compunha a programação de Verão.
15.	2004-2006	Quartas Baianas	Mostras de filmes realizados na Bahia, em sessões gratuitas, quando se tinha o objetivo de promover o convívio entre realizadores do audiovisual baiano e o público.

Fonte: Fernandes (2008, p.139)

ANEXO B - Projetos de estímulo à produção artística da SCT

Nº	Duração	Projeto	Resumo do projeto
1.	2000-2000	Prêmio Nacional Rui Barbosa 2000	Prêmio nacional para a categoria ensaio, lançado em 2000, em comemoração ao sesquicentenário de nascimento do jurista baiano. Foram premiadas com a publicação duas obras, uma de Brasília e outra do Rio de Janeiro.
2.	2003 e 2006	Prêmio Pierre Verger de Fotografia	Em homenagem aos cem anos de nascimento, deveria ser bienal. A premiação incluía exposição na <i>Galeria Pierre Verger</i> , a publicação de um catálogo e a importância de R\$25 mil.
3.	2003-2006	Circuladô Cultural	Edital público, espetáculos e oficinas de teatro dança e música, da capital e do interior, que circulavam pelos centros de cultura da FUNCEB e instituições parceiras. Durante os seus quatro anos de vigência foram realizadas 396 apresentações e 140 oficinas.
4.	1992-2006	Salões Regionais de Artes Plásticas	Com alcance no interior do estado, ocorrendo em várias etapas nos sete Centros de Cultura ⁴³ do interior da Bahia. Além das mostras promovia oficinas. A partir de 2003 foi integrado ao projeto Circulação Cultural.
5.	1994-2005	Concurso de vídeo Imagem em 5 minutos	Concurso tradicional realizado anualmente que atraía <i>videomakers</i> de diferentes estados do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Pernambuco e Distrito Federal). As categorias de premiação eram: três melhores vídeos, melhor categoria e melhor edição. Somente em 2006 não foi realizado.
6.	1995-2005	Prêmio Nacional de Literatura	Os prêmios de literatura se alternaram, a cada edição um novo nome. O último deles foi o Nacional de Literatura que contemplou, a cada ano, um gênero literário, com a publicação das obras premiadas.
7.	1995-1995	Prêmio Poesia Viva	Prêmio dirigido a adolescentes da rede pública pública de ensino.
8.	1995-1995	Prêmio Brasil Portugal	Prêmio em comemoração aos 500 anos do Brasil, dirigido a estudantes de 1º a 3º graus.
9.	1995-2004	Câmeras em ação	Apoio diretamente concedido pela SCT à produção de filmes nacionais e locais, "desde que contassem com a participação de artistas e outros profissionais da terra".
10.	1995-2006	Concurso de Patrocínio de Espetáculos de Dança e Teatro	Edital anual que viabilizava montagens inéditas de pequeno e médio porte, com valores estipulados. A partir de 2003, passariam a compor a temporada de apresentação do Bahia em Cena, mostra de todos os espetáculos patrocinados pela FUNCEB no Espaço Xisto Bahia

⁴³ Feira de Santana, Itabuna, Juazeiro, Vitória da Conquista, Valença, Porto Seguro e Alagoinhas.

Nº	Duração	Projeto	Resumo do projeto
11.	1995-2006	Salão MAM de Artes Plásticas	De abrangência nacional, atraía trabalhos de vários estados nas modalidades assemblage, colagem, desenho, escultura, fotografia, gravura, instalação, mídias contemporâneas, objeto, performance, pintura, relevo, vídeoinstalação e vídeo, alteradas a cada ano.
12.	1996-2005	Selos Fonográficos	Três linhas de financiamento à produção musical foram criadas pela SCT os Selos Fonográficos <i>Sons da Bahia</i> , o <i>Emergentes na Madrugada</i> e o <i>Ponto de Partida</i> .
13.	1996-2006	Programa Editorial	Foram criadas onze linhas editoriais: <i>Apoio</i> , <i>Memória da Bahia</i> , <i>Letras da Bahia</i> , <i>Prêmios Culturais</i> , <i>Literatura de Cordel</i> , <i>Raridades</i> , <i>Turismo</i> , <i>Cidades da Bahia</i> , <i>Dramaturgia da Bahia</i> , <i>Institucional</i> e <i>Destaque Cultural</i> . Nos 12 anos da SCT foram publicados 452 títulos, o que também incluíam as publicações oficiais.
14.	1996-1996	Concurso histórias da Bahia	Concurso para três curtas-metragens de 26 minutos cada, que deveriam compor um longa-metragem, lançado somente em 2001
15.	1997-1997	Prêmio Discos Independentes da MPB	Produziu CDs de quatro premiados: Mabel Danemann, Claudia Dulthe, Mario Ulloa e Marcio Valverde.
16.	2001-2005	Concurso de Obras Audiovisuais	Lançado em 2000 e dedicado a cineastas baianos, o concurso teve três edições: Agnaldo Siri Azevedo (2001-2002), Fernando Coni Campos (2002-2003), Carlos Vasconcelos Domingues da Silva (2004-2005). As categorias eram longa-metragem, curta-metragem, vídeo-documentário e vídeo-realizador iniciante (a partir da 2ª edição). No total os prêmios foram de R\$4,33 milhões.
17.	2001-2006	Prêmio Nacional Jorge Amado de Literatura & Arte	Homenagem a personalidades vivas por "atuação no panorama cultural brasileiro" com prêmio de R\$100 mil reais. Os vencedores foram: Literatura – Ariano Suassuna (2002); Teatro – Cleide Yáconis (2003); Música erudita – Edino Krieger (2004); Dança - Marika Gidali (2005); e Música Popular Brasileira - Dorival Caymmi (2006).
18.	2002-2006	Concurso Nacional para Jovens Solistas	De projeção nacional premiava jovens estudiosos da música erudita com a participação em concertos da OSBA.
19.	2003-2006	Festival de Música da Rádio Educadora FM	Foram promovidos quatro festivais com prêmios em dinheiro, lançamento de cd coletânea e show de apresentação para as categorias: Arranjo, Música Instrumental Inédita, Música Vocal Inédita, Intérprete e Instrumentista.

Fonte: Fernandes (2008, p.144-145).

ANEXO C – Investimentos em qualificação profissional da SCT

Nº	Duração	Projeto	Resumo do projeto
1.	1984-2006	Escola de Dança da FUNCEB	Promovia cursos profissionalizantes, preparatórios e livres em três turnos. Em 1997 teve a sua nova sede inaugurada no Pelourinho, o que permitiu o aumento do número de alunos atendidos. Em 2004, foi fundada a Cia Ilimitada de Dança, composta por 11 e depois 18 bailarinos, tornando-se o grupo residente do Espaço Xisto Bahia.
2.	1995-2006	Núcleo de Teatro do TCA	Responsável por contratar experientes diretores das artes cênicas baianas que através de audição pública ofereciam oportunidade a profissionais iniciantes de se qualificarem. Os espetáculos eram apresentados na Sala do Coro do Teatro Castro Alves em temporadas anuais.
3.	2003-2006	Armazém Cenográfico	Local de armazenamento material cenotécnico de diversos grupos e realização de oficinas de cenografia, adereços e produção.
4.	2003-2003	Formando e Informando – teórica audiovisual	Seis seminários sobre Linguagem Cinematográfica, Pós-Produção e Finalização para Cinema e Vídeo, Diário de Filmagem e uma Oficina Imagem Fotográfica realizados na Sala Alexandre Robatto. Atendeu um público de 406 profissionais do audiovisual.
5.	2003-2006	Pólo de Teledramaturgia da Bahia (Pote)	Proposta de transformação da Bahia em um pólo de produção e difusão de produtos audiovisuais. O projeto se resumiu a capacitação de 170 artistas e técnicos em oficinas de teledramaturgia, a realização de pequenas estórias que compunham o projeto Cenas da Bahia, veiculado pela TVE e o projeto Microdramas –Dramaturgia no Break, este último realizado em parceria com a TV Bahia.

Fonte: Fernandes, 2008, p. 152

ANEXO D - Projetos de Difusão Cultural da SCT

Nº	Duração	Projeto	Resumo do projeto
1.	1991-2006	Chapéu de Palha	Idealizado pela atriz Jurema Pena, objetiva a formação artística, a atualização cultural, o surgimento de grupos artísticos e a troca de experiências em comunidades do interior, através de oficinas de teatro e apresentação final de espetáculo baseado na cultura local.
2.	1992-2006	Viver com Arte	Oficinas de teatro, dança, violão, flauta, teatro de bonecos, canto coral, nos chamados núcleos do SESI/Itapagipe, SESI/Retiro, Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, UNEB-Cabula, Espaço Cultural Alagados, Cine-teatro Solar Boa Vista e, em 1997, estendido para o Pelourinho e Centro de Cultura de Lauro de Freitas
3.	1995-2002	Diverso e Prosa	Destinado a estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública, professores e especialistas de literatura e de outras artes. Oferecia oficinas de literatura e outras linguagens artísticas realizadas nas escolas públicas e privadas e centros de cultura da capital e interior, "estimulando o hábito da leitura e a compreensão do contexto histórico, geográfico e literário de importantes autores da nossa literatura".
4.	1995-2002	Expresso 2001	Promovia o acesso das comunidades carentes às linguagens artísticas. O projeto estabelecia parcerias com artistas de música, dança ou artes plásticas, que, segundo publicações oficiais, voluntariamente se apresentavam em bairros como Abaeté, Alagados, Alto de Coutos, Alto do Cabrito, Baixa do Bonfim, Boa Vista de Brotas, Boca do Rio, Cabula, Dom Avelar, Fazenda Grande do Retiro, IAPI, Narandiba, Periperi, Ribeira, Santo Antônio, São Caetano e Uruguai, entre outros.
5.	1996-2000	Contação	"estudo da literatura infanto-juvenil, através da contação de histórias tradicionais da literatura e de lendas, contos e cantigas de roda do repertório das comunidades onde atuou. Direcionado a professores, bibliotecários e alunos do ensino médio".
6.	1999-2006	Biblioteca de Extensão (Bibex)	Projeto criado em 1967, que visitava bairros populares só foi reativado dentro da SCT a partir de 1999, quando foram adquiridos pela FUNCEB dois veículos adaptados para servir de biblioteca. O projeto emprestava e recolhia livros semanalmente, com o intuito de despertar o hábito para leitura.
7.	2002-2006	Bahia Vista por Dentro	Seminários e oficinas realizados em cidades do interior com o objetivo de conscientizar a população e o poder público municipal sobre a importância da preservação da cultura material e imaterial.

Nº	Duração	Projeto	Resumo do projeto
8.	2002-2006	Saveiro Literário	Um barco transformado em uma biblioteca flutuante que visita as comunidades da Baía de Todos os Santos e Baía de Camamu. Contava com o apoio da Unicef e Fundação Casa de Jorge Amado e com o patrocínio da Petrobras. Além de dar acesso ao acervo da biblioteca, o projeto promovia oficinas, palestras, exposições e faz doação de livros às comunidades visitadas.
9.	2003-2006	População Cultural	Realizado em bairros de Salvador, tinha como objetivo potencializar as iniciativas artísticas em ebulição nessas comunidades. Suas linhas de ação eram: Banco do Empreendedor (treinamento em produção cultural), Grupo de Convivência (discussão sobre cidadania), Passe Livre (acesso a espetáculos) e Oficinas Artísticas
10.	2003-2006	Oficinas Literárias Cultura Todo Dia	Oficinas que tinham como objetivo estimular a leitura e a produção de textos. Só contemplou seis cidades do interior de 2003 a 2006

Fonte: Fernandes, 2008, p.158

ANEXO E - Ações de Dinamização do Sistema Estadual de Bibliotecas 2009

Ação	Caracterização
Domingo na Praça	Atividade realizada aos domingos nas Praças e Parques de Salvador, com a parceria da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Tem por objetivo incentivar a leitura num ambiente de descontração e lazer. Bairros atendidos: Pituba – Praça Ana Lúcia Magalhães; Itapoan – Lagoa do Abaeté; Tororó – Dique do Tororó e Campo Grande – Praça 2 de julho. Esta ação disponibiliza para o público acervo variado da Biblioteca de Extensão – BIBEX, através do Carro-Biblioteca.
Encontro com Escritor	Ação realizada nas bibliotecas públicas que visa oportunizar a divulgação dos escritores baianos, poetas, cronistas, historiadores, novelistas, entre outros. Os escritores que se apresentaram durante o ano são homenageados no início do ano seguinte, recebendo certificados. Em 2009 esta homenagem aconteceu na Biblioteca Pública do Estado, no dia 19 de março. Na ocasião foi divulgada a programação com os nomes dos escritores que farão parte do projeto em 2010.
Hora de Ouvir História	Projeto idealizado pela Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, objetivando a integração entre a biblioteca e as escolas, a fim de valorizar e estimular a imaginação, a criatividade e a socialização das crianças, através da mediação da leitura.
Café com Leitura	Acontece na Biblioteca Juracy Magalhães Júnior – BJMJr – Itaparica, durante o verão, concentrando grande público de moradores e turistas, proporcionando várias atividades, como saraus literários, exposições de artes, palestras e feiras de livros e de artesanato.
Controle do Tabagismo	Em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado aconteceram ciclos de palestras nas bibliotecas públicas com o objetivo de discutir os efeitos do tabagismo.
Março do Teatro	Durante o mês de março, Salvador e mais de 50 cidades baianas receberam atrações artísticas nos espaços culturais, bibliotecas e praças. A idéia é incluir os grupos de redes culturais e associações, envolvendo também bairros populares da capital, sob o lema "Artistas em Conexão", aconteceu na BPEB, BJMJr – Rio Vermelho, BAT, BIML, BPTA e Biblioteca de Extensão – Bibex.
Comemoração dos 198 da BPEB	Contou com a exposição "Capas da A Tarde - 96 anos de história" e o seminário "A Sociedade da Informação e a Biblioteca Digital: em busca de um paradigma para o Brasil", em parceria com o Goethe Institut.
9º bienal do Livro	Promoção de atividades ligadas à poesia, ao cordel e à literatura, em variados espaços: Praça da Poesia, Espaço Cordel, Arena Jovem, Café Literário e o Circo das Letras. No período aconteceu também o I Fórum do Livro Nordeste, reunindo representantes do setor livreiro para discussões sobre a cadeia produtiva do livro.
Rota da Independência	Em comemoração à Independência da Bahia, a Biblioteca de Extensão – Bibex / Carro Biblioteca percorreu os municípios de Cachoeira, São Gonçalo dos Campos e Santo Amaro.
Ao Pé do Caboclo	Realizado na Praça do Campo Grande, com atividades lúdico-educativas e contação de histórias, em comemoração à Independência da Bahia.
Rodas de Leitura	Acontecem em parceria com o Proler Salvador e a Livraria LDM. Mensalmente, autores, leitores e o público em geral reúnem-se em torno da discussão de uma produção literária promovendo o hábito da leitura.

Novembro Negro	Realizadas palestras na BPEB, BJMJr. – Rio Vermelho e BPTA, durante as segundas-feiras do mês de novembro, com a denominação “Segundas da Literatura Negra”.
----------------	--

Fonte: Relatório de Atividades do Governo Estadual de 2009, 2010, p. 396-397

ANEXO F - Ações de Fortalecimento do Sistema Estadual de Bibliotecas 2009

Ação	Caracterização
Espaço de Estante Leitura – Caixa	Projeto de extensão que leva um acervo variado contendo livros e periódicos para diversas instituições, como Centros Sociais Urbanos, Centros Comunitários e Associações localizadas em Salvador e municípios adjacentes, prestando serviços de pesquisa e empréstimo. Foram atendidas 37 instituições.
Biblioteca móvel	Projeto de extensão que leva um acervo variado contendo livros e periódicos para diversos bairros, de Salvador, desprovidos de bibliotecas fixas, através do carro biblioteca, prestando serviços de pesquisa e empréstimo, atividades lúdicas e oficinas. Foram atendidos oito bairros: (Alagados, Dom Avelar, Fazenda Grande IV, Liberdade, Pau da Lima, Periperi, Pirajá e São Cristóvão).
Setor Braille	Setor especializado que tem por finalidade facilitar as demandas dos deficientes visuais, com o auxílio do Grupo de Voluntários, Copistas e Leitores para Cegos, facultando digitação em braille, gravações de fitas, leitura, transcrição e empréstimo de livros.
American Corner	Serviço oferecido pela BPTA em parceria com o Consulado Americano no Brasil, que reservou um setor com acervo específico voltado para a cultura americana, todos em língua inglesa, oportunizando aqueles que queiram exercitar este idioma.
Banco do Livro	Serviço desenvolvido pela Biblioteca Anísio Teixeira – BAT, através do qual os usuários podem trocar livros gratuitamente.
Centro Digital de Cidadania – CDC	Serviço voltado para a inclusão digital que acontece na Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, na Thales de Azevedo e na Biblioteca Juracy Magalhães Júnior - Salvador.
Atendimento à Criança e ao Adolescente deficiente auditivo	Setor especializado para criança com deficiência auditiva, oferecido pela Biblioteca Anísio Teixeira – BAT. Objetiva proporcionar o contato livro/leitor de forma lúdica, onde os textos são lidos na língua de sinais – Libras.
Telecentro Biblioteca Pública do Estado da Bahia	Programa de inclusão digital em parceria com o Serviço de Processamento de Dados da União – Serpro disponibiliza 10 a 20 computadores conectados à internet de banda larga, que ficam à disposição da população. No Setor Braille da BPEB, 11 computadores foram conectados, sendo 01 como provedor e 10 para consulta por pessoas com deficiência que tenha alguma necessidade especial – área da visão, com programa compatível as necessidades desse grupo de pessoas.
Espaço Caramuru	Criado na Biblioteca Juracy Magalhães Júnior – Rio Vermelho para abrigar o acervo fotográfico e documental da memória do bairro, incluindo material sobre a história do seu descobridor: Diogo Álvares Corrêa – O Caramuru.
Coleção Thales de Azevedo	Setor criado na Biblioteca Pública Thales de Azevedo para abrigar todo o acervo da biblioteca particular de Thales de Azevedo, doado pela família.

Fonte: Relatório de Atividades do Governo Estadual de 2009, 2010, p. 398-399

ANEXO G

LEI Nº 10.549 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006

Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Administração Pública Estadual fica modificada na forma da presente Lei.

Art. 2º - Ficam alteradas as denominações das seguintes Secretarias de Estado:

I - Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte - SETRAS, para Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE;

II - Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais - SECOMP, para Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES;

III - Secretaria de Governo - SEGOV para Casa Civil;

IV - Secretaria de Cultura e Turismo - SCT, para Secretaria de Cultura - SECULT;

V - Secretaria da Justiça e Direitos Humanos - SJDH, para Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH.

Art. 3º - Ficam criadas as seguintes Secretarias:

I - Secretaria de Relações Institucionais - SERIN;

II - Secretaria de Promoção da Igualdade - SEPRMI;

III - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR;

IV - Secretaria de Turismo - SETUR.

Art. 4º - Ficam transferidas as seguintes atividades, funções, fundos, órgãos e entidades:

I - da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, para a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES:

- a) a Superintendência de Assistência Social;
- b) o Fundo Estadual de Assistência Social, de que trata a Lei 6.930/95;
- c) o Fundo Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente, de que trata a Lei 6975/96;
- d) a Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC;
- e) o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS;
- f) o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente - CECA;
- g) a Comissão Interinstitucional de Defesa Civil - CIDEC;
- h) a Coordenação de Defesa Civil - CORDEC;

II - da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES, para a Casa Civil, o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FUNCEP, instituído pelo art. 4º da Lei 7.988/2001;

III - da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES, para a Casa Civil:

- a) a Diretoria Executiva do FUNCEP criada pelo art. 2º, II, “c” e § 8º da Lei 7.988/2001, com as alterações introduzidas pela Lei 9.509/2005, exceto a Coordenação de Orçamento e Finanças;
- b) o Conselho de Políticas de Inclusão Social;
- c) a Câmara Técnica de Gestão de Programas;

IV - da Casa Civil:

- a) para a Secretaria de Relações Institucionais – SERIN: as funções de coordenação de assuntos legislativos;
- b) para o Gabinete do Governador, órgão vinculado diretamente ao Governador: a Ouvidoria Geral do Estado, a Secretaria Particular do Governador, o Escritório de Representação do Governo, o Cerimonial e a Assessoria Especial do Governador;

V - da Secretaria de Cultura para a Secretaria de Turismo - SETUR:

a) a Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos;

b) a Empresa de Turismo da Bahia S/A – BAHIATURSA;

VI - da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH, para a Secretaria de Promoção da Igualdade - SEPROMI:

a) o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra;

b) o Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher;

VII - da Secretaria do Planejamento - SEPLAN para a Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR:

a) os Conselhos Regionais de Desenvolvimento;

b) a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR.

Art. 5º - As estruturas básicas da Secretaria de Relações Institucionais - SERIN, da Secretaria de Promoção da Igualdade - SEPROMI e da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR, não conterão a Diretoria Geral prevista no art. 2º da Lei 7.435/98.

Parágrafo único - Fica criada a Diretoria de Administração e Finanças em cada uma das Secretarias referidas neste artigo e no Gabinete do Governador, tendo por finalidade o planejamento e coordenação das atividades de programação, orçamentação, acompanhamento, avaliação, estudos e análises, administração financeira e de contabilidade, material, patrimônio, serviços, recursos humanos, modernização administrativa e informática.

Art. 6º - A Secretaria de Relações Institucionais - SERIN tem por finalidade a coordenação política do Poder Executivo e de suas relações com os demais Poderes das diversas esferas de Governo, com a sociedade civil e suas instituições.

§ 1º - A Secretaria de Relações Institucionais - SERIN tem a seguinte estrutura básica:

a) Gabinete do Secretário;

b) Diretoria de Administração e Finanças;

c) Coordenação de Assuntos Legislativos;

d) Coordenação de Assuntos Federativos;

e) Coordenação de Articulação Social.

Parágrafo único - As Coordenações têm por objetivo o planejamento, a execução e o controle das atividades a cargo da Secretaria de Relações Institucionais – SERIN, conforme dispuser o Regulamento.

Art. 7º - A Secretaria de Promoção da Igualdade - SEPROMI tem por finalidade planejar e

executar políticas de promoção da igualdade racial e proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos atingidos pela discriminação e demais formas de intolerância, bem assim, planejar e executar as políticas públicas de caráter transversal para as mulheres.

§ 1º - A Secretaria de Promoção à Igualdade - SEPROMI tem a seguinte estrutura básica:

I - ÓRGÃOS COLEGIADOS:

a) Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra;

b) Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher;

II - Órgãos da Administração Direta:

a) Gabinete do Secretário;

b) Diretoria de Administração e Finanças;

c) Superintendência de Políticas para as Mulheres;

d) Superintendência de Promoção da Igualdade Racial.

§ 2º - A Superintendência de Políticas para as Mulheres tem por finalidade orientar, apoiar, coordenar, acompanhar, controlar e executar programas e atividades voltadas à implementação de políticas para as mulheres, implementar ações afirmativas e definir ações públicas de promoção da igualdade entre homens e mulheres e de combate à discriminação.

§ 3º - A Superintendência de Promoção da Igualdade Racial tem por finalidade orientar, apoiar, coordenar, acompanhar, controlar e executar programas e atividades voltadas à implementação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância.

§ 4º - Fica acrescida à composição do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, de que tratam as alíneas “a” e “b” do art. 17 da Lei nº 4.697/87, a representação da Secretaria de Promoção da Igualdade - SEPROMI.

Art. 8º - A Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR tem por finalidade planejar e coordenar a execução da política estadual de desenvolvimento regional integrado; formular, em parceria com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social, os planos e programas regionais de desenvolvimento; estabelecer estratégias de integração das economias regionais; acompanhar e avaliar os programas integrados de desenvolvimento regional.

§ 1º - A Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR tem a seguinte estrutura básica:

I - Órgãos Colegiados:

a) Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

II - Órgãos da Administração Direta:

a) Gabinete do Secretário;

b) Diretoria de Administração e Finanças;

c) Coordenação de Políticas do Desenvolvimento Regional;

d) Coordenação de Programas Regionais;

III - Entidade da Administração Indireta:

a) Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR.

§ 2º - As coordenações têm por objetivo o planejamento, a execução e o controle das atividades a cargo da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR, conforme dispuser o regulamento.

Art. 9º - O Gabinete do Governador, órgão de assistência direta e imediata ao Governador, tem a seguinte estrutura básica:

a) Chefia do Gabinete;

b) Ouvidoria Geral do Estado;

c) Secretaria Particular do Governador;

d) Cerimonial;

e) Assessoria Especial do Governador;

f) Assessoria Internacional;

g) Escritório de Representação do Governo;

h) Diretoria de Administração e Finanças.

Parágrafo único - Fica criado o cargo de Chefe de Gabinete do Governador, ao qual são asseguradas as prerrogativas, representação, remuneração e impedimentos de Secretário de Estado, cabendo-lhe a supervisão e a coordenação dos órgãos integrantes da estrutura do Gabinete do Governador, a elaboração da agenda e o exercício de outras atribuições designadas pelo Governador.

Art. 10 - A Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE tem por finalidade planejar e executar as políticas de emprego e renda e de apoio à formação do trabalhador, de economia solidária e de fomento ao esporte.

Parágrafo único - Fica criada na Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE

a Superintendência de Economia Solidária, com a finalidade de planejar, coordenar, executar e acompanhar as ações e programas de fomento à economia solidária.

Art. 11 - A Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES tem por finalidade planejar, coordenar, executar e fiscalizar as políticas de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional e de assistência social.

§ 1º - A Superintendência de Apoio à Inclusão Social, passa a ser denominada Superintendência de Inclusão e Assistência Alimentar, com a finalidade de promover as ações de inclusão social e de assistência alimentar, conforme dispuser o regulamento.

§ 2º - Fica extinta a Superintendência de Articulação e Programas Especiais.

Art. 12 - A Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES tem a seguinte estrutura básica:

I - Órgãos Colegiados:

- a) Comissão Interinstitucional de Defesa Civil - CIDEC;
- b) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CECA;
- c) Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS;
- d) Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia - CONSEA – BA;

II - Órgãos da Administração Direta:

- a) Gabinete do Secretário;
- b) Diretoria Geral;
- c) Superintendência de Assistência Social;
- d) Superintendência de Inclusão e Assistência Alimentar;

III - Órgão em Regime Especial de Administração Direta:

- a) Coordenação de Defesa Civil - CORDEC.

IV - Entidade da Administração Indireta:

- a) Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC.

Parágrafo único - O Secretário do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES passa a integrar na condição de presidente, o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CECA e a Comissão Interinstitucional de Defesa Civil - CIDEC.

Art. 13 - A Secretaria de Turismo - SETUR tem por finalidade planejar, coordenar e executar

políticas de promoção e fomento ao turismo.

§ 1º - A Secretaria de Turismo - SETUR tem a seguinte estrutura básica:

I - Órgãos da Administração Direta:

- a) Gabinete do Secretário;
- b) Diretoria Geral;
- c) Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos;
- d) Superintendência de Serviços Turísticos.

II - Entidade da Administração Indireta:

- a) Empresa de Turismo da Bahia S/A - BAHIATURSA.

§ 2º - A Superintendência de Serviços Turísticos tem por finalidade planejar e executar programas e projetos de qualificação de serviços e mão-de-obra, capacitação empresarial, certificação de qualidade, regulação e fiscalização de atividades turísticas.

Art. 14 - Ficam criadas:

I - na Secretaria da Agricultura - SEAGRI: a Superintendência de Agricultura Familiar, com a finalidade de orientar, apoiar, coordenar, acompanhar, controlar e executar programas e atividades voltados ao fortalecimento da agricultura familiar.

II - na Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH:

a) a Coordenação Executiva de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com a finalidade de promover e fortalecer o desenvolvimento dos programas e ações voltados para a defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência;

b) a Coordenação de Políticas para os Povos Indígenas, vinculada à Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos.

Art. 15 - Para atender à implantação dos novos órgãos criados por esta Lei e às adequações na estrutura da Administração Pública Estadual, ficam criados 04 (quatro) cargos de Secretário de Estado e os cargos em comissão constantes do Anexo Único desta Lei.

Art. 16 - Ficam extintos os cargos em comissão constantes do Anexo Único desta Lei.

Art. 17 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover, no prazo de 120 (cento e vinte) dias:

I - a revisão e a elaboração dos regimentos, estatutos e outros instrumentos regulamentadores para adequação das alterações organizacionais decorrentes desta Lei;

II - as modificações orçamentárias necessárias ao cumprimento desta Lei, respeitados os valores globais constantes do orçamento do exercício de 2007.

Parágrafo único - As modificações de que trata o inciso II deste artigo incluem a abertura de

créditos especiais destinados, exclusivamente, à criação de categorias de programação indispensáveis ao funcionamento de órgãos criados ou decorrentes desta Lei, respeitado o Art. 7º da Lei Orçamentária de 2007.

Art. 18 - Fica o Poder Executivo autorizado a praticar os atos necessários à continuidade dos serviços, até a definitiva estruturação dos órgãos criados ou reorganizados por esta Lei.

Art. 19 - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2007.

Art. 20 - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 28 de dezembro de 2006.

PAULO SOUTO
Governador

ANEXO H

ANTEPROJETO DE LEI ORGÂNICA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA

**Dispõe sobre a Política Estadual de Cultura,
institui o Sistema Estadual de Cultura e da
outras providencias.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado da Bahia decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º - A Política Estadual de Cultura da Bahia obedece ao disposto na Constituição Federal, na Constituição do Estado, nas disposições desta Lei e demais normas específicas a ela pertinentes.

Art. 2º - Entende-se por cultura o conjunto de traços distintivos, materiais e imateriais, intelectuais e afetivos e as expressões culturais e artísticas, compreendendo as dimensões:

- I. simbólica, relativa aos modos de fazer, viver e criar, ao conjunto de artefatos, textos e objetos, aos produtos mercantilizados das indústrias culturais, às expressões espontâneas e não organizadas da vida cotidiana, aos discursos especializados das artes e dos estudos culturais e aos sistemas de valores e crenças dos diversos segmentos da sociedade;
- II. cidadã, relativa à garantia dos direitos culturais à identidade e à diversidade, ao acesso aos meios de produção, difusão e fruição dos bens

e serviços de cultura, à participação na gestão pública, ao reconhecimento da autoria, à livre expressão e à salvaguarda do patrimônio e da memória cultural;

III. econômica, relativa ao desenvolvimento sustentado e inclusivo de todos os elos das cadeias de valor da cultura e à geração de emprego e renda.

Art. 3º - A Política Estadual de Cultura abrange os segmentos:

- I. acervos;
- II. arquitetura e urbanismo
- III. arte pública;
- IV. artes integradas;
- V. artes plásticas e visuais;
- VI. artesanato;
- VII. audiovisual;
- VIII. circo;
- IX. crítica cultural, estudos e pesquisas artístico-culturais;
- X. cultura digital;
- XI. dança;
- XII. design;
- XIII. ensino das artes e arte-educação;
- XIV. espaços culturais, incluindo museus, bibliotecas e arquivos;
- XV. feiras livres;
- XVI. formação artístico-cultural;
- XVII. formação de públicos e usuários de bens de cultura;
- XVIII. gastronomia;
- XIX. gestão cultural;
- XX. intercâmbios culturais;
- XXI. leitura;
- XXII. línguas, falares e cosmologias;
- XXIII. literatura;
- XXIV. livro e outras mídias;
- XXV. manifestações e festas populares;
- XXVI. manifestações étnico-culturais, de gênero e de orientação sexual;
- XXVII. memória histórica, administrativa, social, política e artística;
- XXVIII. moda;
- XXIX. música;
- XXX. paisagens tradicionais;
- XXXI. patrimônio cultural;
- XXXII. rádio, televisão e telecomunicações;
- XXXIII. saberes, técnicas, linguagens e tradições;
- XXXIV. sítios arqueológicos;
- XXXV. teatro;
- XXXVI. expressões culturais e artísticas emergentes.

CAPÍTULO II

Princípios e Objetivos

Art. 4º - São princípios orientadores da Política Estadual de Cultura:

- I. cultura como direito fundamental;
- II. respeito aos direitos humanos;
- III. liberdade de criação e expressão e fruição;
- IV. valorização da pluralidade e da diversidade;
- V. reconhecimento do direito à memória e às tradições;
- VI. democratização, descentralização e desburocratização no incentivo à criação, produção e fruição de bens e serviços culturais;
- VII. cooperação entre os entes federados e entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da cultura;
- VIII. participação e controle social na formulação, execução, acompanhamento e avaliação dos planos, programas, projetos e ações da política cultural;
- IX. cultura como desenvolvimento humano e modernização sócio-econômica com equidade;
- X. responsabilidade socioambiental;
- XI. territorialização das ações e investimentos culturais;
- XII. valorização do trabalho, dos profissionais e dos processos do fazer cultural e artístico;
- XIII. integração com as demais políticas públicas econômicas e sociais do Estado.

Art. 5º - São objetivos da Política Estadual de Cultura:

- I. valorizar e promover a diversidade artística e cultural da Bahia;
- II. promover os meios para garantir o acesso de todo cidadão aos bens e serviços artísticos e culturais;
- III. incentivar a inovação e o uso de novas tecnologias em processos culturais e artísticos;
- IV. registrar e compartilhar a memória cultural e artística da Bahia;
- V. proteger, valorizar e promover o patrimônio material e imaterial, histórico, artístico, arqueológico e natural;
- VI. valorizar e promover o patrimônio vivo;
- VII. valorizar e promover a cultura para crianças, adolescentes, jovens e idosos proporcionando o acesso aos processos do fazer cultural e de seus resultados;
- VIII. valorizar e promover a cultura da paz e do respeito às diferenças étnicas, de gênero e de orientação sexual;
- IX. promover os meios para garantir às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzidas acessibilidade aos produtos, serviços e espaços culturais;
- X. integrar sistemas, órgãos, entidades, programas e ações da União, Estado e Municípios e de organizações privadas e da sociedade civil através de gestão compartilhada da política estadual de cultura;
- XI. promover a integração da política cultural às demais políticas sociais, administrativas e econômicas do Estado da Bahia;
- XII. estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;
- XIII. promover o desenvolvimento da economia da cultura, através do incentivo à gestão, pesquisa, criação, formação, produção, difusão,

memória, consumo e exportação de bens e serviços culturais, estimulando a geração de emprego e renda;

XIV. estimular a sustentabilidade socioambiental;

XV. manter um sistema diversificado e abrangente de financiamento da cultura e coerente com as especificidades dos diferentes segmentos e atividades culturais;

XVI. promover a descentralização, a municipalização e a participação social na produção e consumo de bens e serviços culturais;

XVII. qualificar e garantir efetividade aos mecanismos de participação e controle social na formulação de planos, programas, projetos e ações culturais do Estado;

XVIII. promover o intercâmbio da cultura baiana nos âmbitos regional, nacional e internacional;

XIX. promover a formação e a qualificação de públicos, criadores, produtores, gestores e agentes culturais, considerando as características e necessidades específicas de cada área;

XX. estimular o pensamento crítico e reflexivo sobre a cultura e as artes;

XXI. reconhecer e garantir saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;

XXII. fortalecer a gestão municipal da cultura e a produção cultural local;

XXIII. organizar e difundir bases de dados e informações de interesse cultural.

§ 1º - O cumprimento dos objetivos referidos neste artigo cabe aos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Estadual e do Sistema Estadual da Cultura instituído nesta Lei.

§ 2º - A condição de patrimônio vivo, referida no inciso VI deste artigo é atribuída à pessoa portadora de acumulado saber cultural ou artístico, reconhecido na forma a ser definida em ato do Poder Executivo.

CAPÍTULO III

Sistema Estadual de Cultura da Bahia

Art. 6º - O Sistema Estadual de Cultura da Bahia é o conjunto articulado e integrado de normas, instituições, mecanismos e instrumentos de planejamento, fomento, financiamento, informação, formação, participação e controle social que tem como finalidade a garantia da gestão efetiva e permanente da Política Estadual de Cultura nos termos estabelecidos nesta Lei.

Art. 7º - São componentes do Sistema Estadual de Cultura:

- I - organismos de gestão cultural:
 - a. Conselho Estadual de Cultura,
 - b. Secretaria de Cultura, seus órgãos e entidades,
 - c. Sistemas Setoriais de Cultura do Estado,
 - d. Sistemas Municipais de Cultura ou órgãos municipais de cultura;
 - e. instituições de cooperação intermunicipal,
 - f. instituições de cooperação interestadual, nacional e internacional;

II - mecanismos de gestão:

- a. Plano Estadual de Cultura, planos de desenvolvimento territorial e setoriais de cultura,
- b. Sistema de fomento e financiamento à cultura,
- c. Sistema de Informações e Indicadores Culturais,
- d. Sistema de Formação Cultural;

III - instâncias de consulta, participação e controle social:

- a. Conferência Estadual de Cultura,
- b. Colegiados setoriais, temáticos ou territoriais de cultura,
- c. Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura,
- d. Outras formas organizativas, inclusive fóruns e coletivos específicos da área cultural de iniciativa da sociedade.

Parágrafo Único - Os organismos indicados no inciso I, alíneas d, e e f e as instâncias previstas na alínea d do inciso III integram o Sistema Estadual de Cultura através de manifestação de vontade, em instrumento jurídico próprio, definido em regulamento.

SEÇÃO I

Organismos de gestão cultural

Art. 8º - O Conselho Estadual de Cultura, órgão colegiado do Sistema Estadual de Cultura tem por finalidade formular a política estadual de cultura, nos termos do art. 272 da Constituição do Estado e de acordo com o estabelecido nesta Lei.

Art. 9º - O Conselho Estadual de Cultura compõe-se de 42 (quarenta e dois) membros titulares e igual número de suplentes, sendo dois terços da sociedade civil e um terço de representantes do Poder Público, escolhidos dentre pessoas com efetiva contribuição na área cultural, de reconhecida idoneidade, e residentes no Estado da Bahia, todos nomeados pelo Governador do Estado, ouvida a Assembléia Legislativa.

§1º - O mandato do conselheiro de cultura é de quatro anos, admitida a recondução para até dois mandatos.

§ 2º - O Poder Público é representado pelo Legislativo, pelo Executivo, pelo Judiciário, pelo Ministério Público do Estado e por administrações e organizações municipais, sendo os membros indicados pelos titulares das respectivas instituições.

§ 3º - A escolha dos conselheiros da sociedade civil deve ser feita através de consulta pública, atendendo a critérios que contemplem segmentos culturais, processos do fazer cultural e territorialidade, na forma definida em ato do Poder Executivo.

§ 4º - A composição do Conselho Estadual de Cultura se renova em 50% (cinquenta por cento) dos seus membros a cada dois anos.

§ 5º - Os membros do Conselho de Cultura são remunerados por participação em reuniões e suas despesas devem ser pagas pelo Estado quando do exercício de representação fora dos respectivos municípios de domicílio, nos termos da legislação aplicável.

Art. 10 - Compete ao Conselho Estadual de Cultura:

- I. contribuir para o cumprimento dos objetivos da Política Estadual de Cultura definido no art. 5º;
- II. apreciar proposta de Plano Estadual de Cultura a ser submetida à Assembléia Legislativa;
- III. aprovar os planos de desenvolvimento territorial e planos setoriais de cultura;
- IV. estimular a discussão ampla de temas relevantes para a cultura da Bahia;
- V. acompanhar e avaliar o planejamento e a execução da política cultural do Estado;
- VI. apreciar e avaliar diretrizes de fomento e financiamento da cultura;
- VII. propor medidas de estímulo, fomento, amparo, valorização, difusão e democratização da cultura;
- VIII. propor e pronunciar-se sobre proteção, tombamento e registro de patrimônio material e imaterial;
- IX. emitir parecer sobre a aquisição e a desapropriação de obras e bens culturais pelo Estado;
- X. propor a instituição e a concessão de prêmios de estímulo à cultura;
- XI. manter intercâmbio com os Conselhos de Cultura, inclusive municipais, e com instituições culturais públicas e privadas;
- XII. elaborar e alterar o seu Regimento Interno;
- XIII. exercer outras atividades correlatas.

Parágrafo único - Os atos e resoluções decorrentes das competências definidas neste artigo para que produzam efeitos na Administração devem ser homologados pelo titular da Secretaria de Cultura.

Art. 11 - A Secretaria de Cultura – SECULT, órgão gestor do Sistema Estadual de Cultura, tem por finalidade a coordenação da política cultural do Estado, competindo-lhe:

- I. promover as condições para o cumprimento dos objetivos da Política Estadual de Cultura definidos no art.5º;
- II. planejar e executar as ações do Sistema Estadual de Cultura, provendo os meios necessários ao seu funcionamento;
- III. organizar e supervisionar os Sistemas Setoriais de Cultura do Estado, promovendo a sua articulação com os Sistemas Setoriais de Cultura em âmbito nacional;
- IV. estimular e apoiar a institucionalização de Sistemas Municipais de Cultura;
- V. estimular a participação dos municípios no Sistema Estadual de Cultura;
- VI. coordenar a elaboração do Plano Estadual de Cultura, dos Planos de Desenvolvimento Territorial e dos Planos Setoriais de Cultura, em articulação com o Conselho Estadual de Cultura;
- VII. gerir os mecanismos de fomento e financiamento da cultura a cargo do Estado;
- VIII. organizar e manter bases de dados para informações e indicadores culturais,

- IX. realizar as conferências estaduais de cultura;
- X. organizar e apoiar o funcionamento de colegiados territoriais, temáticos e setoriais, em articulação com o Conselho Estadual de Cultura;
- XI. incentivar e apoiar a sociedade na constituição de coletivos, fóruns e redes culturais;
- XII. apoiar o funcionamento do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia e participar do Fórum Nacional de Dirigentes Estaduais de Cultura;
- XIII. adotar as medidas necessárias à articulação do Sistema Estadual de Cultura com o Sistema Nacional e os Sistemas Municipais de Cultura;
- XIV. promover condições de interação e cooperação entre os entes federados no planejamento e execução de políticas culturais;
- XV. promover a integração da Política Estadual de Cultura com as demais políticas do Estado.

§1º - A Secretaria de Cultura deve consignar no orçamento de seus órgãos e entidades dotações destinadas à manutenção e ao fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura.

§ 2º - Os órgãos e entidades da Secretaria de Cultura, nas suas respectivas áreas de competência, atuarão como unidades auxiliares de gestão do Sistema Estadual de Cultura, provendo os meios necessários ao apoio técnico e administrativo, nos termos previstos nesta Lei e em regulamento.

Art. 12 - Os Sistemas Setoriais de Cultura, a serem instituídos mediante decreto do Poder Executivo, têm por finalidade integrar e articular planos e programas pertinentes às suas áreas de atuação, contribuindo com ações estruturantes para criação, formação, normalização técnica, documentação, memória, pesquisa, proteção e conservação, restauração, comunicação, produção, dinamização, difusão e fomento.

Parágrafo único - Os Sistemas Setoriais de Cultura associam-se aos Sistemas Nacionais de Cultura nas suas respectivas áreas de atuação.

Art. 13 - Os Sistemas Setoriais de Cultura constituem-se por:

- I. instituições culturais instituídas ou mantidas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado da Bahia, pela administração pública municipal e por entidades privadas ou da sociedade civil;
- II. instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação ou pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, que mantenham cursos na área de competência do respectivo Sistema Setorial;
- III. instituições de classe e outras vinculadas à área de competência do respectivo Sistema Setorial e que tenham atuação no estado da Bahia;
- IV. representantes de iniciativas comunitárias e de grupos que possuam atuação efetiva e reconhecida na área do Sistema Setorial;
- V. pessoas com relevantes contribuições na área de atuação do Sistema.

Parágrafo único - Na organização dos Sistemas Setoriais de Cultura devem ser previstas instância colegiada, representativa de sua composição e instância executiva, a cargo de organismo da Secretaria de Cultura relacionado com a área, para apoio técnico e administrativo ao seu funcionamento.

Art. 14 - Os Sistemas Municipais de Cultura têm por finalidade articular e integrar políticas, ações, instituições públicas e privadas no âmbito municipal para a promoção do desenvolvimento com pleno exercício dos direitos culturais e assim serão reconhecidos quando formalmente instituídos, tendo como componentes, no mínimo, um Conselho Municipal de Cultura, um organismo municipal de cultura e um fundo municipal de cultura.

SEÇÃO II

Mecanismos de Gestão

Art. 15 - O Plano Estadual de Cultura, obrigatório para gestão da política pública de cultura, é elaborado com periodicidade mínima decenal e aprovado pela Assembléia Legislativa, devendo dele constar:

- I. diagnóstico circunstanciado;
- II. diretrizes;
- III. políticas específicas, inclusive setoriais e territoriais, de fomento e de qualificação;
- IV. fontes de financiamento;
- V. formas de desenvolvimento das cadeias de valor e dos processos relativos ao fazer cultural;
- VI. metas, ações e estratégias;
- VII. articulação com outras políticas econômicas e sociais do Estado;
- VIII. orientações, critérios ou métodos de monitoramento e avaliação dos resultados.

Parágrafo único - O Plano Estadual de Cultura, que orienta a formulação do Plano Plurianual, dos Planos Territoriais e Setoriais e do Orçamento Anual, elaborado com participação social, deve considerar as proposições da Conferência Estadual de Cultura e o disposto no Plano Nacional de Cultura.

Art. 16 - Os Planos de Desenvolvimento Territorial de Cultura, aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura, são formulados com a participação dos municípios envolvidos e representações dos diversos segmentos culturais, conforme critério de regionalização adotado, devendo estabelecer os objetivos, as ações, as fontes previstas de financiamento e os critérios de monitoramento e avaliação dos resultados.

Art. 17 - Os Planos Setoriais de Cultura, formulados com a participação de representações das respectivas áreas de atuação, são aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura, devendo estabelecer os objetivos, as ações, as fontes previstas de financiamento e os critérios de monitoramento e avaliação dos resultados.

Art. 18 - O fomento e o financiamento para cultura têm por finalidade o incentivo à criação, à pesquisa, à produção, à circulação, à fruição, à memória, à proteção, à valorização, à dinamização, à formação, à gestão, à cooperação e ao intercâmbio nacional e internacional, com observância ao disposto nesta Lei e nas demais normas que lhe sejam pertinentes.

Art. 19 - São fontes de financiamento da Política Estadual de Cultura:

- I. recursos do Tesouro Estadual;

- II. convênios e contratos com a União ou outros entes públicos nacionais e organismos internacionais;
- III. fundos constituídos;
- IV. recursos resultantes de renúncia fiscal;
- V. doações;
- VI. parcerias público-privadas;
- VII. devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados;
- VIII. prognósticos e loterias;
- IX. reembolso das operações de empréstimo realizadas a título de financiamento reembolsável;
- X. retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos em empresas e projetos culturais;
- XI. saldos de exercícios anteriores;
- XII. produto do rendimento das aplicações de recursos;
- XIII. contribuições voluntárias de setores culturais;
- XIV. outras formas admitidas em lei.

Art. 20 - Constituem mecanismos de fomento a projetos e atividades culturais realizados por pessoas físicas e jurídicas de direito privado:

- I. Fundo de Cultura da Bahia - FCBA;
- II. programas de concessão de incentivos fiscais;
- III. linhas especiais de crédito administradas por agências de desenvolvimento e outras instituições financeiras, que contem com recursos estaduais;
- IV. patrocínio, programas de apoio, incentivo ou marketing cultural de autarquias, fundações, empresas públicas ou de economia mista controladas pelo Estado;
- V. programas especiais de apoio instituídos pelo Estado ou pela União com objetivos e recursos específicos, gerenciados através dos órgãos e entidades da Secretaria de Cultura;
- VI. programas e projetos especiais de apoio decorrentes de articulação entre a SECULT e outros órgãos do Estado;
- VII. financiamentos compartilhados entre o Estado e entes privados;
- VIII. parcerias público-privadas;
- IX. fornecimento de materiais, equipamentos e serviços para realização de projetos culturais;
- X. outros mecanismos previstos em Lei.

Art. 21 - Os mecanismos de fomento previstos no artigo anterior devem orientar-se pelos princípios e objetivos estabelecidos nesta Lei, observando os seguintes critérios:

- I. publicidade da seleção;
- II. adequação às especificidades do objeto do fomento;
- III. análise fundamentada no mérito, na qualidade técnica e na viabilidade econômica dos projetos;
- IV. prioridade para ações estruturadoras de processos culturais e da cadeia de valores da cultura ou que beneficiem populações com menor acesso a bens e serviços culturais;

V. descentralização das oportunidades, inclusive entre zonas urbanas e rurais;

VI. compatibilidade com o Plano Estadual de Cultura, os Planos Territoriais e Setoriais de Cultura.

§1º - Somente podem ser beneficiados pelos mecanismos de fomento e financiamento projetos e atividades culturais que visem à exibição, à utilização ou à circulação públicas, sendo vedada a concessão de apoio a ações destinadas a circuitos privados.

§ 2º Excepcionalmente, o titular da Secretaria de Cultura pode autorizar destinação de recurso para projetos de segmentos específicos, em processo simplificado de divulgação e escolha, na forma regulamentada em decreto.

Art. 22 - É permitida a concessão de apoio financeiro diretamente para ação ou instituição da administração pública de qualquer esfera federativa nos seguintes casos:

- I. transferências de recursos para Fundos de Cultura legalmente constituídos, para municípios que tenham instituído Sistemas Municipais de Cultura nos termos desta Lei;
- II. elaboração ou execução de projetos conjuntos, em especial para construção, recuperação e restauro de espaços e bens de valor cultural;
- III. execução de programas dos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura que estabeleçam financiamentos compartilhados.

Parágrafo único: O Município integrante do Sistema Estadual de Cultura tem prioridade na obtenção de recursos para o financiamento de projetos e ações culturais.

Art. 23 - O Sistema de Informações e Indicadores Culturais tem por finalidade a coleta, sistematização, interpretação e disponibilização de dados e informações para subsidiar as Políticas Culturais dos Poderes Públicos e ações da sociedade civil.

§ 1º - A Secretaria de Cultura, gestora do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, deve promover a integração das bases de dados e informações estaduais às disponíveis na União, nos municípios, nas universidades públicas e privadas e em outras instituições com as quais venha a estabelecer parcerias para intercâmbio e cooperação.

§ 2º - Ao Sistema de Informações e Indicadores Culturais é garantido acesso público gratuito.

Art. 24 - O Sistema de Formação Cultural tem por finalidade a articulação e a promoção da formação, capacitação e aperfeiçoamento técnico, artístico e de gestão, sendo constituído por instituições públicas e entidades privadas e organizações da sociedade civil com atuação no Estado da Bahia que mantenham cursos livres, técnicos ou acadêmicos na área cultural e tenham aderido ao Sistema Estadual de Cultura mediante instrumento específico.

Parágrafo único: A formulação e o acompanhamento de programa de formação continuada em cultura a cargo da Administração Pública Estadual são de responsabilidade de Comissão tripartite e paritária, composta por representações das Secretarias de Cultura e de Educação, e de organizações da sociedade civil com reconhecida atuação na área cultural.

SEÇÃO III

Instâncias de Consulta, Participação e Controle Social

Art. 25 - A Conferência Estadual de Cultura, instância de estímulo, indução e mobilização dos governos municipais e da sociedade civil, convocada por Decreto pelo Governador do Estado, tem por objetivos:

- I. o debate público sobre cultura e temas relacionados;
- II. a elaboração de proposições para formulação e aperfeiçoamento da Política Estadual de Cultura;
- III. a eleição de delegados oficiais do Estado da Bahia para a Conferência Nacional de Cultura, na de seu regulamento.

§ 1º - A Conferência Estadual de Cultura é realizada pela Secretaria de Cultura, devendo sua periodicidade, preferencialmente, antecipar e estabelecer alinhamento temático com a Conferência Nacional de Cultura.

§ 2º - O Estado deve estimular a realização das conferências municipais ou intermunicipais de cultura e realizar conferências territoriais com alinhamento das temáticas as das conferências Estadual e Nacional.

Art. 26 - Os colegiados setoriais, temáticos ou territoriais de cultura são instâncias instituídas por ato do titular da Secretaria de Cultura, por prazo determinado, para tratar de questões regionais ou relacionadas a segmentos culturais específicos, sendo compostos por pessoas atuantes na região ou no segmento ou tema relacionado às questões a serem tratadas.

§ 1º - A escolha dos integrantes da sociedade civil nos colegiados é precedida de consulta pública, na forma definida em ato do Poder Executivo.

§ 2º - A participação em Colegiados setoriais, temáticos ou territoriais não é remunerada podendo seus membros ter suas despesas pagas quando do exercício de representação fora dos respectivos municípios de domicílio, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º - Os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelos Colegiados devem ser publicados sob forma de recomendações.

Art. 27 - O Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura é instância de caráter consultivo, opinativo e organizativo, integrante do Sistema Estadual de Cultura, que tem por finalidade promover a articulação dos municípios baianos para a formulação e execução de políticas culturais, contribuir com o desenvolvimento local e territorial da cultura e com o aperfeiçoamento das políticas Estadual e Nacional de cultura.

Art. 28 - Outras formas organizativas, inclusive fóruns e coletivos específicos relacionados aos diversos segmentos culturais, de iniciativa da sociedade, são também consideradas instâncias de participação integrantes do Sistema Estadual de Cultura, através de ato do titular da Secretaria de Cultura.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais e Transitórias

Art. 29 - A Secretaria de Cultura manterá Representações Territoriais de Cultura com a finalidade de articular os segmentos culturais entre os municípios, conforme modelo de regionalização adotado.

Art. 30 - Para garantir a renovação dos membros do Conselho Estadual de Cultura prevista no art. 9º, metade dos membros escolhidos para a primeira composição na vigência desta Lei, respeitada a proporção entre representações do Estado e da sociedade, exercerá, excepcionalmente, mandato de 2 (dois) anos.

Art. 31 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover no prazo de 180 (cento e oitenta) dias:

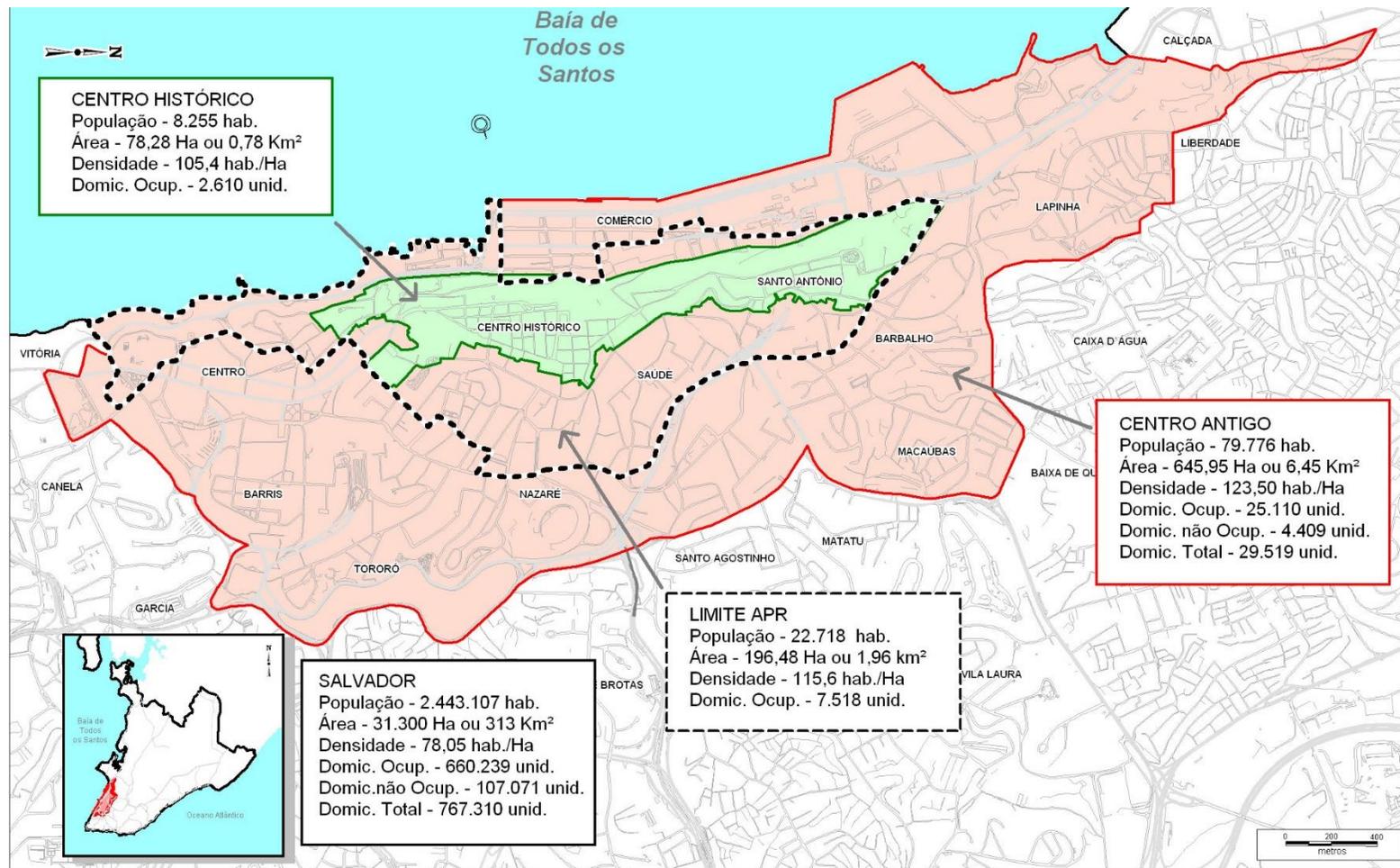
- I. modificações orçamentárias necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;
- II. revisão das estruturas organizacionais dos órgãos e entidades da Secretaria de Cultura , de modo a adequá-las ao cumprimento do disposto nesta Lei;
- III proposição de estrutura de cargos e remunerações do quadro de servidores da área cultural;
publicação dos atos de regulamentação de que trata esta Lei;

Art. 32 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 33 - Revogam-se as disposições em contrário.

Jaques Wagner
GOVERNADOR

ANEXO I



CENTRO HISTÓRICO
 População - 8.255 hab.
 Área - 78,28 Ha ou 0,78 Km²
 Densidade - 105,4 hab./Ha
 Domic. Ocup. - 2.610 unid.

CENTRO ANTIGO
 População - 79.776 hab.
 Área - 645,95 Ha ou 6,45 Km²
 Densidade - 123,50 hab./Ha
 Domic. Ocup. - 25.110 unid.
 Domic. não Ocup. - 4.409 unid.
 Domic. Total - 29.519 unid.

LIMITE APR
 População - 22.718 hab.
 Área - 196,48 Ha ou 1,96 Km²
 Densidade - 115,6 hab./Ha
 Domic. Ocup. - 7.518 unid.

SALVADOR
 População - 2.443.107 hab.
 Área - 31.300 Ha ou 313 Km²
 Densidade - 78,05 hab./Ha
 Domic. Ocup. - 660.239 unid.
 Domic. não Ocup. - 107.071 unid.
 Domic. Total - 767.310 unid.

- LEGENDA:**
- Limite Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, 1984
 - Área de Proteção Rigorosa - APR Lei Municipal 3.289/1983
 - Área Contígua à APR-Lei 3289/1983

Centro Histórico - 78,28 Ha
 Área da APR - 196,48 Ha
 Centro Antigo - 645,95 Ha

SISTEMA VIÁRIO BÁSICO

- Meio Fio
- Vias Principais


GOVERNO DA Bahia
 TERRA DE TODOS NÓS
 GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
 SECRETARIA DA CULTURA
 ESCRITÓRIO DE REFERÊNCIA DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
 PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

PROJETO: REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

OCUPAÇÃO URBANA E AMBIENTE CONSTRUÍDO
 CONSULTORIA UNESCO/SECULT: Angela Gordilho Souza (Coordenação)

Mapa 1 - Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador
 LOCALIZAÇÃO E POLIGONAIS DE DELIMITAÇÃO, 1983 e 1984

Fontes:
 Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador: SICARICONSER;
 1992; IPHAN, 1984; FMS: Lei 3.289/1983; FMS: PDSU, 2004.

Escala: 1:10000
 Data: 08/12/2009